

SALETE VALESAN CAMBA

ONGs E ESCOLAS PÚBLICAS

Uma relação em construção

Dissertação apresentada à Comissão Julgadora da
Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo,
como exigência parcial para a obtenção do Grau de
Mestre em Educação (Filosofia da Educação),
sob a orientação do Prof. Dr. Moacir Gadotti

**Faculdade de Educação
Universidade de São Paulo
2004**

RESUMO

A partir dos anos 90 tem aumentado a consciência nacional sobre a importância da educação, que vem se traduzindo em novas políticas e novas formas de articulação entre o governo e a Sociedade Civil. A Sociedade Civil vem assumindo, cada vez mais, a solidariedade social, o civismo e a democracia. A educação tem, no Estado, o seu principal financiador e regulador e encontra hoje, na Sociedade Civil, organizações que se articulam para responder as necessidades das escolas. As ONGs, reunidas em Dakar no final de abril de 2000, na Cúpula Mundial de Educação, comprometeram-se a trabalhar e cooperar com os governos para alcançar a meta de uma educação de qualidade para todos. As ONGs atuam na educação e ocupam espaços no sistema escolar num processo crescente de participação direta nas escolas públicas. Existem poucos estudos específicos sobre a participação das ONGs na educação e principalmente na escola pública. Nesse sentido, este trabalho se propôs a analisar a relação entre ONGs e Escolas Públicas no estado de São Paulo, no período de 1999 a 2002, na visão dos dirigentes de 24 ONGs entrevistadas. A pesquisa busca estimular a reflexão desse tema, uma vez que estamos diante de um fenômeno que vem crescendo e que pode influenciar as políticas públicas em educação.

ABSTRACT

Since the 90s the national awareness about the importance of education, has increased. This importance has been seen by the new policies and articulation forms between the Government and Civil Society. Civil Society has corresponded to these efforts, assuming each time, social solidarity, civism and democracy. Education, has in the State, his principal financier and regulator, and finds today, in the Civil Society, organizations that articulate in order to respond schools necessities. The NGO, gathered in Dakar at the end of April 2000, in the World Education Summit, have agreed to work and cooperate with the governments in order to reach the goal of a quality education for all. The NGO are active in the educational field and are present in school spaces of the educational system, and this, in an increasing process of participation in public schools. There are seldom specific studies about the participation of the NGO in education and above all in public schools. Therefore, the main idea of this study, is to analyze the relationship between the NGO and Public Schools in the State of São Paulo, Brazil, during the period of 1999 to 2002, taking as reference the word of directors from 24 NGO that have been interviewed. The research looks forward to stimulate the reflection of this matter, as therefore we are in front of a phenomenon that is increasing and can take influence in the public policies of education.

DEDICATÓRIA

À minha filha Cristiane e ao meu marido Celso por existirem na minha vida.

À minha mãe, Maria Valesan, pela coragem e espírito de luta.

*Aos meus amigos e amigas do Instituto Paulo Freire,
companheiros de todas as horas.*

AGRADECIMENTOS

- Ao meu orientador, Moacir Gadotti, pela paciência, competência e pelo sonho de “um outro mundo possível”.
- Aos companheiros: Ângela Antunes e Paulo Roberto Padilha pelo carinho e acompanhamento.
- As amigas Paulina Christov, Mônica Braga, Maria Alice de Paula Santos, Sônia Couto e Valdete Melo por sua valiosa contribuição neste trabalho.
- Ao querido Lutegardes Costa Freire (Lute) pela descoberta da irmandade.
- A professora Rosângela Prieto pela magia da inclusão.
- As professoras Lisete Arelaro e Maria da Glória Gohn por aceitarem o desafio de compor minha banca e pela valiosa contribuição no exame de qualificação.
- Ao CNPQ por apoiar esta pesquisa.
- Ao Instituto C&A, representado por Alais D’Avila e Silvia Zanotti, por autorizar a utilização das entrevistas realizadas com as 24 ONGs, que faziam parte da Pesquisa: Parceria Ong e Escola.
- Ao Professor Pablo Gentili pela oportunidade de participar da Pesquisa: Parceria ONG e Escola.
- A Fundação Abrinq e Natura pelo Projeto Rural Vivo e a todos os participantes deste projeto: professoras, alunos, pais, diretoras e coordenadoras das 16 escolas rurais de Pindamonhangaba-SP. Em especial, Rosa Tude, Ana Lucia Cipriano e Ana Rita Gomes pela coragem da caminhada.
- As 24 ONGs que aceitaram participar da Pesquisa: Parceria ONG e Escola o que possibilitou realizar este trabalho.
- Aos Amigos da ABONG, Fórum Social Mundial e Fórum Mundial de Educação pela possibilidade da construção de “um outro mundo possível”.
- A Clovis Ferrer pela permanente paciência e pelas longas conversas e reflexões.
- Ao meu pai Rosalino Valesan e ao meu sogro Pedro Canabal Camba que já não se encontram mais fisicamente entre nós.
- Aos meus irmãos Albino, Valdir, Arivaldo, Irair e Rosemari que a distância serviu para nos unir ainda mais.
- Aos meus sobrinhos e sobrinhas pela certeza de continuidade.
- A Iracema, Vânia, Lucas, Silvia, Lillian, Cíntia e Vitor que passaram a fazer parte da minha história com meu casamento.
- Aos companheiros do IPF: Célia, Gustavo, Flávio, Margarita, Lourdes, Fernanda, Lina, Kátia, Marcelo, Reginaldo, Dulce, Martha, Solange, Marisa, Dedê, Estela, Jacira, Jason, Romão, Walter, Luiza, Luisinho, Naiman, Thais, Delma, Leda, Elisa, Socorro, Maria, Lisete, Ana, Márcia, Delma, Sandra, Raiane, Carolina, Cíntia, Luisa, Julianas e outros e outras mais

E, finalmente aos amigos de todas as horas que sonham com um Brasil melhor.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	Pág. 07
Capítulo 1 AS ONGs E SUAS ÁREAS DE ATUAÇÃO	Pág. 16
1.1 O que é ONG	Pág. 16
1.2 Área de atuação das ONGs	Pág. 20
1.3 ONGs e Terceiro Setor	Pág. 23
1.4 Marco Legal e Novos Desafios.....	Pág. 25
Capítulo 2 A ATUAÇÃO EDUCACIONAL DAS ONGs	Pág. 32
2.1 ONGs, Sociedade Civil e Esfera pública	Pág. 33
2.2 As ONGs e a Educação	Pág. 37
Capítulo 3 A RELAÇÃO DAS ONGS COM A ESCOLA PÚBLICA	Pág. 49
Capítulo 4 REFERENCIAL DE ANÁLISE DA RELAÇÃO ENTRE ONGs e ESCOLAS PÚBLICAS.....	Pág. 68
4.1 Categorias de Análise	Pág. 69
4.2 O que revelam as respostas dos dirigentes das ONGs	Pág. 100
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	Pág. 109
BIBLIOGRAFIA.....	Pág. 115
ANEXO – ENTREVISTAS.....	Pág. 122

*“A NOVIDADE É QUE O BRASIL NÃO É SÓ LITORAL
É MUITO MAIS, É MUITO MAIS QUE QUALQUER ZONA SUL
TEM GENTE BOA ESPALHADA POR ESSE BRASIL
QUE VAI FAZER DESSE LUGAR UM BOM PAÍS”*

M. NASCIMENTO & F. BRANT

INTRODUÇÃO

E tantas são as vozes que se levantam por todo o mundo que, ao “pensamento único”, impõe-se a pluralidade, e resgatamos o sonho de um mundo de justiça, fraternidade e paz. Seattle, Gênova, Porto Alegre já foram palcos desta canção. Assim inicia a convocatória do I Fórum Social Brasileiro, Belo Horizonte – MG. O objetivo desse Fórum é reunir entidades e movimentos para fortalecer a Sociedade Civil brasileira e abordar com profundidade crítica os alcances, conseqüências e singularidades da globalização neoliberal no Brasil.

No mundo todo, imanados pelos princípios do Fórum Social Mundial e do Fórum Mundial de Educação, educadoras e educadores buscam unir forças para a construção de uma plataforma de lutas que defenda a educação como direito social inalienável nunca reduzida à condição de mercadoria.

No Brasil, a garantia do acesso ao ensino público e educação de qualidade para todos tem sido a grande bandeira de luta dos profissionais da educação. A educação brasileira viveu momentos de profundo descaso pelo poder público e embora o contexto político nacional tenha mudado, ainda estamos longe de afirmar que ela vive “novos tempos”. Nesse contexto, as organizações da Sociedade Civil ampliaram seu âmbito de atuação, passando das ruas e dos espaços das comunidades para o lado de dentro dos muros escolares. Com programas e projetos, em parcerias ou independentes, as ONGs passam a atender a comunidade escolar em ações dentro e fora da escola.

Diante desse quadro podemos nos perguntar: estaremos hoje assistindo ao despertar de um novo paradigma educacional, onde a sociedade indica novos rumos para a educação pública ou estaremos assistindo à falência de uma política educacional, à espera de um parceiro que tome em suas mãos a responsabilidade pela educação do nosso país? Qual é o papel da Sociedade Civil diante da escola pública? Qual é o papel das ONGs? Que tipo de interferência exercem as ONGs nas escolas públicas? Moacir Gadotti (1992:66), nos diz que num regime democrático não se espera que a *sociedade civil tenha uma participação acrítica porque justamente sua força está na capacidade crítica e na pressão. Só assim o movimento social dará uma contribuição substantiva ao movimento democrático.*

Não se pode negar que a Sociedade Civil têm participado de importantes avanços, ou melhor, tem provocado, através de suas ações, inúmeros avanços no atendimento às escolas

públicas, porém, até que ponto a interferência direta das ONGs na escola contribui efetivamente no processo ensino-aprendizagem e qual é o limite da sua participação? Parece que não se encontra definida a forma de participação e quando não se define, tudo pode ser permitido até a privatização da educação.

A decisão de pesquisar a relação das ONGs com a escola pública foi resultado da minha trajetória de educadora com a educação formal, rede pública e privada, e com a educação não formal, movimentos comunitários, programas e projetos de ONGs. Como educadora da rede municipal de São Paulo, participei do movimento de democratização da escola pública, implantado por Paulo Freire em sua gestão como secretário municipal de educação (1989-1991) no governo de Luisa Erundina, onde as discussões sobre Gestão Democrática da Escola e a implantação do MOVA (Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos) redirecionaram meu olhar para a importância da participação da comunidade na escola. É importante lembrar que Paulo Freire anteviu essa mudança no papel da Sociedade Civil e das ONGs com a criação dos CPCs (Centros de Cultura Popular), na década de 50, e mais tarde, com a criação do MOVA (1989).

Ao falar da relação entre ONG e escola pública não significa dizer da relação com a direção da escola como uma instituição, mas essa relação pode ser articulada pelo conselho escolar, grêmio estudantil, APM-Associação de Pais e Mestres, alunos, professores e comunidade. A leitura e releitura dos livros da Professora Maria da Glória Gohn foi fundamental para compreender como se dá essa relação e como ela foi se construindo ao longo da nossa história de lutas dos movimentos sociais.

Meu trabalho com ONGs iniciou, em 1993, em Pindamonhangaba – SP, onde participei até 1997 de um Programa do IBEAC (Instituto Brasileiro de Estudos e Apoio Comunitário) inicialmente em parceria com a FEBRABAN (Federação Brasileira de Bancos), depois com o Ministério da Educação e com a Secretaria Estadual de Educação de São Paulo. Um dos objetivos do programa é o fortalecimento das comunidades por meio da criação do Conselho Comunitário de Educação, Cultura e Ação Social, formado pelos mais diversos segmentos da sociedade. Por meio do Conselho as comunidades estabelecem a parceria com o Programa e se responsabilizam pelo desenvolvimento dos projetos juntamente com o IBEAC. Dentro do Programa, o projeto mais desenvolvido em todos os Conselhos é o de Alfabetização de Jovens e Adultos, onde atuei como Coordenadora Pedagógica local e Supervisora da região do Vale do Paraíba. O desafio era desenvolver e estimular os Conselhos Comunitários para que assumissem nas comunidades, nos municípios um trabalho para além de alfabetizar, que possibilitasse o respeito e o fortalecimento da cultura e da ação social dos jovens e adultos.

Esse projeto despertou a minha inquietude e a pergunta: como é que se dá a relação de uma instituição não governamental – IBEAC, com Conselho Comunitário e com a escola pública. O IBEAC é uma ONG que estimula as comunidades a criarem os Conselhos Comunitários e estabelecerem uma relação de parceria para ter o programa e, esses Conselhos estabelecem uma

relação de parceria com as escolas públicas para poder certificar os alunos. Ao mesmo tempo em que tudo me parecia muito óbvio e normal, a pergunta permanecia: Afinal, de quem é a responsabilidade da educação? Não estaríamos nós fazendo o papel do estado? Qual era a justificativa para realizar um trabalho que é considerado dever do estado e direito do cidadão?

Simultaneamente ao trabalho com o IBEAC, atuava como educadora da Rede Estadual de Ensino de São Paulo, no curso de Magistério. Muitas eram as discussões: escola padrão, gestão democrática, plano decenal, nova LDB, Conselhos de Escola, Conselhos Municipais, descentralização, municipalização... E muitos eram os desafios dos educadores que tinham como bandeira de luta “uma escola pública de qualidade e para todos”. Um grande desafio foi constituir o Conselho Municipal de Educação de Pindamonhangaba, onde participei como conselheira e, no período de 1994 a 1998, a luta foi para a aprovação do regimento pela prefeitura e a efetiva atuação do Conselho no município.

Final de 1998 e início de 1999, sempre em contato com o trabalho de instituições e associações e com pouca clareza do que era o Terceiro Setor, a Sociedade Civil organizada, as ONGs, as associações e suas participações nos trabalhos com as comunidades e com as escolas conheci a proposta do *Programa Crer Para Ver* da Fundação Abrinq e Natura, que apoiava projetos na área da educação. Com a idéia de pensar em um programa ou em um projeto, motivado pelo desenvolvimento do trabalho da Fundação Abrinq, retomo a reflexão sobre a relação com a escola pública: Como as fundações e as instituições se relacionavam com as escolas? Como elas chegavam nas escolas? Naquele momento eu estava na rede estadual e ao fazer contato com a Fundação Abrinq, fui informada que não poderia encaminhar nenhum projeto como pessoa física, nem como Estado e nem como Prefeitura, mas que teria que ser por uma ONG, ou por APM (Associação de Pais e Mestres) e que também não poderia estar atuando em nenhuma das redes públicas. Nascia a possibilidade de desenvolver um trabalho que já vinha sendo cobrado do Estado e do Município há uns quatro anos e nada acontecia. Com a clareza de que esse trabalho é de responsabilidade do Estado e do Município e com a certeza de que nada aconteceria se a comunidade não lutasse por essa causa, reuni um grupo de professores com a direção de uma das escolas estaduais responsável por onze escolas rurais e iniciamos a construção do projeto. Visitamos todas as escolas, conversamos com todos os professores, alunos e alguns pais e levantamos as dificuldades e necessidades de cada uma. Foi um momento muito difícil. Tínhamos conhecimento da situação de algumas das escolas, porém o estado de abandono físico e humano que nos deparamos foi deprimente. Foram anos de descaso das autoridades competentes. Fizemos uma reunião com a APM da Escola Estadual Alzira Franco para apresentar a proposta e resolvemos encaminhar um projeto para o *Programa Crer Para Ver* da Fundação Abrinq e Natura. Assim, o projeto **Rural Vivo** foi desenvolvido em 16 escolas rurais da Rede Estadual de Ensino, no município de Pindamonhangaba – SP.

E essa foi uma das grandes motivações que me levou a querer entender melhor esse processo e a discutir essa temática de como é que as ONGs se relacionam com a escola pública? Como elas participam da vida escolar? Onde elas entram, em que ações? Como atuam nas escolas públicas? E também observar qual é o resultado dessa relação. Cabe ressaltar que para viabilizar o projeto Rural Vivo, não era uma ONG que estava fazendo parceria com a Fundação Abrinq e sim uma APM. Fato esse que me fez refletir novamente sobre as relações que se estabelecem e como elas se estabelecem.

Ao buscar compreender o que era ONG comecei a trabalhar com a idéia de buscar fundamentação para minhas questões por meio de estudos, de pesquisas e da re-leitura dos livros da Maria da Glória Gohn. Afinal, conceituar ONG não é tão simples assim.

Fui me aproximando mais de trabalhos desenvolvidos por ONGs e outras entidades no processo de formação que o *Programa Crer Para Ver* oferece aos coordenadores dos projetos aos quais ele apóia. Dentro desse Programa acontecem encontros semestrais de todos os projetos. Passei então a ampliar o meu universo de observação e de possibilidade de resposta para minhas inquietações. Escolas de São Paulo e de outros Estados do Brasil e também muitas ONGs que tinham parceria com essas escolas participavam dos encontros. Passamos a construir uma rede que tinha como pauta de luta a educação pública. Com a experiência de estar numa outra esfera pública vivenciei o significado de público e privado e de outras esferas de poder.

O projeto **Rural Vivo** foi meu grande impulsionador e por meio dele também será possível, ao final deste trabalho de pesquisa, tecer minhas considerações.

Com a questão da Municipalização na pauta de todas as discussões da educação e com a decisão do Governo Estadual (na época do Governo de Mário Covas) de intensificar o plano de descentralização pautado nos acordos com os municípios para que assumissem, “de forma parceira”, a modalidade do ensino fundamental, decidi ampliar o meu campo de estudos e debates para além das escolas, sindicatos e congressos.

Em 1999 busquei na USP esse novo espaço de discussão, onde participei de duas disciplinas da pós-graduação como ouvinte. Ouvinte era apenas a categoria que me possibilitou participar das disciplinas, porém, a relação que se estabeleceu com o grupo e mestres era de participação ativa. Uma das disciplinas foi ministrada pela professora Lisete Arelaro que com as discussões de Estado e políticas públicas, contribuiu para minha decisão em apresentar o projeto de pesquisa no processo de seleção para mestrado. Os estudos e discussões sobre questões relacionadas às políticas públicas, motivados pela professora Lisete em suas aulas, desvelavam cada vez mais o contexto do estado mínimo neoliberal e sua determinação de passar para a Sociedade Civil responsabilidades e compromissos que são seus. E as perguntas eram: Qual é o papel do Estado em relação à escola pública? Se a escola pública é de responsabilidade do estado qual é nosso papel com o Rural Vivo?

Foi muito importante participar dessa disciplina, tanto para o meu trabalho de pesquisa quanto para o projeto Rural Vivo que teve um salto de qualidade em relação aos objetivos que

estavam propostos. Desde o momento de decisão de desenvolver o projeto **Rural Vivo**, os objetivos propostos refletiam o desejo de fortalecer a comunidade escolar no sentido de buscar seus direitos e cobrar a responsabilidade de quem era de direito, no caso o prefeito de Pindamonhangaba e o governador do Estado de São Paulo. De atuação local, com as comunidades, os professores e os alunos, o projeto desenvolveu de forma crítica e política o processo de formação e de articulação da comunidade escolar para a busca dos seus direitos e a garantia de que fossem respeitados. Nesse sentido, foram encaminhadas diversas solicitações para os órgãos estaduais e municipais, bem como, reuniões com os diversos setores e denúncias à imprensa. Foi todo um processo de construção que se mantém até hoje, em algumas escolas com mais força que outras. Embora o projeto tenha se encerrado em 2001, ele ainda VIVE. Os professores vivem a eterna rotatividade provocada pelas leis que regem o sistema de ensino, mas a comunidade permanece e o **Rural Vivo** também.

Em 2000 ingressei como aluna regular do curso de pós-graduação, mestrado, na USP, com orientação do Professor Moacir Gadotti que, desde então, compartilha do desafio de concretizar este trabalho de pesquisa e dos sonhos de “uma outra educação para um outro mundo possível”. Com ele encontrei um espaço de dizer, fazer, criar e investigar um mundo novo que, lembrando Paulo Freire possa ser mais humano, mais fraterno, menos feio, menos malvado e mais feliz. A sua luta para que a Educação Popular possa estar articulada com a escola pública, sendo respeitada pela educação formal, pelos sistemas de ensino e pela academia, fortalece o objetivo da minha pesquisa de investigar a relação entre ONG e escola pública.

O que definiu meu universo de pesquisa foi a oportunidade de participar da pesquisa “A Parceria ONG – Escola”, de novembro de 2000 a maio de 2001. Essa pesquisa foi desenvolvida em parceria pelo Laboratório de Políticas Públicas da UERJ, pela ONG Projeto Roda Viva e pelo Instituto C&A, de âmbito nacional, realizada em cinco capitais: São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre, Salvador e Goiânia. Participei dessa pesquisa como pesquisadora de campo, na cidade de São Paulo, onde foram selecionadas cinquenta ONGs, ficando sob minha responsabilidade entrevistar vinte e quatro delas, que são o universo deste meu trabalho de pesquisa. A escolha das ONGs foi feita inicialmente pelos idealizadores da pesquisa e, num segundo momento, pelos pesquisadores e seus responsáveis. No meu caso, a seleção final foi feita conjuntamente com o meu orientador, professor Moacir Gadotti.

Toda a equipe da pesquisa participou de um encontro no Rio de Janeiro para definir as questões do instrumento utilizado na entrevista, que em seu formato original está composto por quarenta e seis perguntas. Entre essas questões, num encontro com meu orientador, definimos vinte para serem analisadas no meu trabalho de pesquisa. Ao integrar o grupo para realizar a pesquisa, informei às entidades promotoras o meu interesse em utilizar as entrevistas no trabalho de pesquisa para mestrado, uma vez que, os temas possuem identidade. Todas as entrevistas foram feitas presencialmente, marcadas com os dirigentes das ONGs, gravadas e transcritas na íntegra.

Ao realizar as entrevistas, além das perguntas e respostas, pude observar uma série de questões da entidade, como por exemplo: como ela se organiza, como se relacionam os membros da equipe, como ela se vê na comunidade, se o relato sobre suas atividades condiz com o que ela desenvolve etc. No seu olhar sobre o trabalho que realiza na área da educação, seja ele dentro da escola ou fora da escola, tem como proposta promover uma transformação da qualidade do ensino, ou do currículo, ou do plano, ou do projeto da escola, ou do sistema. Sendo seu público direto os alunos e professores, mesmo nas ações que acontecem fora do espaço da escola.

No início de 2000 passei a integrar, oficialmente, a equipe do IPF (Instituto Paulo Freire), tendo como uma das responsabilidades, representar institucionalmente a entidade junto a ABONG (Associação Brasileira de ONGs), ao FOPONG (Fórum Paulista de ONGs), ao FSM (Fórum Social Mundial) e ao FME (Fórum Mundial de Educação).

Com o sonho e a utopia de “um outro mundo possível”, nasce no primeiro semestre de 2000 o processo de construção do Fórum Social Mundial. Passei a integrar as reuniões de organização em abril de 2000, representando o IPF, quando o sonho era apenas reunir umas 500 entidades das mais diferentes partes do mundo para construir um espaço pensado e gestado pela Sociedade Civil organizada, que pudesse ser um contraponto ao pensamento único e ao sistema econômico vigente. O sonho foi crescendo junto com a descoberta de que redes, movimentos sociais e entidades também têm o poder da mobilização e da comunicação e o resultado foi um evento, em janeiro de 2001, em Porto Alegre-RS, na mesma data do Fórum de Davos, com 26.000 participantes de diferentes lugares. Durante o ano de 2001 continuei o processo de mobilização do FSM e juntamente com outras entidades e movimentos, formamos o Comitê Paulista do FSM, responsável pela mobilização no estado de São Paulo e o Conselho Brasileiro do FSM, responsável pela mobilização e fortalecimento do FSM no Brasil. Ainda no Brasil, em Porto Alegre, tivemos a segunda edição do FSM em 2002 e a terceira em 2003. Durante o FSM de 2003, foi definido que a quarta edição seria realizada na Índia e que o Conselho Brasileiro do FSM organizaria o primeiro FSB (Fórum Social Brasileiro). Representando o IPF, uma das entidades coordenadoras do FSB, participei de toda organização do evento que aconteceu de 06 a 09 de novembro de 2003, em Belo Horizonte, Minas Gerais.

Na esteira do FSM, em janeiro de 2001, um novo espaço de construção e de lutas passa a fazer parte da pauta de educadores do mundo todo. É o FME que nasce com os princípios de: ser um espaço plural; ter caráter internacional; não governamental e não partidário; ser um Movimento, uma rede; ser um articulador das iniciativas existentes em educação. O FME é uma construção de educadores, estudantes, entidades sindicais, movimentos sociais, governos, organizações não-governamentais, universidades e escolas, todos comprometidos com a defesa da educação pública como direito social e inalienável. A primeira edição foi realizada em outubro de 2001, em Porto Alegre-RS e a segunda edição aconteceu em janeiro de 2003, também em Porto Alegre-RS. Na segunda edição foi definido o processo de internacionalização do FME por meio de eventos locais,

nacionais e regionais que fossem estimulados pelas entidades que participam do Conselho Internacional do FME. O IPF é uma das entidades organizadoras do FME que participa do Conselho Internacional e do Comitê Organizador.

Em 2001, impulsionadas pela ABONG (Associação Brasileira de ONGs), as ONGs paulistas construíram um espaço de encontro e fortalecimento, com o Fórum Paulista de ONGs. Em 06 de fevereiro de 2001, participei da reunião do Fórum Paulista de ONGs, no Instituto Pólis, presidida por Silvio Caccia Bava, onde estiveram presentes 21 ONGs de São Paulo, com o objetivo de iniciar o trabalho coletivo de preparação de um conjunto de propostas, a ser levado ao Governo do Município (PT) e também ao Governo do Estado (PSDB), que visa o reconhecimento público da importância do trabalho das ONGs e a formulação de uma política por parte do governo de apoio e fortalecimento dos trabalhos que realizam. Os resultados dessa reunião foram: 1. Levantamento de propostas para integrar uma agenda de atividades voltadas ao Fortalecimento Institucional das ONGs Paulistas. As discussões acerca do relacionamento das ONGs com o poder público e o levantamento das propostas se orientaram em oito eixos temáticos considerados prioritários pelo conjunto dos presentes: a) Comunicação com a opinião pública; b) Controle social das políticas públicas; c) Transparência dos Trabalhos e dos recursos; d) Fontes de Financiamentos; e) Alianças com outros atores da sociedade civil; f) Pesquisa e avaliação de políticas públicas; g) Parcerias com o Governo; h) Participação nas instâncias de gestão. 2. Formação de uma comissão incumbida de sistematizar o conjunto de propostas a ser levado à Prefeita Marta Suplicy, à Câmara Municipal, à Assembléia Legislativa, Dep. Walter Feldmam e ao Governo do Estado, Mário Covas. 3. Levantamento de temas que precisam ser debatidos, internamente, no Fórum Paulista de ONGs. 4. Formação de uma comissão incumbida de preparar uma proposta de trabalho para o Fórum Paulista de ONGs e de traçar uma estratégia que permita consolidar, fortalecer e ampliar a participação das ONGs no Fórum.

Outro espaço aberto para todas as ONGs do estado de São Paulo é o FOPONG, como foi denominado o Fórum Paulista de ONGs, que foi por mim coordenado de 2001 a 2003, representando o Instituto Paulo Freire e por Silvio Caccia Bava, representando o Instituto Pólis. Nesse período, o FOPONG promoveu diversos encontros e seminários para debater e aprofundar questões diretamente ligadas ao universo das ONGs. Uma de suas principais conquistas foi a formulação e encaminhamento do Projeto de Lei Estadual que cria o Fundo e o Conselho Estadual de Projetos Sociais da Sociedade Civil, fundamentado na Constituição do Estado de São Paulo, Artigo 217 - *ao Estado cumpre assegurar o bem-estar social, garantindo o pleno acesso aos bens e serviços essenciais ao desenvolvimento individual e coletivo*. O Projeto foi recebido em 2001 pelo Deputado Estadual Walter Feldmam, Presidente da Assembléia Legislativa na época. Em 22 de maio de 2002 o Presidente da ABONG, Sérgio Haddad, encaminhou a proposta ao Governador Geraldo Alckmin para que fosse encaminhada à Assembléia, uma vez que a proposição de projetos de lei

desta natureza é de iniciativa exclusiva do governador. Até o presente momento, fevereiro de 2004, o FOPONG aguarda os encaminhamentos.

No final de 2003, após a Assembléia Geral da ABONG que definiu a criação da Regional São Paulo, o FOPONG passa a integrar a regional, que é coordenada por cinco ONGs filiadas a ABONG e entre elas o Instituto Paulo Freire. Isso possibilita um espaço de articulação das associadas da ABONG e fortalece as relações entre as ONGs Paulistas.

A relação entre a Sociedade Civil e a Educação está cada vez mais visível nos debates da educação pública brasileira, como um fator de busca de novas políticas públicas da área. Trazer o tema da relação ONG e escola pública como foco da minha pesquisa possibilita um avanço nos debates e a relevância do tema justifica-se ainda pelo fato de que a educação pública tem sido uma área prioritária de atuação das ONGs, permitindo assim a promoção de ação conjunta entre governo e Sociedade Civil, pelo fato de que a pesquisa foi realizada com o olhar de quem está dentro do processo e pelo ineditismo do tema. Além disso, tem-se verificado que existe um grande incentivo do próprio Estado em aprofundar a relação entre as escolas públicas e as ONGs. Essa interação entre Sociedade Civil e Estado tem chamado a atenção também do Mercado, despertando a responsabilidade social de muitas empresas.

Esse trabalho tem como objetivo analisar a participação da Sociedade Civil, por meio das ONGs na escola pública, para responder a questão central da pesquisa que é : Qual é a relação entre as ONGs e as escolas públicas Municipais, Estaduais, e as respectivas redes e sistemas de ensino na visão dos dirigentes das Organizações Não - Governamentais, no período de 1999 a 2002, no Estado de São Paulo.

No **Primeiro Capítulo** realizamos a análise da identidade e da função social das Organizações não-governamentais (ONGs). A denominação ONG foi criada pela Organização das Nações Unidas (ONU), na década de 40, para diferenciá-las dos órgãos governamentais. Porém, nem tudo que não é governo é ONG. As ONGs são associações civis e autônomas, não-estatais, sem fins lucrativos e em sua maioria são suprapartidárias. Afirmam seus objetivos sociais e seu campo de atuação na Sociedade Civil.

No **Segundo Capítulo** abordamos a atuação educacional das ONGs, trazendo para a discussão seu papel como sujeitos dos movimentos sociais e as iniciativas concretas de atuação educacional de algumas ONGs. Será possível haver parcerias entre ONGs e escolas públicas? Apresentaremos também a legislação na qual se apoiam as ONGs para atuarem na escola pública. Não se pretende aqui, discutir profundamente conceitos de Estado e Sociedade Civil, mas a responsabilidade de ambos perante o direito a Educação. Para Maria da Glória Gohn (1999:98), *a educação de um povo consiste no processo de absorção, reelaboração e transformação da cultura existente, gerando a cultura política de uma nação.*

No **Terceiro Capítulo**, que aborda a relação das ONGs com a escola pública na visão dos dirigentes das ONGs, apresentamos a metodologia da pesquisa e das entrevistas. Em relação à

análise dessas entrevistas, sistematizamos os dados, com as características gerais das ONGs, sua área e âmbito de atuação, vínculos que estabelecem com as escolas públicas, os elementos facilitadores e dificultadores de sua atuação e sua visão prospectiva da relação entre ONG e Escola Pública.

No **Quarto Capítulo** apresentamos um referencial de análise da relação entre ONGs e escolas públicas. A categorização das respostas dos dirigentes de ONGs, a partir das entrevistas realizadas surgiu no processo do desenvolvimento da pesquisa, partindo de uma preocupação metodológica, buscando responder as perguntas secundárias que estão relacionadas no Capítulo 3. As observações feitas na pesquisa de campo apontam para a necessidade da participação e parceria do Estado e da Sociedade Civil, como contribuição para a oferta de uma melhor educação para todos.

Considerando-se as informações colhidas no transcorrer da pesquisa, algumas questões emergiram, outras foram contempladas no desenvolvimento da dissertação e outras ainda poderão orientar futuros trabalhos.

As questões que se colocam são: Quem na verdade deveria estar fazendo esse trabalho? A quem cabe a responsabilidade da educação no país? Que falhas estão ocorrendo para justificar a interferência das ONGs nesse setor? Que concepção de educação pode surgir desse novo contexto de parceria entre as ONGs e a Escola Pública?

Ao salientar a importância das ONGs no apoio às escolas, denuncia-se a ausência e negligência do Estado e acena-se para uma nova possibilidade de organização educacional que a parceria entre ONGs e escolas públicas pode possibilitar.

Se fosse uma parceria ONG – Escola – Estado, onde realmente cada um fizesse sua parte, a gente saia desse buraco, mas não tem como nós desse tamanho, sem grana, sem nada, sem apoio nenhum, sem estrutura nenhuma fazer o papel do Estado, por quê? Sendo que todos nós pagamos todos os impostos, não faz sentido. Você tem que questionar qual é posicionamento do Estado nessa parceria (fala de um entrevistado).

Capítulo 1

AS ONGs E SUAS ÁREAS DE ATUAÇÃO

A denominação ONG foi criada pela Organização das Nações Unidas (ONU), na década de 40, para diferenciá-las dos órgãos governamentais. Porém, nem tudo que não é governo é ONG. As ONGs são associações civis e autônomas, não-estatais, sem fins lucrativos e em sua maioria são suprapartidárias. Afirmam seus objetivos sociais e seu campo de atuação na Sociedade Civil.

Neste capítulo faremos a análise da identidade e da função social das Organizações não-governamentais (ONGs), os tipos e suas áreas de atuação, uma breve abordagem sobre o Terceiro Setor e finalizamos trazendo para a discussão o Marco Legal que é uma das questões mais debatidas pelas ONGs nestes últimos anos.

1.1 - O QUE É ONG

A expressão ONG (Organização Não Governamental) é da década de 40, nasce no período pós-guerra e até bem pouco tempo não era muito usada no Brasil, seja em contextos políticos, sociológicos ou de pesquisa. Nos últimos 10 anos é um termo que vem ganhando visibilidade pública e que está despertando o interesse da mídia e do meio acadêmico. Segundo Maria da Glória Gohn (1997:54),

A expressão ONG foi criada pela ONU na década de 40 para designar entidades não-oficiais que recebiam ajuda financeira de órgãos públicos para executar projetos de interesse social, dentro de uma filosofia de trabalho denominada “desenvolvimento de comunidade”.

A ONG é definida como uma entidade sem fins lucrativos e que não está vinculada a nenhum órgão do governo. A denominação ONG apareceu pela primeira vez em 1945, em documento das

Nações Unidas e em 1950 passou a ser utilizada pelo ECOSOC (Conselho Econômico e Social das Nações Unidas).

As ONGs são organizações que objetivam não apenas a satisfação das necessidades e interesses de determinados grupos da sociedade, mas também e, especialmente, mudanças globais através da influência política. As ONGs possuem tanto uma função social como uma função política. Seu trabalho realiza-se sobre uma base não lucrativa. Na maioria dos casos, elas se solidarizam com os mais necessitados e marginalizados e atuam também no intuito de influenciar políticas públicas. No Brasil, essa função política passou a destacar-se mais, na década de 80, a partir da abertura democrática, quando foram criados mais espaços à participação da sociedade.

As ONGs atualmente se articulam como grupos e movimentos na busca influenciar e cobrar do estado as políticas governamentais para que essas supram da maneira mais extensa possível as necessidades da sociedade e de condições de vida iguais e justas no mundo todo e, também, movimentar a sociedade em que estão inseridas, utilizando-se de suas relações de solidariedade, na busca dessa democratização e influência política. Segundo Silvio Caccia-Bava (1994:98),

Na linguagem atual da ciência política as ONGs têm como seu principal motivo de existência o empowerment dos setores sociais excluídos ou discriminados de toda forma privados dos seus direitos. Fortalecer atores sociais emergentes significava auxiliar na sua organização, sistematizar suas reivindicações, estabelecer os contatos que permitissem aos movimentos conquistar o apoio de outros setores da sociedade e o espaço público para suas demandas.

As ONGs têm uma função a desempenhar na medida em que desenvolvem o aspecto associativo e mobilizam os cidadãos a cobrar dos governos a garantia dos seus direitos constitucionais e a cooperar, cumprindo os seus deveres como cidadãos. Mas, para isso, é necessário que as ONGs não se prestem simplesmente à captação de verbas públicas, mas que criem um mecanismo de auto-sustentação.

Quando se reconstitui historicamente a trajetória das organizações que hoje estão sendo denominadas de ONGs (sejam as ONGs populares ou ambientalistas), um primeiro aspecto comum, a ser destacado, é que se trata de grupos com alguma organização formal que atuam tendo em vista a transformação de aspectos da realidade social considerados negativos (SCHERER-WARREN,1995:162).

Centenas de novas entidades se originam da mobilização de grupos por interesses específicos, como crianças de rua, meio ambiente, AIDS e direitos reprodutivos, entre outros. Toda essa diversidade móvel cabe magicamente nas três letrinhas de som esquisito: ONG.

Sintetizando, pode-se definir as ONGs como organizações formais, privadas, porém com fins públicos, sem fins lucrativos, auto-governadas e com participação de parte de seus membros como voluntários, objetivando realizar mediações de caráter educacional, político, assessoria técnica, prestação de serviços e apoio material e

logístico para populações-alvo específicas ou para segmentos da sociedade civil, tendo em vista expandir o poder de participação destas com o objetivo último de desencadear transformações sociais ao nível micro (do cotidiano e/ou local) ou ao nível macro (sistêmico e/ou global) (SCHERER-WARREN,1995:165).

A Sociedade Civil organizada, as ONGs e os Movimentos Sociais e Populares, estão se tornando sujeitos, personagens—chave com potencial para transformação social através da luta por um mundo mais justo, mais igualitário, *menos feio e menos malvado* como nos dizia Paulo Freire.

As ONGs têm em comum o horizonte de um desenvolvimento justo, igualitário e democrático que implique transformações sociais dirigidas à promoção humana. Há uma sociedade a ser reconstituída, em que a participação dos sujeitos das ONGs é considerada como relevante. Elas se organizam em torno dos direitos sociais modernos: direito à qualidade de vida, à felicidade, à não discriminação, à preservação do meio ambiente. Buscam combinar os valores individuais com valores coletivos, a racionalidade individual (dada pelos desejos e aspirações das pessoas) com a racionalidade científica (dada pelos estudos e análises técnicas dos problemas em questão).

As ONGs se constituem, em geral, em espaços coletivos de participação da Sociedade Civil, a partir de interesses de grupos determinados, tendo como referência movimentos e organizações sociais. Procuram manter uma postura crítica e combativa perante as ações dos governos municipais, estaduais e federal e almejam promover a redução das desigualdades sociais.

Ao definir sua entidade, um dos dirigentes entrevistados dá a seguinte explicação: *...é uma ONG, uma Organização Não Governamental, é uma Sociedade Civil de Direito Privado, sem fins lucrativos, de utilidade pública Federal, Estadual e Municipal e de fins filantrópicos – assistência social. O nosso âmbito de atuação é nacional.*

ONG não é movimento, não é Estado, não substitui o Estado, não depende nem econômica nem institucionalmente do Estado, não é empresa lucrativa, não é entidade representativa de seus associados ou de interesse corporativo, não é entidade assistencialista de perfil tradicional, não é mercado e não é organização multilateral.

Ao falar em ONG neste trabalho, assume-se a definição da ABONG ao afirmar aquilo que são: “servem à comunidade, realizam um trabalho de promoção da cidadania e defesa dos direitos coletivos, lutam contra a exclusão, contribuem para o fortalecimento dos movimentos sociais e para a formação de suas lideranças visando à constituição e ao pleno exercício de novos direitos sociais, incentivam e subsidiam a participação popular na formulação e implementação das políticas públicas”.

As tentativas mais recentes de classificação preferem reunir a multiplicidade de iniciativas filantrópicas, comunitárias, promotoras e religiosas que operam a “intervenção social” sob o título de Sociedade Civil.

Já foi instituída uma entidade nacional das ONGs, a Associação Brasileira das ONGs (ABONG), fundada em 1991 com o objetivo de representar e promover o intercâmbio entre ONGs

empenhadas no fortalecimento da cidadania, na expansão dos direitos fundamentais e na consolidação da democracia. Nesse sentido, a ABONG busca ser veículo de expressão, nos âmbitos nacional e internacional, de opiniões, contribuições, propostas e alternativas das ONGs diante do desafio do desenvolvimento da sociedade brasileira .

Segundo Ilse Scherer-Warren (1995:167-170), são quatro as tendências que tipificam as trajetórias das ONGs, segundo suas matizes ideológicas: Neomarxista, Neo-anarquista, Teologia da Libertação e Articulista.

Para Maria da Glória Gohn (1997:12-14), é possível sistematizar os seguintes tipos de ONGs atuando no Brasil nos anos 90: Caritativas, Desenvolvementistas, Cidadãs e Ambientalistas.

a) ONGs **Caritativas**. Voltaram a ter grande expansão no Brasil, recriando um cenário urbano da assistência a partir de categorias específicas como: menor, mulher, idosos, portadores de deficiência etc.

b) ONGs **Desenvolvementistas**. Elas surgiram e vêm crescendo a partir de propostas de intervenção no meio ambiente. A ECO-92 foi o marco mais significativo de sua existência.

c) ONGs **Cidadãs**. Voltadas para a reivindicação dos direitos de cidadania, atuam no espaço urbano, tanto no campo popular como no não-popular.

d) ONGs **Ambientalistas**. No campo da visibilidade urbana, o trabalho destas ONGs é o que mais aparece. Por força de suas ações, contribuem decisivamente para a mudança do perfil das cidades brasileiras.

No Brasil, as ONGs são de todos os tipos e tamanhos. As mais atuantes são as **ONGs Cidadãs**. Essas ONGs atuam em diferentes grupos. Um grupo muito forte é constituído pelas entidades ambientalistas e ecológicas de uma forma geral. Outro grupo é formado pelas ONGs de assessoria a movimentos populares. Outro pelas ONGs que atuam na área da Educação e outro pelas ONGs da área da saúde, em especial as da Aids.

Considerando que todas as ONGs da pesquisa são cidadãs, construímos um quadro com uma possível classificação a partir da proposta da Maria da Glória Gohn.

Quadro nº 1 – Tipos de ONGs

Caritativas	Desenvolvementistas	Ambientalistas
Abrevida Fundação Mokiti-Okada Associação Reciclázaro, Koaraci/Kinderê, Associação Projeto Aprendiz, Associação Criança Brasil, Instituto Dom Bosco, Associação Projeto Anchieta, Projeto Meu Guri, Projeto Quixote, CEPECA, Casa do Zezinho	IPF, Geledés, Ação Educativa, AVT-Br, IBEAC, CIEE, CRECHEPLAN, CEDAC Colméia,	SOS Mata Atlântica, Selementos, ECOAR,

Onde buscar informações sobre as ONGs:

ABONG - Associação Brasileira de ONGs – www.abong.org.br

RITS - Rede de informações para o terceiro setor - www.rits.org.br

SOCIEDADE ONGs - Listagem com nome e endereço eletrônico de ONGs brasileiras. - www.socongs.com.br

ONGs DA BAHIA - Lista com nome e endereço de organizações não governamentais com atuação no estado da Bahia/Brasil. - www.ongba.org.br

INSTITUIÇÕES BRASILEIRAS DE ENSINO E PESQUISA (catálogo) - Lista de universidades, faculdades e fundações de pesquisa, públicas e privadas, organizadas por região e por estado do país, desde que tenham páginas na Internet. www.ufrj.br/webr.html

REDIBIA - Rede Brasileira de Informação e Documentação sobre Infância e Adolescência. www.redibia.org.br

ARQUIVO EDGARD LEWENROTH (Arquivo do ICHF/UNICAMP) - Maior arquivo brasileiro na área de sindicalismo e trabalho. www.ssac.unicamp.br

CUT - Central Única dos Trabalhadores - Informações sobre as atividades da central sindical, artigos, agenda, documentos, endereços eletrônicos das entidades afiliadas (links), e-mail. www.cut.org.br

VIVA RIO - Informações sobre os diversos projetos nas áreas de saúde, educação, segurança pública, reciclagem de embalagens plásticas, desenvolvidos em parceria com a prefeitura do Rio de Janeiro e as diversas comunidades. Central de Notícias www.vivario.org.br

1. 2 - ÁREA DE ATUAÇÃO DAS ONGs

O campo de atuação das ONGs têm crescido muito a partir da década de 90. Esse movimento já vem desde o início do século – veja-se a obra de Maria Lacerda de Moura – mas, começou a ter uma força política expressiva a partir dos anos 50 e 60 – veja-se a obra de Paulo Freire. No livro “A Educação como Ato Político Partidário”, publicado em 1989, vários autores tratam da questão da participação popular na escola pública, notadamente por meio de Conselhos Populares e Conselhos de Escola. Veja-se neste livro principalmente as contribuições de Djalma Bom, Celso Daniel e Perseu Abramo sobre Conselhos Populares e participação popular. Ainda, sobre Conselhos de Escola as contribuições de Moacir Gadotti, Lisete Arelaro e Paulo Frateschi. No campo da Assistência Social – veja-se cadernos ABONG nº 30 de novembro de 2001, especialmente os artigos de Maria Carmelita

Yazbek, Valdete de Barros Martins e Elaine Rossetti Behring – a participação popular abre espaço com a instituição dos Conselhos de Assistência Social, conforme CF.1988 e Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), promovendo um avanço na área da assistência social hoje constituída numa rede sócio-assistencial com cerca de quatro mil municípios com conselhos.

Segundo Maria da Glória Gohn,

As ONGs são possibilidades à medida que representam um novo espaço organizativo da sociedade civil, de forma mais espontânea, menos burocratizada. Poderão ser mecanismos fundamentais de construção da cidadania brasileira, podendo atuar como agentes de fiscalização da sociedade civil sobre a sociedade política, no gerenciamento de bens públicos. (GOHN,1997:61).

Podemos encontrar ONGs atuando no campo do assistencialismo, por meio da filantropia, no campo do desenvolvimentismo, por meio dos programas de cooperação internacional entre ONGs e agências de fomento públicas ou privadas, no campo da cidadania, da educação, da comunicação, da cultura, da saúde, por meio das ONGs criadas a partir de movimentos sociais que lutam por direitos sociais.

Nota-se que no atendimento as demandas de apoio aos menores e adolescentes encontra-se o maior número de ONGs de base local. Uma grande parte delas atua no campo da Assistência Social e estabelece contratos ou convênios com a Secretaria Municipal de Assistência Social. Na educação, atuam em programas com meninos e meninas nas ruas, jovens e adolescentes em situação de risco face o mundo do trabalho, da violência e das drogas, complementação escolar, formação e capacitação de profissionais da rede escolar, creches e/ou escolas de educação infantil, campanhas e programas de educação para os direitos humanos, educação para o trânsito, prevenção de doenças e da AIDS, educação ambiental, etc.

Um de nossos entrevistados aponta como campo de atuação o *Local-Municipal, Estadual, Nacional e Internacional* e justifica:

Por conta de que atuamos na questão da formação, então nós trabalhamos com multiplicadores de formação e recebemos formação, interagimos na troca com Instituições Nacionais e Internacionais. Hoje em função da aldeia Global, a gente deve trabalhar essa coisa de integração entre os diferentes, para garantir a igualdade a todos.

As ONGs, em especial as ambientalistas, desempenham uma importante função no campo da educação ambiental em programas e projetos com comunidades, escolas e movimentos sociais e populares. Do total das ONGs existentes no Brasil, 40% são chamadas de “Organizações Ecológicas”. O desenvolvimento de educação ambiental no Brasil iniciou-se em 1975, com a reformulação das escolas secundárias no contexto de ciências e físicas pela Fundação Educacional de Brasília. A seguir, em 1977, foi criado o “Projeto das Ciências de Meio Ambiente”, introduzido nas escolas primárias de São Paulo. De 1978 a 1980, o Ministério da Educação desenvolveu o “Projeto

Ecologia para Escolas Secundárias”, em nível nacional. Em 1983, como resultado de implementação do Plano Nacional de Conservação de Meio Ambiente, foi criada a Comissão Diretora para Planejamento do Meio Ambiente. O Plano representou o marco inicial para projetos de educação ambiental que incluíam a participação da comunidade. De 1985 a 1989 o Governo Federal criou o programa “Nossa Natureza”, como resultado da pressão internacional contra o desmatamento da floresta amazônica, que durou até 1990.

A educação ambiental, no Brasil, evoluiu muito na década de 90. Porém, a maioria das iniciativas positivas na área de meio ambiente ainda é executada em um contexto isolado. Há uma série de dificuldades que restringem o desenvolvimento de projetos no Brasil, como as mudanças de governo, a precariedade das políticas públicas, a falta de suporte financeiro, de estrutura dos projetos e de integração e cooperação entre instituições. Não há dúvidas sobre a importância da contribuição das ONGs no processo de evolução da educação ambiental no Brasil. Porém, a continuidade de seus projetos tem sido altamente comprometida pelas dificuldades acima apresentadas. Não é o objetivo das ONGs, isoladas ou em grupo, substituir a ação governamental. No entanto, sem a sua contribuição, a educação ambiental no país não teria avançado tanto e criado tantos movimentos ambientalistas.

O trabalho das ONGs se diferencia, em parte, do trabalho realizado pelos movimentos sociais que atuam, prioritariamente, na linha da militância e da politização da Sociedade Civil.

Os institutos e fundações ligados a empresas, em sua maioria, atuam nas mais diversas áreas sociais, incorporando critérios da economia de mercado do capitalismo para a busca de qualidade e eficácia de suas ações e atuam segundo estratégias de marketing, utilizando a mídia para divulgar suas ações e desenvolver uma cultura política favorável ao trabalho voluntário em seus projetos. Com a criação dessas entidades, as empresas são consideradas socialmente responsáveis e se beneficiam com as leis de incentivo fiscal.

Nos anos 90, o movimento ambientalista foi o grande responsável pela nova organização das ONGs e pela consciência ecológica que tomou corpo com a aproximação da Eco-92 e com a consolidação de muitas ONGs que vinham trabalhando com questões ambientais. Surge um Fórum Nacional de ONGs ambientalistas com atuação local, nacional e até internacional. Ainda, no Rio, com Betinho (Herbert de Souza), surge outro importante movimento que mobilizou a sociedade em todo o país: a “Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida”.

Segundo Maria da Glória Gohn (1997:14),

O fenômeno das ONGs nos anos 90 reafirma o poder das teses e discussões acerca da importância da sociedade civil atual (Wolfe, 1992; Arato, 1994). (...) Hoje as ONGs geram menos edificações físicas e mais relações sociais, situando-se entre o mercado e o Estado (Offe, 1992; Prezworski, 1989) e no coração da sociedade civil (Touraine, 1994).

As ONGs Cidadãs ao estabelecer parcerias com empresas, governos, fundações, institutos e outras organizações de fomento colocam como princípios garantir sua autonomia, sua liberdade de pensamento, de ação e de movimento para desenvolver os objetivos e metas dos seus programas e projetos. Ao estabelecer uma relação clara e dialógica com o financiador a parceria se pauta no respeito às individualidades.

Assumir a parceria verdadeiramente, construindo coletivamente, respeitando todos os segmentos envolvidos, garantindo a avaliação dialógica e processual, o diálogo permanente, a flexibilidade para ajustes apontados nas avaliações; o incentivo e o reconhecimento de todos enquanto sujeitos do processo de construção. (fala de um entrevistado)

1.3 – ONGs E TERCEIRO SETOR

O Terceiro Setor, não-governamental e não-lucrativo, é um conceito, uma expressão de linguagem que foi traduzida do inglês ("Third Sector") e faz parte do vocabulário sociológico corrente nos Estados Unidos. De natureza européia – Inglaterra e fortalecido pela América – Estados Unidos, o Terceiro Setor é um termo utilizado no primeiro mundo para diferenciar o que não é Estado e nem Mercado. Chama-se "Terceiro" porque supõe um "Primeiro" e um "Segundo". A idéia central resume a participação na vida em sociedade por setores: 1º setor: Estado, 2º setor: Privado Produtivo e 3º setor: Sociedade Civil.

O termo "Terceiro Setor" também é objeto de muita discussão e tem recebido definições diversas na academia e entre as organizações que dele fazem parte. Segundo o pesquisador norte-americano Lester Salamon:

Embora a terminologia utilizada e os propósitos específicos a serem perseguidos variem de lugar para lugar, a realidade social subjacente é bem similar: uma virtual revolução associativa está em curso no mundo, a qual faz emergir um expressivo 'terceiro setor' global, que é composto de (a) organizações estruturadas; (b) localizadas fora do aparato formal do Estado; (c) que não são destinadas a distribuir lucros aferidos com suas atividades entre os seus diretores ou entre um conjunto de acionistas; (d) autogovernadas; (e) envolvendo indivíduos num significativo esforço voluntário. (Lester Salamon, 1993 in FERNANDES, 1994:19).

Além dessa corrente americana, identificada com o Center for Policy Studies da Johns Hopkins University temos a corrente européia que identifica o Terceiro Setor com a economia social, que engloba os setores do cooperativismo, do mutualismo e do associativismo.

Assim como nem tudo é ONG o Terceiro Setor não é só ONG. Pode-se dizer que as ONGs fazem parte do Terceiro Setor, embora nem todas se reconheçam como, por considerarem que o termo está muito relacionado aos Institutos e Fundações Empresariais.

Terceiro Setor é o conjunto de iniciativas particulares sem fins lucrativos com um sentido público, composto por formas tradicionais de ajuda mútua (atividades assistenciais e beneficentes), movimentos sociais e associações civis (associações de bairro, grupos), filantropia empresarial (fundações ligadas a empresa privadas) e ONG'S". (O que é Terceiro Setor, 2001 www.rits.org.br).

O Terceiro Setor, que é também conhecido por “terceira onda” e “terceira via”, é de interesse público, sem ser oficial e sem representatividade formal, e parte da iniciativa privada, mas sem fins lucrativos. Para Rubem César Fernandes (1994:21), *o conceito denota um conjunto de organizações e iniciativas privadas que visam à produção de bens e serviços públicos. Esse é o sentido positivo da expressão, bens e serviços públicos, neste caso, implicam uma dupla qualificação: não geram lucros e respondem a necessidades coletivas.*

Constituído por organizações privadas sem fins lucrativos o terceiro Setor surgiu para suprir necessidades sociais uma vez que o Estado considerado o Primeiro Setor e o Mercado o Segundo Setor não estavam dando conta. Nessa perspectiva, nos anos 80, na cidade de São Paulo, inicia-se a mais importante iniciativa empresarial dando origem ao Grupo de Instituto, Fundações e Empresa (GIFE), que contribuiu para a expansão do terceiro setor no Brasil. O GIFE é composto por instituições, fundações e empresas que disponibilizam recursos privados para fins públicos.

O Crescimento do Terceiro Setor é um fenômeno no mundo, que se apresenta muito fortemente na economia americana (Estados Unidos) e sua expansão está ligada aos países subdesenvolvidos e em desenvolvimento. O Terceiro Setor brasileiro já movimenta 1,5% do PIB, o que representa cerca de 11 bilhões por ano, envolvendo em suas atividades 2,7% da população economicamente ativa. Os números mostram que esta é uma área dinâmica, em franco crescimento e cujo desafio maior é intensificar o processo de profissionalização e despir-se do preconceito. A avaliação é de Marcos Kisil, presidente do Grupo de Instituições e Fundações Empresariais (GIFE). *Hoje, o fundamental é fazer com que os investimentos na área social efetivamente se transformem em benefício social.* (A Tarde-BA, p.11/04/02 – Raul Fonseca)

O crescimento do Terceiro Setor se objetiva sobre alguns aspectos: O crescimento da oferta de emprego; A reforma do Estado, no sentido de melhorar o desempenho da administração pública; A transformação da prática democrática, para a prática democrática participativa; A representação partidária é um dos múltiplos meios de viabilizar a participação dos cidadãos; A história brasileira recente.

O setor informal é hoje considerado como uma fonte de riqueza, como um potencial inexplorado de empregos e de rendas, mesmo que o aumento considerável de famílias condenadas a reduzir suas expectativas a meras estratégias de

sobrevivência seja, provavelmente, uma das principais causas do crescimento da economia informal. (Gonh,1997,p.35).

Perspectivas para o Terceiro Setor no Brasil: possibilidade de expansão com uma maior participação no PIB; possibilidade de geração de emprego; promover melhora nas condições de vida da população excluída; articular os diferentes setores em causas de interesse comum; ampliar a base de atuação política; mobilizar em torno de temas que contribuam para a criação de uma democracia econômica (vida comunitária, harmonia social, segurança, desenvolvimento humano e melhoria da vida cultural) e fortalecer as redes para o ativismo político.

1.4 - MARCO LEGAL E NOVOS DESAFIOS

Nos últimos 15 anos, o Brasil viveu um importante período de transição política, marcada pelo movimento neoliberal. Voltamos a vivenciar a liberdade democrática e a ter eleições diretas em todos os níveis (a partir de 1989, com a eleição de Fernando Collor de Melo para Presidente); formulamos e aprovamos uma nova Constituição (CF.1988), bem como leis importantes para o avanço da política social como o Estatuto da Criança e do Adolescente (1990) e a Lei Orgânica de Assistência Social (1993).

Na América Latina, há 150 milhões de pessoas vivendo com apenas o equivalente a US\$ 2 por dia. E, no Brasil, insiste-se em promover ajustes econômicos que, em vez de diminuir as desigualdades, estão aumentando-as de maneira acelerada. No contexto de uma política neoliberal, o Estado perde crescentemente sua capacidade de governar e deixa ao mercado que regule a vida social. É irreal pensar que o mercado se encarregará, por si só, de melhorar a precária situação das maiorias.

Nos últimos anos, entretanto, as mudanças no cenário nacional e internacional foram bruscas e velozes. Sujeitos e papéis tradicionais foram embaralhados e, ainda, agora é difícil fixar seus lugares no jogo social. As ONGs podem preservar o que há de melhor no Estado e no Setor Privado Produtivo, sem necessariamente herdar seus defeitos. Elas representam os interesses públicos tanto quanto podem ser legitimadas pelo seu público, e têm agilidade de iniciativa que independe de canais burocráticos. Além disso, mais que opositoras podem ser mediadoras nas relações com o Estado e o Setor de Produções, e entre eles.

A Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999, dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) e institui e disciplina o termo de Parceria. De fato, estabelece, de forma pioneira no Brasil, um novo disciplinamento jurídico às entidades integrantes do chamado Terceiro Setor. Com a compreensão de que o Terceiro Setor é mais do que uma definição de caráter institucional que

abarca o conjunto das Organizações Não Governamentais. É uma realidade social representada por todas as instituições: associações, sociedades civis ou fundações de direito privado que apresentam como escopo maior o bem comum por meio de ações concretas e objetivas.

A Lei nº 9790/99 começa por estabelecer que apenas poderão ser qualificadas como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público as pessoas jurídicas de direito privado, portanto, as sociedades civis, associações civis e fundações, sem fins lucrativos, que tiverem em seus estatutos, finalidade e objetivos em conformidade com os requisitos agora determinados legalmente. Esta Lei diferencia entidades da Sociedade Civil que prestam de forma universal e sem fins lucrativos os seus serviços, dos organismos do Estado e do Mercado.

Dessa forma, foi instituído um primeiro marco legal englobando todas as entidades que formam o Terceiro Setor e que apresentem, em seus estatutos, objetivos ou finalidades sociais voltadas para a execução de atividades de interesse público nos campos da assistência social, cultura, educação, saúde, voluntariado, desenvolvimento econômico e social, da ética, da paz, da cidadania e dos direitos humanos, da democracia e de outros valores fundamentais, além da defesa, preservação e conservação do meio ambiente. Podendo essas entidades relacionarem-se com o poder público federal, estadual ou municípios, visando à execução de atividades de interesse público por intermédio de um vínculo de cooperação entre as partes, que a lei denominou de *termo de parceria*.

O **termo de parceria** é definido no artigo 9º da Lei 9.790 como instrumento destinado à formação de vínculo de cooperação entre o Poder Público e as entidades qualificadas como OSCIP's para o fomento e a execução das atividades de interesse público previstas no artigo 3º, que é uma de suas grandes inovações. Permitirá a formação de parcerias entre o Poder Público, em suas várias esferas, e as entidades integrantes do Terceiro Setor, tendo como tônica os princípios da transparência, da competição, da cooperação e da parceria propriamente dita. Na execução do termo de parceria haverá um controle tripartite, ou seja: do Poder Público da área de atuação correspondente à atividade fomentada, dos Conselhos de Políticas Públicas em cada nível de governo e da própria entidade.

A grande **contribuição governamental** tem sido na área jurídica, de regulamentação de novas regras para o trabalho voluntário - muito utilizado pelas ONGs - por meio de leis que normatizam e criam novos tipos de relações de trabalho, de prestação de serviços não remunerados por períodos superiores a noventa dias e que não criam vínculos empregatícios, e, conseqüentemente, desobrigam dos encargos trabalhistas. Em termos de política social, esta nova frente está avançando a passos largos na formulação de uma legislação específica que normatize as atividades do Terceiro Setor, em especial as relativas ao setor de "voluntariado", sem vínculos empregatícios. É importante observar que no discurso dos defensores deste tipo de trabalho, a independência em relação ao sindicato é bastante destacada. Ou seja, o trabalho voluntário não possui, até o momento, redes de articulações ou de pressões.

O **voluntariado** sempre existiu, sempre foi legalmente viável. Contudo, o grande problema, juridicamente, sempre, foi fixar o limite entre o serviço voluntário e a relação de emprego, como distinguir um do outro. Demarcar essa fronteira é, talvez, a maior contribuição da Lei nº 9.608/98. A lei criou um contrato novo. A distinção entre o contrato de trabalho e o serviço voluntário é a existência de relação não onerosa, ou seja, embora uma pessoa realize trabalho, não recebe remuneração por ele. O voluntário também é pessoa física da mesma maneira que, no contrato de trabalho, presta serviços que vão ser dirigidos por aquele que assumirá as responsabilidades pelos resultados da atividade.

Para que haja voluntariado, é necessário que o trabalho não seja remunerado, não haja contrapartida de qualquer espécie, o voluntário seja pessoa física, o serviço seja prestado à entidade pública de qualquer natureza ou instituição privada sem fins lucrativos, haja termo escrito de adesão, dele devendo constar o objeto e as condições do trabalho a ser prestado.

Espera-se que, na prática, esta lei seja suficiente para coibir a tentativa de fraude ao contrato de trabalho, assim como para incentivar o voluntariado em nosso país, tão necessitado de iniciativas do gênero.

As leis no Brasil, no que diz respeito aos direitos sociais, são uma referência do que gostaríamos que a sociedade fosse, mas o “império” do capitalismo mundial vem impedindo que possamos ter essa sociedade. A sociedade civil por si só não consegue garantir que essas leis se tornem totalmente efetivas, mas luta para que os direitos dos cidadãos sejam priorizados nas políticas públicas em nosso país.

Os **novos desafios** das ONGs são:

a) A **identidade** na era da globalização. É papel das ONGs ressaltar a capacidade de “pertencer” a algum grupo social, de preservar o sentimento comunitário e, ao mesmo tempo, temos que nos atualizar sobre os fatos dessa sociedade, entendendo assim o processo de globalização;

b) **Eqüidade na diversidade**. Hoje pensar em democratização significa pensar em políticas sociais diferenciadas;

c) A **visão micro e macro da sociedade** (Sociedade Civil versus Estado). O Estado só vai ser mais democrático se ele se deparar com uma Sociedade Civil mais reivindicativa, mais organizada.

No dizer de Hebert de Souza (1991), o papel das ONGs no Brasil, na década de 90, é propor à sociedade brasileira, a partir da sociedade civil, uma sociedade democrática, dos pontos de vista político, social, econômico e cultural. Afirmo ele ainda que, apesar da luta hoje parecer mais suave, as certezas quanto aos rumos são mais difíceis, porque pressupõe colaborar com o Estado para a democratização da sociedade, propor uma nova forma de produzir e distribuir bens e serviços que supere os limites da lógica do capital, publicizar o Estado e restabelecer o público, e universalizar todos os valores éticos de sua própria experiência.

Outros desafios para as ONGs atualmente são: as grandes dificuldades de financiamento (ONGs pequenas), especialmente por agências de fomento estrangeiras e o de estabelecer diálogo com os setores governamental e empresarial. No âmbito da discussão sobre o papel da empresa privada junto à sociedade e das propostas de reformulação do Estado, as ONGs podem se beneficiar e tomar iniciativa de ações em parceria com esses setores.

Para enfrentar esses desafios e superar as dificuldades as ONGs precisam buscar soluções estratégicas e criar novos instrumentos de gestão que garantam o cumprimento de seus objetivos institucionais. É importante que estabeleçam parcerias e aprendam a trabalhar em rede. As ONGs que tendem ao trabalho isolado, dificilmente sobreviverão, pois, por maior que seja seu potencial, sempre será menor em relação às que estão em redes.

Abaixo, algumas mudanças na legislação que regem este setor. As normas estão transcritas na íntegra. Apenas a publicação original no Diário Oficial tem valor legal.

1. [Lei 9.867, de 10 de novembro de 1999](#), cria a figura das cooperativas sociais, que visam a integração social de pessoas desfavorecidas. Leia também sobre a decisão do Supremo Tribunal Federal que garante a isenção do pagamento de contribuição previdenciária a hospitais e escolas que prestam assistência social.
2. [Portaria nº 361, de 27 de julho de 1999, do Ministério da Justiça](#). Regulamenta os procedimentos para qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público.
3. [Íntegra de decisão do Supremo Tribunal Federal](#). O Supremo Tribunal Federal suspendeu provisoriamente os efeitos da [Lei nº 9.732](#), de 11 de dezembro de 1998, que restringia a isenção de contribuição para a seguridade social que beneficia as entidades filantrópicas. Essa lei obrigava as entidades de assistência social a prestar exclusivamente serviços gratuitos e criava nova forma de cálculo para a isenção das entidades de saúde e educação, limitando-a à proporção em que atendam gratuitamente a população. Com a decisão do Supremo, dada em medida liminar pelo Ministro Marco Aurélio, voltam a valer as antigas normas, não mais obrigando a prestação gratuita de serviços e tratando de forma igual, entidades de assistência social, educação e saúde.
4. [Decreto nº 3.100, de 30 de junho de 1999](#). Regulamenta a Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999, que dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, institui e disciplina o Termo de Parceria, e dá outras providências.
5. [Medida Provisória Nº 1.894-19, de 29 de junho de 1999](#). Estabelece a nulidade das disposições contratuais que menciona. Inverte, nas hipóteses que prevê, o ônus da prova nas ações intentadas para sua declaração, e altera o art. 1º da Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985.

6. [Medida Provisória nº 1.858-6, de 29 de junho de 1999.](#) Altera a legislação das Contribuições para a Seguridade Social - Cofins, para os programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público - Pis/Pasep e sobre o lucro líquido, do Imposto sobre a Renda, e dá outras providências.
7. [Instrução Normativa SRF nº 67, de 14 de junho de 1999.](#) Dispõe sobre a não incidência da CPMF no caso de entidades beneficentes de assistência social.
8. [Resolução CNAS nº 116, de 19 de maio de 1999.](#) Determina que atividades realizadas por entidades beneficentes atendem o requisito da gratuidade, exigido para que estas entidades possam obter a isenção de contribuição patronal à seguridade social.
9. [Decreto nº 3.048, de 06 de maio de 1999.](#) Aprova novo regulamento da previdência social.
10. [Lei nº 9.790 de 23 de março de 1999.](#) Dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, institui e disciplina o Termo de Parceria, e dá outras providências.
11. [Resolução CNAS nº 32 de 24 de fevereiro de 1999.](#) Revoga a resolução CNAS nº 46-94, alterando as normas para concessão e renovação do Certificado de Entidade de Fins Filantrópicos.
12. [Lei nº 9.732, de 11 de dezembro de 1998.](#) Altera dispositivos das Leis nºs 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, da Lei nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996, e dá outras providências. Esta lei modifica as regras para as OSCS obterem a isenção da cota patronal da contribuição para a Previdência Social.
13. [Lei nº 9.718, de 27 de novembro de 1998.](#) Altera a Legislação Tributária Federal. Esta lei modifica o parágrafo 3º do artigo 12 da Lei nº 9.532/97, dando nova definição de entidade privada sem fins lucrativos.
14. [Lei nº 9.637,](#) de 15 de maio de 1998. Dispõe sobre a qualificação de entidades como organizações sociais, a criação do Programa Nacional de Publicização, a extinção dos órgãos e entidades que menciona e a absorção de suas atividades por organizações sociais, e dá outras providências.
15. [Decreto nº 2.536,](#) de 6 de abril de 1998. Dispõe sobre a concessão do Certificado de Entidade de Fins Filantrópicos a que se refere o inciso IV do art. 18 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993.
16. [Lei nº 9.608,](#) de 18 de fevereiro de 1998. Dispõe sobre o serviço voluntário e dá outras providências.
17. [Lei nº 9.601,](#) de 21 de janeiro de 1998. Dispõe sobre o contrato de trabalho por prazo determinado e dá outras providências.

18. [Lei nº 9.532](#), de 10 de dezembro de 1997. Altera a Legislação Tributária Federal e dá outras providências.

Abaixo algumas das mais relevantes propostas de reforma da legislação que rege o terceiro setor. Nosso objetivo é divulgar as propostas existentes. Envie-nos novas propostas.

1. [Reforma Tributária e o Terceiro Setor: Proposições Preliminares](#). Nota para discussão. Silvio Sant'Ana, Secretario Executivo da Fundação Grupo Esquel Brasil, elaborou uma lista de propostas preliminares de modificações na Constituição Federal a serem incluídas na reforma tributária. São todas propostas que tratam do terceiro setor. Corrigem imperfeições do texto atual da Constituição, reconhecendo o papel do setor na promoção de mudanças sociais e garantindo-lhe um tratamento tributário justo. As propostas estão em discussão e o autor aceita e agradece comentários, críticas e sugestões.
2. [Proposta de Emenda à Constituição Nº 175, de 1995](#). Altera o sistema tributário nacional. Esta é a proposta de mudança na Constituição apresentada preliminarmente pelo deputado federal Mussa Demes, relator do projeto na Comissão de Reforma Tributária. A proposta está aberta para discussão e o deputado agradece o envio de comentários, críticas e sugestões.
3. [Projeto de Lei Complementar Nº 18/99](#). Lei de Responsabilidade Fiscal. Trata-se do projeto de lei de responsabilidade fiscal em discussão entre o Congresso e o governo. O projeto estipula princípios fundamentais e normas gerais de finanças públicas e estabelece o regime de gestão fiscal responsável, obrigando governantes ao bom uso do dinheiro público.
4. [Projeto de Lei nº 4.690/98](#). Dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como organizações da sociedade civil de caráter público, institui e disciplina o Termo de Parceria, e dá outras providências. Leia também a [Exposição de Motivos](#) que acompanha este projeto. Este Projeto de Lei foi recentemente aprovado por unanimidade na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, resultando na [Lei nº 9.790](#), de 23 de março de 1999. Fruto de discussão promovida pelo Conselho da Comunidade Solidária, envolvendo representantes de OSCS, autoridades governamentais e juristas, propôs a criação da qualificação de Organização da Sociedade Civil de Caráter Público e de nova modalidade contratual para a parceria entre as OSCS e o poder público, o Termo de Parceria. O texto final aprovado corresponde ao substitutivo do deputado Marcelo Déda (PT-SP), baseado em [substitutivo](#) anterior do deputado Milton Mendes (PT-SC) produzido ainda na legislatura

passada. A lei modificou o nome da qualificação para Organização da Sociedade Civil de Interesse Público.

5. [Anteprojeto de Lei Complementar](#). Dispõe sobre tributação de instituições do terceiro setor, incentivos fiscais e medidas complementares. Este Anteprojeto de Lei, resultado da discussão promovida pelo Conselho da Comunidade Solidária envolvendo representantes de OSCS, autoridades governamentais e juristas, propõe novas regras para a isenção e imunidade tributárias e a criação de novos incentivos para doações em favor de OSCS.
6. [Projeto de Lei da Câmara nº 118/84](#). Institui o Código Civil. Trata-se de projeto de novo Código Civil, propondo novas regras para criação, funcionamento interno e extinção de associações e fundações. Este projeto está em tramitação no Senado Federal.
7. [Estatuto do Bom Samaritano](#). Esta proposta, feita pela Federação do Comércio do Estado de São Paulo e pelo SESC-SP, tem como objetivo incentivar a doação, através de OSCS, de alimentos à população carente. Propõe a desresponsabilização civil e criminal, em certos casos, de doadores, bem como a criação de isenções e incentivos fiscais para a doação de alimentos e equipamentos a OSCS. Esta proposta foi enviada ao Presidente da República.

Está em discussão entre o Congresso e o governo a reforma tributária. Ela promete criar um novo sistema tributário, com novos e diferentes impostos e a redistribuição de recursos entre a União, estados e municípios. Na prática, vai modificar a vida do cidadão.

Capítulo 2

A ATUAÇÃO EDUCACIONAL DAS ONGs

Existem poucos estudos específicos sobre a participação das ONGs na educação e principalmente sobre o enfoque da escola pública. A bibliografia é restrita. A Sociedade Civil tem-se transformado cada vez mais em símbolo de solidariedade social, civismo, democracia, entre outros. Passou a assumir uma representação positiva, enquanto que, atualmente, por influência do **pensamento único** neoliberal, Estado e Governo estão cada vez mais associados a fatores negativos, geradores de crises. Se ficarmos apenas com uma visão positiva da sociedade civil e outra negativa do Estado, estaremos sendo muito simplistas e até nos permitindo um equívoco, pois não é possível pensar em um sem o outro. Poderemos sim, fortalecer a Sociedade Civil para que ela interfira e transforme as instituições do Estado, para que se estabeleça a real democracia e Estado e Sociedade Civil possam se articular de forma construtiva.

A educação tem no Estado o seu principal financiador e regulador e encontra hoje, na Sociedade Civil, organizações que se articulam para responder as necessidades das escolas e possibilitar que a tão discutida e divulgada “qualidade” realmente aconteça. Porém, por mais que essas organizações tentem universalizar suas ações, ainda não se chegou à grande maioria de escolas. Certamente as ações das ONGs estão contribuindo para que povo e governo possam ter exemplos de sucesso e idéias de como conduzir a educação no nosso país.

...não é papel das ONGs substituir as obrigações do Estado, o que eu acho é que as ONGs criam experiências modelos e experiências exemplares, experiências inovadoras originais que podem vir a ser objeto de políticas públicas universais e acho que essa seria a relação adequada, que descobertas que se fazem nessas experiências poderiam ser apropriadas e destinadas à uma maior população. (fala de um entrevistado).

2.1 - ONGs, SOCIEDADE CIVIL E ESFERA PÚBLICA

Não se pretende, aqui, uma discussão ampla sobre os mecanismos de participação dos movimentos sociais, das ONGs e das associações na esfera pública, mas para iniciarmos essa discussão achamos relevante esclarecer sobre qual concepção de sociedade civil e de esfera pública estamos falando. Sabemos que qualquer transformação na sociedade passa necessariamente pelo Estado¹, definido como poder, povo e território. O que se espera é compreender se está havendo omissão ou não por parte do Estado em relação à educação e que espaço é esse que está sendo ocupado pela Sociedade Civil. Se pensarmos que o Estado é a sociedade política que ao mesmo tempo se distingue e se confunde com ela, torna-se necessário revisitar diferentes representações do conceito de Sociedade Civil.

Buscando compreender o conceito de Sociedade Civil, Norberto Bobbio, em seu livro “O Conceito de Sociedade Civil” (1982), faz uma análise entre Gramsci, Hegel e Marx. Para ele, Gramsci partiu do conceito de Sociedade Civil apresentado nos estudos de Hegel. Hegel inovou radicalmente com relação à tradição jusnaturalista anterior a ele, pois abandonou as análises que reduziam as relações econômicas às suas formas jurídicas (teoria da propriedade e dos contratos). Quando escreveu “Filosofia do Direito”, em 1821, Hegel representou a esfera das relações pré-estatais, chamando de Sociedade Civil, não mais a sociedade política como seus predecessores, mas a sociedade “pré-política”, isto é, a fase da sociedade que era conhecida como “sociedade natural”. Norberto Bobbio (1982), esclarece que a Sociedade Civil de Hegel não é o reino da ordem natural, o “estado da natureza”, mas o reino “da dissolução, da miséria e da corrupção física e ética”, que deve ser regulamentado, dominado e anulado na ordem superior do Estado. Fazem parte desse reino, a esfera das relações econômicas, a formação das classes, a administração da justiça e o ordenamento administrativo e corporativo.

Norberto Bobbio conclui que os intérpretes da “Filosofia do Direito” de Hegel concentram sua atenção na teoria do Estado, negligenciando a análise hegeliana da Sociedade Civil. Segundo Norberto Bobbio, Gramsci foi o primeiro escritor marxista a utilizar o conceito de Sociedade Civil, referindo-se textualmente a Hegel. Tanto em Marx como em Gramsci, a Sociedade Civil (e não mais o Estado, como em Hegel), representa o momento ativo e positivo do desenvolvimento histórico. Mas a Sociedade Civil em Gramsci é algo diverso do que era em Marx, porque não pertence ao momento da “estrutura”, e sim ao momento da “superestrutura”. Analisando as sociedades ocidentais

¹ Para um aprofundamento sobre a questão das relações entre Estado e Sociedade Civil no Brasil, consultar o Capítulo 1 – “Redefinição das relações Estado e Sociedade Civil no Brasil”, da tese de Livre Docência do Professor Pedro Roberto Jacob (1996), bem como o Capítulo 2 – “Cidadania, Democracia e Educação”, da dissertação de mestrado do Professor Pedro de Carvalho Pontual (1995), especialmente os itens 3 – “Radicalizar a democracia: a construção de uma nova relação Estado/ Sociedade”, 4 – “Redefinindo as relações entre o público e o privado no âmbito da Sociedade e do Estado” e 5 – “Parceria : poder compartilhado entre Estado e Sociedade em torno de ações concretas com finalidades públicas”.

complexas, Gramsci destaca a categoria intermediária entre a base econômica e as instituições políticas em sentido estrito (BOBBIO, 1982:7-30).

Para Gramsci, a idéia de Sociedade Civil compreende o conjunto das relações ideológico-culturais, o conjunto da vida espiritual e intelectual, “no sentido de hegemonia política e cultural de um grupo social sobre toda a sociedade, como conteúdo ético do Estado” (BOBBIO, 1982:36).

O conceito de sociedade civil no Brasil está relacionado com a resistência ao regime militar, buscava-se dar suporte à organização da resistência contra os militares, por isso a discussão ficou mais centrada no aspecto político-estratégico do que analítico-teórico.

Já nos anos 80, o pensamento gramsciano influenciou os primeiros movimentos de base que surgem ainda sob o domínio militar.

Entendia-se que tais movimentos que “emergem da sociedade civil” poderiam contribuir para transformar a “lógica da relação de classes”. O requisito para tanto seria “sua articulação com formações partidárias ou que perpassem o mundo da produção”, uma vez que não se acreditava “na autonomia dos mesmos” (Gohn, 1982: 16 e 32 In: Costa, 2002: 56 e 57).

Mas o quadro foi mudando ao longo do processo de democratização, pois os sujeitos que integravam a Sociedade Civil, apresentavam traços conceituais muito difusos, pois incorporavam organizações de base, igreja progressista, “novo sindicalismo”, setores empresariais “progressistas”, até partidos políticos “democráticos” (Costa, 2002: 57).

Com o aprofundamento do processo democrático as diferenças ficam mais evidentes, como por exemplo, “uma parte das associações civis e movimentos sociais busca uma melhor delimitação das fronteiras entre a Sociedade Civil e o Estado, abdicando do ideal de um Estado que pudesse incorporar, de maneira satisfatória, o conjunto de anseios e aspirações da sociedade” (Costa, 2002 : 58).

Alguns acontecimentos recentes, principalmente pela influência do pensamento neoliberal, tornam o campo de atuação das organizações da sociedade civil cada vez mais multifacetado e complexo. Como exemplo, cito as ONGs, objeto de análise desse trabalho que “de um lado, [a sua atuação] fortalece a confiança nas formas de ação endógenas da sociedade civil e, de outro, promove a concorrência por recursos entre as diferentes organizações, levando a que muitas delas flexibilizem seus critérios políticos, aceitando parcerias e acordos, muitas vezes deletérios à autonomia da sociedade civil” (Costa, 2002 : 59).

Apesar desse quadro, compreendemos que

o projeto de sociedade civil atual representa a continuidade do processo de desacoplamento da sociedade civil do Estado. O projeto evidencia o fato de que os

atores de tal esfera dispõem de repertórios, lógicas e espaços de atuação que não coincidem com os do Estado e do sistema político (Costa, 2002 : 61).

No Brasil, a idéia de que a esfera pública brasileira constitui estritamente um mercado de opiniões, controlado pelos atores mais poderosos da sociedade é compartilhada por vários autores de orientação teórica e política diversa. Entretanto concepções diferentes estão se difundindo no Brasil, como por exemplo, a visão de que o espaço público não constitui mero palco de encenação política, mas um lugar ambivalente da topografia social. A partir dessa visão podemos destacar duas vertentes:

- a) Uma destaca o contexto marcado pela emergência de novos atores sociais, os quais buscariam a “redefinição do espaço público e do espaço privado”, ampliando, desta forma, as fronteiras da política (Cardoso, 1994: 88 vide ainda Telles, 1996; Sader, 1988 In: Costa, 2002 : 32).
- b) A outra, caracterizada pela influência republicana, é representada pelas formulações de Tarso Genro acerca das possibilidades de construção de “uma esfera pública não estatal” (Genro, 1996, 1997 In: Costa, 2002: 32). Para o autor, o conjunto de organizações e associações com caráter público deve merecer um acesso sem mediações ao Estado.

Costa (2002 : 33) pondera que segundo as formulações de Genro, nota-se que a

... legitimidade das associações civis como portadoras de interesses generalizáveis não necessita ser construída publicamente, ela está suposta pré-politicamente como atributo ontológico das organizações voluntárias. A “esfera pública não estatal” não constitui assim órbita de legitimação dos diferentes atores sociais e suas respectivas demandas, ela é antes o foro de transmissão ao Estado de reivindicações a priori justas e legítimas. O risco percebido aqui é que a “esfera pública não estatal”, ao ser garantida e patrocinada pelo Estado, como propõe Genro, se transforme de fato em esfera pública paraestatal, em mais uma arena institucional vulnerável à instrumentalização pelo Estado, pelos partidos e pelos políticos.

Ainda Segundo Costa (2002: 36), no processo de construção dos mecanismos para a participação dos movimentos sociais, das ONGs e das associações na esfera pública não podemos deixar as associações vulneráveis a uma institucionalização imobilizadora e às tentativas de cooptação política.

É preciso ampliar o exercício da cidadania que exige mais do que eleger representantes políticos, cumprir leis e pagar impostos. Os cidadãos e cidadãs precisam aprender a propor leis, controlar o Estado, fiscalizando-o e participando da tomada de decisões, criando espaços como o Orçamento Participativo em Porto Alegre, apropriando-se dos bens culturais etc. (fala de um entrevistado).

É com esse olhar que iremos analisar a participação das ONGs no sistema escolar, mas antes queremos destacar o papel importante de articuladoras nos fóruns internacionais de educação.

No final de abril de 2000 numerosas **ONGs** reuniram-se em Dakar, na *Cúpula Mundial de Educação*, dez anos após a Conferência Mundial de Educação para Todos, de Jomtien. Reconheceram que houve alguns avanços e também alguns retrocessos durante a década de 90. Mas ficaram desapontadas quanto aos resultados dos principais objetivos traçados em Jomtien: “Para 125 milhões de crianças, o direito à educação é violado todos os dias, deixando-as presas à teia de pobreza. Para milhões de outras crianças, a falta de professores, de salas de aula e/ou de livros didáticos significa que seu direito à educação é prejudicado e que pouco é de fato apreendido”. As ONGs mostraram que o preço para implementar educação para todos “equivale a uma soma adicional de US\$ 8 bilhões por ano. Esta soma corresponde a quatro dias do gasto militar global e a nove minutos de especulação financeira internacional”. Elas mostraram que a Educação para Todos é viável se os governos e as agências internacionais se comprometerem com algumas questões, entre elas:

1. É preciso renovar o compromisso à educação enquanto um direito.
2. Deve haver um compromisso para proporcionar educação básica de qualidade para todas as crianças, jovens e adultos.
3. Deve haver um compromisso claro para assegurar que uma educação de qualidade inclua todos os grupos marginalizados e excluídos.
4. Deve haver uma afirmação clara de que a educação é uma responsabilidade central do Estado.
5. Educação para Todos depende da existência de um sistema democrático, com mecanismos e estruturas efetivas que garantam espaço e voz a todos os interessados.
6. Governos, a comunidade internacional e todos os interessados devem se comprometer em estabelecer e reforçar a democracia, a justiça social e a paz, uma vez que não é possível aprender em tempos de guerra e conflito.
7. Os sistemas educacionais devem respeitar e se basear na cultura local e responder às necessidades locais.
8. Qualidade e aprendizagem de todos deve estar no cerne do processo educacional.
9. Deve haver um compromisso claro para garantir equidade de gênero em educação, em todos os níveis.
10. A alfabetização de adultos deve estar integrada a um processo mais amplo de desenvolvimento social e fortalecimento humano. O direito à educação se inicia na primeira infância e continua até o estágio de adulto e de idoso.
11. Os governos devem se comprometer a desenvolver e melhorar mecanismos e estruturas de participação democrática e de prestação de contas à sociedade civil, inclusive professores e

suas organizações representativas, em todos os níveis de tomada de decisões sobre questões educacionais.

12. Os governos devem assegurar que novas tecnologias em informação sejam acessadas de maneira eqüitativa para promover a qualidade da educação. No entanto, deve ser reconhecido que culturas e conhecimentos tradicionais e formas tradicionais de mídia são igualmente valiosos.
13. Uma representação forte de governos do sul e suas respectivas sociedades civis deve estar garantida nas estruturas de Educação Para Todos internacionais.

As ONGs presentes em Dakar concluem a sua Declaração propondo que seja feita uma avaliação ampla e planejada para identificar avanços e retrocessos das principais metas educacionais. Tanto os planos nacionais quanto os planos dos doadores devem especificar metas intermediárias para cada objetivo de Educação Para Todos e especificar explicitamente recursos adicionais e compromissos de contingência caso estas metas não tenham sido alcançadas. As ONGs comprometeram-se a trabalhar e cooperar com os governos para alcançar a meta de uma educação de qualidade para todos.

2.2 – AS ONGs E A EDUCAÇÃO

As ONGs atuam na Educação e ocupam espaços no sistema escolar num processo crescente de participação direta nas escolas públicas. Sua importância está situada na possível interferência em busca da “qualidade” da educação, nos resultados obtidos pelas escolas e na “oferta” de educação de “qualidade” para todos, uma vez que essas organizações criam suas próprias escolas ou fazem opção por entrar no sistema público de estados e municípios.

Apesar de não-governamentais, há ONGs que atuam em áreas sociais consideradas de responsabilidade do Estado, trabalhando com a promoção de grupos sociais excluídos. Entidades específicas estão surgindo em nome da resolução dos problemas sociais mais urgentes como a falta de moradia, menor abandonado, questões ecológicas, trabalhador rural, saúde, educação, questões étnicas e de gênero, etc. Consolida-se, assim, a crença de que as ONGs têm que fazer uma opção pela Sociedade Civil, ocupando um espaço de autonomia e questionamento permanente do Estado.

Ao promover a articulação da Sociedade Civil com o Estado, pela conquista da cidadania e dos direitos das classes populares, as ONGs têm como objetivo principal submeter a atuação do Estado ao controle da Sociedade Civil, como esfera pública autônoma, um espaço público não estatal que pertence igualmente a todos, construído e administrado pelos cidadãos.

As ONGs deveriam buscar acompanhar criticamente as políticas do governo, questionar as ações do Estado, apontar falhas, propor novos modelos de gestão pública e reivindicar a participação na elaboração das políticas públicas. É nesse sentido que se mostram ameaçadoras, pois ao pôr em prática projetos sociais inovadores, podem provar que é possível administrar melhor os problemas sociais enfrentados pela população.

Acho que é óbvio né. É uma filosofia implícita e inclusive acho que eles não se dão conta do que estão fazendo, porque são 8 anos, pelo menos os mais graves, e são 8 anos na vida de uma criança e o que é que vai resultar daí... É óbvio que não se investe em Educação nesse estado. Não sei se no Estado de São Paulo, no interior, está diferente, mas aqui está uma calamidade. Essa tal aí da Rose Newbauer, no tribunal internacional, ela deveria ser julgada por crime contra a humanidade, ela está matando uma geração. (fala de um entrevistado ao responder se existem culpados da crise na educação)

Em educação, nota-se o surgimento crescente de organizações não governamentais que criam programas de atendimento ao sistema público de ensino e concentram suas ações em propostas que priorizem o processo ensino-aprendizagem dos conteúdos essenciais como: Linguagem, Matemática, Ciências, História e Geografia, Artes e Recreação, bem como o aprimoramento das práticas educativas, o estímulo à gestão democrática da escola e à produção de material educativo e aquisição de equipamentos.

As ONGs, em sua maioria, centram seus objetivos na busca da qualidade na educação, entendendo por qualidade, a capacidade de a escola satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem do aluno. Segundo a Declaração Mundial sobre Educação para Todos (Jomtien, 1990), em seu artigo 1º:

...cada pessoa – criança, jovem ou adulto – deve estar em condições de aproveitar as oportunidades educativas voltadas para satisfazer suas necessidades básicas de aprendizagem. Essas necessidades compreendem tanto os instrumentos essenciais para a aprendizagem (como a leitura e a escrita, a expressão oral, o cálculo, a solução de problemas), quanto os conteúdos básicos da aprendizagem (como conhecimentos, habilidades, valores e atitudes), necessários para que os seres humanos possam sobreviver, desenvolver plenamente suas potencialidades, viver e trabalhar com dignidade, participar plenamente do desenvolvimento, melhorar a qualidade de vida, tomar decisões fundamentadas e continuar aprendendo. A amplitude das necessidades básicas de aprendizagem e a maneira de satisfazê-las variam segundo cada país e cada cultura, e, inevitavelmente, mudam com o decorrer do tempo.

Portanto, para que se garanta a **qualidade na educação**, é necessário garantir a interligação dos conteúdos, das escolhas metodológicas mais adequadas, a gestão democrática, a formação contínua dos profissionais e dos recursos humanos, o aumento dos recursos financeiros, sem os quais não há mudança e nem transformação possível. A escola pública pode ter qualidade se a Sociedade Civil for fomentando e manifestando a discussão e participação nas esferas governamentais, nos três poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. Esse seria o maior desafio das ONGs que atuam em educação.

Poderíamos travar aqui um amplo debate sobre o que se considera “qualidade” na educação, mas não é objetivo deste trabalho. Segundo o próprio Paulo Freire (1993:44), *não há, finalmente, educação neutra nem qualidade por que lutar no sentido de reorientar a educação que não implique uma opção política e não demande uma decisão, também política de materializá-la*. Ele afirma ainda que, para falar desse tema, seria necessário fazer uma reflexão crítica, *não propriamente uma reflexão crítica sobre a educação em si ou sobre a qualidade, mas em torno de educação para a qualidade, qualidade da educação e educação e qualidade* (Freire, 1993:37).

Com o apoio oferecido pelas instituições (empresas, fundações e outras), que financiam projetos na área da educação, o governo deixa de ser a única fonte de recursos para desenvolver as atividades das escolas, embora ainda seja a principal e a responsável por manter o ensino público e gratuito, que é direito de todo cidadão brasileiro. É aí que entra a nova parceria “sociedade civil e escola”, por meio da comunidade, e, onde as ONGs passam a ter uma atuação mais próxima e direta com as escolas públicas.

O Estado está falido. Falta de recursos, professores e direção desmotivados. Se tem uma estabilidade e uma tranqüilidade financeira você desenvolve o projeto. A escola está preocupada hoje em dia em continuar funcionando. A Prefeitura nesta última gestão, não era prioridade do prefeito a questão da Saúde e da Educação, diminuiu até o investimento. O Estado, a mesma coisa, não é prioridade, não é preocupação. (fala de um entrevistado)

Algumas das entidades que financiam projetos educacionais no Brasil não financiam apenas diretamente as escolas, mas instituições menores que atuam nas escolas e algumas comunidades organizadas. Podemos destacar algumas entidades financiadoras como: Instituto C&A, Instituto Ayrton Senna, Fundação ABRINQ pelos Direitos da Criança, Fundação Banco do Brasil, Fundação Clemente Mariani, Fundação Ford, Fundação Kellogg, Fundação Odebrecht, Fundação Vitae, Fundação Bradesco, Fundação Itaú Social, Petrobras, Unibanco Ecologia e organismos internacionais como a UNESCO, o UNICEF, o Banco Mundial etc.

As entidades financiadoras buscam parceiros entre as pessoas físicas e jurídicas, que tenham uma visão diferenciada em relação ao desenvolvimento das questões sociais no nosso país

e que queiram, pautadas na lei, contribuir em ações diretas, tendo como contrapartida a possibilidade da empresa deduzir nos impostos pagos ou apenas trabalhar com a sua marca como marketing social. As empresas que hoje têm seu nome ligado a projetos sociais apresentam um crescimento de venda dos seus produtos, pois o consumidor atual já está sendo sensibilizado para adquirir produtos de empresas que tem responsabilidade social. *Fazer marketing social é diferente de Ter responsabilidade social.*

O que é Responsabilidade Social? Responsabilidade Social é uma forma de conduzir os negócios da empresa de tal maneira que a torna parceira e co-responsável pelo desenvolvimento social. A empresa socialmente responsável é aquela que possui a capacidade de ouvir os interesses das diferentes partes (acionistas, funcionários, prestadores de serviço, fornecedores, consumidores, comunidade, governo e meio-ambiente) e conseguir incorporá-los no planejamento de suas atividades, buscando atender às demandas de todos e não apenas dos acionistas ou proprietários. (www.ethos.org.br)

Responsabilidade Social não é Filantropia. Segundo o Instituto Ethos, a Filantropia trata basicamente de ação social externa da empresa e tem como beneficiário principal a comunidade em suas diversas formas e organização (conselhos comunitários, organizações não governamentais, associações comunitárias etc.) e a Responsabilidade Social trata diretamente dos negócios da empresa e como ela os conduz, ou seja, foca a cadeia de negócios da empresa e engloba preocupações com um público maior (acionistas, funcionários, prestadores de serviço, fornecedores, consumidores, comunidade, governo e meio-ambiente), cujas demandas e necessidades a empresa deve buscar entender e incorporar em seus negócios.

Segundo Oded Grajew, Diretor-presidente do Instituto ETHOS de Empresas e Responsabilidade Social, em entrevista publicada pela Revista *Educação*, em dezembro de 2000, o empresariado está se sensibilizando para seu papel de responsabilidade social e a grande maioria está preferindo investir em ações e projetos na área da educação. As empresas podem mobilizar recursos como: equipamentos, materiais, serviços, conhecimentos e funcionários. Em dois anos o ETHOS já conta com a participação de 340 empresas cujo faturamento somado é superior a R\$ 240 bilhões, algo em torno de 22% do Produto Interno Bruto Nacional. Em 2004 já são 800 empresas associados sendo 138 micro empresas, 209 pequenas empresas, 150 médias empresas e 300 grandes empresas. O Instituto Ethos É uma associação sem fins lucrativos, que visa mobilizar, sensibilizar e ajudar as empresas a gerirem seus negócios de forma socialmente responsável, tornando-as parceiras na construção de uma sociedade mais próspera e justa.

A preocupação do Instituto Ethos é de ajudar a empresa a trabalhar eticamente com funcionários, clientes, comunidade, fornecedores, meio ambiente, consumidores.

Como a Ética se relaciona com Responsabilidade Social? Ética é a base da Responsabilidade Social e se expressa através dos princípios e valores adotados pela organização. Não há Responsabilidade Social sem ética nos negócios. Não adianta uma empresa, por um lado pagar mal seus funcionários, corromper a área de compras de seus clientes, pagar propinas à fiscais do governo e, por outro, desenvolver programas junto a entidades sociais da comunidade. Essa postura não condiz com uma empresa que quer trilhar um caminho de Responsabilidade Social. É importante seguir uma linha de coerência entre ação e discurso. (www.ethos.org.br)

O GIFE – Grupo de Institutos, Fundações e Empresas – é a primeira associação da América do Sul a reunir organizações de origem privada que financiam ou executam projetos sociais, ambientais e culturais de interesse público. Atua fortemente na busca de soluções para a superação das desigualdades sociais brasileiras, tendo como objetivo estratégico influenciar as políticas públicas por meio de parcerias e do compartilhamento de idéias, ações e aprendizados com o Estado e outras organizações da sociedade civil. Para alcançar esse objetivo, o GIFE baseia seu trabalho no fortalecimento político-institucional, na capacitação e no apoio à atuação estratégica de seus associados e de institutos e fundações, especialmente de origem empresarial. Com **64 associados** (33 fundações, 23 institutos e 8 empresas); cerca de 40% surgidos na década de 90.

Os associados GIFE investem cerca de **R\$ 700 milhões** por ano e **65%** dos associados afirmam utilizar-se de recursos nacionais. As maiores áreas de investimento dos associados são: Educação: 85%, Cultura: 56%, Saúde: 44%, Cidadania, direitos humanos e justiça social: 42%, Meio Ambiente: 37% e Desenvolvimento Comunitário: 31%. Público beneficiado pelos projetos: jovens e adolescentes: 71%, Crianças: 67%, População em geral: 56%, Organizações da sociedade civil: 44%, Professores: 42% e Portadores de necessidades especiais: 21%.

Um dos associados do GIFE e parceiro na pesquisa “Parceria ONG - Escola” é o Instituto C&A, uma organização sem fins lucrativos criada e mantida pela C&A Modas para promover a educação de crianças e adolescentes. O Instituto C&A atua por meio do apoio financeiro ou técnico a outras organizações sem fins lucrativos que se dedicam diretamente à educação do público infanto-juvenil. São instituições como creches, escolas, centros de atendimento a adolescentes, abrigos, centros comunitários e afins. O objetivo é contribuir para que essas organizações aprimorem suas equipes e seus processos de trabalho, alavancando a qualidade do serviço que oferecem e aumentando o seu grau de autonomia.

O Instituto C&A tem como áreas de atuação a Educação e o Fortalecimento de Organizações da Sociedade Civil. Como público beneficiário os adolescentes e Jovens, Crianças, Organização da Sociedade Civil, Outros. De atuação nacional, sua Missão é participar ativamente do processo de educação de crianças e adolescentes, fortalecendo estrategicamente as organizações sociais parceiras e contribuindo para o desenvolvimento do terceiro setor. Como objetivos: propiciar reais condições de qualidade em educação para o desenvolvimento integral de crianças e adolescentes

como cidadãos; promover a gestão e desenvolvimento organizacional das instituições parceiras, para que possam melhor atingir a sua missão organizacional; dar oportunidade ao funcionário da C&A de exercer sua cidadania e responsabilidade social em benefício da comunidade, através da ação do Instituto e estimular a participação de agentes de transformação do terceiro setor.

Na área da Educação apóia projetos de educação infantil (estabelecimento de parcerias diversas para potencializar o projeto pedagógico de creches e pré-escolas voltadas à educação de crianças de zero a 06 anos); de formação de educadores de organizações sem fins lucrativos (apoio a programas de formação e capacitação de educadores de instituições de atendimento a crianças e adolescentes, programas de formação de gestores e lideranças institucionais e comunitárias, bem como a organização de seminários e oficinas); de fortalecimento da escola pública (apoio ao desenvolvimento pedagógico e à gestão democrática nas escolas públicas, buscando a melhoria na qualidade do ensino) e de ação complementar à escola (estabelecimento de parcerias diversas para potencializar o projeto pedagógico de instituições de atendimento a crianças, adolescentes e jovens).

Outra instituição criada por Grajew, em 1990, foi a Fundação Abrinq pelos Direitos da Criança, que hoje conta com mais de 2,5 mil empresas associadas e seu trabalho é focado na relação das empresas na promoção dos direitos da criança.

Fundada em 13 de fevereiro de 1990, a Fundação ABRINQ pelos Direitos da Criança, com a principal finalidade estatutária de defender os Direitos das Crianças conforme três textos legais que são: a Constituição Brasileira de 1988, a Convenção Internacional dos Direitos da Criança da ONU – 1989 e o Estatuto da Criança e do Adolescente, de 1990.

Como uma das mais importantes Fundações entre as organizações não governamentais que atuam em defesa aos Direitos da Criança, a Fundação ABRINQ abriu um caminho no Brasil no sentido de dar visibilidade ao “Terceiro Setor” como agente de desenvolvimento social. Considerada um exemplo de como mobilizar sociedade e governo em favor da criança, uma das linhas de Estratégia de Ação da Fundação ABRINQ é a atividade de comunicação para que a ação em defesa dos Direitos da Criança tenha resultado e que a voz da luta seja ouvida. Para ela, só um trabalho bom na área da comunicação permite:

1. Repercutir na Sociedade denúncias de violação dos Direitos da Criança;
2. Angariar o apoio da opinião pública para a causa;
3. Pressionar legisladores e governantes;
4. Divulgar experiências bem sucedidas;
5. Propor à sociedade novas soluções.

A Fundação entende que apenas informar e defender os Direitos das Crianças é insuficiente, pois muitos dos parceiros querem ver ações concretas. Passa, então, a propor ações pró – ativas em áreas que a princípio são chamadas “Apoio à Comunidade”.

Em 1990, esse apoio à comunidade engloba ações em Educação e Cultura, fundidas, em 1991, em uma só área que, além da educação e cultura abrem para a Saúde e Violação dos Direitos

e, em 1992, foi incluída a área de trabalho Infantil e Juvenil. Essas áreas foram chamadas de áreas temáticas e foram renomeadas como: Saúde e Nutrição, Educação e Cultura, Trabalho Infantil, Família e Comunidade, Defesa dos Direitos.

Para que essa estrutura funcione e as ações se realizem é preciso dispor de fundos suficientes; não só para necessidades administrativas de manutenção da entidade, mas principalmente para captar recursos na sociedade e repassá-los aos operadores e beneficiários dos projetos. Assim a Fundação faz o papel de articuladora na área de captação de recursos.

Em 1995, cria o Programa Crer Para Ver, uma iniciativa da Fundação Abrinq pelos Direitos da Criança e da Natura Cosméticos, com a missão de contribuir para a melhoria da qualidade do ensino público no Brasil, por meio da participação da sociedade civil e do diálogo com o poder público. Para tanto, parte do princípio de que educação de qualidade, como instrumento privilegiado de transformação social, só será alcançada pela mobilização e articulação de diversos setores da sociedade.

Formou-se uma rede de participação voluntária das consultoras Natura que, ao vender seus produtos, arrecadam recursos e divulgam as idéias do Crer Para Ver em todo o país. Dessa rede, participam também artistas, fotógrafos, publicitários, fornecedores e colaboradores – cidadãos que acreditam na força da ação compartilhada e colocam à disposição do Programa seus conhecimentos para criar e vender novos produtos. Assim, o Crer Para Ver é viabilizado financeiramente.

Os recursos arrecadados são destinados ao apoio financeiro e técnico a projetos que, vindos da comunidade, contribuam para a melhoria da escola pública brasileira e possam ser referência para a elaboração de políticas públicas em educação.

Na outra ponta, integram a rede Crer Para Ver as instituições e escolas responsáveis pelos projetos apoiados, que passam a participar de encontros de formação, seminários e reuniões de acompanhamento e avaliação. Desse modo, o intercâmbio permanente e enriquecedor de experiências é uma prática constante do Programa, reforçado pela publicação de instrumentos de comunicação, como informativos, cadernos e vídeos.

A idéia de abordar o tema das ONGs e escola pública surgiu através da minha experiência de trabalho, como criadora, responsável e coordenadora do projeto “RURAL VIVO” apoiado pelo Programa “Crer Para Ver”, iniciativa Natura Cosméticos e Fundação ABRINQ pelos Direitos da Criança, desenvolvido em 16 Escolas Rurais da rede estadual de ensino de Pindamonhangaba, São Paulo, com início em 1999. As Escolas Rurais vêm sofrendo uma enorme desagregação e discriminação por parte dos sistemas educacionais. No Estado de São Paulo, nos anos 90, ocorreram diversos momentos de reestruturação do sistema público de ensino, que reagrupou as escolas de acordo com a localização, nível de ensino e número de salas. Não só, mas também em decorrência disso, as Escolas Rurais passam por um processo de desmonte e, em muitos municípios, o Prefeito não as assume e o Estado diz que a responsabilidade é do gestor municipal.

Esse descaso com as Escolas Rurais sempre nos causou profunda indignação. A proposta de elas passarem a fazer parte de uma escola central, que seria responsável pelo apoio e acompanhamento, não garantiu, na prática, esta integração. Na verdade, o que, efetivamente, aconteceu foi a ausência por parte dos diretores, coordenadores, supervisores e dirigentes regionais, que não acompanharam e não visitaram as escolas. Com isso, coube às professoras responderem por toda e qualquer questão na escola, além de serem faxineiras, merendeiras, porteiras etc.

As escolas, em sua maioria, apresentam problemas de água, luz e esgoto, além das péssimas condições físicas em que se encontram os prédios escolares (se é que se pode chamar um casebre de prédio). Grande parte das crianças é advinda de comunidades extremamente carentes e de famílias de caseiros, pequenos agricultores e empregados de fazendas.

A primeira fase do Projeto tem duração de dois anos e seis meses, de julho de 1999 a dezembro de 2001, e são quatro as frentes de atuação: a) formação continuada de professores; b) assessoria psicológica aos alunos, professores e familiares; c) formação de comunidade; d) Jornal “RURALZINHO”: com tiragem de 2000 exemplares. O jornal é elaborado a partir da contribuição de todos os “atores” envolvidos no projeto: comunidade, alunos, professores e equipe técnica. Atua como o segundo ou terceiro meio de comunicação que chega à família (1º rádio e para uma maioria, 2º TV), e, certamente, como primeiro que chega à escola (considerando que os livros didáticos só chegam quando não servem mais à escola vinculadora). Seu objetivo é informar a população de Pindamonhangaba e outros locais onde o jornal é enviado, sobre o projeto e suas atividades, e também formar cidadãos ativos. Está prevista ainda a participação de estagiárias do 3º ano do curso Normal que irão atuar durante todo o projeto, no desenvolvimento de atividades de Artes e Recreação e também apoiarão o professor no trabalho com alunos que enfrentam obstáculos no processo de aprendizagem. O recurso cobre, ainda, a aquisição de equipamentos e materiais: um computador completo, 15 aparelhos de som rádio/gravador, 12 TV com vídeo de 14”, 16 mimeógrafos, 16 armários de aço, 16 Kits com 53 jogos pedagógicos, 19 Kits com 49 livros infantis e juvenis, materiais de papelaria para uso do professor e alunos.

Esse projeto de parceria entre ONG e escola pública tem como meta principal transformar a realidade das escolas rurais, fortalecendo o professor através da educação continuada, do apoio aos alunos, do suporte oferecido pelos pais, da mudança de postura das autoridades responsáveis e da continuidade do trabalho pela Diretoria de Ensino e escolas responsáveis.

Sucateamento da rede pública, eu acho que é uma das coisas mais terríveis.

As reportagens que a gente assiste sobre as condições da escola são chocantes: não tem livro, não tem papel higiênico, os banheiros quebrados, os prédios depredados, as professoras e professores operando sem condições, a questão do controle das periferias, a questão do controle dos agentes anti-sociais sobre a escola ou a interferência com violência e da marginalidade sobre a escola me parece assustador.

Ao salientar a importância das ONGS no apoio às escolas, denuncia-se a ausência e negligência do Estado, sob a política neoliberal, e acena-se para uma nova possibilidade de organização educacional, que é a parceria entre ONGS e escola pública, numa perspectiva crítica e transformadora. Segundo Paulo Freire (1993:77):

...a busca da escola pela autonomia não deve significar a omissão do Estado e este deve oferecer educação de qualidade e em quantidade suficiente para atender a demanda social. A preocupação com a autonomia também aparece na fala dos dirigentes das ONGs: Uma autonomia não para executar tarefas, mas para pensar, construir coletivamente o projeto político-pedagógico. Um projeto de escola que atenda aos reais interesses da população a que se destina a escola pública.

Alguns autores apontam as ONGs como um potencial no desenvolvimento no país, e ainda não estabelecida no setor formal da educação. Iniciativas no setor não-formal têm ocorrido em diferentes partes do Brasil. A maioria desses trabalhos informais tem sido empreendido por ONGs. Os projetos de Educação Ambiental para a proteção da arara-azul-de Lear e do mico-leão-dourado desenvolvem atividades em nível formal e não-formal: a) formal: realizam cursos de treinamento para professores de ensino fundamental e médio, beneficiando cerca de 150 professores locais; b) não-formal: por meio de campanhas publicitárias, palestras, teatros de rua e repasse de tecnologias alternativas para líderes comunitários.

Acho que é essa coisa da visibilidade, essa coisa da arte. Um projeto artístico sempre causa um grande impacto tanto nos jovens quanto nos adultos. A coisa de embelezar a cidade, de fazer alguma coisa pela cidade está muito forte em São Paulo, a cidade está super abandonada, as pessoas estão sentindo a rua como esse espaço de risco e de violência e não de convivência. (fala de um entrevistado)

O descompasso entre renda e educação, a desigualdade da distribuição dos recursos e a falta de articulação entre as políticas sociais levam o Brasil a ter um desempenho em educação pior do que permitiria sua condição econômica. A seguir, são apresentados alguns dos resultados de um estudo realizado pela ONG britânica Oxfam, em 104 países, baseado em dados da UNESCO e do Banco Mundial. A condição econômica foi medida pelo índice de paridade de poder de compra do Banco Mundial.

1. Brasil é o 48º em performance educacional², mas é o 32º em poder de compra, ou seja, a performance educacional brasileira está 16 pontos abaixo da econômica.
2. Na América do Sul, Uruguai, Chile, Venezuela, Paraguai, Argentina e Equador estão mais bem posicionados que o Brasil no ranking.
3. Tomando como base as referências do estudo, o Nordeste seria comparável a Moçambique (97º) e o Sudeste à Coreia do Sul (11º).

² Entende-se por performance educacional o resultado de uma relação entre número de matrículas, equidade de acesso entre meninos e meninas e taxa de conclusão.

Segundo avaliação, as metas traçadas na Conferência Mundial de Educação para Todos, realizada na Tailândia em 1990, não foram cumpridas. Os 155 países participantes se comprometeram em garantir o acesso universal à educação básica até o ano 2000. Constatou-se que 125 milhões de crianças, em todo o mundo, nunca foram à escola, e outras 150 milhões param de estudar antes de aprender a ler e escrever.

Nós, brasileiros, sequer precisamos de estudos para verificar que existe disparidade entre as diferentes regiões, decorrentes das falhas nas políticas de financiamento em educação. Entendemos a importância de se articular políticas educacionais, sociais e de saúde, injetando recursos maiores nas regiões mais carentes objetivando a erradicação da pobreza.

Nos anos 90, tem aumentado a consciência nacional sobre a importância da educação, que vem se traduzindo em novas políticas e novas formas de articulação entre o governo e a Sociedade Civil. Ainda longe de ser ideal, podemos considerar o FUNDEF, implantado em 1998 para redistribuir os recursos destinados ao ensino fundamental entre Estados e Municípios, uma tentativa para se instituir a parceria entre os governos municipais, estaduais e federal e deles com as ONGs. Um dos efeitos deste Fundo, conforme balanço de março de 1999, foi o aumento médio de 12,9% dos salários dos professores, com picos de reajuste salarial de até 52,9% no Nordeste. O FUNDEF criou um Conselho de Gestão com a participação da Sociedade Civil e estabeleceu como um dos critérios para que os municípios recebessem os recursos, a criação do Conselho Municipal de Educação. Esse Fundo, desde sua criação, sofre inúmeras críticas por priorizar apenas o ensino fundamental, criando, assim, uma série de dificuldades para os outros níveis de ensino.

Na sua relação com o Estado e as políticas públicas, as ONGs brasileiras muitas vezes flutuam entre orientações ideológicas que correspondem à sua origem histórica e à demanda de novas práticas num Estado em transição democrática. O Estado entendeu que, no acesso a um direito, como a educação, ele não precisa ser necessariamente o executor da política. Encontra apoio na própria legislação, que tem como marcos de referência:

a) a **Constituição Federal** de 1988. Ao promover a descentralização determina que o atendimento às crianças e aos adolescentes deverá ser feito com a participação da população, por meio de organizações representativas.

b) o **Estatuto da Criança e do Adolescente** - ECA (1990). O ECA deixa de pensar as questões sociais como necessidade e carência e passa a vê-las como direito; estabelece como diretriz a articulação das políticas básicas e das assistências e a execução de programas e serviços de proteção especial. O ECA é um grande avanço na discussão sobre políticas públicas e seu controle, porque ele pode representar um mecanismo efetivo de participação da Sociedade Civil na gestão de políticas públicas governamentais.

c) o **Plano Decenal de Educação para Todos** (1993): trabalha a questão da mobilização organizada e oficial da sociedade em torno da educação. Traz para o cenário a UNDIME (União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação) e o CONSED (Conselho Nacional de Secretários

de Educação) e também uma maior participação das Universidades. O Governo FHC (Fernando Henrique Cardoso) que tomou posse em 1995 engavetou esse plano.

d) a **LDB 9394/96** (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) promove a desburocratização da gestão escolar e o fortalecimento da autonomia da escola.

e) a **Emenda Constitucional nº 19**, de 04 de junho de 1998: Modifica o regime e dispõe sobre princípios e normas da Administração Pública, servidores e agentes políticos, controle de despesas e finanças públicas e custeio de atividades a cargo do Distrito Federal, e dá outras providências.

f) a **Emenda 14 da Constituição Federal** que cria o FUNDEF vincula os recursos dos Estados e Municípios ao número de alunos matriculados, prioriza o ensino fundamental, define 60% de gastos com salário para educadores e incentiva a habilitação dos professores.

g) o **Plano Nacional de Educação - Proposta da Sociedade Brasileira**, elaborado e consolidado nas três primeiras edições do CONED (Belo Horizonte, 1996 e 1997; Porto Alegre, 1999) representa um acúmulo de mais de vinte anos de debates e pesquisas e que este deveria ser o documento norteador das políticas públicas para o setor.

g) o **Plano Nacional de Educação** (2001), o PNE. Pela primeira vez um Plano Nacional deixa de ser uma proposta política e passa a ser Lei. A proposta aprovada pelo Governo FHC (Fernando Henrique Cardoso) e pelo Congresso Nacional desconsidera o Plano apresentado como proposta da Sociedade Civil. Na proposta aprovada os vetos presidenciais inviabilizam, na prática, as suas metas.

Nesse processo, algumas questões na relação ONGs e escolas se colocam: como ressignificar os espaços da comunidade visando à construção de um projeto político-pedagógico emancipador e capaz de influenciar as políticas públicas? Quais os caminhos que podem ser percorridos, considerando a legislação vigente? As ONGs têm demonstrado efetivamente mais facilidade de fazer a articulação entre a comunidade, os sujeitos sociais e a escola? As ONGs caracterizam um jeito novo de atender demandas, articulam serviços e políticas públicas e se organizam na busca de recursos públicos e privados para atender às necessidades da comunidade?

A gente tem tido experiências muito boas de trabalhar com a comunidade, bem melhor que com a escola, porque, nas comunidades, a comunidade participa voluntariamente nesses projetos todos e se mobiliza mais, ela vai atrás de recursos, ela vai atrás das empresas da região, ela vai atrás dos órgãos públicos responsáveis por aquele determinado tema que ela está desenvolvendo, ela se mobiliza muito mais. Em alguns casos ela consegue muitas coisas e a gente ajuda no que pode, até para conseguir financiamento (fala de um entrevistado). Nós temos uma preocupação de, na medida do possível, ouvir as famílias, os pais, para saber quais as

necessidades e o que eles sugerem que nós estejamos fazendo (fala de um entrevistado).

Capítulo 3

RELAÇÃO DAS ONGS COM A ESCOLA PÚBLICA

O objetivo deste trabalho pauta-se na análise da relação entre as ONGs e as escolas públicas no estado de São Paulo, no período de 1999 a 2002 na visão dos dirigentes das ONGs. Essa análise foi feita a partir de *entrevistas* realizadas junto a responsáveis por 24 ONGs. Considera-se, por isso, muito relevante poder avançar na investigação desse tema e buscar melhores explicações para um fenômeno que vem crescendo e que pode influenciar as políticas públicas em educação, visto que as ONGs passam a atuar diretamente no ensino-aprendizagem e não apenas no apoio aos problemas físicos das escolas. As ONGs podem vir a desempenhar um papel fundamental no fortalecimento da escola pública como espaço educativo que estimula o desenvolvimento das condições que promovem a cidadania e a justiça social.

O conjunto de leituras realizadas e apresentadas nos capítulos deste trabalho, bem como a oportunidade de participar do projeto Rural Vivo no período de 1999 a 2001, em Pindamonhangaba - SP e da pesquisa sobre Parcerias ONGs – Escola, na cidade de São Paulo, favoreceram a delimitação não apenas do problema desta investigação para o mestrado, mas também a definição dos procedimentos para a obtenção de informações que pudessem auxiliar a compreensão da questão central que proponho:

- Qual é a relação entre as ONGs e as escolas públicas municipais, estaduais e as respectivas redes e sistemas de ensino na visão dos dirigentes das Organizações Não-Governamentais, no período de 1999 a 2002, no estado de São Paulo?

Para chegar a responder o problema da pesquisa optei por um estudo teórico-prático sobre o tema, uma vez que, como educadora atuo nos dois segmentos, ONGs e escolas públicas, e tinha como hipótese inicial que a relação é muito complicada e dificultada pela novidade, pela falta de conhecimento do assunto, pela falta de delimitação da responsabilidade de cada setor e pela falta de diálogo entre as partes envolvidas. Nesse sentido, lancei mão de diversos instrumentos de pesquisa:

- Pesquisa bibliográfica sobre o tema: além de ser um tema polêmico, existe muito pouca bibliografia que trata especificamente sobre as ONGs e a educação. Assim, levantei a bibliografia possível que trata sobre a Sociedade Civil, os Movimentos Sociais e Populares, o Terceiro Setor e as ONGs numa perspectiva de atualização dos assuntos e da relação com o tema da minha pesquisa;
- Pesquisa em fontes documentais: publicações, jornais, revistas, estatutos e regimentos de associações, materiais de registro e divulgação das entidades (ONGs), bem como, a Legislação existente relacionada ao tema em âmbito municipal, estadual e principalmente federal;
- Participação em eventos e atividades, como forma de ampliar o campo de investigação e a possibilidade de atualização do tema;
- Entrevistas: para atender especificamente ao objeto da pesquisa e ao problema levantado realizei entrevistas estruturadas que foram aplicadas com 24 dirigentes de ONGs, com sede na cidade de São Paulo.

As perguntas que foram elaboradas e aplicadas junto as ONGs tiveram o objetivo de mapear a opinião dos seus dirigentes. A partir das respostas colhidas no questionário inicial surgiram outras perguntas secundárias que fortalecem a busca das respostas ao problema colocado na pesquisa e que foram utilizadas para mapear qual é a visão que os dirigentes das ONGs pesquisadas têm sobre:

- Concepção de parceria;
- Fontes de recursos destas ONGs e a relação das instituições financiadoras com os projetos e entidades financiadas por elas.
- Visão que eles possuem a respeito das escolas públicas e também sobre as demais instituições com as quais desenvolvem projetos.
- Relação entre as ONGs e as redes e sistemas municipais e estaduais de ensino.
- Principais dificuldades encontradas na relação com as instituições participantes dos projetos e os espaços facilitadores para que os mesmos tenham êxito.

O propósito das entrevistas foi levantar dados quali-quantitativos para definir e comprovar ou não as hipóteses iniciais.

A **entrevista** foi adotada como estratégia para o levantamento de informações necessárias para análise das questões acima pelo entendimento de que a voz dos sujeitos envolvidos nas ações deve ser evidenciada como fonte privilegiada em uma perspectiva dialógica e qualitativa de pesquisa. Não se discute que a observação de ações de distintas ONGs é fonte fundamental, assim como a análise de documentos, porém, o tempo de um mestrado implica recortes que garantam exeqüibilidade e aprofundamento. Optou-se, principalmente, para a pesquisa em nível de mestrado, por ouvir-se os sujeitos responsáveis pelas ONGs, em entrevistas. Trata-se de dar início a um

estudo que deverá ter continuidade em nível de doutoramento, com observações, novas entrevistas que incluirão sujeitos de outros setores e análises de documentos.

Coerentemente com o **pensamento de Paulo Freire**, busca-se a construção de diálogo partindo-se por exercer o ouvir, por exercer a escuta atenta e criteriosa dos sujeitos privilegiados como interlocutores e companheiros nesta trajetória de compreensões sobre as relações entre ONGs e escolas.

Foram realizadas **24 entrevistas** (vide anexo) junto a coordenadores, presidentes, vice-presidentes, secretários, responsáveis por departamentos de recursos humanos, enfim, foram entrevistadas pessoas responsáveis pelo corpo diretivo de cada ONG selecionada e/ou pessoas responsáveis por projetos específicos da área educacional.

Para as entrevistas foi utilizado o seguinte **roteiro**:

Dados iniciais: *Número da Entrevista; Data; Tempo de Duração; Responsável pela entrevista.*

a) Informações Básicas: *1. Ano de fundação: 2. Áreas de atuação: 3. Âmbito de atuação: 4. Fonte dos recursos: 5. Como caracterizaria o público alvo das atividades desenvolvidas pela entidade?*

b) Informações sobre as atividades educacionais da ONGs:

6. Poderia definir o perfil profissional dos funcionários alocados aos projetos educacionais (formação, grau de escolarização, etc.)?

7. Projetos desenvolvidos (em curso)

7.1 Objetivo dos projetos em curso

7.2 Origem da atividade (quem demanda ou demandou)

7.3 Âmbito onde se desenvolvem as atividades (no próprio âmbito escolar ou fora dele)

c) Informações sobre as parcerias:

8. Como caracterizaria o vínculo estabelecido com as escolas?

9. Que dificuldades costumam apresentar-se na parceria entre sua entidade e as escolas?

10. Que fatores facilitam esse vínculo?

11. Que tipo de vínculo se estabelece entre sua entidade e a Secretaria de Educação local (Interfere, facilita, promove, é indiferente?)?

12. Existem canais formais de planejamento e /ou avaliação dos projetos junto à Secretaria de Educação local (estadual e /ou municipal)? Em que consistem?

13. Que potencialidade observa no trabalho realizado dentro da escola? Quais as dificuldades?

14. Quais são os benefícios de realizar essa /s atividade /s fora do âmbito escolar?
Quais as dificuldades?

15. Na experiência da sua entidade, as escolas têm sido favoráveis ao desenvolvimento de parcerias? Por quê?

16. Na experiência da sua entidade, a Secretaria de Educação local tem sido favorável ao desenvolvimento de parcerias com escolas? Por quê?

d) Informações sobre ONGs e escola pública:

17. Parece uma obviedade afirmar que a escola pública encontra-se em crise. Segundo sua opinião, quais são as características mais marcadas dessa crise?

18. Existem responsáveis dessa crise?

19. Muitas vezes se afirma que as parcerias entre ONGs e escolas poderiam ser uma solução a essa crise...

20. Que tendências poderia visualizar no futuro em matéria de parcerias ONGs – Escola?

Esse roteiro fundamentou-se em matriz teórica cujas variáveis são apresentadas a seguir, associadas a temas de interesse para as questões desta investigação:

Quadro nº 2 – Caracterização das Ongs

Eixo Temático	Variável
Caracterização geral das ONGs	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Ano de fundação ▪ Áreas de atuação ▪ Âmbito de atuação ▪ Número de funcionários ▪ Orçamento ▪ Público alvo
Educação	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Ano de início das atividades ▪ Número de funcionários ▪ Perfil profissional ▪ Projetos desenvolvidos
Relação ONG e Estado	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Parceria ▪ Financiamento ▪ Caracterização de vínculos: com financiadores, gestores estaduais e municipais com a escola. ▪ Dificuldades ▪ Facilitadores

A seleção das ONGs deste estudo obedeceu a **critérios** fundamentados no entendimento de que uma ONG é uma organização não governamental sem fins lucrativos e comprometida com o desenvolvimento de função social e política, buscando influenciar e democratizar políticas governamentais para que estas supram de maneira mais extensa possível as necessidades da

sociedade e de condições de vida iguais e justa no mundo todo e, por outro lado, movimentar as comunidades em que estão inseridas, utilizando-se de suas relações de solidariedade, na busca desta democratização e influência política.

Assim, de um conjunto de 40 entidades inicialmente contatadas, 24 correspondiam ao entendimento acima³.

Foram ainda consideradas as seguintes condições para seleção:

- Estar localizada na cidade de São Paulo;
- Atuar com projetos educacionais relacionados à escola pública;
- Abranger em diferentes regiões da cidade de São Paulo;
- Constituir amostra com ONGs de diferentes portes: pequenas, médias e grandes, tendo em vista a abrangência da atuação das mesmas ser municipal, nacional ou nacional e internacional. O abaixo registra a condição das ONGs deste estudo.

Quadro nº 3 - Abrangência de atuação das Ongs.

Atuação Municipal 11 ONGs	Atuação Nacional 7 ONGs	Atuação – Nacional/Internacional 06 ONGs
Associação Reciclázaro, Koaraci/Kinderê, Associação Projeto Aprendiz, Associação Criança Brasil, Instituto Dom Bosco, Associação Projeto Anchieta, Colméia, Projeto Meu Guri, Projeto Quixote, CEPECA, Casa do Zezinho	AVT-Br, 5elementos, ECOAR, CIEE, IBEAC, CRECHEPLAN, CEDAC	IPF, SOS Mata Atlântica, Geledés, Abrevida, Ação Educativa, Fundação Mokiti-Okada

Todas as entrevistas foram transcritas na íntegra e analisadas preliminarmente.

A leitura minuciosa e atenta das respostas permitiu uma categorização preliminar com o destaque de variáveis mais diretamente associadas à compreensão sobre o papel das ONGs junto às escolas, sobre os projetos educacionais por elas desenvolvidos e sobre a relação das mesmas com o Estado.

³ 5 ELEMENTOS – INSTITUTO DE EDUCAÇÃO E PESQUISA AMBIENTAL; ABREVIDA – AFRO-BRASILEIRA – ASSOCIAÇÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E PRESERVAÇÃO DA VIDA; AÇÃO EDUCATIVA; ASSOCIAÇÃO CRIANÇA BRASIL; ASSOCIAÇÃO PROJETO APRENDIZ; ASSOCIAÇÃO REICLÁZARO; AVT-BR – ACADEMIA DE VIAGENS E TURISMO; CASA DO ZEZINHO – COOPERATIVA EDUCACIONAL ASSISTENCIAL; CEDAC – CENTRO DE EDUCAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO PARA A AÇÃO COMUNITÁRIA; CENTRO DE ATENDIMENTO BIO-PSICO-SOCIAL PROJETO MEU GURI; CEPECA – CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE; CIEE – CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA; COLMÉIA – INSTITUTO A SERVIÇO DA JUVENTUDE; CRECHEPLAN – HOJE: INSTITUTO AVISALÁ; ECOAR -INSTITUTO ECOAR PARA A CIDADANIA; FUNDAÇÃO MOKITI-OKADA; FUNDAÇÃO SOS MATA ATLÂNTICA; GELEDÉS – INSTITUTO DA MULHER NEGRA; IBEAC – INSTITUTO BRASILEIRO DE ESTUDOS E APOIO COMUNITÁRIO; INSTITUTO DOM BOSCO; IPF – INSTITUTO PAULO FREIRE; KOARACI/KINDERÊ; PROJETO ANCHIETA – GRUPO ITÁPOLIS; PROJETO QUIXOTE.

Dentre estas variáveis, destacam-se área e âmbito de atuação; público alvo; perfil dos profissionais dos projetos; objetivos dos projetos; tipo de vínculo com a escola; dificuldades da parceria; fatores facilitadores; vínculos com órgãos governamentais; canais de planejamento conjunto com órgãos governamentais; atuação dentro e fora da escola nos projetos educacionais; problemas e facilitadores das parcerias.

Um primeiro esforço de análise mais quantitativa, é apresentado a seguir tendo como referência as questões desta investigação, o quadro teórico explicitado no corpo deste trabalho e as respostas encontradas neste primeiro diálogo com os entrevistados.

No fim dos anos 80, a dramática situação da infância no Brasil chama atenção da opinião pública. Segundo dados do UNICEF (1989), 25 milhões de crianças brasileiras estavam excluídas de lazer, educação, alimentação, moradia, higiene adequada e submetidas a vários tipos de violência.

Com a divulgação desses dados significativos sobre a **infância brasileira**, houve uma sensibilização da sociedade, uma vez que, milhões de crianças estão excluídas dos atendimentos básicos para sua sobrevivência digna. Entre outros, esse foi um dos motivos que impulsionaram a Sociedade Civil a se organizar em associações sem fins lucrativos, não governamentais e de caráter privado. Como podemos observar nos dados que coletamos relacionados ao ano de fundação, no período de 1986 a 1997 encontra-se o maior número de registro das 24 ONGs que entrevistamos, totalizando 17 destas.

1. Ano de fundação

Tabela nº 1

Ano	1919	1942	1964	1971	1982	1986	1988	1990	1992	1993	1994	1996	1997	1999	2000
Nº de ONG	01	01	01	01	01	02	02	01	02	02	03	02	03	01	01

Não se pretende aqui relacionar todas as Organizações da Sociedade Civil que de forma direta, dentro da escola, ou indireta, fora da escola, atuam na área da educação no Brasil. Faz-se necessário uma delimitação, pois o universo das ONGs é amplo. Optou-se por desenvolver a pesquisa na cidade de São Paulo, onde se encontra o maior número de ONGs. A pesquisa foi realizada por meio de entrevistas com 24 ONGs que atuam com projetos educacionais, no período de novembro de 2000 a maio de 2001.

Conhecer o que fazem essas ONGs, que projetos desenvolvem, seu público beneficiário e onde atuam pode nos ajudar a fazer uma análise da relação que se estabelece nas parcerias entre as mesmas e a escola pública.

As ONGs, independente do seu âmbito de atuação, consideram - se promotoras da Educação. Educação essa, entendida como além dos muros da escola. Noam Chomsky, em entrevista concedida, em 1996, aos alunos de História da USP, diz que: *a educação deve com certeza ser um componente fundamental de qualquer programa de transformação da sociedade. (...) a educação é um assunto para a vida inteira, ao menos numa sociedade que aspira à liberdade e à justiça.* Um dos grandes desejos das ONGs é contribuir para uma transformação da sociedade e são unânimes em defender que essa mudança acontecerá por meio da educação. As outras áreas de atuação das ONGs são: Cultura – 09, Direitos Humanos e Cidadania – 06, Saúde – 05, Comunicação – 05, Meio Ambiente – 04 e Esporte e Lazer – 02. Apenas 07 ONGs definiram uma única área de atuação, a educação, as outras 17 atuam em duas ou mais áreas.

2. Áreas de atuação

Tabela nº 2

Áreas	Educação	Saúde	Cultura	Direitos Humanos e Cidadania	Esporte E lazer	Meio Ambiente	Comunicação
Nº de ONG	24	05	09	06	02	04	05

Escolhemos um universo bem diverso de ONGs. São de todos os tipos e tamanhos, de Fundações e Institutos a associações locais que atuam com pequenos projetos. Quanto ao âmbito de atuação, temos 11 ONGs em nível municipal; 07 ONGs em nível Nacional e 06 ONGs em nível Internacional. Das 07 ONGs de atuação nacional apenas uma não tem atuação municipal. Das 06 ONGs de atuação internacional todas tem atuação nacional e municipal.

3. Âmbito de atuação

Tabela nº 3

Âmbito	Municipal	Nacional	Internacional
Nº de ONG	11	07	06

Os recursos que recebem para desenvolver seus projetos e atividades são basicamente provindos de **parcerias** nacionais com empresas ou fundações empresariais e de fomento, ou de contratos ou convênios com órgãos públicos nacionais. Constatamos que 15 das ONGs entrevistadas possuem mais de uma fonte de recursos e 09 possuem apenas uma fonte de recursos. A natureza dos recursos das ONGs provoca constantes discussões e debates entre os que defendem que os **recursos públicos** devem ser administrados e aplicados pelos órgãos públicos e que ao receber recursos privados, as ONGs estão ficando com uma parte de recursos destinados ao setor público. *Na última década, o conceito de público – e a necessária distinção entre o público e o estatal, ou seja, a compreensão de que o público não se reduz ao estatal – sofreu uma intensa transformação.* (MANUAL de fundos públicos, 2002:12).

4. Fonte dos recursos

Tabela nº 4

Fonte	Nacional público	Nacional Privado	Internacional público	Internacional privado
Nº de ONG	16	18	2	3

O **público participante** (alvo) dos projetos das ONGs são as comunidades de baixa renda e em situação de risco, os moradores de rua, os negros, as crianças e os jovens, os educadores e as lideranças comunitárias. A grande concentração está no atendimento às crianças e aos jovens. 22 das ONGs entrevistadas desenvolvem seus programas e projetos para atender as demandas da infância e juventude. A precariedade das políticas públicas de atendimento aos direitos das crianças e adolescentes, o aumento da violência, do consumo e tráfico de drogas, do trabalho infantil e da prostituição infanto-juvenil mobilizaram os sujeitos da Sociedade Civil, do Terceiro e do Segundo setores, para buscar alternativas de ações, sem deixar de cobrar do Estado o cumprimento de suas funções.

5. Como caracterizaria o público alvo das atividades desenvolvidas pela entidade?

Tabela nº 5

Público	Educadores	Crianças e jovens	Funcionários de empresas	Lideranças comunitárias	Comunidade Sociedade
----------------	------------	-------------------	--------------------------	-------------------------	----------------------

Nº de ONG	05	22	01	02	08
------------------	----	----	----	----	----

Para garantir a qualidade no trabalho que realizam e, em especial, nos **projetos educacionais**, o quadro diretivo das ONGs é basicamente formado por educadores, das mais diversas áreas, que atuam ou já atuaram em escolas públicas ou privadas. Além desses, os profissionais alocados para desenvolver, executar e acompanhar os projetos educacionais possuem nível superior e/ou pós-graduação em nível de mestrado e doutorado e são das mais diferentes áreas de formação. Das 24 ONGs entrevistadas, 100% responderam que em seu quadro de profissionais possuem educadores com formação em nível superior. 06 ONGs contam com Mestres e 02 com Doutores. Nem todos os educadores que atuam nos projeto possuem nível superior, 10 ONGs responderam que profissionais com nível médio também participam e desenvolvem ações nos projetos educacionais, sejam elas administrativas ou de formação.

6. Poderia definir o perfil profissional dos funcionários alocados aos projetos educacionais? (formação, grau de escolarização, etc.)

Tabela nº 6

Nível de escolaridade	Nível Médio	Nível Superior	Mestrado	Doutorado
Nº de ONG	10	24	06	02

Os objetivos identificados e explicitados pelos entrevistados sobre os projetos são, em sua maioria, associados à área da educação. Esse é mais um indicador que comprova a prioridade das ONGs pelas atividades educacionais. Elas entendem que sem o sujeito viver um processo educativo que lhe possibilite criar alternativas de sobrevivência e de conhecimentos culturais, sociais e políticos não conseguirá superar o seu estado atual. A formação profissional para jovens é o objetivo que mais aparece nos projetos das ONGs, seguido de promoção e fortalecimento da cidadania, melhoria da qualidade de vida, formação de educadores e de lideranças sociais, alfabetização de jovens e adultos e preservação da saúde. Buscam com esses objetivos a participação dos sujeitos na vida social e política da comunidade e o seu protagonismo na construção de um projeto de vida consistente e coerente. Na proposta de atuação dos projetos os objetivos mais apontados pelas ONGs são:

7.1 Objetivo dos projetos:

Tabela nº 7

Objetivos (sintetizados)	Nº de ONGS
Formação Profissional para jovens.	09
Cidadania.	07
Melhoria da qualidade de vida.	06
Formação de educadores.	05
Formação de lideranças sociais.	04
Alfabetização de adultos.	03
Preservação da saúde.	03
Reabilitação e reinserção do ser humano.	02
Vivências Multidisciplinares.	02

Outros objetivos como: Construção do PPP (Projeto Político Pedagógico), Construção do PME (Plano Municipal de Educação), Desenvolvimento Sustentável, Ecoturismo, Recuperação do meio ambiente, Preservação da Mata Atlântica, Aprender a conviver e aprender a aprender, Formação política, Intercâmbio, Políticas públicas de Educação de Jovens e Adultos, Gestão Escolar Democrática, Produção de materiais pedagógicos, Buscar a verdadeira educação centralizada na Verdade, no bem e no belo, Elevação da auto-estima e Atender crianças em risco social e pessoal em caráter de abrigo também formam colocados, porém, apareceram apenas uma vez, o que demonstra a diversidade de propostas e áreas desenvolvidas e atendidas pelas ONGs.

Eu acho, por exemplo, que uma cadeira de Direitos Humanos deveria ser obrigatória desde a Pré-Escola até a conclusão do nível Universitário, alguns temas deveriam fazer parte intrínseca da formação dos alunos, por exemplo: tudo que a temática dos Direitos Humanos envolve e, no entanto as pessoas não aprendem isso nas escolas, são as ONGs que proliferam, em geral e na maioria das vezes são as ONGs que proliferam esse tipo de conhecimento. (fala de um entrevistado)

As **demandas atendidas** pelas ONGs tem origem principalmente nas propostas da própria entidade, da comunidade, dos alunos (crianças e jovens), das empresas e dos governos.

De um lado os próprios financiadores, eles buscam o Instituto e dizem: “a gente tem um grupo de entidades e essas entidades precisam de capacitação”, o que para nós é muito bom e por outro as próprias entidades, ligam pra cá querem saber como faz... A gente tem Prefeituras, mas coisas bem pontuais, então, uma assessoria para uma equipe por três meses, a gente não tem nenhuma Prefeitura que tenha um trabalho de longo prazo com a gente como a gente tem com as entidades. Então

nosso público são as Entidades Sociais e essas Fundações que investem na área social. (fala de um entrevistado).

7.2 Origem da atividade (quem demanda ou demandando)

Tabela nº 8

Origem	Nº de ONGs
Proposta da própria entidade	14
Solicitação vinda da comunidade	12
Solicitação vinda dos alunos	08
Solicitação vinda das empresas	04
Solicitação vinda dos Governos	03
Solicitação vinda das Secretarias de Educação	02
Solicitação vinda das Escolas Estaduais	02
Solicitação vinda das Escolas Municipais	02

As demandas atendidas se desenvolvem dentro e fora do âmbito escolar. *Todo espaço educativo tem condições de contribuir para o desenvolvimento das aprendizagens fundamentais para o exercício consciente da cidadania (...) (CENPEC, 1999:28).* Das ONGs entrevistadas, 15 desenvolvem atividades dentro da escola e 22 desenvolvem atividades fora da escola. Trabalham com alunos e comunidade, mas fora do âmbito escolar. Esses dados indicam que o espaço de atuação das ONGs é maior fora do âmbito da escola, embora atuem com programas e projetos na área da educação.

A tarefa de formar integralmente as novas gerações não é mais considerada uma atribuição exclusiva da escola, embora tenha uma responsabilidade fundamental e específica nesse sentido, como lugar privilegiado de trabalho com o conhecimento e o desenvolvimento de aprendizagens essenciais para a vida (CENPEC, 1999:28).

7.3 Âmbito onde se desenvolvem as atividades (no próprio âmbito escolar ou fora dele)

Tabela nº 9

Âmbito	Na escola	Fora da escola
Nº de ONG	15	22

O trabalho realizado pelas ONGs dentro ou fora do espaço escolar pretende ser uma forma de contribuir com a educação integral do público participante. *Além da escola, outros espaços sociais oferecem oportunidades educativas, como a família, amigos, grupos organizados da sociedade civil* (CENPEC, 1999:29).

Ouvimos a opinião de cada ONG sobre o vínculo estabelecido com as escolas: **Como caracterizaria o vínculo estabelecido com as escolas?** (pergunta 8 do questionário). Nesse item, está relacionada a sua experiência no contato com as escolas, que pode ser mais ou menos positiva, conforme podemos observar na diversidade das respostas. Como **características positivas** apontam: a cooperação e a construção coletiva, o apoio às atividades das escolas, a assessoria para equipe técnica e a realização das atividades e a adesão da escola e dos educadores acontecer voluntariamente. Como **características negativas** apontam: os problemas associados ao fato de as coordenações e direções não “vestirem a camisa” do projeto, as dificuldades presentes na interlocução com os diretores das escolas e os problemas relativos, também, à situação contratual dos projetos.

O cotidiano escolar, a forma como estão organizadas e estruturadas as escolas e a cultura da falta de diálogo que prevalece nas relações interpessoais da comunidade escolar faz com que as ONGs percebam e apontem dificuldades que costumam apresentar-se na parceria. Perguntamos: **Que dificuldades costumam apresentar-se na parceria entre sua entidade e as escolas?** (pergunta 9 do questionário). No entendimento das ONGs, as escolas esperam receber as soluções prontas para seus problemas, apresentam resistência à mudança, são dependentes dos sistemas de ensino, alteram constantemente seu quadro de profissionais, não têm tempo para conversar, falta compromisso da direção da escola e envolvimento da comunidade escolar. Essas **dificuldades** são entraves na relação das ONGs com as escolas, pois comprometem a construção do diálogo necessário para a concepção e desenvolvimento conjunto das atividades / projetos.

As entrevistas também revelam **fatores facilitadores**, observados pelas ONGs e entendidos como tal, no estabelecimento das relações de parceria com as escolas públicas. Na pergunta: **Que fatores facilitam esse vínculo?** (pergunta 10 do questionário). Levantamos, a partir das respostas, fatores que são gerais, que são das ONGs e que são das escolas, conforme citamos a seguir: Foram apontados fatores conjuntos como: a construção coletiva, a avaliação dialógica e processual, a flexibilidade para ajustes, a participação no planejamento, o interesse mútuo, o cuidado com as relações e o constante contato. Fatores associados as ONGs: o respeito a todos os segmentos da escola, atuar em municípios menores, comunidades pequenas, o tema desenvolvido e sua visibilidade, a doação de materiais para a escola, a proposta da ONG, a competência profissional e a filosofia da Fundação (entenda-se: das ONGs). Fatores associados às escolas: quando o interesse é da escola, quando tem alguns profissionais que enfrentam as dificuldades, quando a direção é aberta e quando existe a boa vontade de algumas pessoas.

As relações de parceria não se estabelecem apenas com as escolas públicas, em alguns casos, elas se dão no âmbito dos órgãos governamentais. No caso da educação, é com a Secretaria Municipal ou Estadual de educação. As entrevistas nos revelam que, embora as ONGs desenvolvam projetos e atividades dentro das unidades escolares, não significa que exista algum vínculo, por menor que seja, com as Secretarias de Educação. Apenas 02 ONGs responderam que mantêm um vínculo muito bom com as Secretarias. 04 possuem um vínculo muito pontual com a Secretaria Municipal e 05 com a Secretaria Estadual. Os dados mais reveladores se referem ao fato de que as ONGs não possuem nenhum vínculo com as Secretarias de Educação, sendo que 16 responderam que não possuem nenhuma relação com a Secretaria Municipal e 15 com a Estadual. Outros tipos de vínculo apontados são: 01 possui convênio, 01 apenas encaminha informações das ações e 01 não possui relação com nenhum órgão governamental. Este quadro nos provoca a reflexão sobre quais seriam as preocupações da Educação oficial com o atendimento e desenvolvimento de ações para garantir ao cidadão o direito a uma educação pública de qualidade e para todos.

11. Que tipo de vínculo se estabelece entre sua entidade e a Secretaria de Educação local?

Tabela nº 11

Secretaria São Paulo	Nenhuma	Muito Pontual	Muito Bom	Outros
Municipal	16	04	02	01 - Convênio com a prefeitura 01 - Com nenhum órgão público
Estadual	15	05	02	01 – É informada do projeto 01 – É um convênio

Nenhum, oficialmente nenhum. Nós estamos com as escolas, com secretaria nenhuma, nunca nos procuraram. Aliás, não só com a Secretaria, mas com qualquer órgão público, é um desrespeito. Nossa dificuldade é com órgãos públicos, com governo do estado, prefeitura. (O Alckmin antes das eleições fez um monte de promessas, trouxe o Estadão, trouxe a imprensa, usou a nossa imagem para fazer campanha e hoje você nem ouve falar mais dele). (fala de um entrevistado)

Quando analisamos a tabela nº 12 sobre os canais de **planejamento e avaliação** conjuntos e constatamos que, para 99% das ONGs entrevistadas, eles não existem e que para 1%, se dão pelo envio de relatórios, planilhas e informações gerais, constatamos que o órgão responsável pela educação pública não acompanha, não constrói e não avalia o que desenvolvem as ONGs nos espaços escolares e não tem conhecimento do objetivo de cada uma delas com suas atividades e

projetos. Fica, assim, por conta da própria escola, o compromisso de estabelecer uma parceria acertada e arcar com as conseqüências da relação. Se ONG e escola possuem objetivos claros e ações conexas, o resultado da parceria é positivo e ganha o aluno, a escola, a comunidade e a ONG. Mas, se os objetivos e as ações são desencontradas e até contraditórias todos perdem com a parceria. Dar autonomia à escola não pode significar abandoná-la e apenas estabelecer vínculos burocráticos e administrativos que só fortalecem o “poder” autoritário e hierarquizado. *A democracia demanda estruturas democratizantes e não estruturas inibidoras da presença participativa da sociedade civil no comando da res-pública. (FREIRE, 1993:75).*

12. Existem canais formais de planejamento e /ou avaliação dos projetos junto à Secretaria de Educação local?

Tabela nº 12

Secretarias São Paulo	Sim	Não	Outros
Municipal	0	23	01 – Por meio de planilhas e relatórios.
Estadual	0	23	01 – A instituição informa e busca apoio.

Nesse contexto, ONGs e escolas buscam caminhos de entendimento para concretização das ações. Ao colocarmos a pergunta 13 do questionário: **Que potencialidade observa no trabalho realizado dentro da escola? Quais as dificuldades?** As ONGs observam, no trabalho que desenvolvem dentro do espaço escolar, as seguintes **potencialidades**: a integração da escola com a comunidade, a elevação da auto-estima, a mobilização dos alunos, a garantia de qualidade, a formação dos educadores, a possibilidade de acompanhar o cotidiano escolar, o vínculo com a Universidade, a transformação dos valores, a transdisciplinaridade, o envolvimento do público escolar com as questões ambientais e a boa vontade do corpo docente e direção e, como **dificuldades**: “chegada” (início da relação), “fazer pela escola”, alteração constante do quadro docente, a direção resistente, o tempo para formação, falta de estrutura, a escola não dá continuidade, falta recursos e a lógica com que se organiza e funciona o sistema escolar. Essas dificuldades são entraves na relação das ONGs com as escolas, pois não permitem que construam uma parceria dialógica.

Trabalho de arte é um trabalho que tem a maior potencialidade dentro da escola. Acho que o que buscamos é caminho, estratégias de como fazer, já fizemos algumas tentativas e conseguimos alguns resultados super positivos, mas eu acho

que é o grande foco e a grande saída para o país para repensar a Educação. (fala de um entrevistado)

Pelas entrevistas com as ONGs, observamos que existe uma preferência pelo desenvolvimento de atividades e projetos **fora do âmbito escolar**, mas relacionados com uma concepção de escola, cujo espaço ultrapassa suas paredes. Isso fica evidente com a pergunta 14 do questionário: **Quais são os benefícios de realizar essa/s atividade/s fora do âmbito escolar? Quais as dificuldades?** Em que elas apontam como benefícios à realização das atividades fora do espaço escolar: melhora nas relações escola e comunidade, elevação da auto-estima, menos burocracia, horários mais flexíveis, inserção na comunidade, espaços de aprendizagem fora das quatro paredes, faz parte da vida, atividades mais abrangentes, sai do negativismo da escola pública, participação da comunidade, mobilização e continuidade das atividades pela comunidade, atender a clientela que não chega à escola, participação das crianças que estão fora da escola, a criança está se desenvolvendo como ser humano que tem livre participação é agente do seu processo de aprendizado e do seu desenvolvimento. Como dificuldades: infra-estrutura, problemas relativos à segurança, identificar as lideranças, relação professor x aluno viciada da escola pública, acompanhamento da família e o fato de os alunos de 15 e 16 anos das escolas não saberem ler.

Aprendemos e ensinamos em qualquer espaço e em qualquer tempo. O contexto ensina o sujeito que apreende e transforma o contexto. A vida se constrói com as experiências que vivenciamos, observamos e refletimos. *Mas não podemos esquecer de que o que somos guarda algo que foi e que nos chega pela continuidade histórica de que não podemos escapar, mas sobre que podemos trabalhar, e pelas marcas culturais que herdamos* (Freire, 1993:23). A experiência das ONGs em relação ao processo de parcerias possibilita que apontem como percebem o movimento favorável, ou não, das escolas e das Secretarias nessa questão. 15 delas responderam que as escolas têm sido favoráveis e 09 que não.

15. Na experiência da sua entidade, as escolas têm sido favoráveis ao desenvolvimento de parcerias? Por que?

Tabela nº 15

Favoráveis	Sim	Não
Nº de ONG	15	09

É muito difícil estabelecer diálogo com as pessoas que trabalham nas escolas porque como as professoras têm que dar aula elas não conseguem educar, como os alunos têm que assistir aula, eles não conseguem aprender (fala de um entrevistado).

Os motivos apontados pelas ONGs são: Recuo em desobrigar o Estado; Se sentem invadidos; São receptivos; Aceitam para sair do abandono; Não estão predispostas a ser parceiras; As escolas têm sido mais abertas; Para muitas escolas e muitos diretores o mais fácil é se livrar dos problemas; As escolas não estabelecem uma relação de parcerias, elas procuram porque elas não tem uma política institucional de lidar com os temas que as ONGs lidam; Muito burocrática e Porque elas só se beneficiam com as parcerias.

A escola é distante de projetos de educação não formal e não acredita neles. Hoje tem até uma proposta de que são concorrentes. (fala de um entrevistado)

Quanto às Secretarias, lembrando que na época estávamos sob a gestão Pita no município de São Paulo, por onde passaram diversos secretários de educação e sob a gestão de Mário Covas no governo do estado, onde permaneceu durante 8 anos a Secretária Rose Neubauer, Hoje, estamos sob a gestão do PT com a Mata Suplicy na prefeitura e continuamos com o PSDB no governo do estado, com Geraldo Alckimin, filho de Pindamonhangaba-SP (onde aconteceu o projeto Rural Vivo) e ex Vice-Governador de Mário Covas, levantamos como fala das ONGs: 14 responderam que a secretaria municipal não é favorável a parcerias, 07 responderam que sim, 02 que não sabem pois não tem nenhum contato e 01 respondeu que os governos são horríveis (Gestão Maluf, 1993-1996 e Pita, 1997-2000). 14 responderam que a secretaria estadual não é favorável a parcerias, 09 responderam que sim e 01 acha que ela se mostra favorável.

16. Na experiência da sua entidade, a Secretaria de Educação local tem sido favorável ao desenvolvimento de parcerias com escolas? Por que?

Tabela nº 16

Secretarias São Paulo	Sim	Não	Outros
Municipal	07	14	01– Governos horríveis 02 – não sabem
Estadual	09	14	01 – Tem-se manifestado favorável

É falta de visão política e da educação atual (fala de um entrevistado).

A secretaria... Ela se basta. Ela é dona das escolas (fala de uma entrevistada).

A falta de projeto político pedagógico, de recursos e investimentos, de autonomia pedagógica, administrativa e financeira, a desvalorização e a desesperança do professor são algumas das características apontadas pelas ONGs que marcam a crise da escola pública. Segundo a opinião de uma entrevistada, a escola *não está a serviço dos alunos, ela não tem autonomia, ela não brilha*. Essas características foram apontadas pelas ONGs na pergunta 17 do questionário:

Parece uma obviedade afirmar que a escola pública encontra-se em crise. Segundo sua opinião, quais são as características mais marcadas dessa crise? Porém, consideramos que a formulação da pergunta condicionou as respostas, fato que só aparecem aspectos negativos. Outras características que relacionamos a seguir fazem parte das respostas colhidas na mesma pergunta: O estado está falido; A educação não é prioridade; A escola vive o desencontro; Falta de espaços coletivos; Desvalorização do professor; É o modelo educacional que está aí; Sucateamento da rede pública; Crise da qualidade; Falta formação para o professor; É uma crise do modelo de educação; Muito da crise eu acho que é porque está distante da realidade, essas crianças não tem a menor motivação e estímulo para estar freqüentando a escola; A criança tem medo da escola, do professor e do que acontece lá dentro; Falta de formação ideológica aos educadores; Baixos salários e Professores desmotivados.

Os alunos não ficam na escola. Os que passam na escola não são nem alfabetizados. (fala de um entrevistado)

A escola não acompanhou o processo de crescimento e evolução da sociedade. Está muito afastada da realidade dos alunos e desacreditada pela comunidade. Foi invadida pela violência global e sofre com o descaso do estado. As ONGs apontam como responsáveis em primeiro lugar todos nós, em segundo lugar o sistema público educacional e em terceiro lugar os governantes.

18. Existem responsáveis dessa crise?

Tabela nº 17

Responsáveis	Todos	Sistema	Governantes	Estado	Soc. Civil	Elite	Globalização
Nº de ONG	13	05	04	03	03	01	01

As ONGs sabem do compromisso social que tem com a educação e entendem que a responsabilidade por garantir o direito à educação pública de qualidade para todos é do Estado. Conhecem seu papel e tem consciência da sua atuação e da sua responsabilidade. Elas deixam claro essa posição ao responder a questão 19 do questionário, que apresentamos a seguir juntamente com algumas observações que foram feitas.

19. Muitas vezes se afirma que as parcerias entre ONGs e escolas poderiam ser uma solução a essa crise...

Tabela nº 18

Solução	Sim	Não
Nº de ONG	07	17

Observações das ONGs: As ONGs tem sido espaços de resgate da cidadania, de controle do Estado; Não resolve tudo, mas é um passo; Acho que seria uma grande solução; É um caminho que tem que ser explorado; **Isso é muito de Brasil, colocar solução mágica para tudo**; Se fosse uma parceria ONG – Escola - Estado em que realmente cada um fizesse sua parte a gente saía desse buraco; É uma responsabilidade do poder público, esse modelo não seremos nós as ONGs que iremos resolver e o Estado tem sua tarefa e tem que abrir seus muros; **Não é papel das ONGs substituir as obrigações do Estado.**

Finalmente, provocadas pela pergunta 20 do questionário: **Que tendências poderiam visualizar no futuro em matéria de parcerias ONGs - Escola?** Elas formulam suas hipóteses para o futuro, pautadas nas experiências do passado e do presente e respondem:

1. Uma política acertada de parcerias escolas - ONGs deveria supor:
 - Contato ONGs e Secretarias de Educação para conhecimento e discussão das prioridades dos governos em matéria de educação;
 - As prioridades de cooperação das ONGs com as escolas devem-se adequar ao projeto político-pedagógico da escola;
 - A cooperação das ONGs deve visar, sobretudo o benefício do aluno;
 - Em qualquer hipótese, a participação da comunidade interna e externa da escola é imprescindível na cooperação ONG / Escola.
2. Caminhamos para uma estabilidade.
3. Acho que é a solução, o caminho.
4. É a necessidade de fazer com que a pessoa aprenda também com a escola da vida.
5. Unir esforços
6. Unir as especialidades de cada ONG em ações comuns.
7. Aproximação cada vez maior
8. A realidade de capacitação, de grande centro urbano é muito egoísmo, cada um salva o seu pão e dane-se o resto.
9. Estão crescendo. Tanto ONG quanto escola tem muito para construir e ensinar juntas.
10. Para o Brasil é um dos caminhos mais viáveis a parceria ONG X Escola, especialmente com as que detêm o conhecimento.

11. Precisa ter experiências, colocar mais aventureiros dentro das escolas, esse não é o caminho.
12. Investimento na questão da formação
13. A tendência é melhorar. A escola está muito fechada, mas por outro lado também está perdida.
14. O mais importante para a educação é a formação.

...a gente vê em muitas escolas pessoas apaixonadas pela educação, que vê como uma missão mesmo e tem aqueles que vêem só como um trabalho e é muito diferente. O trabalho você executa quando você trabalha com uma máquina e você produz parafusos, missão é quando você trabalha com o coração, trabalha com a pessoa e Educação é um trabalho de coração. Você trabalha o coração da criança, do jovem e tendo sempre consciência que o conhecimento não é só passar conteúdos, mas é criar um aprendizado de vida porque a vida acaba ensinando a pessoa, seu testemunho e o amor por aquilo que você faz cativa muito do que fazer por fazer. (fala de um entrevistado)

Capítulo 4

REFERENCIAL DE ANÁLISE DA RELAÇÃO ENTRE ONGs E ESCOLAS PÚBLICAS

A natureza do trabalho das ONGs não é substituir a ação do poder público, do Estado. Seus serviços não são universais; elas não têm como proposta ter representatividade pública. Sua missão é identificar e analisar as causas dos problemas sociais, apontar soluções, construindo modelos de intervenção, ajudar a envolver a população na luta cidadã.

As ONGs não podem tomar para si. Pode ser uma solução pontualmente, mas é um erro você pensar que uma ONG foi criada para cobrir carências do Estado. Na verdade a ONG não pode tomar em mãos uma coisa que é de função e responsabilidade do Estado. Ela pode cobrar o Estado para fazer, ela pode apoiar, ela pode fazer uma série de coisas, mas não tomar para si a responsabilidade. Nesse sentido, ela não pode mudar, ela pode atenuar, ela pode colaborar, mas não vou dizer que está aí a solução dos problemas. (fala de um entrevistado)

Nesse sentido, neste capítulo apresentamos as categorias de análise das respostas dos dirigentes das ONGs nas *entrevistas* buscando responder qual é a visão que os dirigentes das ONGs pesquisadas têm sobre: Concepção de parceria; Fontes de recursos destas ONGs e a relação das instituições financiadoras com os projetos e entidades financiadas por elas; As escolas públicas e também sobre as demais instituições com as quais desenvolvem projetos; Relação entre as ONGs e as Redes/Sistemas de ensino; Principais dificuldades encontradas na relação com as instituições participantes dos projetos e os espaços facilitadores para que os mesmos tenham êxito.

4.1 - CATEGORIAS DE ANÁLISE

No capítulo 3, apresentamos uma análise dos dados tabulados, que se referem às respostas das entrevistas, de caráter quali-quantitativo, realizadas junto aos dirigentes de 24 ONGs. Neste item apresentaremos uma sistematização das referidas entrevistas, organizadas com base numa categorização que visa a facilitar a resolução do problema central, objeto desta dissertação.

4.1.1 - DATA DA ENTREVISTA – 23/11/00

VISÃO DE PARCERIA

Cooperação e construção coletiva dos - projetos

Parceria Estado e Sociedade Civil não traz soluções para a crise. O problema é mais fundo. Mas a parceria ajuda

Participação da comunidade interna e externa da escola é imprescindível na cooperação ONG/Escola.

FONTES DE RECURSOS E RELAÇÃO DA INSTITUIÇÃO FINANCIADORA COM OS PROJETOS

Os recursos desta ONG vêm de projetos realizados / prestação de serviços

VISÃO DE ESCOLA PÚBLICA

Devem apoiar, se envolver e se comprometer com o projeto.

Aproximação da escola com a comunidade é o que se procura fazer nas assessorias.

Sociedade Civil se sente desobrigada; reclama de recursos, investimentos e de falta de autonomia em todos os graus.

RELAÇÃO ENTRE AS ONGS E AS REDES / SISTEMAS DE ENSINO

Permanente diálogo

Em alguns momentos pedem que façamos pela escola e queremos fazer “com” e não “por”

Secretarias de educação são favoráveis às parcerias

Faltam projetos e ampla negociação entre Estado e sociedade civil

DIFICULDADES

Esperam soluções prontas das ONGs

Resistência para não perder “autonomia”.

Conciliar prazos dos projetos com as agendas das escolas

Há os que se sentem invadidos e temem desobrigar o Estado de suas obrigações. Há os que se sentem invadidos e desconfiados com a presença de uma instituição estranha. Há os que são receptivos e se propõem à construção coletiva. Há os que aceitam tudo acriticamente

Crise da escola pública – Estado e Sociedade Civil são co-responsáveis

FACILITADORES

Há os que assumem responsabilidades e as parcerias

Respeito a todos os envolvidos

Flexibilidade para ajustes no projeto

Acompanhar o trabalho e o cotidiano das escolas

Acompanhar a prática dos educadores

4.1.2 - DATA DA ENTREVISTA – 08/12/00

VISÃO DE PARCERIA

Vínculo de parceria em que escolas oferecem infra-estrutura física e material humano

ONG oferece material didático, treinamento, acompanhamento pedagógico e administrativo.

O projeto eleva auto-estima de toda a comunidade escolar e a imagem da escola.

Escolas favoráveis à parceria. Mas algumas ainda consideram as parcerias paternalistas

FONTES DE RECURSOS E RELAÇÃO DA INSTITUIÇÃO FINANCIADORA COM OS PROJETOS

Fonte de recursos desta ONG é privada em nível nacional e internacional

Os empresários entram com apoio financeiro ou com pessoal para os projetos

VISÃO DE ESCOLA PÚBLICA

Em SP – sistemas e redes de ensino deixam as escolas muito dependentes

Há dificuldades legais para efetivar os convênios

Alta rotatividade dos profissionais

RELAÇÃO ENTRE AS ONGS E AS REDES / SISTEMAS DE ENSINO

Relação variável em relação às Secretarias de Educação. Às vezes nenhuma relação com o projeto, outras vezes, muito próxima.

SEE e SME-SP não são favoráveis às parcerias entre ONGs e escolas (atualmente)

Acredita que as parcerias podem resolver a crise, não tudo, mas são um passo

DIFICULDADES

Projetos só podem ser aplicados com maiores de 16 anos

Mudança de direção escolar que não quer o projeto e não consulta a comunidade

Alteração do quadro docente

A estrutura é pesada e não comporta novas formas de trabalho.

Desesperança do professor se expande para a comunidade

Crise é culpa da elite dominante

FACILITADORES

Mais fácil desenvolver o projeto em municípios menores

Melhoria da qualidade de ensino e aproximação das escolas com a universidade

Parcerias com ONGs virou moda, o que facilita a ampliação das mesmas e o apoio a novos projetos

4.1.3 - DATA DA ENTREVISTA - 14/12/00

VISÃO DE PARCERIA

Escolas são as que solicitam a parceria com a ONG, sempre. A relação é de parceiros. Escolas buscam experiências concretas e não teoria.

Não têm qualquer dificuldade nas parcerias

Parcerias poderiam ser a solução.

FONTES DE RECURSOS E RELAÇÃO DA INSTITUIÇÃO FINANCIADORA COM OS PROJETOS

Venda de materiais reciclados a empresa Não recebe recursos diretos

VISÃO DE ESCOLA PÚBLICA

Há boa-vontade dos professores da escola pública e da direção.

No geral, as escolas ainda não estão predispostas a ser parceiras. Acha que a educação deveria começar pelos diretores, professores e funcionários para depois se destinar às crianças. As secretarias de educação também deveriam ser educadas para a reciclagem e para as questões do meio ambiente.

Considera que o Estado está falido. Falta tudo. Todos estão desmotivados.

As escolas deveriam se voltar para as comunidades para solucionar os seus problemas.

A escola está fechada em si mesma. A educação precisa tirar o aluno da cadeira e levá-lo para fora, para ver a realidade.

RELAÇÃO ENTRE AS ONGS E AS REDES / SISTEMAS DE ENSINO

Nenhum vínculo com as Secretarias de educação.

Os vínculos se dão diretamente com as escolas.

Os órgãos públicos não procuram a ONG., o que considera um desrespeito.

Candidatos utilizam a ONG na mídia nas eleições, prometem, mas depois de eleitos não retornam.

DIFICULDADES

Tudo depende da boa-vontade dos docentes e principalmente do Diretor. Do contrário, nada acontece.

Se o diretor diz não, nada acontece mesmo.

Ainda há muita resistência dos moradores de rua a participarem do processo. A rua deformou o ser humano

Não há recursos para nada. O Estado não prioriza o social, a saúde, a educação. Está havendo diminuição dos investimentos.

Culpa da globalização: todos são culpados

FACILITADORES

Tema meio-ambiente atrai as escolas por ser interessante e atual. Aprendem a relacioná-los à questão social e fica melhor ainda.

4.1.4 - DATA DA ENTREVISTA - 15/12/2000

VISÃO DE PARCERIA

Pressupõe a participação efetiva de todos os segmentos da comunidade escolar com o projeto, principalmente a direção e a coordenação da escola.

Oferecem material didático.

FONTES DE RECURSOS E RELAÇÃO DA INSTITUIÇÃO FINANCIADORA COM OS PROJETOS

Recebem recursos de instituições privadas nacionais

Há pressão da instituição financiadora para que o projeto seja executado no prazo e obtenha os resultados esperados

VISÃO DE ESCOLA PÚBLICA

Trabalho fragmentado. Falta de espaços coletivos.

Profissionais mal remunerados, isolados e perdidos. Isolamento em todas as instâncias: dentro da escola pública, entre escola pública e privada do mesmo bairro, das escolas com a diretoria de ensino.

“A maioria das escolas são engradados, lugares feios, pouco atrativos”

RELAÇÃO ENTRE AS ONGS E AS REDES /SISTEMAS DE ENSINO

A relação se estabelece em nível de unidade escolar e diretoria regional de ensino. Falta uma relação institucional com as secretarias de educação. Não há abertura das secretarias para diálogo com as ONGs. Elas apresentam estruturas muito fechadas. Não vislumbram o trabalho em rede. “A escola olha para a DREM, esta olha para a Secretaria de Educação, que olha para o governador, que, por sua vez, olha para o presidente”

DIFICULDADES

Falta de envolvimento da direção e coordenação. Os professores são mais receptivos.

Outro fator dificultador é a pressão da instituição financiadora para que o projeto seja executado no prazo. O tempo da empresa não é o da escola.

Os órgãos centrais da administração educacional dificilmente abrem possibilidade de diálogo.

O curto espaço de tempo de intervenção na escola dificulta a consolidação de mudanças

FACILITADORES

Quando há participação das escolas no planejamento dos programas.

Doação de materiais para a escola.

Possibilidade de mudanças, de construção de novos valores.

Possibilidade de desenvolver atividades fora do espaço escolar.

Quando a escola entende que há outros espaços de aprendizagem, que não a sala de aula.

4.1.5 - DATA DA ENTREVISTA - 19/12/2000

VISÃO DE PARCERIA

Apoio às atividades pedagógicas.

ONG não tem poder de ingerência na escola, nem deve ter. Ela colabora, mas cabe ao Estado a mudança. A ONG não pode tomar pra si uma responsabilidade que é do Estado. O papel da ONG é colaborar.

A aproximação entre ONGs e escolas deve ser cada vez maior. Quando há integração, os resultados são interessantes.

FONTES DE RECURSOS E RELAÇÃO DA INSTITUIÇÃO FINANCIADORA COM OS PROJETOS

Em geral, recursos privados. Pontualmente, públicos

VISÃO DE ESCOLA PÚBLICA

Espaço de carências, de descaso e de heterogeneidade: experiências e formação muito diferentes.

Falta projeto coletivo.

Desvalorização do professor

RELAÇÃO ENTRE AS ONGS E AS REDES /SISTEMAS DE ENSINO

A escola busca aprender e implementar as propostas

Não há canais formais de comunicação. Eventualmente, algum contato.

Tendência: aproximação cada vez maior. Há interesse da sociedade em se organizar por meio das ONGs e ajudar

DIFICULDADES

Pouco espaço de diálogo com os órgãos centrais. Encontros pontuais com a secretaria de educação.

As escolas demandam demais. Elas pedem muito.

Dificuldade de envolver a escola como um todo com as questões ambientais

A enormidade da máquina administrativa (estruturas imensas) dificulta o contato com a rede, o relacionamento

Desvalorização por parte do Estado em relação ao professor

FACILITADORES

Quando se estabelece vínculo entre escola e comunidade.

O interesse de todas as partes de que a situação melhore.

4.1.6 - DATA DA ENTREVISTA - 21/12/2000

VISÃO DE PARCERIA

Deve haver construção conjunta e em todos os níveis.

Não desenvolver ações pontuais.

Desenvolve trabalhos complementares à escola pública.

Tendência: Unir esforços. Unir as especialidades de cada ONGs em ações comuns

As ONGs podem contribuir experimentando outros modelos e mostrando que são possíveis, mas a responsabilidade da escola pública é do Estado

Podemos contribuir com a criação de novas políticas públicas

FONTES DE RECURSOS E RELAÇÃO DA INSTITUIÇÃO FINANCIADORA COM OS PROJETOS

Fundos privados: Fundação Bankboston e Fiat Automóveis

VISÃO DE ESCOLA PÚBLICA

Espaço de negativismo, desesperança. Professores não acreditam nos alunos. Aceitam intervenções pontuais, mas que não interfiram no funcionamento da escola.

Escola fechada que acredita que conhecimento se constrói apenas dentro de quatro paredes. Não acreditam na cidade educadora; que todos os espaços educam

RELAÇÃO ENTRE AS ONGS E AS REDES /SISTEMAS DE ENSINO

O aluno está aberto, mas professores e direção não dialogam com a ONG. “Nosso trabalho pode mudar o aluno, mas não a escola como um todo”.

A escola possui pouca autonomia.

Não existem canais de comunicação com a secretaria de educação. Nem da secretaria com as escolas. A gente chega direto na escola e conversa com o diretor.

“Essas ações todas que a gente fez com a escola pública fomos fazendo diretamente com a escola”

DIFICULDADES

Condições salariais e carga horária do professor.

A escola tem dificuldade de se abrir para novas formas de realizar o trabalho pedagógico. “Entramos na escola para levar novidades. De repente, as atividades ganham caráter obrigatório, dentro da disciplina da escola, com premiação para os que fazem. Eles contaminam a nossa proposta”.

O modelo de escola que está aí é a grande dificuldade.

Descaso do governo com a educação e a formação dos educadores.

FACILITADORES

Possibilidade de elevar a auto-estima da escola, dos alunos e funcionários e de desenvolver atividades integradoras com todas as áreas do conhecimento.

Sair do negativismo e mostrar possibilidades de mudança

4.1.7 - DATA DA ENTREVISTA - 09/01/2001

VISÃO DE PARCERIA

Oferecer serviços complementares à escola pública.

Instituição fechada. Os diretores não querem diálogo; receiam ingerência sobre a escola.

A parceria é difícil. A escola não se abre ao nosso trabalho. Não vem até nós e não nos permite chegar até eles. Os diretores dizem: “Você cuida do seu pedaço e aqui quem cuida sou eu”

ONG e escola podem construir e aprender muito juntas.

FONTES DE RECURSOS E RELAÇÃO DA INSTITUIÇÃO FINANCIADORA COM OS PROJETOS

Fundos nacionais. Convênios com prefeituras e doações de pessoas físicas e jurídicas.

VISÃO DE ESCOLA PÚBLICA

Instituição fechada, que não se abre ao diálogo, burocrática e defasada pedagogicamente.

Professores sobrecarregados de trabalho não têm tempo para reuniões e preparação coletiva do trabalho pedagógico.

RELAÇÃO ENTRE AS ONGS E AS REDES /SISTEMAS DE ENSINO

A escola não se abre para o diálogo.

Não há relação alguma com a Secretaria de Educação. “A secretaria da educação diz que nosso trabalho tem a ver com a secretaria de assistência social”.

Não existem canais de diálogo e planejamento coletivo, nem com a escola, nem com a secretaria de educação.

Tendência: Não sabe dizer, mas possui esperança nessa relação

DIFICULDADES

Dificuldade de diálogo com a escola pública, com os diretores, com os professores, mas não com os pais.

A diretora não sai da escola para conversar e ver o que estamos fazendo.

A atitude mais comum é se livrar do problema: a escola chama a atenção dos meninos três vezes e na quarta já encaminha para a rua, para a expulsão. Nós estamos trabalhando para tirar da rua" Falta integração dos trabalhos.

"Há um currículo fechado, rigorosamente programado; não há abertura para mudanças. Dizem que precisamos de autorização da Secretaria de educação, da diretoria de ensino. É tudo muito difícil"

FACILITADORES

Nosso trabalho seria facilitado se houvesse canais de comunicação, seja com as escolas, seja com a secretaria de educação.

O grande interesse dos pais é um elemento facilitador no trabalho com a comunidade. "Nós ficamos bobos de ver como os pais têm sede de saber como enfrentar os problemas com os filhos"

4.1.8 - DATA DA ENTREVISTA - 09/01/2001

VISÃO DE PARCERIA

A ONGs não devem substituir o papel do Estado

Oferece serviços de complementação escolar. "Oferecem coisas para as pessoas que a escola formal não oferece: falam sobre direitos humanos, educação ambiental etc."

"As ONGs trabalham muito na perspectiva educacional de complementar ou até revolucionar uma ótica eurocêntrica e excludente que as escolas em geral têm"

FONTES DE RECURSOS E RELAÇÃO DA INSTITUIÇÃO FINANCIADORA COM OS PROJETOS

Recebe fundos públicos e privados; nacionais e internacionais e de agências de cooperação internacional: Fundação Ford; Fundação Bankboston, Lebstroux.

VISÃO DE ESCOLA PÚBLICA

As escolas são carentes. Elas procuram suprir necessidades pontuais. Não possuem uma "política institucional".

Professores trabalhando sem condições

As condições da escola são chocantes: não tem livro, não tem papel higiênico, banheiro quebrado, prédio depredado...”

A escola realiza trabalhos pontuais. Por ex.: Dia 10 de dezembro é dia dos Direitos Humanos e aí convida uma ONG para fazer um trabalho

RELAÇÃO ENTRE AS ONGS E AS REDES /SISTEMAS DE ENSINO

Não há parceria com a escola nem com a secretaria de educação.

A ONG atende a pedidos das escolas

As escolas estabelecem relações circunstanciais com a ONG

Tendência: a relação entre ONG e escola tende a crescer muito. Tanto a ONG quanto a escola têm muito a construir e ensinar juntas.

DIFICULDADES

Sucateamento da escola pública, violência, marginalidade, abandono das políticas sociais.

Descaso do governo. O Estado brasileiro sucumbiu às determinações do neoliberalismo. Não possui política social, política pública”

FACILITADORES

A aproximação com a comunidade, com os alunos, com os pais facilita o trabalho. Eles são receptivos.

4.1.9 - DATA DA ENTREVISTA 10/01/2001

VISÃO DE PARCERIA

Aqui pro Brasil com a carência que essas escolas têm, um dos caminhos mais viáveis é essa parceria ONG – Escola, especialmente com as ONGs que detêm conhecimento. Um conhecimento mais de ponta, acho que pode fazer uma diferença enorme, enorme, enorme... especialmente para essas escolas de periferia

Acho que as ONGs podiam ajudar muito, poderiam estar capacitando o professor, disponibilizando o repertório, poderiam estar trabalhando em atividades extracurriculares com os alunos, orientando as atividades, disponibilizando material didático alternativo mais moderno.

As ONGs poderiam estar fazendo muita coisa junto com as escolas, mas se houvesse essa interação entre as atividades formais e não formais

FONTES DE RECURSOS E RELAÇÃO DA INSTITUIÇÃO FINANCIADORA COM OS PROJETOS

Fundos nacionais e internacionais, públicos e privados, inclusive recursos do Banco Mundial

VISÃO DE ESCOLA PÚBLICA

Nosso trabalho esbarra na burocracia da escola que precisa trezentas autorizações para qualquer coisa. “Eu acho que a escola se coloca de uma forma muito burocrática, muito assim “ah! Eu gostaria , mas eu não posso”, eu não entendo muito o que é que não pode, mas não pode!”

Professor que ganha pouco, totalmente desmotivado, não comprometido com a causa educacional, não comprometido com o aluno, com a comunidade, tem medo do aluno, tem medo de sair na rua, tem medo de abrir a escola.

RELAÇÃO ENTRE AS ONGS E AS REDES /SISTEMAS DE ENSINO

Não é uma coisa formalizada que a gente chega e tem portas abertas, sempre tem que fazer um trabalho de conquista daquela diretora ou daquele professor e conforme essa conquista, se é bem sucedida ou não, a gente tem portas abertas ou não e aí fica muito difícil quando a gente não tem a boa vontade desses diretores.

A gente nunca teve nenhum vínculo formal com a Secretaria, nunca teve nenhuma grande ajuda.

Tudo é muito mais viável fora da escola do que dentro

Não vejo uma atitude propositiva da Secretaria

Tendência: com a carência das escolas, a relação ONG - escola é um dos caminhos mais viáveis.

DIFICULDADES

Falta de tempo dos diretores e professores. Eles alegam que não têm tempo, que tem a grade curricular já montada e que saem correndo de um lado pro outro, não tem sala,

Eles não abrem as escolas fora do período de aula, é muito complicado, é muito complicado mesmo!

Quando o projeto acaba a escola não leva isso pra frente

A escola, grande parte das vezes, não assume ou ela diz que assume mas não viabiliza meios para que sejam feitos e que são meios muito simples, não se está pedindo nada de excepcional, você percebe que é mesmo uma falta de comprometimento

FACILITADORES

Se houvesse uma disponibilidade da escola como um todo, de estar interagindo com as ONGs, de estar abrindo para atividades não formais, se isso fosse uma orientação mesmo da Secretaria da Educação, da Coordenadoria Pedagógica, das Diretorias e Delegacias de Ensino de que toda escola tem que se abrir eu acho que facilitaria

Os alunos se mobilizam, eles gostam, é uma coisa diferente, eles se sentem mais estimulados para estar fazendo alguma coisa e alguns professores também. Alguns professores ficam muito felizes de estar participando. Então a gente sente que tem potencialidades.

4.1.10 - DATA DA ENTREVISTA - 16/01/01

VISÃO DE PARCERIA

Oferecer serviços de formação e estágio a alunos de ensino médio, profissionalizante e curso superior.

Acho que a tendência é cada vez mais existir a parceria entre ONG e escola pública. A escola pública não tem recursos.

FONTES DE RECURSOS E RELAÇÃO DA INSTITUIÇÃO FINANCIADORA COM OS PROJETOS

Nacional – público e privado

VISÃO DE ESCOLA PÚBLICA

Oferece um ensino de baixa qualidade

O governo não investe na escola pública

RELAÇÃO ENTRE AS ONGS E AS REDES /SISTEMAS DE ENSINO

Quase não há contato com a secretaria de educação

A secretaria não dificulta nosso trabalho

DIFICULDADES

Baixo nível da escola pública

FACILITADORES

Quando há abertura para o diálogo.

4.1.11 - DATA DA ENTREVISTA - 19/01/01

VISÃO DE PARCERIA

Oferece serviços de formação para população de baixa renda, sem estudos ou quase nenhum. Não há vínculo com as escolas, nós não temos, a única coisa que nós recorremos à escola pública é para fazer o teste de escolaridade para nossos alunos fazerem o curso de Alfabetização.

FONTES DE RECURSOS E RELAÇÃO DA INSTITUIÇÃO FINANCIADORA COM OS PROJETOS

Fundos públicos nacionais

VISÃO DE ESCOLA PÚBLICA

Na escola do Estado ninguém é obrigado a vestir a camisa, porque é pública, então você vai encontrar gente de todas as ideologias trabalhando na escola pública, que não está de acordo com a cabeça da diretora, que não está de acordo com as diretrizes do Estado

Para o profissional, basta cumprir a sua carga horária de dar aula, de ensinar matemática, de ensinar português e tal, está tudo resolvido; as exigências outras que se fizer a ele, ele não tem nenhuma responsabilidade de estar respondendo, porque ele é um profissional público para dar aula de português, ele funciona através do diário oficial.

A escola ignora determinada “clientela” da sociedade. Há pessoas que não conseguem se encaixar na estrutura da escola; a escola fica inviável para elas

RELAÇÃO ENTRE AS ONGS E AS REDES / SISTEMAS DE ENSINO

Nós atuamos mais fora da escola. Em espaços como igreja,
São pouquíssimas escolas que cedem espaços para alfabetizar.
Conseguimos diálogo pontual com as escolas, com algumas diretoras.

DIFICULDADES

O grande problema da escola pública está justamente em ela deixar de ser uma grande rede administrada pelo diário oficial, para se transformar em uma unidade escolar em que ela consiga atender os interesses da comunidade local e que ela trabalhe esses interesses e que ela saiba desses interesses e que ela consiga articular um grupo de professores que acredite nisso, numa proposta de unidade escolar e não numa rede de 6.000 escolas

Falta de autonomia da escola pública

FACILITADORES

O que facilitaria é a maior proximidade com a comunidade, com as pessoas

Uma maior autonomia da escola

4.1.12- DATA DA ENTREVISTA - 02/02/01

VISÃO DE PARCERIA

Oferecer serviços educacionais complementares à escola pública.

Desenvolve trabalhos internos e externos à escola

Oferece serviços para a comunidade, inclusive alunos das escolas públicas

Às vezes a escola nos telefona que está com um grupo de alunos que está meio perdido e a escola não consegue, então vai algum dos professores fazer um bate papo, uma palestra.

Por conta do reforço escolar, é um laço bem estreito que temos com a escola. Como o jovem está aqui no Grêmio e está numa escola próxima daqui, o nosso professor participa da reunião de HTP, com esse atendimento que a gente tem mais de reforço, quer dizer, o menino fica algum tempo aqui conosco, com essas escolas a gente tem um laço bem estreito.

Precisa existir uma relação de diálogo,

Se você pensa isoladamente as ações vão ficando fragmentadas.

FONTES DE RECURSOS E RELAÇÃO DA INSTITUIÇÃO FINANCIADORA COM OS PROJETOS

Nacional – público e privado

VISÃO DE ESCOLA PÚBLICA

Professores sobrecarregados de trabalho e excesso de alunos na sala de aula

Há possibilidade de diálogo, dependendo como se chega à escola

RELAÇÃO ENTRE AS ONGS E AS REDES /SISTEMAS DE ENSINO

Secretaria de Educação - pra você fazer um vínculo maior não é fácil. Eles têm uma população imensa, tanto de professores, quanto de alunos,

Tudo que nós fazemos aqui de Fórum, de encontro para professores, a gente está sempre encaminhando pra eles, às vezes recebe apoio deles, alguém desses órgãos vem.

DIFICULDADES

Não temos dificuldade, eles adoram. A escola que não está afim já nem se liga

No começo a dificuldade é muito grande, eu não sei se eles acham que você está levando um trabalho a mais para eles, então quem é você e põem a pessoa numa posição de ficar chegando, mas depois quando você consegue ganhar, tudo muda

A formação dos Educadores

Excesso de alunos em sala de aula

FACILITADORES

A gente toma um cuidado para não se tornar o dono da verdade e a escola o coitado, que acho que é um grande problema, porque o outro percebe que você está lidando com ele como se você estivesse numa relação de poder “olha, eu posso oferecer isso para os seus alunos”. Quer dizer que ela não pode? O que é isso? É um desvalorizar do trabalho do outro.

Se você vai no sentido de andar junto com a escola de ser companheiro, porque nós também precisamos da escola é uma relação complementar, então eu acho que é muito do papel de cada um.

O fato de ser uma instituição muito antiga e sempre trabalhou de uma maneira muito séria na região.

4.1.13 - DATA DA ENTREVISTA - 13/02/01

VISÃO DE PARCERIA

Atuamos na questão da formação, então nós trabalhamos com multiplicadores de formação e recebemos formação, interagimos na troca com Instituições Nacionais e Internacionais

Parceria é troca, aprendizado de ambas as partes.

Desenvolve vários projetos de formação complementar à escola pública

A solução não é a parceria da Escola com a ONG, a solução, são as ações desencadeadas, a necessidade que haja solidariedade, que haja comprometimento, que haja união, que haja

Esse é o país da mágica, então, agora a palavra mágica é parceria, não é bem assim.

FONTES DE RECURSOS E RELAÇÃO DA INSTITUIÇÃO FINANCIADORA COM OS PROJETOS

No geral, é nacional

Contam com muito trabalho voluntário

VISÃO DE ESCOLA PÚBLICA

As escolas estão abertas à parceria

Não temos tido dificuldade com as escolas

RELAÇÃO ENTRE AS ONGS E AS REDES /SISTEMAS DE ENSINO

Nós vivemos um momento difícilíssimo que foram as administrações passadas

Tivemos uma negociação de três anos que não deu em nada e depois de quatro anos conseguimos realizar um trabalho com a Secretaria

Já com as escolas em si, a gente vai realizando esse trabalho e nunca deixou de realizar

Não temos nenhum projeto com a Secretaria

DIFICULDADES

Educadores não vivem a Educação em valores humanos. Se eles vivessem a escola seria outra.

FACILITADORES

É a nossa proposta e nosso currículo de ação e o boca-a-boca. As pessoas vêm até a gente porque já sabem do nosso trabalho, então as pessoas vêm buscar e já sabem o que querem e o que a gente tem para oferecer.

Eles realizam um trabalho de qualidade que passa a ser elogiado por professores, pela administração da escola, diretores, as crianças ficam adorando todos os jovens que passam pelas escolas.

4.1.14 - DATA DA ENTREVISTA - 20/02/01

VISÃO DE PARCERIA

Proporcionar complementação à escola em período contrário ao de estudo

Os próprios financiadores buscam o nosso Instituto e dizem: “a gente tem um grupo de entidades que precisam de capacitação”, o que para nós é muito bom e por outro as próprias entidades, ligam pra cá querem saber como faz.

O problema é muito maior do que as ONGs; elas podem dar muita contribuição como modelo e dizer “olha, pode dar certo, isso é possível”, mas eu acho que não é só isso.

FONTES DE RECURSOS E RELAÇÃO DA INSTITUIÇÃO FINANCIADORA COM OS PROJETOS

Recursos - Empresas privadas, prefeituras, pessoas Físicas

VISÃO DE ESCOLA PÚBLICA

Os professores, quando são reconhecidos, eles se envolvem mesmo não recebendo salários melhores

Falta diálogo

Na escola pública, há grande rotatividade de profissionais e falta de recursos

RELAÇÃO ENTRE AS ONGS E AS REDES /SISTEMAS DE ENSINO

A gente tem um vínculo muito, muito importante, muito significativo com a população.

A maioria dessas entidades é conveniadas com a Prefeitura de São Paulo, com a Secretaria de Assistência Social, mas a gente nunca foi chamada pela Secretaria para saber o que a gente estava fazendo na rede conveniada deles, ou para trocar figurinhas ou para dizer qualquer coisa. Então quer dizer que o vínculo com a Secretaria, principalmente aqui em São Paulo, eu diria que é nulo. Muito pouco.

DIFICULDADES

Principalmente quando a entidade apesar de dizer que quer o projeto, a Diretoria da entidade não dá o apoio necessário ao projeto

A gente desligou duas entidades antes de terminar o projeto. Uma por falta de condições financeiras, a entidade entrou com um problema e não conseguia pagar mais os funcionários e a outra por conta do desinteresse da Diretoria, a diretoria não dava nenhum apoio

Falta de recursos, de materiais, às vezes rotatividade de pessoal; você tem uma Coordenadora e de repente muda, então você tem num ano o trabalho com um Coordenador e no outro ano é outro Coordenador, isso pra gente é uma coisa muito séria, muito grave.

FACILITADORES

As pessoas se sentem muito mais competentes do que eram antes e isso melhora a auto-estima, elas começam a vislumbrar outras possibilidades de trabalho, se vê que a questão salarial não altera, porque elas não ganham mais porque estão fazendo esse projeto, mas a questão da competência profissional tem uma alteração significativa, então isso tem feito as pessoas ficarem muito ligadas à gente.

4.1.15 - DATA DA ENTREVISTA - 21/02/2001

VISÃO DE PARCERIA

Oficinas culturais e de formação

Ações complementares à escola

FONTES DE RECURSOS E RELAÇÃO DA INSTITUIÇÃO FINANCIADORA COM OS PROJETOS

Nacional. Públicos : BNDES. Privados: Xerox, Promon.

Vendas de materiais produzidos nas oficinas.

VISÃO DE ESCOLA PÚBLICA

Professores despreparados para os desafios do nosso tempo

Não conseguimos diálogo

Não temos vínculo

Não temos parceria

RELAÇÃO ENTRE AS ONGS E AS REDES /SISTEMAS DE ENSINO

Não existe. Já fomos até acusados de estar desviando os alunos da escola. Aqui, para entrar, tem que freqüentar uma escola, o que acontece é que eles não querem sair para ir para a escola, então temos que fazer um esforço para que eles continuem na escola.

Nenhum. Nunca fomos procurados para saber sobre nosso trabalho ou saber dos alunos que estão aqui na Casa, que são da escola e freqüentam nossas atividades

Há manifestações esporádicas de reconhecimento da entidade, através de visitas. Algumas pessoas (alunos e professores) costumam vir até a casa para ver como funciona

DIFICULDADES

O descaso com a educação e principalmente a preparação de educadores para os desafios deste tempo.

Acho que a tendência é melhorar. A escola está muito fechada, mas por outro lado também está perdida.

O Estado paternalista e burocrático

FACILITADORES

Nosso trabalho promove a auto-estima, o envolvimento, o compromisso

4.1.16 - DATA DA ENTREVISTA - 21/02/01

VISÃO DE PARCERIA

Vínculo direto com escola mediante projeto de formação específico – parceria sempre ampliada + formação aos quadros visando a ampliar a participação.

Parceria mais direta à equipe técnica das escolas, oferecendo a ela formação sobre participação, planejamento e demais atividades educacionais.

Parcerias podem contribuir para superar a crise.

Se as ONGs não estimular práticas inovadoras, a relação ONGs – escolas ficará sem saída. Mas se ousar e estimular práticas e outro modelo inovador de ação, poderemos influenciar as políticas públicas mais próximas das necessidades educacionais atuais.

FONTES DE RECURSOS E RELAÇÃO DA INSTITUIÇÃO FINANCIADORA COM OS PROJETOS

Fonte de recursos – nacional e internacional, público e privado

VISÃO DE ESCOLA PÚBLICA

Considera que sistema de ensino despreza debate entre profissionais, educandos e educadores.

Entende que o trabalho educacional é percebido apenas como “dar aula”.

Escola pública continua transmissora do saber.

Escola continua com o pensamento nas pessoas como indivíduos consumistas de serviços.

Formação mais voltada para o trabalho.

Há uma crise no modelo de educação e não propriamente das escolas públicas. Modelo continua transmissor de saberes restritos: linguagem e escrita e operações elementares.

Temos uma crise da educação escolar e não da educação pública.

RELAÇÃO ENTRE AS ONGS E AS REDES /SISTEMAS DE ENSINO

Relação amistosa com Diretoria de Ensino (Estadual) e com as Delegacias regionais de Ensino Municipal – DREM

Os sistemas de ensino ainda não conseguem tornar as atividades extra-escolares como parte do seu currículo.

As Secretarias de educação são muito tímidas, mesmo que favoráveis a novos projetos. Considera que às vezes há uma visão superficial das mesmas e um certo aproveitamento das oportunidades pontuais.

DIFICULDADES

Dificuldade geral é com o funcionamento do sistema de ensino – que despreza contatos e debates entre profissionais, educandos e educadores.

É difícil reunir os diferentes públicos da escola

Professores lecionam em outras escolas ou na mesma em horários diferentes, dificultando os encontros de formação.

Concepção transmissora de saber

Possibilidades de desenvolver atividades fora do espaço escolar. Debates, fóruns temáticos, fórum de educação.

Atividades fora da escola são mais livres e permitem avançar mais nos debates.

Crise relacionada a diversos fatores: processos de desenvolvimento social, marcado por dominação e por desigualdade.

FACILITADORES

O perfil diferenciado dos profissionais que se dispõem a enfrentar as dificuldades estruturais do sistema de ensino para experimentar tentativas de modificação das práticas educacionais por meio, justamente, da discussão dessa prática e de sua re-elaboração coletiva.

4.1.17 - DATA DA ENTREVISTA - 14/03/01

VISÃO DE PARCERIA

É sempre importante o apoio da escola, que, em alguns projetos, é grande e em outros menor.

Considera que parceria entre escolas e ONGs acaba isentando as primeiras da responsabilidade.

Não há relação verdadeira entre ONG e Estado. Se houvesse, os problemas seriam resolvidos.

Considera que há que se questionar o posicionamento do Estado nessa parceria.

Mas o campo de parceria ONGs - escola que se tem pela frente é maravilhoso. Mas de verdade, com apoio do Estado.

FONTES DE RECURSOS E RELAÇÃO DA INSTITUIÇÃO FINANCIADORA COM OS PROJETOS

Recursos Nacionais / privados

VISÃO DE ESCOLA PÚBLICA

Considera que a escola pública não está interessada na população que ela atende, pois está bastante distante da realidade. A escola não aceita a criança que tem e acha que deveriam ser outras. A escola pública não sabe trabalhar com a criança que tem e não se adequa à sua realidade.

RELAÇÃO ENTRE AS ONGS E AS REDES /SISTEMAS DE ENSINO

Não há nenhum vínculo com qualquer secretaria de educação

DIFICULDADES

As crianças (que moram no Cingapura) faltam muito às atividades previstas.

As crianças mal sabem ler, não são alfabetizadas, o que dificulta o trabalho.

Os problemas são mais da estrutura do sistema do que da escola.

Responsabiliza Estado pela crise da escola. Não se investe em educação no Estado de São Paulo.

Considera que a secretária de educação Rose N. deveria ser julgada por crime contra a humanidade, pois está matando uma geração

FACILITADORES

A proximidade da escola com a própria direção da escola, que é aberta, facilita o projeto

4.1.18 - DATA DA ENTREVISTA - 16/03/01

VISÃO DE PARCERIA

Antes era um vínculo contratual com as escolas. As escolas utilizam seu material de trabalho – material didático.

Agora, mais recentemente, o vínculo é mais concreto. Nosso trabalho nada tem a ver com a igreja.

Quando se fala em parceria, só pensam em dinheiro. Isso resolve apenas parcialmente. Mas falta a outra parte, que é a formação interior da criança, a dimensão holística da formação. Se tem a matéria (o dinheiro), falta o espírito.

Estão preparando outros projetos envolvendo a parceria entre Fundação, pais e escola. É preciso educar os pais.

FONTES DE RECURSOS E RELAÇÃO DA INSTITUIÇÃO FINANCIADORA COM OS PROJETOS

Recursos nacionais e privados, nada público

Trata-se de uma fundação cuja mantenedora é de procedência religiosa. Ou seja, a retaguarda financeira é oferecida pela igreja. A ONG se beneficia de recursos da Fundação

VISÃO DE ESCOLA PÚBLICA

Considera que os objetivos dos professores é apenas didático. E considera que não é assim, pois a verdadeira educação, hoje, deve ser holística, englobando espírito e matéria. Defende o trabalho voltado para uma formação do QS – quociente social e do QE – quociente espiritual.

A escola que quer, nos recebe, apresentamos o projeto e aceitam-no ou não.

A Fundação capacita primeiro a escola, depois os pais da escola. Todos os projetos são destinados para as escolas.

Considera que as escolas têm buscado sempre as parcerias para o ensino religioso. E as escolas não têm com quem contar. E nós ajudamos.

O professor não consegue dar aula, controlar o aluno. É isso que nós vamos e ensinamos a fazer.

Falta à escola pública ajudar a formar o interior da criança.

RELAÇÃO ENTRE AS ONGS E AS REDES /SISTEMAS DE ENSINO

Aconteceram algumas experiências. A fundação adota uma escola e a acompanha por 4 anos. Assim dá tempo de ver resultados. O projeto tem sido documentado.

A secretaria de educação local tem tido interesse pelo projeto. Porque eles não têm mais saída

DIFICULDADES

Por ter a mantenedora de procedência religiosa, como se trata de uma fundação religiosa, sente muito preconceito em relação a este fato, mesmo não tendo nenhuma vinculação com a igreja.

Crise: a própria estrutura física das escolas... é horrível.

Todos são responsáveis pela crise: a família e até a escola. A origem dos problemas vem da educação materialista.

FACILITADORES

Os resultados positivos do último ano estão minimizando o preconceito com o financiamento do projeto por uma instituição religiosa.

Considera que o objetivo da fundação é passar a filosofia (entre aspas), da verdadeira educação.

Bons resultados: o desaparecimento da violência nas escolas.

4.1.19 - DATA DA ENTREVISTA - 20/03/01

VISÃO DE PARCERIA

Vínculo inicial com escolas foi difícil. Não era fácil dialogar e refletir sobre a criança. Havia uma espécie de disputa entre educação x ONGs. Após 6 anos de trabalho junto, já se alcançou uma linguagem comum.

Há abertura para as parcerias. E as ONGs são um apoio para as escolas.

Sonha com parcerias entre ONGs (educação não-formal) e escolas (educação formal). Considera que a saída é por aí. Coloca a questão como uma esperança.

FONTES DE RECURSOS E RELAÇÃO DA INSTITUIÇÃO FINANCIADORA COM OS PROJETOS

Recursos: 60% público-municipal-nacional. O restante, parcerias com empresas internacionais e doações esporádicas.

VISÃO DE ESCOLA PÚBLICA

As escolas não estão preparadas, mas não sabem quais as causas: formação de professores ruim e baixos salários podem ser algumas delas.

Têm tido mais experiências com escolas particulares, que buscam mostrar aos seus alunos a realidade das diferenças sociais para desenvolver o processo da cidadania. E as escolas privadas estão se aproximando também das municipais para parcerias.

Considera que as crianças têm medo da escola, do professor, do que acontece lá dentro. O medo atrapalha muito no relacionamento.

RELAÇÃO ENTRE AS ONGS E AS REDES /SISTEMAS DE ENSINO

Buscou-se criar um sistema em rede. O vínculo com a prefeitura se dá por convênios. Há também convênios com a Secretaria do Bem-Estar Social.

Estamos afastados da Secretaria de Educação há 10 anos. Pois há uma distância da Secretaria de Educação em relação às entidades que atendem programas educacionais. Tal aproximação se faz necessária.

DIFICULDADES

Qualidade da alfabetização na escola pública.

Rotatividade de professores (sobretudo nas escolas próximas às favelas).

Todos são responsáveis pela crise.

O abandono é geral: O Estado, o abandono, o próprio Ministro da Educação não devem estar vendo que o abandono é geral.

FACILITADORES

Buscar aproximação

Trabalhar em rede

4.1.20 - DATA DA ENTREVISTA – 05/04/01

VISÃO DE PARCERIA

Vínculo muito bom com as escolas.

O vínculo é bom porque não há uma imposição nossa do trabalho. Há mesmo uma troca, a partir da demanda da escola. Há cuidados com a identificação da escola, dos professores, alunos. Tudo por adesão voluntária dos segmentos.

FONTES DE RECURSOS E RELAÇÃO DA INSTITUIÇÃO FINANCIADORA COM OS PROJETOS

Nacional. Mas já houve um financiamento internacional.

VISÃO DE ESCOLA PÚBLICA

O projeto deve ser feito no âmbito do fazer. As escolas não querem discurso. Querem ações claras e concretas dentro da escola. E isso com todos os segmentos. Dentro do macro projeto, desenvolvem-se micro projetos e ações concretas.

A idéia é garantir qualidade para que tanto o profissional da escola como o da assessoria trabalhe com qualidade.

As escolas têm sido favoráveis às parcerias, pois elas se beneficiam com os projetos.

Visão de escola pública de antigamente: era de elite. Era pública no financiamento e não no atendimento. Hoje falta formação dos professores.

RELAÇÃO ENTRE AS ONGS E AS REDES /SISTEMAS DE ENSINO

As Secretarias de educação têm sido totalmente favoráveis aos projetos.

As ONGs têm um papel de ajudar e até formular políticas públicas. Elas podem ajudar a criar novas influências, criar experiências modelares para reflexão do próprio sistema público. Fazer o que o sistema público muitas vezes não consegue. Mas ONGs não podem assumir o papel que é do Estado.

DIFICULDADES

Às vezes a dificuldade se refere ao fato de a expectativa ser maior do que o projeto realmente pode oferecer. Até que a relação amadureça, existem desconfiâncias que aos poucos são superadas. Há o medo dos professores de serem avaliados, por exemplo, o que com o tempo acaba sendo superado. Todos são responsáveis pela crise e problemas da educação. Não é algo que se resolva numa década.

FACILITADORES

O prazo dos nossos projetos. O tempo não pode ser rápido com as escolas. No mínimo 2 a 3 anos numa mesma escola, facilita a que a transformação objetivada ocorra.

Linha de trabalho pautado pela questão ética facilita o vínculo: respeito mútuo, solidariedade, justiça, diálogo. Pensamos um desenho estratégico para saber qual a melhor maneira de “entrar na escola”. Essa intencionalidade qualifica o vínculo e o entendimento de que o projeto acontece num local público.

4.1.21 - DATA DA ENTREVISTA - 24/04/01

VISÃO DE PARCERIA

Vínculo pequeno com as escolas. Por enquanto, pequeno namoro.

FONTES DE RECURSOS E RELAÇÃO DA INSTITUIÇÃO FINANCIADORA COM OS PROJETOS

Fonte de recursos nacional, privado e bem pouco público – convênios com secretaria de Promoção Social do Estado.

VISÃO DE ESCOLA PÚBLICA

As escolas não têm ainda a experiência de fazer parcerias com particulares. Mas há boa-vontade das pessoas.

Tentam conversar a partir da demanda escolar. Têm sido favoráveis para desenvolver projetos, mas ainda não há mecanismos. Tentamos manter diálogo com as escolas para saber um pouco sobre as crianças que são atendidas pelo projeto.

RELAÇÃO ENTRE AS ONGS E AS REDES /SISTEMAS DE ENSINO

Há pouca relação com o Estado. Com a Secretaria de educação é novo. Depende de um Secretário bem aberto.,

Mas as Secretarias de Educação são favoráveis às parcerias. Têm os braços amarrados. Não há recursos, não há formação para professores.

Falta formação ideológica do educador.

Parceria ONG – escola não é solução para a crise, mas um caminho. Deve haver mais regras para essas parcerias e para o funcionamento das ONGs.

DIFICULDADES

Falta de crença, de interesse e de tempo. Falta de mecanismos das próprias escolas, que não têm o costume de fazer parcerias com particulares.

Falta de tempo para o professor estudar, baixos salários.

Todos são responsáveis pela crise.

FACILITADORES

Há boa-vontade das pessoas. Elas estão sempre abertas. Atividades fora do âmbito escolar. Importante incentivar atividades fora do âmbito escolar:

É favorável a financiar escolas particulares com dinheiro público, como nos EUA. Escolas com dinheiro público dirigidas pelo particular. Mas com seleção e controle rígidos. Com avaliação. Assim vai melhorar o ensino.

4.1.22 - DATA DA ENTREVISTA - 26/04/01

VISÃO DE PARCERIA

Bom vínculo, fortalecido pelo constante contato, conversa com a escola etc.

Enviamos crianças para as escolas, onde as matriculamos, além de oferecer reforço escolar na instituição

FONTES DE RECURSOS E RELAÇÃO DA INSTITUIÇÃO FINANCIADORA COM OS PROJETOS

Cada criança é adotada por empresários ou funcionários de empresas, metalúrgicas. Contratos de repasse mensal de recursos. R\$ 400,/mês por criança. Também há doações de todos os funcionários até chegar no valor mensal de uma criança. Temos um total de 33 crianças.

Algumas empresas doam materiais diversos, cestas básicas etc.

VISÃO DE ESCOLA PÚBLICA

Tiveram mais dificuldades com escolas estaduais do que municipais.

Os salários são baixos, professores desmotivados. Faltam recursos e são cobrados a dar conta de temas gerais – violência, drogas etc.

Seria bom abrir as escolas nos finais de semana para as crianças e adolescentes, visando a cursos diferenciados e atividades esportivas, recreativas, de lazer. Os espaços das escolas não poderiam ficar ociosos nos finais de semana, por exemplo.

RELAÇÃO ENTRE AS ONGS E AS REDES /SISTEMAS DE ENSINO

Quando solicitam alguma ajuda geral sobre educação, são atendidos.

Não há, ainda, um planejamento prévio das atividades. Somos uma entidade nova que ainda está estruturando seu trabalho.

O contato com as escolas e com as redes é muito pequeno.

As parcerias ajudam a solucionar os problemas. Mas não seria uma solução, porque a responsabilidade do governo tem que ser presente, para além da parceria com as ONGs. A escola é pública e tem que manter isso. As ONGs seriam um complemento para enriquecer o trabalho da escola.

DIFICULDADES

Discriminação, nas escolas, com as crianças por serem de abrigo.

Qualidade de ensino ruim.

A maior dificuldade é o nosso público confiar nas pessoas. Aos poucos isso vai acontecendo.]

As leis educacionais são boas LDB bonita que não é aplicada. /falta sair do papel.

Faltam recursos para isso

FACILITADORES

Permanente contato com as escolas. Palestras para professores, de orientação técnica. Ajuda mútua ONG – escolas.

4.1.23 - DATA DA ENTREVISTA - 10/05/01

VISÃO DE PARCERIA

Acontece com escolas e com não escolas. Diversas parcerias acontecem e recebem apoios de diferentes projetos institucionais: Biblioteca Viva/Abrinq, Colégio Lourenço Castanho, Vivendo e Aprendendo

FONTES DE RECURSOS E RELAÇÃO DA INSTITUIÇÃO FINANCIADORA COM OS PROJETOS

Público e nacional. Contrapartida forte da Escola Paulista de Medicina. Convênios com Secretaria Estadual Do Desenvolvimento Social e um convênio com a Secretaria Municipal de Saúde – verba do FUNCAD – fundo da criança e do adolescente

VISÃO DE ESCOLA PÚBLICA

Quanto mais presente estamos com a criança, melhor a escola a trata.

Dificuldades das escolas: falta de vagas.

Poucos contatos, poucas visitas, em que foram bem recebidos. Mas nada além disso.

Mas... os alunos não ficam na escola. Os que passam não são nem alfabetizados. Estes são dois sinais bem evidentes.

A escola precisa de ajuda. As ONGs podem complementar o trabalho das escolas.

RELAÇÃO ENTRE AS ONGS E AS REDES /SISTEMAS DE ENSINO

Não há vínculo formal com redes ou secretarias de ensino.,

DIFICULDADES

No geral: crianças grandes que não sabem ler.

Como a ONG não tentou nem desenvolveu nenhuma parceria com as escolas, também não tiveram grandes problemas.

Responsáveis pela crise: Deus, ou então nós. A escola como um todo precisa ser repensada.

FACILITADORES

Quando as escolas sabem que os meninos têm um atendimento de retaguarda – um educador que o acompanha, isso traz benefícios para a criança na escola.

É bom que haja um ambiente transitório para se criar a cultura da escola antes de voltar para a escola.

4.1.24 - DATA DA ENTREVISTA - 22/05/01

VISÃO DE PARCERIA

Vínculos com a escola são indiretos.

Acredita na parceria ONG – Escola – Governo, desde que fosse revista a ação de cada um.

FONTES DE RECURSOS E RELAÇÃO DA INSTITUIÇÃO FINANCIADORA COM OS PROJETOS

Público e nacional. Petrobras.

VISÃO DE ESCOLA PÚBLICA

Escola burocrática.

A escola é distante de projetos de educação não formal.

Professor desestimulado.

RELAÇÃO ENTRE AS ONGS E AS REDES /SISTEMAS DE ENSINO

Não tem vínculo com as secretarias.

DIFICULDADES

Falta investimento no professor.

FACILITADORES

Projeto fora da escola.

As crianças apontaram as demandas para a proposta do projeto.

4.2 - O QUE REVELAM AS RESPOSTAS DOS DIRIGENTES DAS ONGs

A análise e interpretação dos dados das entrevistas realizadas junto aos dirigentes de 24 ONGs permitiram-nos chegar a algumas conclusões. Reiteramos que o que apresentamos aqui é a

visão dos dirigentes. Nossa análise parte dos dados de como eles se vêem. É o relato deles sobre o que fazem. Não tivemos a oportunidade de “ouvir o outro lado” (talvez uma nova pesquisa) e nem de verificar se realmente o que eles dizem é o que efetivamente desenvolvem. A pesquisa possibilitou observar a perspectiva que a ONG tem sobre o trabalho que ela realiza na área da educação, seja ele dentro da escola ou fora da escola.

Em relação ao financiamento proveniente de fundos públicos, nota-se uma proximidade das ONGs, especialmente nas áreas da educação, saúde e meio ambiente. Em alguns casos as demandas são das próprias ONGs que encaminham suas propostas para as diferentes áreas de atendimento dos fundos e, em outros casos, as propostas são de prestação de serviços solicitadas pelo Estado. Nas respostas, constatamos que as ONGs acessam **fundos públicos nacionais e internacionais**, ficando evidente a participação de órgãos governamentais brasileiros. Conforme levantamos nas falas dos dirigentes, 66,4% dos recursos são públicos nacionais e 8,3% são públicos internacionais. Citam como exemplo: *recursos do Banco Mundial; recursos do BNDES; Petrobras; contrapartida da Escola Paulista de Medicina; verba do FUNCAD – Fundo da Criança e do Adolescente; convênios com prefeituras; convênios com secretaria de Promoção Social do Estado, convênios com a Secretaria Estadual do Desenvolvimento Social e convênio com a Secretaria Municipal de Saúde.*

Em relação aos recursos **privados** que vêm das empresas ou de seus respectivos Institutos e Fundações, a pesquisa mostra que, na fala dos dirigentes das ONGs, estão muito presentes as parcerias com o segundo setor: privado, nacional e internacional. Essas parcerias assumem diferentes características. Há aquelas em que as ONGs desenvolvem projetos que são formulados e executados por elas mesmas, cabendo ao patrocinador apenas o financiamento. Em alguns casos, essa relação se constitui a partir de demandas das empresas-financiadoras, ficando as ONGs com a responsabilidade de desenvolver e executar (prestação de serviços) o que foi proposto. Há ainda parcerias em que os projetos são construídos em conjunto: ONG e financiador elaboram juntos o projeto ou programa.

Dentre os recursos captados no setor privado, 75% são de origem nacional e 12,5% internacional. Apenas um dirigente afirmou que os *recursos desta ONG vêm de projetos realizados - prestação de serviços; os empresários entram com apoio financeiro ou com pessoal para os projetos; Trata-se de uma fundação cuja mantenedora é de procedência religiosa. Ou seja, a retaguarda financeira é oferecida pela igreja. A ONG se beneficia de recursos da Fundação; Algumas empresas doam materiais diversos, cestas básicas etc.* Resposta que apareceu na fala de dois dirigentes: *doações de pessoas físicas.* Alguns dos financiadores foram citados na entrevistas, como: *Fundação Bankboston, Fiat Automóveis, Fundação Ford, Lebstroux, Xerox e Promon.*

Outra forma de captar recursos e promover a sustentabilidade da ONG é a comercialização de produtos. Porém esta é uma fonte muito pequena e que é adotada por poucas ONGs. 4,2% buscam recursos com a venda de materiais que são produzidos em cursos e oficinas que oferecem

(reciclados e artesanato) e outros 4,2% buscam recursos com a venda de materiais coletados em campanhas de reciclagem.

Mas não são apenas os recursos financeiros que mantêm as ONGs atuantes. Segundo os dirigentes, elas *contam com muito trabalho voluntário*. As dificuldades financeiras são enormes. Elas exigem esforços suplementares de captação de recursos. Uma das grandes dificuldades das ONGs em desenvolver seu trabalho está na questão do tempo do financiamento, da obrigação com o cumprimento dos prazos e da apresentação dos resultados e produtos. Essa relação se dá tanto com financiador do setor privado como com o financiador do setor público. *Há pressão da instituição financiadora para que o projeto seja executado no prazo e obtenha os resultados esperados*, resposta dada por um dos dirigentes entrevistado.

Quando perguntamos aos dirigentes das 24 ONGs pesquisadas sobre qual a sua concepção de parceria entre escolas públicas e as ONGs, diversas foram as respostas obtidas. Ao analisarmos todas elas, verificamos que evidenciam uma concepção predominante de parceria, conforme queremos provar ao apresentar os percentuais abaixo, de acordo com os índices de incidência de cada resposta por parte dos entrevistados.

Para 45,8% dos entrevistados – ou seja, para 11 dos 24 dirigentes, a parceria em si não traz soluções para a escola pública; no entanto, é algo positivo porque ajuda e colabora com atividades complementares às atividades lá desenvolvidas. Nesse sentido, é bem-vindo e valorizado o apoio que as ONGs oferecem às atividades pedagógicas desenvolvidas na escola, prestando serviços de qualidade que nem sempre o Estado consegue manter. Tais serviços se referem, por exemplo, ao oferecimento de cursos especializados ao corpo docente e às comunidades escolares em geral, sobre, por exemplo, “direitos humanos”, “violência escolar” e “projetos complementares na formação do corpo docente”, ou, por outro lado, o desenvolvimento de projetos que garantem bibliotecas e outros recursos didático-pedagógicos para as mesmas.

Na mesma direção, quase que completando a resposta anterior, constatamos que 29,2% dos entrevistados consideram que as parcerias entre ONGs e escolas públicas elevam a auto-estima de todos os que estão na escola e também das próprias organizações não governamentais, pois podem aprender juntos. Melhora também a imagem da escola perante a comunidade, o que favorece a que os resultados da instituição escolar sejam mais interessantes, principalmente no caso em que as ONGs são consideradas instituições que detêm um saber, um conhecimento específico que pode servir significativamente às escolas. Em qualquer caso, repete-se a afirmação dos dirigentes de que há uma troca e um aprendizado de ambas as partes.

Ainda significativos são os números relacionados ao fato de as parcerias oferecerem serviços de formação docente, formação profissional e estágios aos integrantes das escolas públicas: 25% dos entrevistados. Por outro lado, 20,8% dos dirigentes advertem para o fato de que a ONG não pode tomar para si a responsabilidade que é do Estado. Ou seja, ela deve colaborar e não “fazer por”. Cooperação, participação de todos e necessidade da construção coletiva dos projetos, são

aspectos valorizados por 16,6% dos dirigentes das ONGs que, assim, confirmam uma concepção dialógica de parceria e nos mostram que é predominante a visão de que, para os dirigentes das ONGs, as escolas são, no geral, favoráveis às parcerias, mesmo considerando resistências, dificuldades de diálogo e comunicação, principalmente no início dos projetos e na fase de aproximação entre as ONGs e as escolas.

Confirmando os dados acima, constatamos que, para 12,5% dos entrevistados, outros aspectos devem ser considerados quando falamos em concepção de parceria: a participação da comunidade é imprescindível na cooperação entre ONGs e escolas; as parcerias poderiam ser a solução para as escolas públicas, principalmente, na produção e oferecimento de material didático atualizado e significativo ao contexto; e há, ainda, pouco vínculo entre escolas públicas tais organizações.

Outras respostas, menos freqüentes entre os entrevistados, são aquelas que receberam, respectivamente, uma ou duas indicações. Apenas 8,3% dos dirigentes das ONGs mencionam que a parceria pode ajudar na criação de novas políticas públicas e de práticas mais ousadas e inovadoras de ação nas escolas. Eles afirmaram que as escolas são ainda fechadas e que os diretores não querem o diálogo com as ONGs e apontaram que falta maior interação entre as atividades de educação formal e não-formal, além de defenderem um contato mais permanente e uma relação mais dialógica entre elas. Apenas um dos dirigentes entrevistados referiu-se ao fato de que algumas escolas consideram as parcerias paternalistas e defende que as parcerias não sejam apenas relacionadas às ajudas financeiras, mesmo considerando que as escolas públicas não possuem recursos e, por fim, afirma que a solução não é realizar parcerias em si mas, no geral, promover e desencadear ações mais solidárias, mais comprometidas e ampliar a união entre escolas públicas e ONGs, dando-nos a entender a necessária superação de parcerias mais pontuais, visando a ações mais duradouras e de maior fôlego.

No geral, estamos diante de uma visão positiva dos dirigentes das ONGs em relação às parcerias com as escolas públicas, pois, mesmo reconhecendo as dificuldades das mesmas, propõe um diálogo aberto, no qual todos podem aprender e ensinar, dando-nos indicadores de uma concepção de parceria aberta ao diálogo, não doadora, mas, sim, problematizadora e incentivadora da participação da comunidade numa perspectiva crítica e transformadora.

No que se refere às principais dificuldades encontradas na relação com as instituições participantes dos projetos e aos aspectos facilitadores para que os mesmos tenham êxito, mais uma vez, mais de um dirigente apontou mais de uma resposta à nossa pergunta, o que fez com que o número de respostas fosse maior que o total de entrevistados.

É muito grande e diversificado o número de respostas referentes às principais dificuldades. Para que se tenha uma idéia clara, ao tabularmos as respostas dos 24 dirigentes entrevistados, chegamos ao número de 32 dificuldades apontadas. Contudo, é possível apresentar, em síntese, as mais incidentes.

50% dos dirigentes consideram que uma das mais importantes dificuldades encontradas na relação com as instituições participantes dos projetos desenvolvidos pelas ONGs é a “estrutura pesada” das escolas públicas, que não aceita novas formas de trabalho e que estão fechadas para o diálogo e, até mesmo, perdidas em seus gigantismos e fechadas para as suas comunidades. Nesse item, incluem, por exemplo, a inexistência, nas escolas, de novas formas de trabalho, a excessiva centralização dos órgãos centrais da educação, que dificultam a abertura ao diálogo, a enormidade da máquina administrativa, que dificulta e burocratiza o contato com as escolas das redes e sistemas de ensino, o modelo ultrapassado de escola – com um currículo fechado, rigorosamente programado e sem abertura para mudanças, falta de autonomia da escola e o gigantismo das redes. Em outras palavras, os dirigentes das ONGs consideram que o funcionamento geral do sistema de ensino público despreza os atuais debates entre educandos e educadores e demais segmentos escolares, dificultando as necessárias mudanças nos espaços físicos das escolas e na estrutura dos próprios sistemas.

Todos os entrevistados mencionam de forma direta ou indireta o abandono a que a escola pública está submetida. Sete dos vinte e quatro dirigentes entrevistados, ou seja, um total de 29,1% deles, ao se referir a este abandono consideram que o Estado desvaloriza o professor, que há um descaso com a educação por parte do governo e que, ainda, os salários dos trabalhadores em educação são baixos. Apontam, ainda, falta de um plano de carreira, desatenção com a formação dos educadores e afirmam que o Estado brasileiro “sucumbiu às determinações do neoliberalismo, não possui política social nem política pública”. Outra resposta significativa (25% dos entrevistados) refere-se ao fato de que todos são responsáveis pela crise educacional pela qual passamos. Ou seja, os dirigentes das ONGs consideram que diante da diminuição dos investimentos sociais e educacionais, a culpa pela crise e pela globalização é de todos: da família, da escola, da sociedade em geral. E completam: não se trata de algo que se resolva numa década.

Merecem destaque, ainda, a lembrança de 16,7% dos dirigentes, para o fato de que, efetivamente, faltam recursos para a educação, que o Estado não prioriza o social, o educacional e que, muito menos, investe na formação dos educadores. 12%, ou seja, 3 dos 24 dirigentes de ONGs entrevistados, afirmam que são também dificuldades encontradas na relação com as instituições participantes dos projetos oferecidos e /ou disponibilizados pelas ONGs, a alta rotatividade dos profissionais da educação – entre eles diretores e docentes, a dependência da boa vontade de diretores e de professores para que os projetos sejam aceitos e aprovados e, ainda, a falta de tempo e de comprometimento dos mesmos, para apoiar os projetos da própria escola. Outro aspecto também citado foi o fato de que as crianças pobres matriculadas nas escolas públicas, geralmente faltam às atividades propostas pelas ONGs e que mal sabem ler e escrever, o que comprova a má qualidade da alfabetização pública, conforme afirmam.

Menos citadas por um número maior de dirigentes mas, de qualquer forma, respostas que também apareceram uma ou duas vezes nas falas dos entrevistados, são as que consideram que as

escolas esperam soluções prontas das ONGs, resistem e desconfiam das ONGs porque temem perder a sua “autonomia”, consideram que é difícil conciliar as agendas das escolas com os prazos das ONGs, sentem-se invadidas e temem desobrigar o Estado de seu comprometimento com a educação e aceitam tudo acriticamente. Outros consideram que existe uma crise da escola pública, em que Estado e Sociedade Civil são co-responsáveis; apontam como problemas e dificultadores o limite de idade para aplicação de alguns projetos, afirmam que existe a desesperança docente que se expande para a comunidade. Além disso, alguns dirigentes afirmam que há resistência da comunidade em participar dos projetos propostos pelas ONGs e que, por outro lado, os projetos de curso prazo, nas escolas, dificultam a consolidação das mudanças. As escolas também pedem demais e demandam muito das ONGs, há dificuldade de envolver a escola como um todo para participar de novas formas de trabalho, há escolas que procuram se livrar de problemas e expulsam os alunos, há falta de continuidade do projeto pela escola, esta, que apresenta baixo nível na qualidade do ensino possui excesso de alunos em sala de aula, duplas jornadas de professores em diferentes escolas. Observa-se, ainda, uma concepção transmissora do saber, há preconceito contra as ONGs que possuem financiamento captado com instituições religiosas e contra as crianças oriundas de abrigos e, por fim, as “leis não saem do papel”.

Como vemos, são muitos os limites e as dificuldades percebidos pelos dirigentes de ONGs, o que estaria realmente obstaculizando o alcance dos projetos oferecidos pelas mesmas às escolas públicas.

Muitos são, também, os aspectos facilitadores que pudemos levantar. Dentre eles, os mais presentes nas respostas dos dirigentes das ONGs forma o interesse dos pais e das comunidades escolares em realizar as parcerias e, no geral, a receptividade e o estabelecimento de vínculo entre escola e comunidade, apoiando os projetos. Quando isso acontece, há certamente, segundo os dirigentes, a superação das resistências e a criação de condições plenamente favoráveis para o êxito dos projetos. Citaram este aspecto positivo 16,7% dos entrevistados (ou seja, 4 dos 24 dirigentes).

De acordo com 12,5% dos dirigentes, há igualmente escolas e pessoas que assumem plenamente as suas responsabilidades com os projetos de parceria, mantendo-se abertas ao diálogo e reconhecendo-se, no processo, mais competentes para assumirem as suas funções no projeto, o que acaba melhorando a auto-estima de cada participante, bem como ampliando a aproximação e o contato com as assessorias das ONGs.

Aspectos facilitadores das parcerias entre ONGs e escolas públicas, citados, cada um deles, por pelo menos dois dirigentes entrevistados, são aqueles que afirmam a existência de respeito a todos os envolvidos e da flexibilidade para ajustes em projetos e em prazos; a positividade de se acompanhar o cotidiano das escolas e a prática dos educadores, o fato de as parcerias com ONGs serem mais aceitas hoje do que antigamente. Por último, resta registrar as respostas que foram citadas por, pelo menos, um dos entrevistados. São os seguintes aspectos facilitadores das

parcerias: nos municípios menores é mais fácil desenvolver as parcerias e os projetos; é positiva a aproximação das universidades e a conseqüente melhoria da qualidade do ensino; o tema meio-ambiente atrai as escolas; as parcerias são favorecidas quando já existe a prática da participação da comunidade no planejamento das escolas; é positiva a doação de materiais para as escolas; é igualmente positiva a possibilidade de mudanças para construir novos valores na escola, bem como de desenvolver atividades fora do espaço escolar, o que é incentivado pelas ONGs; abrem-se novas possibilidades de mudanças; acontece a maior mobilização dos alunos e incentiva-se a maior autonomia da escola; ocorre uma relação complementar ao trabalho da escola; há confiança da escola no trabalho desenvolvido pelas ONGs; os resultados positivos de projetos anteriores incentivam a confiança e a continuidade dos novos projetos; as parcerias incentivam a busca, a aproximação e o trabalho em rede. E, por fim, um dirigente de ONGs defendeu o financiamento de escolas privadas com recursos públicos, o que, segundo ele, qualificaria o atendimento via a assessoria das ONGs.

Já observamos, nos dados acima, a existência de indicadores que nos permitem inferir que significativa parcela dos dirigentes das ONGs consideram positivo o trabalho complementar destas em relação às escolas públicas, mesmo apontando a necessidade de maior diálogo entre as partes e defendendo a ampliação dos canais de comunicação entre todos. Consideraremos, agora, as respostas dadas pelos referidos dirigentes à pergunta especificamente relacionada à visão que os mesmos possuem a respeito das escolas públicas.

Para 54% dos dirigentes entrevistados, os professores das escolas públicas encontram-se despreparados para o exercício do cargo, são mal remunerados, desprezados e desvalorizados pelo próprio sistema educacional. Segundo os dirigentes, os docentes “são obrigados a cumprir uma alta carga horária”, muito deles estão presos à burocracia e só “funcionam através do Diário Funcional” e têm que “dar conta de temas gerais como violência e drogas” para os quais não estão preparados. Entendem que a alta rotatividade docente está diretamente relacionada a esses fatores.

Para 29,2% dos dirigentes, há total inadequação da estrutura física das instituições escolares para o desenvolvimento do trabalho educativo: espaços feios, pouco atrativos, que se configuram como espaços de carência, contribuindo para o negativismo e a falta de esperança, dificultando ainda mais a superação, pela escola pública, dos problemas e desafios que lhes são apresentados cotidianamente. 25% dos entrevistados apontam o isolamento das escolas em todas as instâncias sociais (não se comunicam com as outras escolas da região; há pouco contato /acompanhamento das diretorias de ensino; há pouco contato com instituições do bairro; há pouco contato com a comunidade) o que as tornam alheias em relação ao próprio contexto no qual estão inseridas e, por conseguinte, distanciadas da realidade dos seus alunos e alunas.

Apesar de todas as dificuldades encontradas pelas escolas públicas, 16,6% dos dirigentes destacam que as escolas se esforçam e procuram diálogo com as ONGs. Eles consideram que as referidas instituições educacionais são favoráveis à parceria, mesmo diante de sua pouca

autonomia, do trabalho fragmentado e da inexistência de projetos coletivos, conforme argumentam 12,5% dos entrevistados.

Ainda no que se refere à visão de escola pública por parte dos dirigentes entrevistados das 24 ONGs, 4,2% e 8,3% apontam entendimentos próximos e complementares sobre elas e sobre o que acontece no seu interior: a concepção de conhecimento se mantém tradicional e, portanto, transmissora de conteúdos, a burocracia da escola permanece sendo a principal característica de sua organização. Dois dirigentes destacam que os professores são comprometidos apesar do salário e das condições adversas de trabalho. 4,2% das respostas indicam, espontaneamente, que as crianças têm medo da escola, dos professores e do que acontece lá dentro mas que, por outro lado, estamos diante de uma crise da educação escolar e não, propriamente, de uma crise da escola pública.

Por último, registramos as respostas dos dirigentes das organizações não-governamentais, no que se refere à relação entre as ONGs e as redes ou sistemas municipais e estaduais de ensino. Estas, confirmam, com significativa segurança, os dados já consignados anteriormente: não há vínculos ou canais de comunicação entre ONGs e redes de ensino na visão de 50% dos entrevistados. 33,2 % afirmam que há relação entre as ONGs apenas com as escolas e não com as respectivas redes ou sistemas de educação. Mesmo assim, metade dessas respostas consideram que o diálogo com as escolas tem sido muito dificultado por diretores e professores, fechados ao diálogo. A outra metade, considera que quando há o diálogo entre escolas e ONGs, este acontece, na grande maioria dos casos, com pais e alunos e apenas, em um quarto das situações, viabilizado pelos diretores e funcionários dessas instituições.

16,6% dos dirigentes de ONGs ratificam o que já haviam afirmado anteriormente, quando se referiam às escolas públicas como instâncias burocráticas e fechadas. O mesmo se aplica às redes ou sistemas de ensino, o que tem dificultado a consolidação de parcerias há mesmo sentido, faltam projetos e regras claras para o estabelecimento dessas parcerias há grande dificuldade para a ampliação das negociações entre Estado e sociedade civil.

Para um número menor de dirigentes (8,3%), alguns aspectos sobre a relação entre ONGs e Estado caracterizam uma relação de dependência deste com aquelas, pois tanto a escola como as próprias secretarias de educação (Estado) precisam do trabalho das ONGs “porque eles não têm saída” ou porque “têm os braços amarrados”, ou, da mesma forma, “porque não há recursos nem formação de professores suficiente. Apenas 8,3% dos entrevistados entendem que as secretarias são favoráveis às parcerias. 4,2% das respostas consideram que as ONGs podem contribuir “fazendo o que o sistema não pode fazer” e, também, que não existe uma lógica linear na relação entre Estado e organizações não-governamentais, pois, dependendo do contexto e da experiência e, sobretudo, dos sujeitos envolvidos, às vezes as relações são muito próximas e, outras vezes, muito distantes.

Diante de tais constatações, que procuramos organizar de forma estatística para facilitar a nossa interpretação, estaremos tecendo as Considerações Finais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao iniciarmos estas considerações finais, reiteramos a nossa tentativa de enfatizar, neste trabalho, o problema da *relação* entre as ONGs e as escolas públicas e as respectivas redes ou sistemas de ensino, na visão dos dirigentes das organizações governamentais.

Reconhecemos que mais do que conclusões passíveis de generalizações, ao sabor dos mais nobres objetivos da ciência, objetivamos oferecer alguns indicadores, muito pontuais, sobre as nossas descobertas. Esperamos que elas contribuam para as nossas reflexões sobre a referida relação entre ONGs e escolas públicas. No entanto, reconhecemos os limites desta investigação, sobretudo se vista a partir de outros contextos e temporalidades, pois o nosso trabalho é datado e bem localizado: refere-se a uma pesquisa realizada no Estado de São Paulo no período de 1999 a 2002 e guarda, como isso, suas especificidades educacionais, culturais, sociais, políticas, econômicas etc.

As considerações que seguem servirão, muito provavelmente, para que possamos dar continuidade às nossas reflexões e às novas problematizações sobre o tema, validando-se como referências para estudos comparativos aos quais, certamente, poderemos também nos dedicar a partir daqui.

Durante a nossa pesquisa, fomos descobrindo as próprias categorias que acabaram servindo como referenciais de registro e sistematização das nossas perguntas e de organização das respostas às nossas entrevistas. Isso confirmou a metodologia de pesquisa que adotamos, que se fundamenta no universo de princípios político-pedagógicos desenvolvidos pelo educador Paulo Freire (1921-1997), pois, antes de oferecermos instrumentos de pesquisa, de análise, de sistematização e interpretação dos dados, procuramos ler na realidade pesquisada os próprios indicadores que a investigação foi nos oferecendo. “Ler o mundo”, neste trabalho, representou a abertura para que formulássemos perguntas que realmente dialogassem com a realidade pesquisada. E, por conseguinte, permitiu-nos adotar categorias de análise e de interpretação que fossem surgindo da leitura do contexto em que nos inserimos nesta investigação, levando em conta a nossa experiência educacional e também as nossas vivências pessoais e profissionais, acumuladas em nossa própria história.

A primeira categoria à qual chegamos, que consideramos fundamental para responder o problema formulado, foi a relacionada às fontes de **recursos das ONGs**, ou seja, à questão do financiamento.

A maioria dos dirigentes das organizações pesquisadas nos mostrou que aquelas associações buscam recursos em variadas fontes e tem feito um verdadeiro “exercício de economia” para dar continuidade às suas atividades. Mesmo considerando o significativo crescimento do número das ONGs no país nos últimos anos, principalmente na área educacional, tais organizações, para funcionar, têm contado com a utilização de trabalho voluntário, em condições que não conseguimos estudar nos limites de nossa pesquisa, bem como com doações de pessoas físicas, de diferentes fundações e também com recursos vindos dos organismos públicos.

Observamos, por exemplo, que as “grandes ONGs”, ou seja, aquelas com uma infraestrutura ampliada, com quadros profissionais amplos, seja nos aspectos administrativos, financeiros, pedagógicos, devidamente legalizadas e institucionalizadas, e que conseguem cumprir melhor as exigências legais para receber os títulos “públicos” que lhes permitem acesso a maiores recursos, têm conseguido captar maiores verbas e têm tido atuações mais globalizadas, mais gerais. As ONGs mais “jovens” nesses mesmos aspectos, não conseguem acessar com a mesma facilidade os mesmos recursos. De toda forma, a maioria delas – cerca de 75%, funcionam com recursos públicos nacionais (66,4%) e internacionais (8,3%).

As ONGs recebem também recursos privados, em menor escala – cerca de 18%, mas, destes, predominam igualmente a origem nacional dos mesmos, significando 75% de recursos nacionais e 25% internacionais.

Nota-se, de qualquer forma, que tais recursos são resultado não só de captação por iniciativa das próprias ONGs, quando, principalmente, prestam serviços, mas são oriundos de parcerias demandadas pelo Estado, já que este não tem conseguido, conforme já vimos, dar conta das demandas educacionais às quais já temos nos referido anteriormente, razão pela qual recorrem, num crescendo, à sociedade civil organizada para o desenvolvimento dos seus projetos. E isso, conforme pudemos auscultar nas entrevistas realizadas, tem sido predominante e crescente em nosso país. Muitas dificuldades existem e continuam, mas aos poucos se repetem iniciativas, tanto da sociedade civil, quando do Estado, para ampliar as referidas parcerias. Importante frisar que, de acordo com o que entendemos, a educação é responsabilidade do poder público, é dever do Estado, o que também se confirma na visão de financiamento por parte dos dirigentes das ONGs.

Quanto à **concepção de parceria**, ficou claro para nós que os dirigentes das ONGs entendem que as parcerias entre elas e as escolas públicas ajudam mas não resolvem os inúmeros problemas destas. Ou seja, a parceria tem sido bem-vista e bem-vinda pelas escolas, sobretudo pelos pais de alunos, pela comunidade escolar, e menos para diretores, docentes e funcionários das

instituições educacionais que, principalmente no início dos contatos, resistem às aproximações das ONGs por diferentes motivos. Os motivos mais freqüentes para tais resistências são vários: medo de perder a “autonomia”, ou de desobrigarem o Estado de suas obrigações com a educação e, por conseguinte, fortalecer a idéia de que contando com as ONGs estariam reforçando o ideário neoliberal, entre outras justificativas já citadas anteriormente.

De qualquer forma, percebe-se a contribuição quase sempre positiva das ONGs, de acordo com a visão dos seus dirigentes, pois os mesmos se referem ao fato de que, com o estabelecimento e consolidação das parcerias, têm observado nas escolas que há uma elevação da auto-estima das diferentes pessoas que lá convivem, estudam, trabalham, bem como, reconhecidamente, constataam um acréscimo na participação da comunidade escolar nas escolas, fato, certamente, incentivado pelas organizações não-governamentais. Poucos dirigentes arriscam afirmar que tais parcerias poderiam ser a solução para os problemas da escola pública e apenas dois deles – que merecem nota – consideram que as parcerias poderiam ajudar na criação de novas políticas públicas e de práticas mais ousadas, que motivassem inovações nas atividades desenvolvidas pelas escolas.

Nesse sentido, lembramos que Paulo Freire foi, em sua experiência como educador e gestor educacional, um dos pioneiros no sentido de potencializar e incentivar o trabalho das organizações não-governamentais, por exemplo, durante sua gestão à frente da secretaria municipal de educação de São Paulo, de 1989 a 1991, quando criou o MOVA – Movimento de Alfabetização, experiência marcante que concretizou inúmeras parcerias com os movimentos sociais da cidade. Certamente, há indicações, também, de que as parcerias podem ter um caráter paternalista, transmissor, até mesmo autoritário. Mas, no geral, observamos a visão positiva das mesmas, pois, de diferentes ângulos, percebemos uma concepção de parceria aberta ao diálogo entre Sociedade Civil e Estado, não doadora e, sim, problematizadora e incentivadora da participação da comunidade, num movimento dinâmico.

Por fim, no que se refere a esta categorização, podemos inferir que os dirigentes das ONGs falam do contexto em que se encontram, ou seja, de um contexto local que, de certa forma, não permite que avancem numa visão mais ampliada de política educacional, de forma que os projetos de parceria que desenvolvem possam contribuir mais com as políticas públicas numa visão mais global.

Dificuldades são também muito presentes, quando estudamos a relação das ONGs com as escolas públicas. As mais marcantes, que são reiterativas e ganham lugar privilegiado nos quadros das nossa tabulações, referem-se à estrutura burocrática, verticalizada e “tradicional” das escolas públicas. Há quem diga que não se trata apenas da escola pública mas, sim, da educação escolar. No entanto, esta é uma única voz que pudemos constatar entre os dirigentes da ONGs.

Problemas que também dificultam as parcerias referidas referem-se ao desprezo, nas escolas, por debates entre os profissionais da educação, educandos e comunidades escolares, sobretudo quando diretores de escolas e professores são fechados ao diálogo. Outra dificuldade é abandono da escola, o que não é novidade para os dirigentes das ONGs. Por fim, a desvalorização do próprio Estado em relação à qualidade social da educação, o descaso dos governos para com ela e a crise educacional ampla, são fatores complicadores das próprias parcerias, pois criam um clima de aparente desinteresse geral.

Há, no entanto, perspectivas de solução apesar desses problemas. A solução, que virá a longo prazo, é considerada de responsabilidade da família, do Estado, das escolas – enfim, de toda a sociedade, que, organizada, poderia superar problemas tais como o referido descaso, os baixos salários, a alta rotatividade dos profissionais da educação e a concepção transmissora do saber que os dirigentes das ONGs ainda percebem nas escolas. Certamente, consideram um trabalho coletivo que demanda muita iniciativa das escolas e também da abertura delas e dos respectivos governos – redes e sistemas educacionais não isolados das demais instâncias de decisão governamental.

Como síntese dos **aspectos facilitadores** da relação entre escolas públicas e ONGs, apresenta-se, conforme já citamos, o interesse dos pais e das comunidades escolares, com a aproximação destas organizações que têm contribuído para a melhoria da qualidade social da educação, muitas vezes oferecendo cursos, oficinas, materiais – enfim, mesmo com atividades no mais das vezes pontuais. Há uma expectativa de que sejam atividades mais freqüentes, de fundo, com prazos de intervenção mais alongados, o que nem sempre depende apenas das ONGs mas, sim, das próprias agências financiadoras desses projetos que, públicas ou privadas, acabam demandando resultados em prazos menores do que aqueles que efetivamente garantiriam maior qualidade dos serviços educacionais oferecidos tanto pelas organizações não-governamentais, quanto pelas próprias escolas.

Outros aspectos positivos das referidas parcerias, que merecem nota e a nossa ênfase, é o fato de que as ONGs acabam aproximando as universidades das escolas e não o contrário, como se poderia supor, além de facilitar o acesso de escolas de municípios menores aos serviços prestados pelas próprias associações civis. Há uma confiança explícita no trabalho das mesmas e um crescendo nessas iniciativas, o que vem sendo mais ultimamente favorecido, inclusive, para todos os níveis e âmbitos educacionais, pelos Fóruns Mundiais de Educação, desde Porto Alegre 2001, antecedido pela Cúpula Mundial de Educação, que aconteceu em Dakar no ano de 2000. Tais movimentos têm fortalecido as parcerias entre ONGs e as escolas, entre a sociedade Civil e o Estado.

Quanto à visão de escola pública dos dirigentes das ONGs, prevalece ainda uma constatação que mostra professores mal preparados, estruturas físicas inadequadas, ausência de diálogo interno

na escola e também com as organizações não-governamentais e uma crise da educação largamente anunciada, como vimos acima. Faltam canais de comunicação e grande dificuldade dessas organizações de se aproximarem das redes ou dos sistemas de educação. Isso dificulta muito as parcerias que tanto poderiam contribuir, num plano mais abrangente e menos localizado, para a melhoria da escola pública e da educação em geral, sempre considerando que as ONGs não podem fazer o que o Estado não faz mas, sim, contribuir de forma cada vez mais presente para que a qualidade social da educação possa se efetivar e se fortalecer, quanto mais fortalecida esteja a compreensão, no mundo atual, do próprio papel que o Terceiro Setor tem em relação à educação e à sociedade, de forma geral.

Como afirma o professor Moacir Gadotti (1993:57) ao sistematizar uma pesquisa sobre as “Organizações dos Educadores e suas Propostas”,

Nos últimos anos, tenho repetido, com muita frequência, que uma transformação necessária da educação nacional precisa juntar, antes de mais nada, as forças que até agora lutaram por uma educação para todos, democrática e de boa qualidade, situem-se elas no ensino público ou não.

O que vemos hoje nesse campo de “forças” educativas, em sua maioria, é que elas são organizações formadas por profissionais da educação e áreas afins, onde alguns continuam sua proposta de luta em relação a mudança, enquanto outros se curvam ao neoliberalismo, distanciando-se das propostas iniciais da sua organização. Instituições que muito já fizeram em outros tempos encontram-se hoje, numa inércia geral, ao invés de lutar e mobilizar a sociedade civil em torno dos projetos aos quais acreditam.

Ainda, segundo Moacir Gadotti (1993:58), “qualquer mudança significativa e duradoura será resultado do esforço coletivo, para o qual contribuem as escolas de todos os graus, os profissionais da área e afins, suas entidades e demais segmentos da sociedade.” O que faz com que um governo seja mais participativo são as lutas e pressões da sociedade.

Vivemos em uma sociedade que tem gerado um aprofundamento da pobreza sem precedentes. Estamos numa profunda recessão, o desemprego aumenta e a situação das camadas mais pobres está cada vez mais crítica. Existe por trás de tudo isso, um discurso que afirma que o Estado está se sentindo impotente, que não é mais capaz de assumir seu papel redistribuidor de renda e de disciplinar a ação do mercado para garantir que todos tenham o direito aos serviços públicos de saúde, educação, moradia, transporte, etc. É nesse contexto que o chamado “Terceiro Setor”, vem assumindo cada vez mais a sua “responsabilidade social”.

Por outro lado, estamos evoluindo para uma sociedade intensiva em conhecimento. Não há, na história humana, nenhum momento de aceleração tão intenso como o que estamos vivendo hoje.

Ao mesmo tempo em que a exigência de conhecimento se torna radicalmente maior pelo mercado de trabalho, surgem também meios técnicos para se enfrentar esses novos desafios do conhecimento. Há uma mudança qualitativa na forma como se trabalha o conhecimento, e, a educação precisa abrir os horizontes para as transformações novas que estão surgindo.

Observamos, no decorrer desta pesquisa, evidências de que as escolas públicas sentem dificuldade de acompanhar a evolução da sociedade. Em grande parte o problema está no fato de que dependem do Estado para se manter e, este não cumpre com sua função que é garantir uma educação com “qualidade” social para todos. Esse é um dos motivos que provoca aumento das demandas pelas ONGs, na educação. Sistemas e unidades escolares, ao procurarem uma ONG, esperam viabilizar ações através de projetos de parcerias que poderiam ser assumidos pelo Estado.

Algumas ONGs captam recursos nas empresas privadas e organizações financiadoras e passam a apoiar os projetos das escolas públicas ou a desenvolver seus próprios projetos sem a interferência do Estado. Algumas buscam uma relação mais parceira, mais dialógica com as escolas e o Estado para a concepção, acompanhamento e avaliação dos programas e projetos, financiadas pelo setor privado e também pelo setor público. Outras fazem parcerias com o próprio Estado, dependendo exclusivamente dos recursos públicos. Em todos os casos apresentados, é fundamental para as ONGs garantir que seus princípios, objetivos, missão, sejam respeitados nas parcerias, contratos ou convênios.

Para a escola pública é importante conhecer seus parceiros, pois, muitas vezes, ela escolhe ou aceita o parceiro sem nenhum critério. Isso resulta em problemas, especialmente decorrentes do fato de situações em que os dois lados não estão em sintonia de objetivos a alcançar.

As ONGs não são um bloco homogêneo. Embora nossa pesquisa tenha sido realizada junto a ONGs que apresentam um caráter propositivo, positivo e inovador da relação entre as ONGs e as escolas públicas, existem também ONGs que têm uma concepção conservadora das relações sociais e humanas e outras que se comportam como empresas, inserindo-se na lógica do mercado. Estas últimas buscam recursos públicos apenas para a sua própria manutenção e expansão. Em vista disso, é preciso distinguir no campo complexo das ONGs aquelas que têm um verdadeiro compromisso com um “outro mundo possível” e aquelas que têm compromisso apenas com a manutenção do “status quo” mundo no qual vivemos. Trabalhar nessa direção é a nossa permanente intenção, visando à reversão processual, mas permanente, do quadro de exclusão social, pobreza e miséria com o qual ainda convivemos. E a aproximação entre Estado, Sociedade Civil e Escola Pública, em diálogo aberto e permanente, numa relação aberta e cada vez mais propositiva, contribuirá para o alcance da justiça social que tanto ONGs quanto as escolas públicas – e todo o poder público, coletivamente almejam alcançar.

BIBLIOGRAFIA

- ABONG (Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais). *Governo e sociedade civil: um debate sobre espaços públicos democráticos*. São Paulo, Peirópolis, 2003.
- ANDRE, Marli E. D. *A Etnografia da Prática Escolar*. Campinas, Papirus. 1995.
- ARATO, Andrew. *Ascensão, declínio e reconstrução do conceito de sociedade civil: orientações para novas pesquisas*. RBCS nº 27, fev 1995
- ARRUDA, M. ONGs e o Banco Mundial: É possível colaborar criticamente? In: TOMMASI, I.; WARDE, M. J.; e HADDAD, S. *O Banco Mundial e as políticas educacionais*. São Paulo. Cortez /PUC-SP /Ação Educativa, 1996.
- AUTORES DIVERSOS. *O que as empresas podem fazer pela educação*. São Paulo. CENPEC/Instituto ETHOS, 1999.
- BERNARDES, Ernesto, NANNÉ, Kaike. *O Brasil organizado funciona*. Revista Veja, São Paulo. Editora Abril, 1994, n.6, pp.70 – 77, fev.
- BLAIR, T. *A terceira via: Nova Política para um novo século*. Londres: Sociedade Fabiana, 1998.
- BIANCHETTI, Roberto G. *Modelo Neoliberal e Políticas Educacionais*. São Paulo, Cortez, 1999.
- BOBBIO, Norberto. *Estado, Governo, Sociedade: para uma teoria geral da política*. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1987.
- _____. *O Conceito de Sociedade Civil*. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1982.
- BRUNO, Lúcia (org). *Educação e Trabalho no Capitalismo Contemporâneo*. São Paulo, Ed. Atlas, 1996.
- CACCIA-BAVA, Silvio; BENEVIDES, M. Vitória; DANIEL, Celso & VILLAS-BOAS, Renata. *Participação popular dos governos locais*. Polis, São Paulo. Instituto Polis, nº 14, 1994.
- CADERNOS ABONG. *Publicações da Associação Brasileira de ONGs*. São Paulo (vários números).
- CARDOSO, Ruth. A trajetória dos movimentos sociais. In: DAGNINO, E. (org.) *Anos 90 – política e sociedade no Brasil*. São Paulo, Brasiliense. 1994.

- CARVALHO, Nanci Valadares de. *1945 – Autogestão: o nascimento das ONGs*. São Paulo, Brasiliense, 1995.
- CATTANI, Antonio David (org.), *A outra economia*. Porto Alegre, Veraz Editores, 2003.
- CHIZZOTTI, Antonio. *Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais*. São Paulo, Cortez, 1991.
- CHOMSKI, Noam – O estado, os intelectuais e os meios de comunicação. In *Democracia e Autogestão*. Publicação Especial. Temporales. 1999 / Humanitas – FFLCH / USP.
- COHEN, Joshua & ROGERS, Joel. *Associations and democracy*. Nova York, Verso, 1995.
- COHEIN, Jean, ARATO, Andrew. *Civil society and political theory*. Cambridge, MIT Press. 1992.
- _____. *Sociedade civil e teoria política*. In: AVRITZER, Leonardo. *Sociedade civil e democratização*. Belo Horizonte, Del Rey, 1994.
- CORAGGIO, José Luis. *Desenvolvimento Humano e Educação: o papel da ONGs latino-americanas na iniciativa da educação para todos*. São Paulo, Cortez: Instituto Paulo Freire, 1996 (Coleção prospectiva).
- DEMO, Pedro. *Participação é conquista*. 4. Ed. São Paulo, Cortez. 1999.
- DRUCKER, Peter. *Administração de organizações sem fins lucrativos*. São Paulo, Pioneira / Fund. Vanzolini, 1991.
- DAMASCENO, Alberto. {et al.} *A educação como ato político partidário*. São Paulo, Cortez, 2ª ed., 1989.
- FERNANDES, R.C. O que é o terceiro setor? In:
http://idac.rits.org.br/oqueue3/idac_oqueue3_1.html. acesso em 26/06/2001.
- FERNANDES, Rubem César, LANDIM, Leilah. *Um Perfil das ONGs no Brasil*. Rio de Janeiro, ano 5, nº 22, nov. 1986.
- _____. e CARNEIRO, Leandro Piquet. *ONGs anos 90: a opinião dos dirigentes brasileiros*. Rio de Janeiro: Núcleo de Pesquisa do ISER, nov. 1991.
- _____. *Privado Porém Público: o terceiro setor na América Latina*. Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 1994.
- _____. et alii. *Terceiro Setor: Desenvolvimento social sustentado*. São Paulo, GIFE /Paz e Terra, 1997.
- FREIRE, Paulo. *Educação como Prática da Liberdade*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1971.
- _____. *Política e Educação*. São Paulo, Cortez, 1993 (Coleção questões da nossa época; v.23).

- _____. “A constituição de uma nova cultura política”. VILLAS-BOAS, R. e TELLES, V.S. Poder Local, Participação popular, construção da cidadania. São Paulo: Instituto Cajamar: Instituto Polis: FASE e IBASE, 1995.
- _____. *Pedagogia da Autonomia*. 4. Ed. São Paulo, Paz e Terra, 1996.
- FREITAG, Barbara. *Escola, Estado e Sociedade*. São Paulo, Cortez, 1981.
- GADOTTI, Moacir. *Educação e Compromisso*. 4. Ed. Campinas, Papirus. 1992.
- _____. e TORRES, Carlos Alberto. *Estado e educação popular na América Latina*. Campinas: Papirus, 1992. (Série “Educação Internacional” do Instituto Paulo Freire)
- _____. *Organização do Trabalho na Escola*. São Paulo, Ática. 1993.
- _____. *Os mestres de Rousseau*. São Paulo, Cortez, 2004.
- GOHN, Maria da Glória. *Movimentos sociais e educação*. São Paulo, Cortez. 1992b.
- _____. *Organizações não-governamentais: a modernidade da participação social brasileira*. Cidadania, n. 3. Campinas, Unicamp. 1994a.
- _____. *Os sem-terra, ONGs e cidadania: a sociedade civil brasileira na era da globalização*. São Paulo, Cortez, 1997.
- _____. *Educação não-formal e cultura política: impactos sobre o associativismo do terceiro setor*. São Paulo: Cortez, 1999. (Coleção questões da nossa época; v. 71)
- _____. *Teoria dos movimentos sociais*. São Paulo, Loyola. 1997.
- _____. *Conselhos Gestores e Participação Sociopolítica*. São Paulo, Cortez, 2001.
- GOMES, Ana Luisa Zanboni Gomes e Sérgio Gomes. *Tecendo Redes no Brasil Rural: a comunicação como ferramenta de desenvolvimento local*. Brasília, Abaré, 2003
- GRAMSCI, A. *Los intelectuales y la organización de la cultura*. Buenos Aires, Nueva Visión, 1972.
- _____. *La política y el Estado moderno*. Escrito I. México, Premia, 1978.
- GRZYBOWSKI, Candido. *Caminhos e descaminhos dos movimentos sociais no campo*. Petrópolis, Vozes, 1991.
- GUERRA, Maria do Carmo Bueno. *As ONGs de Assessoria a Movimentos Sociais por Habitação: Estudos de caso Brasil e Chile (anos 80 – 90)*. Dissertação de Mestrado, USP, São Paulo, 1998.
- IOSCHPE, Evelyn et. al. *3º Setor: desenvolvimento social sustentado*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1997.
- JACOBI, Pedro. *Movimentos Sociais e Políticas Públicas*. São Paulo, Cortez, 1989.

- _____. Ampliação da cidadania e participação – desafios na democratização da relação poder público / sociedade civil no Brasil., São Paulo, FE – USP, Tese de livre docência, 1996.
- KOGA, Dirce Harue Ueno. *O tecer-se das ONGs*. Dissertação de Mestrado, PUC/USP, Dept. Serviço Social, 1995.
- KRISCHKE, Paulo J. *Atores sociais e consolidação democrática*. In: Meio ambiente, desenvolvimento e cidadania. São Paulo, Cortez, 1995.
- LANDIM, Leilah (org.). *Sem Fins Lucrativos: As Organizações Não – Governamentais no Brasil*. Rio de Janeiro, ISER. 1988.
- _____. *ONGs e Estado na América Latina*. Rio de Janeiro, ISER. 1988.
- _____. *A Invenção da ONGs: do serviço invisível à profissão sem nome*. Tese de Doutorado, UFRJ. Rio de Janeiro, 1993.
- _____. *Para além do mercado e do estado? Filantropia e cidadania no Brasil*. Cadernos do ISER. Rio de Janeiro, 1993.
- LAVILLE, Jean-Louis & SAINSAULIEU, Renaud. *Sociologie de l'association*. Paris, Desclée de Brouwer, 1997.
- Constituição Federal de 1988 – CF/88; Emenda Constitucional nº14; *In Diário Oficial da União*
- Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA. *In Diário Oficial da União*
- Plano Nacional de Educação – PNE. *In Diário Oficial da União*
- Lei nº 9394 de 20 de dezembro de 1996, *In Diário Oficial da União* de 20 de dezembro de 1996.
- LEITE, José Corrêa. *Fórum Social Mundial: a história de uma invenção política*. São Paulo. Fundação Perseu Abramo, 2003.
- LOUREIRO, Isabel, José Corrêa Leite e Maria Elisa Cevalco (orgs.). *O espírito de Porto Alegre*, São Paulo, Paz e Terra, 2003.
- LUDKE, Menga e ANDRÉ, Marli E.D. *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. São Paulo, EPU, 1986.
- LUNA, Elba (compiladora). *Fondos Privados, Fines Públicos – El Empresariado y la iniciativa social en América Latina*. Buenos Aires, Espacio Editorial, 1995.
- MANUAL de fundos públicos*. – São Paulo: ABONG, 2001 (Série Desenvolvimento Institucional).

- MANUAL de fundos públicos: controle social e acesso aos recursos públicos.* – São Paulo: ABONG, 2002 (Série Desenvolvimento Institucional).
- MATOS, Aécio Gomes de. *Organização social de base: reflexões sobre significados e métodos.* Brasília, Abaré, 2003.
- MATSUURA, Koichiro. *A UNESCO e os desafios do novo século.* Tradução de Jeanne Sawaya, Oswaldo Biato e Sérgio Bath. Brasília, UNESCO. 2002.
- MELUCCI, Alberto. *Movimentos sociais, inovação cultural e o papel do conhecimento.* Novos Estudos. São Paulo, CEBRAP. n. 40.1994.
- MENEZES, José Eugênio de Oliveira. *As Organizações não-governamentais e Seus Sistemas de Simbologia Política.* Dissertação de Mestrado, PUC/SP, dept. de Comunicação e Semiótica, 1995.
- MEREGE, L. C. e BARBOSA, M. N. L. *3º Setor – reflexões sobre o marco legal.* Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1998.
- MONTAÑO, Carlos. *Terceiro setor e questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social.* / Carlos Montaña. São Paulo: Cortez, 2002
- MONTENEGRO, Thereza. *O Que é ONG.* São Paulo, Brasiliense, 1994.
- NETO, Valdemar de Oliveira. “As ONGs e o Fundo Público”. Texto apresentado no seminário Novas Fronteiras entre o público e o privado: o papel da ONGs na década de 90. Campinas, UNICAMP/SP, 1991.
- OLIVEIRA, Francisco de. *Estado, sociedade, movimentos sociais e políticas públicas no limiar do século XXI.* Rio de Janeiro, FESE, 1994.
- ONGs no Brasil: Perfil e Catalogo das Associadas à ABONG.* São Paulo: ABONG, 2002 (Série Desenvolvimento Institucional).
- PONCHMANN, Marcio (org.). *Desenvolvimento, Trabalho e Solidariedade: Novos caminhos para a inclusão social.* São Paulo, Ed. Perseu Abramo e Cortez, 2002.
- PONTUAL, Pedro de Carvalho. *Desafios pedagógicos na construção de uma relação de parceria entre movimentos populares e o governo municipal da cidade de São Paulo na gestão Luiza Erundina : A experiência do MOVA-SP- 1989-1992.* Dissertação de Mestrado PUC São Paulo, 1995.
- RESTREPO, L. A . “A relação entre a sociedade civil e o estado”. Tempo Social. São Paulo, v. 2 n. 2, 1990.
- Revista Quadrimestral de SERVIÇO SOCIAL.* Ano XIX – nº 58. São Paulo, Cortez. novembro 1998.
- _____. Ano XX – nº 59. São Paulo, Cortez. março 1999.

- _____. Ano XXII– nº 66. São Paulo: Cortez, julho 2001.
- Roche, Chris. *Avaliação de impacto dos trabalhos de ONGs: aprendendo a valorizar as mudanças*_/Chris Roche; [edição adaptada para o Brasil ABONG; tradução: Tisel Tradução e Interpretação Simultânea Escrita]. São Paulo, Cortez, ABONG; Oxford, Inglaterra: Oxfam, 2000.
- SADER, Emir. *Estado e Política em Marx*. São Paulo, Cortez, 1993.
- SCHERER-WARREN, Ilse. *Redes de movimentos Sociais*. São Paulo, Loyola, 1993.
- _____. *Organizações não-governamentais na América Latina: seu papel na construção da sociedade civil*. In: São Paulo em Perspectiva. São Paulo, Fundação SEADE, 1994 , v. 8, nº 3, jul. – set.
- _____. “ONGs na América Latina: Trajetória e perfil”. IN: *Meio ambiente, desenvolvimento e cidadania*. São Paulo, Cortez, 1995.
- SEVERINO, Antônio J. *Metodologia do Trabalho Científico*. 22ª ed. ver. E ampl. De acordo com a ABNT. São Paulo, Cortez, 2002.
- SILVEIRA, Luis Henrique (org.). *II Fórum Social Mundial: impressões*. Porto Alegre, Corag, 2002.
- SOUSA SANTOS, Boaventura de. *Pela Mão de Alice*. 3. Ed. Porto, Afrontamento, 1994.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. São Paulo, Cortez, 1995.
- SOUZA, Herbert de. *As ONGs na década de 90*. Políticas Governamentais. Rio de Janeiro, Ibase, 7(68):20-4, abr./maio 1991.
- _____. *ONGs nos anos 90*. In: *Relatório Final. Rio de Janeiro*. IBASE/PNUD Development, International Cooperation and ONGs. Rio de Janeiro, 1992.
- TEIXEIRA, Elenaldo. *O Local e o Global – Limites e desafios da participação cidadã*. São Paulo, Cortez, 2001.
- TELLES, Vera S. *Sociedade civil e a construção de espaços públicos*. In: DAGNINO, Evelina (org.). *Anos 90 – política e sociedade no Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 1994.
- TENÓRIO, Fernando org. *Gestão de Ongs: principais funções gerenciais*. 3ª Ed. Rio de Janeiro, FGV. 1999.
- UNICEF. “*Educação para todos e as ONGs: Contribuições e desafios de Jomtien*”. Contexto e Educação. Ijuí: UNIJUÍ, 1992, ano 7, n. 26.

WOLFE, Alan. “Três caminhos para o desenvolvimento: mercado, Estado e sociedade civil”.
In: *Desenvolvimento, cooperação internacional e as ONGs*. Rio de Janeiro, IBASE/PNUD, 1992.

ZEMELMAM, Hugo. Educación como construcción de sujetos sociales. In: *La Piragua*.
Santiago, CEAAL, 1992, n. 5.

[Http: //www.abring.org br.](http://www.abring.org.br) acesso em 24 maio de 2001

[Http://www.google.br](http://www.google.br). acesso em 26 junho de 2001

O que é o terceiro setor. In: [Http://membro.intermega.globo.com/lecoteco/oqueot.htm](http://membro.intermega.globo.com/lecoteco/oqueot.htm).
acesso em 26/06/2001.

O que é o terceiro setor? In: [Http://200.224.250.199/oque.htm](http://200.224.250.199/oque.htm). acesso em 26/06/2001.

ANEXO

**TRANSCRIÇÃO COMPLETA DAS ENTREVISTAS
REALIZADAS JUNTO A REPRESENTANTES DE 24 ONGS
NO PERÍODO DE NOVEMBRO DE 2000 A MAIO DE 2001**

ENTREVISTA 01

Data: 23/11/00

Entrevistado: Diretor Pedagógico

a) Informações Básicas

1. Ano de fundação: 1992.
2. Áreas de atuação: Educação, Cultura e Comunicação.
3. Âmbito de atuação: Nacional.
4. Fonte dos recursos: Nacional

R: Os recursos advêm de projetos realizados a partir de solicitações apresentadas por instituições governamentais (Secretarias de Educação) e privadas.

5. Como caracterizaria o público alvo das atividades desenvolvidas pela entidade?

R: Fundamentalmente educadores de escolas públicas.

b) Informações sobre as atividades educacionais

6. Poderia definir o perfil profissional dos funcionários alocados aos projetos educacionais? (formação, grau de escolarização, etc.)

R: Área de Educação. Nível superior /mestrado / doutorado.

7. Projetos desenvolvidos (em curso):

7.1 Objetivo dos projetos em curso:

R: **a) “Escola Cidadã: a construção do projeto político-pedagógico”**: a partir da concepção do planejamento socializado e ascendente e dos princípios filosóficos de Paulo Freire, construir o projeto político-pedagógico de duas escolas estaduais de São Paulo visando a: aumentar o envolvimento e participação efetiva de todos os segmentos nos processos decisórios da escola, propondo discussões e co-responsabilidade com as mudanças necessárias para a construção de uma “Escola Cidadã”; contemplar no projeto político-pedagógico da escola o projeto de vida da comunidade escolar; melhorar o desempenho dos alunos no processo de ensino-aprendizagem; melhorar a comunicação no interior da escola e entre a escola e a comunidade; diminuir os índices de repetência e evasão; melhorar as relações interpessoais no interior da escola; discutir a reorientação curricular da escola na perspectiva da Escola Cidadã; avaliar periodicamente o Projeto Político-Pedagógico da Escola e o impacto, na sala de aula, do processo de sua construção na perspectiva da Escola Cidadã, sobretudo no que se refere ao processo de ensino e aprendizagem, à reorientação curricular e às transformações objetivadas nas vivências e nas relações pessoais, interpessoais, culturais e interculturais entre os diversos segmentos escolares e entre a escola-comunidade-escola; possibilitar a troca de experiências com outras escolas, ampliando e fortalecendo as iniciativas realizadas; **b) “Educação de Jovens e Adultos: formação inicial e educação continuada”**: formação inicial e educação continuada de educadores de jovens e adultos a partir dos princípios filosófico-pedagógicos de Paulo Freire; c) Produção de um vídeo sobre **“A construção da escrita e da leitura do jovem e do adulto”**: oferecer subsídio didático-pedagógico para educadores de jovens e adultos; **d) “Plano de Ação Pedagógica Global”**: elaboração do Plano de Ação Pedagógica da Secretaria de Educação do Município de Marabá.

7.2 Origem da atividade (quem demanda ou demandou):

R: Secretarias de Educação, escolas estaduais e instituições do Terceiro Setor.

7.3 Âmbito onde se desenvolvem as atividades (no próprio âmbito escolar ou fora dele):

R: “Escola Cidadã: a construção do projeto político-pedagógico”: nas próprias escolas; “Educação de Jovens e Adultos: formação inicial e educação continuada”: nas sedes do SENAC ou espaços cedidos pela comunidade onde se realiza o curso, nas secretarias de educação; Produção de um vídeo sobre “A construção da escrita e da leitura do jovem e do adulto”: nas salas de aula de alfabetização; “Plano de Ação Pedagógica Global”: na SMED e nas próprias escolas.

c) Informações sobre as parcerias

8. Como caracterizaria o vínculo estabelecido com as escolas?

R: A partir dos princípios filosóficos de Paulo Freire, procuramos sempre estabelecer um vínculo de cooperação e construção coletiva dos projetos. As ações são permeadas pelo diálogo permanente, avaliação processual e reorientação da prática a partir da avaliação de todos os envolvidos no processo.

9. Que dificuldades costumam apresentar-se na parceria entre sua entidade e as escolas?

R: Há diferentes tipos de dificuldades: há os que esperam que a instituição parceira traga soluções para todos os problemas enfrentados, há os que resistem com receio de perder sua “autonomia”, há os que assumem a construção coletiva do trabalho e realmente agem enquanto parceiros. Por um lado, temos metas, objetivos, prazos e prestação de contas a fazer às instituições apoiadoras, por outro lado, temos como princípios do projeto a dialogicidade, a participação por adesão (e não por imposição), a construção coletiva e ascendente do projeto que muitas vezes exige um tempo diferente do tempo inicialmente programado e nós temos que saber equilibrar entre a não imposição, o respeito ao tempo da escola e os prazos do projeto.

10. Que fatores facilitam esse vínculo?

R: Assumir a parceria verdadeiramente, construindo coletivamente, respeitando todos os segmentos envolvidos, garantindo a avaliação dialógica e processual, o diálogo permanente, a flexibilidade para ajustes apontados nas avaliações; o incentivo e o reconhecimento de todos enquanto sujeitos do processo de construção.

11. Que tipo de vínculo se estabelece entre sua entidade e a Secretaria de Educação local? (Interfere, facilita, promove, é indiferente?).

R: Em relação ao projeto nas escolas, a Secretaria de Educação tem estado informada sobre o mesmo e tem-se manifestado favorável ao seu desenvolvimento. Estamos buscando estreitar os contatos.

12. Existem canais formais de planejamento e /ou avaliação dos projetos junto à Secretaria de Educação local (estadual e /ou municipal)? Em que consistem?

R: Para os projetos em andamento atualmente, houve contato apenas para comunicar a Secretaria de Educação sobre o início dos mesmos. Temos procurado realizar reuniões com a supervisão de ensino, com o dirigente regional de ensino e também com outros órgãos da Secretaria como a COGSP e FDE, buscando apoio, maior envolvimento e compromisso com as escolas.

13. Que potencialidade observa no trabalho realizado dentro da escola? Quais as dificuldades?

R: Acompanhar o cotidiano da escola e desenvolver a formação dos educadores a partir da prática dos mesmos é algo extremamente positivo e enriquecedor tanto para a nossa equipe quanto dos diferentes segmentos da escola. Uma das dificuldades é que, em alguns momentos, somos solicitados para “fazer pela escola” e entendemos que essa construção é “com” e não “por”.

14. Quais são os benefícios de realizar essa /s atividade /s fora do âmbito escolar? Quais as dificuldades?

R: O projeto prevê ações no interior da escola e fora. Esse movimento de trazer o entorno da escola para dentro da escola e levando a escola para a comunidade tem contribuído para melhorar as relações escola-comunidade.

15. Na experiência da sua entidade, as escolas têm sido favoráveis ao desenvolvimento de parcerias? Por quê?

R: Há diferentes manifestações. Há os que receiam que com parcerias desse tipo corremos o risco de desobrigar o Estado de suas responsabilidades endossando o projeto neoliberal de um “Estado mínimo” para as políticas sociais e um “Estado máximo” para atender aos interesses do mercado. Há os que se sentem invadidos e desconfiados com a presença de uma instituição estranha ao grupo já instituído e resistem às propostas de mudança de sua prática pedagógica. Há os que são receptivos e se propõem à construção coletiva, ativa e crítica do projeto. Há os que aceitam acriticamente qualquer ajuda porque se encontram perdidos e desanimados.

16. Na experiência da sua entidade, a Secretaria de Educação local tem sido favorável ao desenvolvimento de parcerias com escolas? Por quê?

R: A Secretaria tem-se manifestado favorável às parcerias incentivando a sociedade civil a assumir sua responsabilidade frente à escola pública. Mas sabemos que essas parcerias podem acabar contribuindo para criar a ilusão de que o Estado vem investindo na educação mais do que efetivamente vem fazendo e criando uma certa acomodação da população no sentido de não exigir do Estado aquilo que é de sua responsabilidade. As parcerias devem se somar e não substituir responsabilidades.

d) Informações sobre ONGs e escola pública

17. Parece uma obviedade afirmar que a escola pública encontra-se em crise. Segundo sua opinião, quais são as características mais marcadas dessa crise?

R: Há fatores intra-escolares e extra-escolares. No nível macrosocial, falta um projeto político-pedagógico resultado de uma profunda e ampla negociação do Estado com a sociedade civil. Faltam recursos, investimentos em todos os níveis (municipal, estadual e federal) para a educação. Na unidade escolar, falta de autonomia pedagógica, administrativa e financeira. Uma autonomia não para executar tarefas, mas para pensar, construir coletivamente o projeto político-pedagógico. Um projeto de escola que atenda aos reais interesses da população a que se destina a escola pública.

18. Existem responsáveis dessa crise?

R: Tanto o Estado quanto a sociedade civil são responsáveis. É preciso lutar por uma democratização, publicização do Estado. A sociedade civil, por razões variadas – históricas, políticas, econômicas, culturais – exime-se de suas responsabilidades atribuindo ao Estado todas as decisões (reivindica e delega). É preciso ampliar o exercício da cidadania (que exige mais do que eleger representantes políticos, cumprir leis e pagar impostos. Os cidadãos e cidadãs precisam aprender a propor leis, controlar o Estado, fiscalizando-o e participando da tomada de decisões, criando espaços como o Orçamento Participativo em Porto Alegre, apropriando-se dos bens culturais etc.).

19. Muitas vezes se afirma que as parcerias entre ONGs e escolas poderiam ser uma solução a essa crise...

R: Não é solução. O problema é bem maior. Em nível micro é uma boa associação. Em geral, as ONGs têm sido espaços de resgate da cidadania, de controle do Estado.

20. Que tendências poderia visualizar no futuro em matéria de parcerias ONGs -Escola?

R: Uma política acertada de parcerias escolas - ONGs deveria supor:

Contato ONGs e Secretarias de Educação para conhecimento e discussão das prioridades dos governos em matéria de educação;

As prioridades de cooperação das ONGs com as escolas deve adequar ao projeto político-pedagógico da escola;

A cooperação das ONGs deve visar, sobretudo o benefício do aluno;

Em qualquer hipótese, a participação da comunidade interna e externa da escola é imprescindível na cooperação ONG / Escola.

ENTREVISTA 02

Data: 08/12/00

Entrevistado: Coordenadora Pedagógica

a) Informações Básicas

1. Ano de fundação: 1993
2. Áreas de atuação: Educação
3. Âmbito de atuação: Nacional
4. Fonte dos recursos: Nacional Privado e Internacional Privado
5. Como caracterizaria o público alvo das atividades desenvolvidas pela entidade?

R: São jovens de classe média baixa e baixa e comunidades carentes.

b) Informações sobre as atividades educacionais

6. Poderia definir o perfil profissional dos funcionários alocados aos projetos educacionais? (formação, grau de escolarização, etc.).

R: São Diretores e Professores das escolas com nível superior

7. Projetos desenvolvidos (em curso)

7.1 Objetivo dos projetos:

Formação para o Turismo:

Garantir ao aluno da escola pública uma sólida formação geral, complementando seu curso regular com conhecimentos aplicados à área das viagens e do turismo. Preparar o jovem para os desafios do século XXI, abrindo caminhos para o mercado de trabalho e atendendo a demanda do setor do turismo por profissionais qualificados.

Aprendiz de Turismo: Conscientizar o aluno para a importância da atividade turística na sua comunidade, no Brasil e no mundo;

Preparar o jovem para atuar como agente de conscientização e divulgação do turismo junto à população.

Transformar professores em agentes multiplicadores junto à comunidade local e regional

7.2. Origem da atividade (quem demanda ou demandou):

R: Via escola, comunidades e prefeituras. Em São Vicente entramos via prefeitura, foi o Prefeito que nos contatou, mas o normal é via escola e comunidade.

7.3 Âmbito onde se desenvolvem as atividades (no próprio âmbito escolar ou fora dele; se realizadas fora do âmbito escolar: onde?):

Formação para o Turismo:

-Fora da escola: Porto de Galinhas, Município de Ipojuca, PE – abrangendo alunos de três escolas.

Dentro da escola: Cidade de São Paulo, SP – E.E. Condessa Filomena Matarazzo. Cidade de Una, BA – Colégio Municipal Alice Fuchs de Almeida.

Aprendiz de Turismo:

Dentro da escola: Cidade de São Paulo, SP – EMEF Milton Ferreira de Albuquerque. Cidade de São Vicente, SP – 08 escolas da rede municipal.

Fora da escola: Cidade de São Paulo, SP – Centro de Jovens do Conjunto Mãe do Salvador. Cidade de Barueri, SP – Organização Fênix. Cidade de Canavieiras, BA – Guarda Mirim de Canavieiras.

c) Informações sobre as parcerias

8. Como caracterizaria o vínculo estabelecido com as escolas?

R: Um vínculo de parceria. As escolas oferecem a infra-estrutura física e material humano. A ONG fornece o material didático, o treinamento e o acompanhamento pedagógico e administrativo. Os Empresários entram com apoio que pode ser financeiro, quando necessário, ou de pessoal.

9. Que dificuldades costumam apresentar-se na parceria entre sua entidade e as escolas?

R: Em São Paulo: Os Sistemas Educacionais, estadual e municipal, deixam a escola muito dependente e também temos dificuldades de arranjar as formas legais para fazer o convênio. Também a mudança dos profissionais da educação.

Nas redes municipais a dificuldade é da faixa etária. O projeto só pode ser efetivado para maiores de 16 anos. Isso por conta das leis que de proteção à criança e o adolescente.

Numa das escolas onde estávamos com um projeto, houve mudança de Diretor e a nova direção expulsou o Projeto sem consultar a comunidade escolar. Foi um problema.

10. Que fatores facilitam esse vínculo?

R: Nos municípios menores, onde a comunidade é mais próxima da escola, é mais fácil de fazer os projetos acontecerem e também em comunidades pequenas.

11. Que tipo de vínculo se estabelece entre sua entidade e a Secretaria de Educação local?

R: Depende da destinação. Hoje só em São Vicente, onde ela atua em parceria no projeto e até na sua coordenação. Existem alguns municípios em que a Secretaria não atua (existe só no papel, quem decide mesmo é o prefeito). Em São Paulo, nenhuma relação, nem estado nem município, até o momento, vamos ver com a mudança de Prefeito como fica.

12. Existem canais formais de planejamento e /ou avaliação dos projetos junto à Secretaria de Educação local (estadual e /ou municipal)? Em que consistem?

Só em São Vicente. Em reuniões de apresentação dos projetos, acompanhamento e avaliação.

13. Que potencialidade observa no trabalho realizado dentro da escola? Quais as dificuldades?

R: Eleva a auto-estima de toda comunidade escolar e a imagem da escola na comunidade. Vínculo do professor com a Universidade, atualização e melhora do ensino em todos os aspectos.

Dificuldades: alteração do quadro docente sempre que tem uma atribuição de aulas.

14. Quais são os benefícios de realizar essa /s atividade /s fora do âmbito escolar? Quais as dificuldades?

R: Eleva a auto-estima. Não esbarra no sistema e na burocracia. Os horários são flexíveis. As atividades são mais livres permitem uma maior locomoção no espaço para a prática.

Dificuldade: infra-estrutura.

15. Na experiência da sua entidade, as escolas têm sido favoráveis ao desenvolvimento de parcerias? Por quê?

R: As escolas sim. Só não são mais, pois a estrutura não permite. Outras vezes, as escolas não sabem das parcerias, não conhecem e até acham que as parcerias ainda são só paternalistas.

16. Na experiência da sua entidade, a Secretaria de Educação local tem sido favorável ao desenvolvimento de parcerias com escolas? Por quê?

R: Não. Estou falando de São Paulo, estadual e municipal. É um problema de visão política e falta de visão da educação atual. A estrutura é pesada e não comporta novas formas de trabalho.

d) Informações sobre ONGs e escola pública

17. Parece uma obviedade afirmar que a escola pública encontra-se em crise. Segundo sua opinião, quais são as características mais marcadas dessa crise?

R: Desesperança do professor, que contagia toda comunidade escolar e que pode ser revertida especialmente frente a um projeto.

18. Existem responsáveis dessa crise? (Se a resposta é “sim”: quem são? poderia estabelecer uma hierarquia de responsáveis dessa crise?).

R: Sim. A elite dominante.

19. Muitas vezes se afirma que as parcerias entre ONGs e escolas poderiam ser uma solução a essa crise...

R: Acredito que sim pelo que temos visto. Não resolve tudo, mas é um passo.

20. Que tendências poderia visualizar no futuro em matéria de parcerias ONGs - Escola?

R: Começou difícil, virou moda. Agora, existem as Campanhas de ajuda que o comércio está se apropriando e apoiando projetos. Alguns são sérios, outros não e outros nem acontecem. Caminhamos para uma estabilidade.

ENTREVISTA 03

Data: 14/12/00

Entrevistado: Presidente e Coordenador

a) Informações Básicas

1. Ano de fundação: Como projeto: 1997 e como ONG: 2000.
2. Áreas de atuação: Reabilitação de moradores de rua com dependência química
3. Âmbito de atuação: Municipal
4. Fonte dos recursos: Nacional.

R: Os recursos provêm da venda de materiais reciclados a empresas. Não recebem recursos diretos.

5. Como caracterizaria o público alvo das atividades desenvolvidas pela entidade?

R: Moradores de rua, ou em situação, ou em vias de, com dependência química (fiz uma nova pergunta: Que tipo de química? R: todos os tipos de drogas, de alimentos e remédios até as mais forte como LSD etc.).

b) Informações sobre as atividades educacionais

6. Poderia definir o perfil profissional dos funcionários alocados aos projetos educacionais? (formação, grau de escolarização, etc.).

R: Profissionais da área com formação superior: coordenadores, psicóloga, psiquiatra, técnico em RH, artista plástica, professores, dentista e advogado.

Pessoas com pouca formação ou sem formação, são voluntárias que ajudam nas atividades básicas.

7. Projetos desenvolvidos (em curso):

Objetivo dos projetos:

Comum a todos: Reabilitação e re-inserção do ser humano.

Reciclagem:

- Desenvolver as atividades sócio educativas a partir do recebimento do material, seleção, pesagem, prensagem e venda;
- Fortalecer o compromisso, o respeito e a auto-estima;
- Propiciar o desenvolvimento de valores, hábitos e costumes;
- Favorecer a abstinência ambiental junto aos atendidos e a comunidade.

Arte com Reciclagem:

- Propiciar o desenvolvimento de valores, hábitos e costumes estimulando o lado artístico e criativo dos participantes a partir de materiais recicláveis;
- Fortalecer o compromisso. O respeito e a auto-estima;
- Favorecer a abstinência da droga;
- Estimular a consciência ambiental junto aos atendidos e a comunidade.

Casa São Lázaro

- Prestar serviço social à população carente da região;
- Assistir os participantes dos projetos da Associação, e suas famílias.

7.2 Origem da atividade (quem demanda ou demandou):

R: Comunidade

7.3 Âmbito onde se desenvolvem as atividades (no próprio âmbito escolar ou fora dele; se realizadas fora do âmbito escolar: **onde?**):

R: Na própria escola e fora dela também. Hoje o projeto está em 25 escolas, 30 empresas, 18 condomínios, Comunidades e Igrejas, Parque da Água Branca e Praça Cornélia.

c) Informações sobre as parcerias

8. Como caracterizaria o vínculo estabelecido com as escolas?

R: Olha, até hoje, nós não procuramos escolas nenhuma. Todas as escolas que nós temos foram eles que procuraram, sugeriram e pediram parceria. O relacionamento é de parceria, as escolas sentem necessidade de...fora da carteira da escola estimular atividades, despertar a questão da consciência e eles procuram as atividades que já ocorrem. Querem experiências concretas, não adianta colocar em números na lousa, eles querem a vivência. Muitas escolas e professores trazem seus alunos para conhecer e viver as experiências aqui. Ainda tem muito aluno de escola particular que pensa que mobilização social é comer sanduíche no Mac Dia Feliz

9. Que dificuldades costumam apresentar-se na parceria entre sua entidade e as escolas?

R: Não temos dificuldades de forma alguma.

10. Que fatores facilitam esse vínculo?

R: Acho que o próprio tema: a questão do meio ambiente. Tem muita diretora e muita professora que despertou para isso. É um tema interessante e atual. A necessidade de estar se pensando na questão do meio ambiente é fundamental. As pessoas, escolas, se mobilizam inicialmente pela questão ambiental e só depois percebem que está relacionada à questão social e fica melhor ainda. As comunidades não, elas primeiro percebem a questão social e a questão ambiental vem para ajudar o social.

11. Que tipo de vínculo se estabelece entre sua entidade e a Secretaria de Educação local?

R: Nenhum, oficialmente nenhum. Nós estamos com as escolas, com secretaria nenhuma, nunca nos procuraram. Aliás, não só com a Secretaria, mas com qualquer órgão público, é um desrespeito. Nossa dificuldade é com órgãos públicos, com governo do estado, prefeitura. (O Alckmin antes das eleições fez um monte de promessas, trouxe o Estadão, trouxe a imprensa, usou a nossa imagem para fazer campanha e hoje você nem ouve falar mais dele).

12. Existem canais formais de planejamento e /ou avaliação dos projetos junto à Secretaria de Educação local (estadual e /ou municipal)? Em que consistem?

R: Não existe nenhum.

13. Que potencialidade observa no trabalho realizado dentro da escola? Quais as dificuldades?

R: A boa vontade do corpo docente e da direção, isso é o que interessa. Se a diretora e o corpo docente estiverem predispostos a coisa acontece legal se não eles impedem tudo. Quando um professor quer fazer o trabalho ele luta até conseguir. Existem escolas que o diretor fala não e já começa no diretor a dificuldade.

14. Quais são os benefícios de realizar essa /s atividade /s fora do âmbito escolar? Quais as dificuldades?

R: Participamos de feiras, de exposições, eventos na praça e mutirões de limpeza e a gente percebe que quando começa o primeiro passo e as pessoas vêm, elas vem atrás.

Os moradores de rua são envolvidos nas atividades, mas ainda têm uma resistência. Para ele entrar e passar nesse processo, enquanto cidadão, na rua e é muito complicado você estar envolvendo através da educação porque a rua deformou o ser humano.

15. Na experiência da sua entidade, as escolas têm sido favoráveis ao desenvolvimento de parcerias? Por quê?

R: Não, as escolas ainda não estão predispostas a ser parceiras. Acho que a educação deveria passar primeiro pela direção, professores e funcionários para depois atingir as crianças, os adolescentes e a juventude. Fazer um processo de educação da direção e da Secretaria de Ensino. Acho que eles não despertaram para a necessidade da reciclagem e do meio ambiente, acho que o processo precisa começar em cima.

16. Na experiência da sua entidade, a Secretaria de Educação local tem sido favorável ao desenvolvimento de parcerias com escolas? Por quê?

R: (Não, viaja na maionese). Eu já falei. Acho que deveriam passar por um processo de educação, a Secretária de Ensino, os Diretores e os Professores para poderem fazer um trabalho com crianças.

d) Informações sobre ONGs e escola pública

17. Parece uma obviedade afirmar que a escola pública encontra-se em crise. Segundo sua opinião, quais são as características mais marcadas dessa crise?

R: O Estado está falido. Falta de recursos, professores e direção desmotivados. Se tem uma estabilidade e uma tranquilidade financeira você desenvolve o projeto. A escola está preocupada hoje em dia em continuar funcionando. A Prefeitura nesta última gestão, não era prioridade do prefeito a questão da Saúde e da Educação, diminuiu até o investimento. O Estado, a mesma coisa, não é prioridade, não é preocupação.

18. Existem responsáveis dessa crise? (Se a resposta é “sim”: quem são? Poderia estabelecer uma hierarquia de responsáveis dessa crise?).

R: Globalização (risadas). Todos são responsáveis.

19. Muitas vezes se afirma que as parcerias entre ONGs e escolas poderiam ser uma solução a essa crise...

R: Com certeza, com certeza..., acho que seria uma grande solução. Volto a repetir, a questão do experimental: Passa por dificuldades? Passa por dificuldades, mas com o apoio da comunidade ela se sentiria muito mais fortalecida, superaria isso. **É uma escola que deveria estar voltada para a comunidade e está isolada no mundinho dela, preocupada internamente, não está aberta para o mundo, para a comunidade.** Se estivesse aberta para a comunidade estaria muito mais fortalecida, estaria buscando soluções até mesmo para a falta de ventilador e computador.

20. Que tendências poderia visualizar no futuro em matéria de parcerias ONGs - Escola?

R: Acho que é a solução. Acho que é o caminho, as entidades com a escola. É a necessidade de fazer com que a pessoa aprenda também com escola da vida, parece muito filosófico, mas é isso. É construir juntos o ser humano, não aquele robzinho que sabe todas as fórmulas de matemática e física, mas e aí? E pelo lado de fora? A inteligência emocional não é fácil de ser trabalhada, tem que tirar o aluno da cadeira tem que levar para fora, ver que a realidade é ruim, ver além do umbigo.

ENTREVISTA 04

Data: 15/12/00

Entrevistado: Diretora

a) Informações Básicas

1. Ano de fundação: 1993
2. Áreas de atuação: Educação Ambiental em ambientes urbanos
3. Âmbito de atuação: Nacional
4. Fonte dos recursos: Nacional - Privado
5. Como caracterizaria o público alvo das atividades desenvolvidas pela entidade?

R: Professores, alunos, jovens e comunidades. Público interno das indústrias e empresas

b) Informações sobre as atividades educacionais

6. Poderia definir o perfil profissional dos funcionários alocados aos projetos educacionais? (formação, grau de escolarização, etc.).

R: Nível Superior. Da área: Biólogo, Ecólogo, Pedagogos, Filósofos, Geógrafo.

7. Projetos desenvolvidos (em curso):

7.1 Objetivo dos projetos:

Curso de Educação Ambiental na Bacia do Caí:

- Instrumentalizar participantes visando a implantar e avaliar projetos de educação ambiental com abordagem multidisciplinar, ampliando a concepção deste tema na escola e comunidade, partindo do conceito ambiental local e global.

Plástico, uma matéria reciclável:

- Incentivar a comunidade escolar a promover ações de co-responsabilidade e participação coletiva na implementação de políticas públicas, na gestão dos resíduos sólidos.

Trilha Morumbi Verde:

- Grupos de alunos e professores do ensino fundamental de escolas públicas, particulares e entidades sociais, abordando arte, cultura e meio ambiente.

Natura na Praça:

- Atender e fortalecer a juventude da região de Cajamar através de oficinas de grafite, jardinagem e papel reciclado.
- Assessoria site meio ambiente: Neoambiental:

- O portal NEOAMBIENTAL.COM.BR vem para agregar muitas informações sobre meio ambiente, educação e saúde para o internauta ecológico.

7.2 Origem da atividade (quem demanda ou demandou):

Curso de Educação Ambiental na Bacia do Caí: COPESUL - Companhia Petroquímica do Sul

Plástico, uma matéria reciclável: Associação Brasileira das Indústrias Plásticas - ABIQUIM e PLASTIVIDA.

Trilha Morumbi Verde: Projeto da instituição.

Natura na Praça: Natura Cosméticos

Assessoria site meio ambiente – Neoambiental: hypernet interative – site do NEOAMBIENTAL.

7.3 Âmbito onde se desenvolvem as atividades (no próprio âmbito escolar ou fora dele; se realizadas fora do âmbito escolar: **onde?**):

Curso de Educação Ambiental na Bacia do Caí: Ocorre na própria empresa e também no parque da empresa para as atividades práticas.

Plástico, uma matéria reciclável: Nas escolas envolvidas e o treinamento é dado dentro das escolas para professores e funcionários.

Trilha Morumbi Verde: No Parque da Fundação Maria Luisa e Oscar Americano.

Natura na Praça: Em Cajamar, tanto na área rural como urbana.

Assessoria site meio ambiente – Neoambiental: Ocorre via Internet

c) Informações sobre as parcerias

8. Como caracterizaria o vínculo estabelecido com as escolas?

R: É muito importante no trabalho, que a direção e a coordenação da escola também vistam a camisa. Não dá para trabalhar só com o professor isolado da coordenação e da direção. Na coleta seletiva da escola, todos tem que se envolver desde o porteiro, o faxineiro até a direção. Não dá para ninguém ficar de fora. As escolas onde os coordenadores e os diretores estão sensibilizados para a questão, de uma forma democrática, o trabalho dá certo, agora, nas escolas onde os diretores não encampam, não acontece. Os professores podem estar muito motivados, fazer um trabalho com os jovens, mas parece que não frutifica.

9. Que dificuldades costumam apresentar-se na parceria entre sua entidade e as escolas?

R: Algumas escolas que a direção e coordenação não se envolvem como deveriam. A pressa dos financiadores. Com os financiadores que não têm essa pressa o trabalho sai melhor. É ruim trabalhar com a condicionante do tempo, da pressa.

10. Que fatores facilitam esse vínculo?

R: A participação das escolas no planejamento dos programas. É uma forma de respeito ao projeto educacional. Quando isso não acontece, temos que trabalhar com as relações humanas e trabalhar com algumas pessoas. Outro ponto positivo é a doação dos materiais didáticos para a escola.

11. Que tipo de vínculo se estabelece entre sua entidade e a Secretaria de Educação local?

R: A Secretaria é muito difícil para trabalhar. No início da entidade, nós trabalhávamos direto com a divulgação nas escolas, e vinha a demanda, pois sempre foi difícil trabalhar com a Secretaria, ela é muito fechada. Ainda mais uma ONG como a nossa que não é apadrinhada pela Universidade. Depois de muitos anos, você fica conhecido, por conta de que a escola participa dos programas e recebe os materiais e fizemos vínculos com as Delegacias e Diretorias. Como promovemos cursos, já fizemos vários cursos, na DREM 4 e na Diretoria Norte 1 e sempre fomos muito bem recebidas. Como já tínhamos verba para o projeto, era só eles organizarem e chamarem os professores, agora com a Secretaria não acontece, já enviamos inúmeros projetos.

12. Existem canais formais de planejamento e ou avaliação dos projetos junto à Secretaria de Educação local (estadual e /ou municipal)? Em que consistem?

R: O contato é com a DREM e a Diretoria, mas apenas conhecem os projetos, não existe um envolvimento maior. E com a Secretaria nenhum.

13. Que potencialidade observa no trabalho realizado dentro da escola? Quais as dificuldades?

R: Potencialidades na transformação de valores e especialmente nas escolas onde ficamos mais tempo. Dificuldades: quando temos pouco tempo para fazer a programação. Muitas vezes a escola até trabalha questão do meio ambiente, mas é muito quebrado, trabalha alguns temas e não tem uma continuidade. Os professores deveriam ter mais tempo para estudar, receber para estudar. Tem uns que fazem um ótimo trabalho e ganham o mesmo de quem não faz quase nada.

14. Quais são os benefícios de realizar essa /s atividade /s fora do âmbito escolar? Quais as dificuldades?

R: Tem as atividades que gostamos de realizar no parque. Um Parque é um parque, não é dentro da escola, mas as atividades são totalmente voltadas para o público escolar. O tempo, o período que ele trabalha, o tempo que ele demora, tudo é pensando para a criança ou para o jovem e achamos ótimo que os espaços de aprendizagem não estejam em quatro paredes. Faz parte da vida. Todo lugar é lugar para aprender.

15. Na experiência da sua entidade, as escolas têm sido favoráveis ao desenvolvimento de parcerias? Por quê?

R: Sim. Eu acho que as escolas têm sido mais abertas, principalmente a escola pública. A escola particular é mais desconfiada, mas como a gente vem trabalhando com escolas de primeira linha, boas e então as outras escolas meio que se contaminam por isso. Na escola pública muitas vezes é o professor que é mais aberto e não o diretor e aí ocorrem problemas.

16. Na experiência da sua entidade, a Secretaria de Educação local tem sido favorável ao desenvolvimento de parcerias com escolas? Por quê?

R: Eu acho que deveria ser, em tese, mas eu não vejo nenhuma ação “Então vamos fazer isso juntos?” A Secretaria muito menos que as empresas. Sinto que temos um quadro assim: as empresas estão dispostas e não sabem muito bem o que fazer, as ONGs têm programas e projetos, têm ações interessantes e a Secretaria..., ela se basta, ela é dona das escolas (risadas).

(colocação minha: é irônico?) É irônico, mas infelizmente é assim. Em São Paulo tem o problema que tivemos duas prefeituras seguidas horríveis, tanto Maluf quanto o Pitta, é impossível de se trabalhar com essas pessoas. Quantos projetos nós enviamos para a Secretaria Municipal de Educação.

A Secretária não faz quase nenhuma parceria com ONG, só com Universidade, acho que o mais comum é com as assistencialistas, ONGs sociais, mas com ONGs como a nossa é muito difícil, eles não fazem parcerias é como se estivéssemos competindo.

d) Informações sobre ONGs e escola pública

17. Parece uma obviedade afirmar que a escola pública encontra-se em crise. Segundo sua opinião, quais são as características mais marcadas dessa crise?

R: Olha, eu acho que a escola não é a promotora, ela não é o principal instrumento dessa situação. Parece que ela está a serviço da Secretaria ou da DREM ou da Delegacia. Ela não está a serviço dos alunos, ela não tem autonomia, ela não brilha. Entre muitas escolas públicas conheço algumas que têm tudo limpo, brilhando, arrumado. No parque da Vila São Joaquim, num lugar horrível, mas a escola está lá, porque as pessoas cuidam. Isso é uma minoria, a maioria das escolas são engradados, são lugares feios, pouco atrativos. Acho que a questão do professor ser muito mal remunerado, não ter produção. Como é que vai se implantar os PCNs? Com que livros? Quem vai fazer isso? Quem deveria fazer são os próprios professores, com todas as metodologias e conceitos que eles têm. Só que eu não vejo ser valorizado nada disso na escola.

Nós temos um problema com a escola pública, de quem dá uma palestra para todos os professores da escola. Você acredita que eles nunca se encontram todos juntos. As pessoas precisam sentar e conversar. Se eles não se encontram, vão lá, dão aula e saem correndo, as reuniões são todas fragmentadas, como é que se vai ter uma escola fortalecida e com unidade?

A escola promove a educação internamente através de planejamento, avaliação e discussão. Se não se consegue reunir todo mundo, como é que se vai mobilizar qualquer ação com o aluno? Esse é um dos maiores problemas que nós encontramos para trabalhar com escolas públicas: Falta de espaços coletivos.

18. Existem responsáveis dessa crise? (Se a resposta é “sim”: quem são? poderia estabelecer uma hierarquia de responsáveis dessa crise?).

R: Essa pergunta me parece algo assim: Existem culpados?(que coisa horrorosa) E a culpa é sempre do outro? A culpa é de todos nós. É o sistema. Eu não coloco meu filho na escola pública. A classe média que é a mais exigente, não coloca seu filho numa escola pública. Acho que as políticas públicas são muito absurdas, não deveria existir escola particular, é um erro imensurável e nós pagamos isso, porque, é uma elite e você faz parte daquela elite porque estuda na escola X, Y, Z, você vai para a Universidade pública porque estudou numa escola privada e você vai comandar esse país. Não se rompe o ciclo e as escolas particulares por sua vez também não fazem parcerias com as escolas públicas. As escolas de ponta deveriam passar o conhecimento. No mesmo quarteirão estão as escolas e porque que não fazem as reuniões pedagógicas juntos? Usa muito espaço? (sorriso – Você percebe?) Acho que tem coisa que não precisa de dinheiro, precisa de boa vontade.

19. Muitas vezes se afirma que as parcerias entre ONGs e escolas poderiam ser uma solução a essa crise...

R: Acredito que sim. Veja o esquema como funciona: a escola está olhando para a DREM, a DREM para a Secretaria, a Secretaria para o Governador, o Governador para o Presidente, que dizer, tudo invertido os olhares, na minha opinião. A escola precisa de um apoio mais individualizado. As Secretarias e as DREMs não dão conta, elas não têm que uma equipe de fato. Nesse momento, elas poderiam fazer parcerias com ONGs, para em conjunto com as escolas, fazer um projeto. A ONG poderia ser prestadora de serviço. Acho que temos muito para colocar.

20. Que tendências poderia visualizar no futuro em matéria de parcerias ONGs -Escola?

R: Aachamos que vamos reativar projetos que ainda não foram aceitos. Unir esforços. Unir as especialidades de cada ONGs em ações comuns

ENTREVISTA 05

Data: 19/12/00

Entrevistado: Coordenador de Educação Ambiental

a) Informações Básicas

1. Ano de fundação: 1986

2. Áreas de atuação: Educação Ambiental, Políticas Públicas, Desenvolvimento Sustentável, Manejo de Ecossistemas, Comunicação e Informação e Desenvolvimento Institucional.

3. Âmbito de atuação: Nacional

4. Fonte dos recursos: Nacional

R: Principalmente privados e dependendo do projeto, pontualmente públicos.

5. Como caracterizaria o público alvo das atividades desenvolvidas pela entidade?

R: A sociedade como um todo. O âmbito dos projetos é muito variado.

b) Informações sobre as atividades educacionais

6. Poderia definir o perfil profissional dos funcionários alocados aos projetos educacionais? (formação, grau de escolarização, etc.).

R: Grau de escolarização: nível superior. Formação em áreas relacionadas a Biologia, Agronomia, Engenharia Florestal, Arquitetura...

7. Projetos desenvolvidos (em curso):

7.1 Objetivo dos projetos:

R: cada projeto tem um objetivo particular e a Educação entra como componente. (agora... precisa citar os objetivos dos projetos?).

(– comentário meu: ele não estava muito disposto a falar dos projetos desde a primeira pergunta, como se estivesse desconfiado de que a pesquisa seria mais uma sondagem ou algo assim. Solicitei, para facilitar, um material que pudesse conter algumas informações de todos os projetos. Ele me disse que não teria esse material e passou a dar as informações).

Objetivo Geral: Envolver a sociedade como um todo na preservação da Mata Atlântica.

CENTRO TUZINO: Difundir a cultura e práticas de manejo sustentável do palmito juçara através de atividades de educação ambiental, envolvendo estudantes, professores, produtores rurais, técnicos, entre outros.

César Parque – Itu: visitas monitoradas na região e com o pólo ecoturístico. Fazem viagens de estudo do meio e viagens de campo.

Plano de Gestão de Pariquera-Açu: Levantar o plano de gestão envolvendo a sociedade no processo. Garantir que todos os elementos ambientais sejam bem geridos e que a sociedade participe do processo.

Pólo Ecoturístico do Lagamar: viabilizar uma alternativa de desenvolvimento sustentável para a região no vale do Ribeira, que possui os remanescentes contínuos de mata atlântica.

Núcleo Pró-Tietê: projetos e atividades em prol da recuperação do rio Tietê, do acompanhamento de recursos hídricos.

7.2 Origem da atividade (quem demanda ou demandou):

R: Existe uma identificação dessa demanda, de nossa parte e a partir dessa identificação a gente corre atrás para viabilizar o projeto.

7.3 Âmbito onde se desenvolvem as atividades (no próprio âmbito escolar ou fora dele; se realizadas fora do âmbito escolar: **onde?**):

R: fora da escola e na escola. (fiz uma pergunta: Vocês trabalham dentro da escola com ações dos projetos que vocês tem? R: É porque a pesquisa está muito direcionada pra educação formal, tanto que é o objetivo da pesquisa: Parceria ONG Escola, mas só que processo educativo você não tem somente na escola. Essa que é a questão).

c) Informações sobre as parcerias

8. Como caracterizaria o vínculo estabelecido com as escolas?

R: Nosso vínculo é de apoio às atividades das escolas. A entidade não faz o trabalho nas escolas, ela apóia as Instituições para que realizem o trabalho. A educação ambiental nas escolas, a entidade apóia para que façam ou subsidiando através de material, tecnologia e colocar em contato com outros canais para que possam viabilizar suas ações.

9. Que dificuldades costumam apresentar-se na parceria entre sua entidade e as escolas?

R: A parceria com as escolas tem uma característica: o universo escolar é muito heterogêneo. Você tem pessoas que têm experiência e conhecem o meio ambiente e pessoas que não têm nenhuma experiência, nenhuma formação. A dificuldade é justamente se trabalhar com esses vários níveis. Outra dificuldade é excesso de demanda, as escolas pedem muito, não que elas não precisam, mas a dificuldade é atender essa demanda que é grande.

10. Que fatores facilitam esse vínculo?

R: O interesse tanto nosso quanto deles em desenvolver as atividades.

11. Que tipo de vínculo se estabelece entre sua entidade e a Secretaria de Educação local?

R: Muito pontual. Eventualmente algum trabalho, evento, workshop.

12. Existem canais formais de planejamento e /ou avaliação dos projetos junto à Secretaria de Educação local (estadual e /ou municipal)? Em que consistem?

R: Não, não existem canais formais.

13. Que potencialidades observa-se no trabalho realizado dentro da escola? Quais as dificuldades?

R: Potencialidades: é o fato de conseguir envolver o público escolar nas questões ambientais. Dificuldades: falta de estrutura e falta de tempo.

14. Quais são os benefícios de realizar essa /s atividade /s fora do âmbito escolar? Quais as dificuldades?

R: Benefícios: as atividades educativas são mais abrangentes, envolvendo a comunidade e estabelece um vínculo escola X comunidade.

Dificuldades: nas grandes cidades estão relacionadas à segurança, de identificar as lideranças das instituições representativas e das associações.

15. Na experiência da sua entidade, as escolas têm sido favoráveis ao desenvolvimento de parcerias? Por quê?

R: Sim, porque buscam aprender e implementar a educação ambiental no seu currículo.

16. Na experiência da sua entidade, a Secretaria de Educação local tem sido favorável ao desenvolvimento de parcerias com escolas? Por quê?

R: Sim, mas São Paulo tem uma dificuldade de implementar essas questões. As Secretarias, como têm que gerir uma estrutura imensa, a estrutura de gestão também é imensa e existe uma dificuldade nas operações, no relacionamento com essas pessoas. Não que seja impossível, é possível, mas é uma coisa trabalhosa. Ela é favorável, mas tem esse entrave.

d) Informações sobre ONGs e escola pública

17. Parece uma obviedade afirmar que a escola pública encontra-se em crise. Segundo sua opinião, quais são as características mais marcadas dessa crise?

R: *Desvalorização do professor é a mais evidente, logicamente tem a ver em como o Estado trata essa questão.*

18. Existem responsáveis dessa crise? (Se a resposta é "sim": quem são? poderia estabelecer uma hierarquia de responsáveis dessa crise?).

R: Sim. Todos nós. É um problema da sociedade, vai culpar quem? O Presidente, na verdade é reflexo de uma atitude de todos.

19. Muitas vezes se afirma que as parcerias entre ONGs e escolas poderiam ser uma solução a essa crise...

R: As ONGs não podem tomar para si. Pode ser uma solução pontualmente, mas é um erro você pensar que uma ONG foi criada para cobrir carências do Estado. Na verdade a ONG não pode tomar em mãos uma coisa que é de função e responsabilidade do Estado. Ela pode cobrar o Estado para fazer, ela pode apoiar, ela pode fazer uma série de coisas, mas

não tomar para si a responsabilidade. Nesse sentido, ela não pode mudar, ela pode atenuar, ela pode colaborar, mas não vou dizer que está aí a solução dos problemas.

20. Que tendências poderia visualizar no futuro em matéria de parcerias ONGs -Escola?

R: De aproximação cada vez maior, uma por interesse da sociedade, quanto mais se interessa por esse tipo de questão mais ela se organiza e maior é o número de ONGs que aparecem e acabam participando de trabalhos interessantes.

ENTREVISTA 06

Data: 21/12/00

Entrevistado: Coordenadora.

a) Informações Básicas

1. Ano de fundação: Iniciou em 1998 e se constituiu como personalidade jurídica em março de 1999.
2. Áreas de atuação: Educação em Cidadania em três núcleos: Núcleo de Comunicação, Núcleo de Arte-Educação – Escola da Rua e uma oficina de sites – Design Social.
3. Âmbito de atuação: Municipal – Cidade de São Paulo. Em alguns casos fizemos algumas intervenções em outros estados.
4. Fonte dos recursos: Nacional – Privado (Fundação Bankboston e Fiat Automóveis)
5. Como caracterizaria o público alvo das atividades desenvolvidas pela entidade?

R: Crianças e jovens alunos de escolas públicas e privadas e como complementação do horário escolar

b) Informações sobre as atividades educacionais

6. Poderia definir o perfil profissional dos funcionários alocados aos projetos educacionais? (formação, grau de escolarização, etc.).

R: Artistas Plásticos – nível universitário – com licenciatura – com formação em arte-educação.

7. Projetos desenvolvidos (em curso):

7.1 Objetivo dos projetos:

Projeto 100 Muros: fazer 100 muros na cidade de São Paulo; intervenção na cidade e trabalhar a questão da cidadania a partir da história de que a Cidade é uma extensão da nossa casa, que devemos cuidar e manter bonita e que temos um papel de discutir a Cidade para ver o que queremos e o que não queremos. Beco escola: A arte e a intervenção artística é um produto de um trabalho que é pensar essa cidade que vivemos e tomá-la como parte nossa.

Beco Escola: espaço dos grafiteiros e a partir da intervenção que grafiteiros e pichadores já fazem na cidade, constituir um espaço para que possam discutir suas intervenções, ter um lugar para fazer intervenções autorizadas e dar visibilidade a isso, do ponto de vista artístico – dizer que não é uma atividade predatória, mas que pode ser feita de um jeito organizado que embeleza a cidade e discutir a cidade, a cidadania, o papel e a responsabilidade e o papel de cada um.

Escolinha da Rua: ensiná-los a aprender a conviver, a conviver em grupo e aprender a aprender.

7.2 Origem da atividade (quem demanda ou demandou):

Projeto 100 Muros: no início foi feita uma lista das Instituições em que gostaríamos de trabalhar e fomos buscar a parceria: FEBEM – Tatuapé, algumas escolas privadas e algumas ONGs e fizemos os primeiro muros envolvendo 18 entidades. A partir disso e da repercussão que isso teve, começaram as escolas nos procurar. Fizemos o seguinte: para as turmas fixas do bairro, escolhemos escolas do bairro, que é esse o princípio da Cidade escola: pensar uma coisa comunitária aqui no bairro, escolas e ONGs do bairro e para as turmas eventuais nós podemos estar atendendo outras ONGs e fazendo intervenção em outros bairros.

Beco Escola: sugestão de um grupo de grafiteiros, hoje eles convidam outros grafiteiros para se unirem ao grupo.

Escolinha da Rua: meninos do bairro

7.3 Âmbito onde se desenvolvem as atividades (no próprio âmbito escolar ou fora dele; se realizadas fora do âmbito escolar: **onde?**):

R: Ocorrem preferencialmente aqui na Escola da Rua, que é nossa sede uma oficina bonita e organizada para receber isso. Esse ano fizemos a primeira experiência de atender crianças de 03 a 06 anos, que não é a nossa faixa e nosso espaço físico não era muito adequado, então, realizamos as atividades um pouco numa EMEI aqui perto e um pouco no Loguinhos – uma escola parceira. Em alguns casos, quando a ONG é muito longe, nós levamos nossa oficina ambulante e vamos lá fazer as atividades.

c) Informações sobre as parcerias

8. Como caracterizaria o vínculo estabelecido com as escolas?

R: Essa é uma prioridade nossa e continua sendo um desafio. Trabalhar com a escola pública tem sido uma grande meta nossa e uma grande dificuldade. A escola pública fica muito interessada pela visibilidade que o 100 Muros tem e nós usamos isso como uma estratégia: “tá bom, então nós vamos fazer o muro da escola e vamos entrar na escola pelo entorno, meio como diz o Brizola – sopa quente se toma pela borda, vamos entrando pela borda, vamos fazendo essa interferência que é uma intervenção mais artística, no entorno da escola, só que a nossa ambição é bem maior do que essa é estar dentro da escola e então para isso estamos organizando para 2001 atividades em parcerias com outras ONGs para fortalecer os grêmios, para atividades de capacitação de professores, para ter Fóruns de discussão e tudo mais. Eu diria que é um grande chamariz o projeto 100 Muros, não só para as crianças como para os professores, para a direção das escolas e tudo. Agora, o trabalho de formiguinha que tem que vir depois desse é um trabalho difícil e que estamos tentando e buscando caminhos, houve alguns grandes acertos e erros também.

9. Que dificuldades costumam apresentar-se na parceria entre sua entidade e as escolas?

R: Uma dificuldade com relação à escola, tanto pública quanto privada, é a questão salarial dos professores. Como a nossa atividade é fora do horário escolar, é atividade que não remunera o professor. Algumas escolas tiveram “o saque” de colocar isso dentro do currículo e as nossas atividades aconteceram dentro do horário escolar e os professores puderam participar de perto. Quando isso ocorre fora do horário escolar o nosso projeto precisa prever uma verba para apoiar e para conseguir garantir a presença dos professores de escola pública.

10. Que fatores facilitam esse vínculo?

R: Acho que é essa coisa da visibilidade, essa coisa da arte. Um projeto artístico sempre causa um grande impacto tanto nos jovens quanto nos adultos. A coisa de embelezar a cidade, de fazer alguma coisa pela cidade está muito forte em São Paulo, a cidade está super abandonada, as pessoas estão sentindo a rua como esse espaço de risco e de violência e não de convivência, então, poder fazer esses muros e transformá-los em cenário pra outras intervenções comunitárias acho que é o grande chamariz e essa possibilidade de trabalhar sempre em grupos, não se trabalha só com uma escola, é uma escola de um lado uma escola de outro, são universos diferente. Acho que esse é o grande chamariz.

11. Que tipo de vínculo se estabelece entre sua entidade e a Secretaria de Educação local?

R: Com a do município, nenhuma. Esse ano nós não conseguimos nenhuma parceria com a Secretaria da Educação do município. Com a Secretaria Estadual de Educação fizemos algumas intervenções juntos, até aquela proposta dos finais de semana nós realizamos oficinas na zona leste em parceria também com a TV Cultura. Tem um diálogo. Tem também uma das metas que envolve todo os projetos que é pegar uma escola pública do bairro que está muito deteriorada e com muitas dificuldades e fazer um esforço de intervenção de todos os projetos lá dentro e isso conta com um apoio da Secretaria da Educação num sentido de abertura, de reconhecer que isso é importante e...

12. Existem canais formais de planejamento e /ou avaliação dos projetos junto à Secretaria de Educação local (estadual e /ou municipal)? Em que consistem?

R: Não, não existem. Essas ações todas que a gente fez com a escola pública fomos fazendo diretamente com as escolas. Procurou a direção da escola e o coordenador pedagógico e fomos fazendo, isso com relação ao projeto Escola da Rua. Com o Colégio Alves Cruz, que é a escola que nós escolhemos para iniciar uma intervenção mais sistemática, para 2001 vamos ter um plano de trabalho juntos, vamos ter avaliação, por enquanto ficou uma coisa da gente com a direção da escola.

13. Que potencialidade observa no trabalho realizado dentro da escola? Quais as dificuldades?

R: Trabalho de arte é um trabalho que tem a maior potencialidade dentro da escola. Acho que o que buscamos é caminho, estratégias de como fazer, já fizemos algumas tentativas e conseguimos alguns resultados super positivos, mas eu acho que é o grande foco e a grande saída para o país para repensar a Educação. Dá para trabalhar a transdisciplinaridade, dá para envolver professores de diversas áreas, a questão da confecção de um azulejo dá para ter aula de química, de física, de matemática, de história, de história da arte..., seria um jeito de pensar um novo funcionamento da escola e trabalhar por tema e por projeto. Acho que é a grande saída, é lógico que a gente faz uma coisa ainda pequena, experimental, um laboratório, mas eu acho que dá para construir uma coisa nova.

14. Quais são os benefícios de realizar essa /s atividade /s fora do âmbito escolar? Quais as dificuldades?

R: Benefícios: consegue sair fora do negativismo que está incrustado dentro da escola pública. Daí se consegue um espaço refúgio onde o aluno não é tido como o problema, o aluno não é a pessoa que não aprende, o aluno não é o que incomoda, os professores e a direção, se acompanham o nosso trabalho, acompanham num outro espaço, num outro contexto que não é o contexto deles e eu acho isso uma grande vantagem. A grande desvantagem é que a gente consegue interferir na escola através do aluno e a gente precisa descobrir um canal para intervir na escola direto com os professores e com a direção. Fazer isso de dentro da escola é muito difícil. Todas as experiências que a gente tentou fazer do mesmo jeito que a gente trabalha aqui, dentro da escola a nossa atividade virou uma atividade obrigatória, os professores vêm com uma postura de desqualificar os meninos, de colocar disciplina, prêmio, toda aquelas coisas da escola tradicional são contaminadas e contaminam o nosso projeto.

15. Na experiência da sua entidade, as escolas têm sido favoráveis ao desenvolvimento de parcerias? Por quê?

R: Muito, muito favoráveis no sentido de parcerias pontuais como essa dos 100 Muros e que ela tem um produto, isso da escola pública, desde que esse produto e essa parceria não interfiram na forma de funcionamento da escola. Com relação às escolas particulares uma grande ansiedade e principalmente por fazer um trabalho junto com a escola pública, junto com uma população diferente, com conotação social, com uma conotação comunitária...

16. Na experiência da sua entidade, a Secretaria de Educação local tem sido favorável ao desenvolvimento de parcerias com escolas? Por quê?

R: Tem. Não na minha experiência pessoal, mas no que eu vejo nos jornais e no acompanhamento. Diria que a Secretaria Estadual de Educação tem essa abertura para as atividades de fim de semana. Eu não acompanhei isso muito de perto não posso dar uma opinião, mas acho que é uma abertura é um jeito e de outro lado acho que a Secretaria ainda tem um diálogo muito autoritário com a sociedade, com o corpo docente e discente. (perguntei: E a municipal? R: nada, não sei dizer).

d) Informações sobre ONGs e escola pública

17. Parece uma obviedade afirmar que a escola pública encontra-se em crise. Segundo sua opinião, quais são as características mais marcadas dessa crise?

R: Acho que é o modelo educacional mesmo. Acho que a escola que está aí, tanto pública quanto privada, esse modelo de escola fechada dentro de quatro paredes e que diz que a educação é aquele “formalzinho” que a gente aprende ali dentro, está falido e isso fica mais gritante na escola pública. Precisamos repensar o que é Educação, que a Educação está além dos muros e é por isso que o projeto chama C. E. A. que é pensar que a cidade toda é educante. Pensar que podemos ter um idoso numa praça contando uma história, pensar que podemos ter um marceneiro ali que pode ensinar coisas, pensar a escola para fora dos muros.

18. Existem responsáveis dessa crise? (Se a resposta é “sim”: quem são? poderia estabelecer uma hierarquia de responsáveis dessa crise?).

R: Acho que existem. A falência da escola pública vem dos governantes e dessa coisa que a gente tem de que recursos humanos na Educação quase não tem importância nenhuma, se gasta com construção de escola e outras e menos com quem pode educar que é o professor. Esse modelo é falido mesmo. A escola não é isso, a Educação não é isso. Precisamos repensar.

19. Muitas vezes se afirma que as parcerias entre ONGs e escolas poderiam ser uma solução a essa crise...

R: Eu acho difícil, as ONGs têm um papel de poder experimentar outros modelo, de fazer as coisas extramuros. A gente sempre brinca: o projeto sem muros é uma coisa de quem não tem muros, é uma cidade sem muros. Podemos ter atividades ligadas a escola, mas eu ainda acho que a escola é uma responsabilidade do poder público, esse modelo não seremos nós, as ONGs, que iremos resolver e o Estado tem sua tarefa e tem que abrir seus muros.

20. Que tendências poderia visualizar no futuro em matéria de parcerias ONGs -Escola?

R: Que as escolas pudessem ter mais autonomia, que tenha essa diretriz geral, que tenha uma política pública estabelecida e para que eles possam em cada comunidade estar olhando para o que é mais parecido com a lei e com o poder local, de estar aberto à comunidade e que nós cidadãos possamos fazer o que puder fazer dentro de uma regra e de uma política pública, não é qualquer um que chega lá que pode fazer alguma coisa, tem o que vai contribuir, e acho que tem outras ONGs, de estudo, de laboratório e de pesquisa que podem estar criando modelos. E que esses modelos podem estar servindo para políticas públicas.

ENTREVISTA 07

Data: 09/01/01

Entrevistado: Diretor Presidente

a) Informações Básicas

1. Ano de fundação: 1919

2. Áreas de atuação: até 1992 – Profissionalizante com cursos variados e escola (particular) até 8ª série e de 92 em diante fechou a escola particular e funciona o projeto de atendimento especificamente social.

3. Âmbito de atuação: Municipal

4. Fonte dos recursos: Nacional. Convênio com a Prefeitura e com o Estado e temos doações de pessoas físicas e jurídicas

5. Como caracterizaria o público alvo das atividades desenvolvidas pela entidade?

R: De 7 a 14 anos – uma absoluta carência econômica, afetiva e cultural. Proveniente de cortiços e favelas

De 14 a 18 anos – jovens, cuja situação familiar é diferenciada dos de 7 a 14. Pré e adolescente, encaminhando para a fase da juventude que já tem outra mentalidade e também outra situação familiar. Mas são carentes, apesar deles não gostarem dessa palavra.

b) Informações sobre as atividades educacionais

6. Poderia definir o perfil profissional dos funcionários alocados aos projetos educacionais? (formação, grau de escolarização, etc.).

R: Aqui a obra prioriza o educador que tenha uma formação específica para a área. No caso profissionalizante, obviamente que vou ter para um curso de mecânica um profissional que entenda de mecânica e a obra até auxilia de uma forma prioritária, que o próprio profissional que trabalha na área específica, procure cursos específicos de reciclagem e a gente financia de 30% a 50% do custo dessa reciclagem. No aspecto, por exemplo, do Centro de Juventude, que a criança é de 7 a 14 anos, que é o acompanhamento escolar, 80% dos educadores têm Pedagogia, alguns com pós-graduação e outros fazem mestrado e a obra também nesse aspecto prioriza todos os funcionários, inclusive aquele que trabalha na portaria ou presta o serviço de limpeza, se ele não tem prosseguido o estudo por causa da parte econômica, a gente possibilita um auxílio para que ele se capacite. A preocupação nossa é justamente essa: todo mês, na última sexta-feira do mês, nós temos uma reunião, que é uma reunião de avaliação do trabalho, uma reunião de formação. A gente traz profissionais competentes, de fora, para trabalhar a parte didática, de pedagogia, de psicologia do adolescente e do pré-adolescente e do menino de rua, como trabalhar com drogados. Cada sexta-feira temos um dia inteiro de formação do próprio profissional. É um dia em que a cozinha não funciona e a limpeza do colégio não funciona, por que desde o porteiro até o diretor, todo mundo está envolvido na reciclagem, na formação, na capacitação de si mesmo para poder trabalhar com o jovem.

7. Projetos desenvolvidos (em curso):

7.1 Objetivo dos projetos:

Cursos Profissionalizantes: Transmitir os conceitos básicos de cada área, oferecer condições para o exercício da cidadania, desenvolvimento da auto-estima, da criatividade, da comunicação interpessoal e da postura profissional.

Centro de Juventude – CJ: Promove o desenvolvimento pessoal e a integração entre fé e vida para a formação de um cidadão mais atuante na sociedade.

Casa Dom Bosco: Acolhe crianças e jovens em situação de rua, oferece carinho e apoio para a descoberta de novos rumos. Busca através de uma educação pedagógica informal despertar nesses jovens a sociabilização e responsabilidade necessárias para a reintegração social e familiar.

Casas de Passagem e Convivência Dom Bosco: Oferecem moradia temporária, acesso ao lazer, cultura, educação e profissionalização visando a reintegração de crianças e jovens à vida familiar e social.

Balcão de Empregos: Encaminhar os jovens que passam pelos cursos profissionalizantes à empresas de diversas áreas e oferecer orientação sobre temas voltados às exigências do mercado de trabalho.

Pastoral: Busca a valorização da auto-estima e do inter relacionamento

Atendimento Odontológico: Visa à orientação, prevenção e tratamento da saúde bucal.

Atendimento às Famílias: promove melhores condições de vida aos seus assistidos, visando ao crescimento e à autonomia emocional, social e material.

Assessorias: Comunicação: visa a promover a integração entre os diversos setores da obra, manter um canal de informação com a sociedade e um estreito contato com os veículos de comunicação; Educação Física: busca atender às necessidades físicas e psicológicas das crianças do CJ; Psicomotricidade: a busca da integração entre o pensar, o sentir e o fazer, voltada às crianças com dificuldade de aprendizagem e /ou desenvolvimento motor que freqüentam o CJ.

Clube Dom Bosco: centro de animação e formação para jovens, onde existem alternativas de cultura e lazer capazes de preencher a falta de atividades recreativas e formativas para jovens de diferentes faixas etárias.

Adote uma Criança: a campanha visa a obter apoio de pessoas físicas e jurídicas com quantias relativas às possibilidades de cada um para reverter todos os capitais arrecadados em material a ser utilizado para centenas de crianças e jovens.

7.2 Origem da atividade (quem demanda ou demandou):

R: Procura é muito grande. No curso profissionalizante tivemos a formatura de 230 pessoas e tinha 850 inscritos, fazendo o vestibulinho. O CJ, que agora a Prefeitura... a atividade da Prefeitura é mudar nome de projeto só, agora, fazer o projeto caminhar é muito difícil. Então, entra um novo secretário e muda o nome, muda o secretário e muda o nome, mas traçar uma linha de onde caminhar o projeto e como deve ser é muito difícil. Nós temos o nosso projeto educativo que estabelece o que deve ser desenvolvido, como deve ser trabalhado cada projeto, qual é o objetivo principal e os objetivos específicos à ser alcançado em cada semestre, em cada ano, em cada atividade e em cada projeto. O CJ é um projeto que funciona durante o ano, não é por semestre. A criança que está na 4ª série, a mãe vem e deixa o filho de manhã conosco. De manhã ele tem o acompanhamento escolar que é o antigo reforço escolar, e, tu sabes muito bem qual é a qualidade da nossa educação, sem menosprezar os professores, mas, muito deficitária, então a professora que tem pedagogia e muitos que fizeram o magistério e agora fizeram pedagogia, trabalham essa parte do reforço, reforçar aquilo que foi passado pelo professor na sala de aula da escola e aqui são feitos os deveres e a nossa educadora reapresenta novamente a matéria, explica, ensina, ajuda a fazer os exercícios e acrescenta outras atividades para tornar aquilo que ele aprendeu na sala de aula mais claro. Esse é um projeto de ano inteiro. Tem crianças que entram aqui na 4ª série e saem no colegial. Eles tomam café, almoçam e depois vão para a escola. No final da tarde a mãe passa na escola e leva o filho para casa.

7.3Âmbito onde se desenvolvem as atividades (no próprio âmbito escolar ou fora dele; se realizadas fora do âmbito escolar: **onde?**):

R: Tudo acontece aqui mesmo.

c) Informações sobre as parcerias

8. Como caracterizaria o vínculo estabelecido com as escolas?

R: Temos tido muita preocupação disso, temos procurado diretores, mas é muito difícil, é muito difícil. Por parte dos diretores, não todos, eles acham que é uma ingerência uma interferência da obra social na escola. Não vou dizer que “você vai lá conversar com uma diretora, ela vai te dizer assim: -” escuta você manda lá no teu pedaço e aqui quem cuida sou eu “. A gente tem procurado para mostrar que existem falhas, que aquilo que é passado para as crianças em sala de aula não é aquilo que a reflexão pedagógica atual tem colocado para a sociedade e então têm muitos professores defasados. A criança vai lá e diz: A minha professora não ensinou desse jeito e como é que a senhora está me ensinando de um jeito diferente? Por quê? Porque a preocupação nossa é acompanhar aquilo que é a reflexão pedagógica da atualidade. Não vou dizer que é na sua maioria, mas tem muito disso. Então, a gente vai tentar conversar com a diretora, tentar uma aproximação, mas é muito difícil.

9. Que dificuldades costumam apresentar-se na parceria entre sua entidade e as escolas?

R: Quando você quer sentar para conversar com um grupo de três professores, eles não têm tempo. Ele dá quatro aulas nessa escola e sai correndo para dar mais quatro em outra escola então, não tem tempo. Se você vai convocar para uma reunião no final de semana para conversar e debater um pouquinho esse assunto eles não vão querer vir, não vêm. Final de semana é para corrigir tarefa, limpeza da casa, feira no sábado e tudo mais. Você não consegue e dentro do horário da escola, a escola não libera. Então temos conversado com a diretora, feito propostas e tudo mais. Esse ano, nós produzimos aqui na nossa obra, quinzenalmente, a Folhinha Pedagógica que é uma tentativa de fazer os nossos educadores acompanharem as mudanças, a reflexão pedagógica da atualidade, aquilo que realmente “está na crista da onda” ou seja, aquilo que é atualidade. Nossa intenção é justamente fazer umas 10 cópias dessa reflexão que a gente faz quinzenalmente e mandar para cada escola, então, se a diretora colocar no quadro mural ou na sala dos professores, talvez seja uma forma de conseguir uma aproximação e interesse do pessoal, atualização em certas coisas. É muito difícil a aproximação

10. Que fatores facilitam esse vínculo?

R: Que facilitaria, seria se a gente pudesse ter duas vezes por semestre uma reunião e o governo precisaria criar isso, a prefeitura. Aquilo que hoje em dia está em voga, que é a palavra do momento: criar uma atividade de rede, mas como é que pode criar uma atividade de rede sem ter reunião, não se conversa, não se sabe. Você é diretor de uma escola e cuida de 1.500 crianças e eu cuido de 1.000, se numa tentativa de caminharmos juntos, de fazer com que o trabalho seja

integrado eu continuo jogando a minha semente aqui e você continua jogando lá, não há integração. Então, se houvesse uma oportunidade onde a gente sentasse, que fosse só duas horas, no início de fevereiro e em julho, para avaliar, ver o que programamos o que tentamos caminhar juntos e realizar juntos conjuntamente as atividades pedagógicas, o que podemos realizar realmente juntos para o bem de toda a criançada seria muito bom, mas, precisa caminhar inclusive com os próprios órgãos públicos do sistema e é muito difícil. Aí seria um trabalho em rede, aquilo que você realiza lá na escola – escola e eu como órgão social – eu sou um complemento daquilo que você realiza, como é que eu posso complementar se não há integração entre nós. É a preocupação que a gente fala com os diretores e tudo mais, mas todo mundo diz – é muito difícil, não dá, meu pessoal não aceita não quer saber. Está restrito somente aquilo que é programado no currículo escolar, programação de calendário, tem que ter licença da Secretaria da Educação, Delegacia de Ensino.

11. Que tipo de vínculo se estabelece entre sua entidade e a Secretaria de Educação local?

R: Nenhum.

Intervenção do entrevistador: :Parou e então recoloquei a fala: Não tem acordo?

R: Nunca tivemos visitas deles. Nosso trabalho não tem nada a ver com aquilo que especificamente se diz que é atividade da Secretaria da Educação. Se você vai conversar e eles dizem: é obra social, isso depende da Secretaria de Assistência Social e não da Secretaria da Educação. Vocês são parceiros da Secretaria de Assistência, não são parceiros da Secretaria da Educação, vocês tem convênio com eles. Funciona em nível de convênios.

12. Existem canais formais de planejamento e /ou avaliação dos projetos junto à Secretaria de Educação local (estadual e /ou municipal)? Em que consistem?

R: Secretaria da Educação não.

13. Que potencialidade observa no trabalho realizado dentro da escola? Quais as dificuldades?

R: as atividades que desenvolvem acontecem dentro do espaço do Instituto.

14. Quais são os benefícios de realizar essa /s atividade /s fora do âmbito escolar? Quais as dificuldades?

R: (fiz a pergunta com mais uma colocação: existe alguma potencialidade do que vocês realizam aqui e que acaba refletindo na escola, o que vocês percebem?) R: Muita. Na escola, família e no convívio com os outros. O nosso ambiente é um ambiente onde o jovem de 14 a 18 não pode fumar. Não é por que a gente está bitolado contra o fumo, mas se a gente trabalha com eles a questão de valores, o valor da vida, por que eu tenho que entregar a minha vida a droga, ao fumo que é uma droga, a bebida e tudo mais. Então, aqui é um ambiente de muito respeito, amizade, um ambiente onde tem esportes, mas a gente não admite brigas, com isso a pessoa passa seis meses exercitando o próprio domínio e isso para o jovem é uma grande mudança e existe por parte da criança também uma grande mudança. A gente trabalha os valores fundamentais: respeito à vida, respeito ao outro, respeito ao meio ambiente, respeito à vida em si na sua totalidade.

A maior das dificuldades é o acompanhamento da família, 90% são provenientes ou vivem numa situação familiar esfacelada. Não tem pai, não tem mãe, a mãe vive com o padrasto, vive com outro amigo e esse amigo não gosta, bate neles, violência sexual muito forte, muitos jovens que são violentados sexualmente pelo padrasto, essas situações. É muito difícil. Nós realizamos um trabalho interativo com as famílias e obrigatoriamente os pais têm que participar das reuniões de dois em dois meses, mas intercaladamente nesses dois meses a gente propõe uma reunião que não é obrigatória, vem quem quer, quem realmente está disposto a se capacitar como pai e como mãe, para trabalhar melhor com próprio filho e aí a gente traz profissionais: médico, psicopedagogo, psicólogo... para poder trabalhar o relacionamento pais e filhos, a questão das drogas. No outro dia nós fizemos a reunião sobre drogas e tinha mais de 800 pais. Nós ficamos bobos de ver como os pais têm uma sede de saber como enfrentar isso com o próprio filho

15. Na experiência da sua entidade, as escolas têm sido favoráveis ao desenvolvimento de parcerias? Por quê?

R: É muito difícil te responder se a gente tem uma ligação mínima com a escola, nunca teve uma diretora que saiu da escola e que veio aqui para saber, o que a gente tem é dificuldade. A gente trabalha com o menino aqui com o maior esforço de poder conservá-lo aqui dentro. Para muitas escolas e muitos diretores o mais fácil é se livrar do problema, chamou a atenção do menino uma vez, duas, três na quarta vez expulsa, manda pra rua e a gente está trabalhando para tirar o menino da rua... e também não temos tido objeção por parte das escolas. Aqui a gente atinge muitas escolas pelo fato de estarmos numa posição muito central de São Paulo, a facilidade dos meios de transporte, nós temos gente de Rio Grande da Serra, Carapicuíba, Guaianazes, Itaim Paulista, São Caetano do Sul, São Bernardo, Santo André, Perus, Caieiras, Paranapiacaba da Serra, por causa do trem. Então são jovens que levantam 4h da manhã, pegam o primeiro trem para estarem aqui às 6h30 por que aqui começa tudo às 7h. Dos pequenos tem gente também dos bairros mais próximos: Itaquera, Jabaquara, Vila Mariana, aqui do próprio centro onde tem muitos cortiços, toda região, 80% são daqui da região, mas tem muitas crianças que vêm da Freguesia do Ó, do Imirim, Lauzane Paulista, são os bairros mais próximos.

d) Informações sobre ONGs e escola pública

17. Parece uma obviedade afirmar que a escola pública encontra-se em crise. Segundo sua opinião, quais são as características mais marcadas dessa crise?

R: Precisa dizer depois de tudo o que eu falei?

Intervenção do entrevistador: Respondi: acho que não. Mesmo assim fiquei aguardando uma resposta, acreditando que ele iria colocar algo novo que ainda não havia dito.)

R: é muito..., a gente vê em muitas escolas pessoas apaixonadas pela educação, que vê como uma missão mesmo e tem aqueles que vêem só como um trabalho e é muito diferente. O trabalho você executa quando você trabalha com uma máquina e você produz parafusos, missão é quando você trabalha com o coração, trabalha com a pessoa e Educação é um trabalho de coração. Você trabalha o coração da criança, do jovem e tendo sempre consciência que o conhecimento não é só passar conteúdos, mas é criar um aprendizado de vida porque a vida acaba ensinando a pessoa, seu testemunho e o amor por aquilo que você faz cativa muito do que fazer por fazer.

18. Existem responsáveis dessa crise? (Se a resposta é "sim": quem são? Poderia estabelecer uma hierarquia de responsáveis dessa crise?).

R: Existem né, acho que, de uma certa forma o fator econômico, num outro aspecto a falta de investimento na capacitação dos próprios professores e programas que o próprio Estado desvia tanto dinheiro para outras coisas, mas não existe a preocupação de investir na educação. Então, é uma máquina muito complicada, existe o desvio para cá e para lá e não existe o investimento para aquilo que é essencial.

19. Muitas vezes se afirma que as parcerias entre ONGs e escolas poderiam ser uma solução a essa crise...

R: É, isso que eu te disse lá atrás, lembra de que eu te falei daquele exemplo se você é diretora de uma escola e eu de uma instituição, se houvesse integração entre o trabalho que você desenvolve e o trabalho que eu desenvolvo, porque o meu trabalho é uma continuidade daquilo que você faz, então, num certo aspecto o meu trabalho vai ajudar muito o seu e o seu vai ajudar imensamente o meu. Porque o nosso trabalho não é escola normal, é um trabalho para resgatar a dignidade de vida da criança que vive na rua e como é que eu vou dar à ele dignidade se ele não tem educação, então para freqüentar a obra ele tem que necessariamente estar matriculado numa escola. Então eu vou exigir do pai e da mãe que para eu poder fazer a matrícula dele e freqüentar aqui e aqui ele recebe o café da manhã, ele recebe o almoço e recebe o café da tarde, para a mãe é uma grande solução porque ela não gasta com comida, mas não é só isso que eu quero. O que eu quero é que ele cresça e seja alguém na vida e para ele ser alguém na vida ele tem que estudar, tem que ter educação, então obriga que a mãe vá e procure uma escola pro filho, faça com que ele freqüente a escola e aqui passa a ser um complemento daquilo que ele aprende na escola.

20. Que tendências poderia visualizar no futuro em matéria de parcerias ONGs -Escola?

R: é difícil de responder, pela nossa realidade aqui, eu não sei se é pelo fato de ser realidade de capital, de grande centro urbano, de muita agitação, que é diferente por exemplo de você organizar uma ONG numa cidadezinha do interior, onde você tem a integração das pessoas, muita empatia, aqui é muito egoísmo, cada um salva o seu pão e dane-se o resto. Sinceramente eu não saberia te dizer mas, apesar de tudo, sempre tenho comigo a esperança de isso mudar amanhã ou depois.

ENTREVISTA 08

Data: 09/01/01

Entrevistado: Coordenadora Executiva

a) Informações Básicas

1. Ano de fundação: 30 de abril de 1988.
2. Áreas de atuação: Direitos Humanos, Saúde, Comunicação, Capacitação e Profissionalização, Educação e Formação para a Cidadania.
3. Âmbito de atuação: raio de atuação nacional e internacional.
4. Fonte dos recursos: Nacional e Internacional. Público e Privado. Agências da Cooperação Internacional e Órgãos Governamentais, fundamentalmente: Fundação Ford, Ministério da Justiça, Ministério da Cultura, Fundação Bankboston, Lebstroux.
5. Como caracterizaria o público alvo das atividades desenvolvidas pela entidade?

R: Trabalhamos para a comunidade negra, mulheres em particular e jovens negros.

b) Informações específicas (atividades educacionais)

6. Poderia definir o perfil profissional dos funcionários alocados aos projetos educacionais? (formação, grau de escolarização, etc.).

R: Escolaridade mínima é o segundo grau completo, mas as coordenadoras têm nível universitário. Temos uma Historiadora, uma Assistente Social e vamos Contratar uma Orientadora Educacional.

7. Projetos desenvolvidos (em curso):

7.1 Objetivo dos projetos:

Geração 21 – projeto de ação afirmativa na área da educação. Tem como alvo a escola. É um projeto que oferece suplementação escolar, que hoje está investindo na formação de 21 jovens até a conclusão do nível universitário e que quer criar um precedente de projetos que não são afirmativos para a sociedade. Formar 21 lideranças negras e permitir que 21 jovens negros que apresentam vocação para os estudos, amor pela aquisição de conhecimento, que eles possam desenvolver plenamente as suas potencialidades e se formarem na carreira que escolherem e possam receber uma educação, que eles, pela condição de vida que têm, não teriam condições, então eles estão tendo acesso a um ensino de excelência. As suas famílias estão sendo ajudadas para mantê-los estudando, não precisar do trabalho deles, então, a expectativa é que se formem 21 líderes negros, qualificados que possam vir a contribuir no futuro para o avanço da sua comunidade. Mais, há um objetivo político mais imediato que é o de sensibilizar a sociedade, outras empresas, o governo para o desenvolvimento de políticas de ação afirmativa, políticas de inclusão no sentido do reconhecimento de que as crianças e os jovens negros têm um acesso diferenciado, no sentido negativo à esses bens e que precisam de políticas específicas para que possam efetivamente serem incluídos. Então, tem um objetivo também político de criar experiências modelo para políticas públicas também mais amplas de programas de promoção da igualdade de oportunidades para negros e brancos.

PLPs – Promotoras Legais Populares, projeto de formação de lideranças comunitárias para o exercício da cidadania. Instrumentalizar as lideranças comunitárias para atuarem como agentes da cidadania das suas comunidades, para serem as mediadoras entre as necessidades das suas comunidades e o poder público a partir do conhecimento dos seus direitos, da multiplicação desse conhecimento junto à sua comunidade e da sua intervenção concreta de pressão e de exigência da observância desses direitos frente aos poderes instituídos pela sociedade.

Rapeis – projeto Rapeis no seu bairro, voltado para a juventude negra que busca através da música e de oficinas sobre a história da música negra, sobre sexualidade e saúde, sobre relações raciais, sobre direitos individuais e coletivos constitucionalmente assegurados, busca conscientizar a juventude negra em relação aos processos de exclusão que ela se acha submetida e ao mesmo tempo oferecer a organização política através da música, através do movimento hip hop, através do debate oferecer alternativas à marginalização em que eles estão sendo vulneráveis.

7.2 Origem da atividade (quem demanda ou demandou):

R: Muitas vezes a própria comunidade demanda porque a nossa população é muito carente. A gente começou o projeto Rapeis que não tinha a pretensão de enveredar para área de capacitação, era um projeto que tinha uma vocação para a capacitação política mas a gente trouxe para dentro da organização um conjunto de jovens sem perspectivas de

nenhuma ordem, que nos inspirou a estruturar o projeto BRIO (que atualmente está parado aguardando recursos), que é um projeto de capacitação e profissionalização, que é uma coisa que veio deles. O se ampliou nas suas possibilidades e a gente reconheceu, por exemplo, que muitas das mulheres, mães dos jovens com os quais a gente trabalha, percebemos que tem uma concentração muito grande de população negra na área da saúde. Então como aparece a demanda, a gente identificou que um grande percentual da nossa população está no serviço público na área da saúde, que muitas das mulheres negras que atuam na área da saúde, parentes desses jovens, estavam na categoria de atendente de enfermagem, uma categoria que desapareceu e o primeiro nível da carreira agora é auxiliar de enfermagem e essas pessoas precisavam e não tinham como ter acesso a um curso que lhes credenciassem para o exercício da profissão, então esse é um curso que a gente vem oferecendo para atender a demanda de pessoas cuja carreira inicial foi excluída e que o inicial agora é essa e que estão sem perspectivas, e que são pessoas que têm uma larga experiência de 10 e 15 anos na área e que correm o risco de não poder trabalhar pois não têm o certificado de auxiliar de enfermagem então a gente vai tentar atender essa necessidade. Nós temos um serviço jurídico e uma parte dele se chama SOS racismo e o outro é o atendimento específico em situação de violência, nós oferecemos assistência legal e psicossocial, muitas delas fazem parte do grupo de Promotoras Legais Populares ou seja o processo de enfrentamento da questão da violência que elas sofrem as motivam para passar à uma outra situação de se transformar em agente beneficiador de outras mulheres que vivem em situações semelhantes, uma grande parte é aluna do curso de Promotoras Legais Populares. As Promotoras têm um enfoque muito especial sobre essa questão da violência doméstica, da violência familiar. Então a demanda surge um pouco dessa maneira.

7.3. Âmbito onde se desenvolvem as atividades (no próprio âmbito escolar ou fora dele; se realizadas fora do âmbito escolar: **onde?**):

R: Fora fundamentalmente. Nós organizamos espaços próprios de formação. O geração 21 acontece nas dependências da Fundação Bankboston, a Fundação é a patrocinadora desse projeto, então, o curso ocorre lá dentro do espaço cedido pela Fundação e lá também são organizados cursos para professores. As promotoras legais a gente organiza espaço próprio, em geral a gente usa salas de hotéis para desenvolver as atividades, palestras oficinas. E tem toda uma demanda que as escolas trazem para a organização. A organização tem muita presença, particularmente o projeto Rappers tem muita demanda, em especial em épocas em que a questão racial costuma ser debatida na sociedade – 13 de maio, novembro, esses momentos. Há alguns anos atrás a gente chegou a integrar um grupo da Secretaria da Educação – FDE, rapazes do projeto Rappers chegaram a integrar esses grupos.

c) Informações sobre as parcerias

8. Como caracterizaria o vínculo estabelecido com as escolas?

R: Nós não temos um vínculo institucionalizado, não temos uma relação sistemática, a gente exerce muito mais uma influência mas, em relação à esses temas, fora o Projeto Geração 21 que tem uma relação orgânica com as escolas em que os alunos estão e aí o ideal seria que você pudesse conversar com a coordenadora desse projeto pois ela tem uma opinião mais qualificada do que eu. Esse é o único projeto que tem com relação direta com as escolas, os outros projetos a gente tem relação com escolas profissionalizantes, eu nem sei o que você está chamando de escola aí, mas por exemplo as outras são parcerias com FATEC, SENAC e SENAI, eu acho que aí o interessante é que a gente chama a atenção porque quando a gente chega nessas instituições e leva um projeto específico para pessoas negras a gente abre um debate, um debate muito complexo porque o máximo que a sociedade brasileira consegue fazer é constatar que existe desigualdade no acesso e que existe discriminação mas ela não tem política para lidar com isso, ela não tem projeto, programas para lidar com isso. Se existe inclusão como faz para incluir, então, o que a gente leva sempre é um desafio para as pessoas terem que enfrentar o seguinte que nós estamos trazendo propostas de oferecer para pessoas que não podem, isso.

9. Que dificuldades costumam apresentar-se na parceria entre sua entidade e as escolas?

R: Não tem parcerias

10. Que fatores facilitam esse vínculo?

R: Não tem vínculo em parcerias. A relação de apresentação de trabalhos de interesse e chamados pela escola, é boa.

11. Que tipo de vínculo se estabelece entre sua entidade e a Secretaria de Educação local?

R: Não tem nenhum, atualmente.

12. Existem canais formais de planejamento e /ou avaliação dos projetos junto à Secretaria de Educação local (estadual e /ou municipal)? Em que consistem?

R: Não existem pois não são parceiros no momento e nunca existiram.

13. Que potencialidade observa no trabalho realizado dentro da escola? Quais as dificuldades?

Os projetos não acontecem dentro da escola, embora se relacionem com as escolas onde costumam desenvolver algumas atividades quando são solicitados.

14. Quais são os benefícios de realizar essa /s atividade /s fora do âmbito escolar? Quais as dificuldades?

R: O que na verdade essas atividades fazem é oferecer coisas para as pessoas, conhecimentos, instrumentos, que a escola formal não oferece. Eu acho por exemplo que uma cadeira de Direitos Humanos deveria ser obrigatória desde a Pré-Escola até a conclusão do nível Universitário, alguns temas deveriam fazer parte intrínseca da formação dos alunos, por exemplo: tudo que a temática dos Direitos Humanos envolve e no entanto as pessoas não aprendem isso nas escolas, são as ONGs que proliferam, em geral e na maioria das vezes são as ONGs que proliferam esse tipo de conhecimento. A questão ambiental deveria ser parte integrante de currículos, só recentemente que você tem a introdução desses temas da pluralidade cultural, você tem introduzido no currículo pelo MEC mas parece que ainda não estão sendo suficientemente apropriados pelos professores da rede pública, os Temas Transversais, não sei não acompanho bem, mas pelo que ouço me parece que não está presente no cotidiano da escola a abordagem por exemplo da diversidade, do caráter multicultural e multiracial da sociedade brasileira, quer dizer, elementos que são estruturais na nossa formação e que deveriam ser objetos de ações. Os alunos deveriam ter o direito de se apropriarem dessa visão para poderem desenvolver uma perspectiva de tolerância em relação a diversidade, de aceitação das diferenças e tudo mais. Então eu acredito que as ONGs trabalham muito numa perspectiva educacional de complementar ou até revolucionar uma ótica eurocêntrica e excludente que as escolas em geral têm.

15. Na experiência da sua entidade, as escolas têm sido favoráveis ao desenvolvimento de parcerias? Por quê?

R: As escolas são tão carentes. A gente tem uma experiência maior, as escolas não estabelecem uma relação de parceria, elas procuram, porque elas não têm uma política institucional de lidar com temas por exemplo os que a entidade lida, cotidianamente, isso que eu estou falando, não tem uma política, então ela opera de uma maneira circunstancial, que dizer, é evidente que ONGs cuja missão institucional é a questão da educação e intervenção direta nas escolas, deve ter uma outra dinâmica, mas ONGs com as nossas características que têm muito a vocação por uma educação para a cidadania, pelo respeito à diferença, por uma verdadeira inclusão social dos grupos raciais não dominantes e não hegemônicos, não são temas prioritários para as escolas, então ela estabelece uma relação circunstancial, determinada pelas datas históricas, ela não tem uma coisa sistemática em relação à essas questões. Acredito que ela funciona um pouco assim: dia 10 de dezembro é o dia dos Direitos Humanos e aí convida alguém de alguma ONG que tem essa temática e que vai lá. Em geral a demanda é da universidade, a escola tem essa característica não é uma coisa sistemática, é uma coisa episódica.

16. Na experiência da sua entidade, a Secretaria de Educação local tem sido favorável ao desenvolvimento de parcerias com escolas? Por quê?

R: Eu acho que se ela é eu não conheço o suficiente para poder julgar, o que eu digo é: não se tem uma iniciativa da Secretaria. Eu não conheço, a minha instituição, por exemplo, não é convocada, acionada pela Secretaria nessa direção, eu acho que o mais provável é que se alguma questão dessa ordem se colocasse para a entidade a iniciativa seria nossa de procurar a Secretaria. Acho que a Secretaria não tem uma política de estabelecer parceria com as ONGs que estão trabalhando com essas temáticas de Direitos Humanos, essas temáticas ambientais e ela poderia potencializar muito uma abordagem multissetorial uma abordagem mais diversa mais condizente com os tempos que se vive, em que o conhecimento é uma coisa mais abrangente do que apenas o currículo escolar propriamente dito, então eu acho que não há vontade política ou há falta de iniciativa por parte da secretaria no sentido de se beneficiar e por consequência também beneficiar as escolas e fundamentalmente os alunos, das experiências que as ONGs vem desenvolvendo na área educacional.

e) Informações sobre ONGs e escola pública

17. Parece uma obviedade afirmar que a escola pública encontra-se em crise. Segundo sua opinião, quais são as características mais marcadas dessa crise?

R: Sucateamento da rede pública, eu acho que é uma das coisas mais terríveis. As reportagens que a gente assiste sobre as condições da escola são chocantes: não tem livro, não tem papel higiênico, os banheiros quebrados, os prédios depredados, as professoras e professores operando sem condições, a questão do controle das periferias, a questão do controle dos agentes anti-sociais sobre a escola ou a interferência com violência e da marginalidade sobre a escola me parece assustador.

18. Existem responsáveis dessa crise? (Se a resposta é "sim": quem são? poderia estabelecer uma hierarquia de responsáveis dessa crise?)

R: É sempre o estado e os governos, é claro que sim. Há uma visível, é evidente que o estado brasileiro sucumbiu às determinações do neoliberalismo, aplicou o receituário de acordo com as imposições de Washington, não tem política social, não tem política pública, deixa os equipamentos sociais ao abandono, eu acho que a responsabilidade do estado é essa ordem perversa e neoliberal que está aí.

19. Muitas vezes se afirma que as parcerias entre ONGs e escolas poderiam ser uma solução a essa crise...

R: Veja, eu não concordo com isso. Eu não concordo com isso e acho que não é papel das ONGs substituir as obrigações do Estado, o que eu acho é que as ONGs criam experiências modelos e experiências exemplares, experiências inovadoras originais que podem vir a ser objeto de políticas públicas universais e acho que essa seria a relação adequada, que descobertas que se fazem nessas experiências poderiam ser apropriadas e destinadas à uma maior população.

20. Que tendências poderia visualizar no futuro em matéria de parcerias ONGs - Escola?

R: Boas e estão crescendo muito. Acredito que tanto ONG quanto escola tem muito para construir e ensinar juntas.

ENTREVISTA 09

Data: 10/01/01

Entrevistado: Coordenadora Geral

a) Informações Básicas

1. Ano de fundação: 1992.
2. Áreas de atuação: Educação Ambiental, Cidadania e Recursos Naturais.
3. Âmbito de atuação: Nacional.
4. Fonte dos recursos: Nacional público e privado e Internacional público (Banco Mundial)
5. Como caracterizaria o público alvo das atividades desenvolvidas pela entidade?

R: Olha, a gente tem na verdade dois públicos alvos bem determinados: um que são comunidades que vivem em situação de risco e outro são lideranças comunitárias e de ONGs (capacitação). E agora começamos a ter um público de escolas e empresas. Temos também estudantes que nos consultam, entram no site e podem ler as nossas publicações.

b) Informações sobre as atividades educacionais

6. Poderia definir o perfil profissional dos funcionários alocados aos projetos educacionais? (formação, grau de escolarização, etc.).

R: Com exceção da nossa secretária e da recepcionista, todos os demais têm graduação superior, grande parte deles tem mestrado e a formação é multidisciplinar, dos nossos técnicos nós temos vários Engenheiros florestais e agrônomos, temos Cientistas Sociais, temos Jornalistas, temos Psicólogos, temos Pedagogos, é bem variado e é proposital. A gente acha que é essa multidisciplinaridade que faz a riqueza do trabalho.

7. Projetos desenvolvidos (em curso):

7.1 Objetivo dos projetos:

O Instituto tem um objetivo, uma missão, que é estar contribuindo para a melhoria de qualidade de vida nesse planeta e todos os projetos estão dentro dessa missão.

Programa de seqüestro de CO₂ (gás carbônico): Plantio de Árvores - a tônica do projeto é estar chamando atenção para a questão do aquecimento global, que é uma questão importante, a gente está usando a árvore, que a gente acha que é um chamamento, um vínculo, um emblema, um símbolo que as pessoas entendem mais facilmente, mas através dessa atividade o que a gente quer fazer é a educação ambiental. Conscientizar as pessoas para a problemática do aquecimento,

Desafio das águas 2: É um projeto super interessante, esse é o segundo. Nós fizemos o primeiro em 1999 e o segundo em 2000 e vamos encerrar em 2001, ele é um projeto que visa a dar repertório para participar, a população local participar do sub-comitê de Bacia. Os sub-comitê estão montados, são tripartites e no entanto a população não consegue participar pois não tem repertório ambiental. É um projeto de educação ambiental, voltado para a questão das águas e para capacitação da população.

Reposição Florestal: visa a povoar florestalmente o estado de São Paulo, visa a estar plantando florestas exóticas para corte para que as florestas nativas possam ser preservadas e ele faz educação ambiental junto aos pequenos proprietários etc.

Pantanal para Sempre: é um projeto que vai beneficiar as escolas e que nós estamos preparando o kit para os professores. São professores na sua grande maioria mal formados, pouco nível de instrução, são escolas no meio do Pantanal, sem ligações com o mundo externo, sem Internet, sem computadores, com pouquíssimos recursos, sem biblioteca sem nada, onde esses kits vão subsidiar a ação dos professores.

Parque de Corumbiara: - projeto com o Banco mundial – é para Gestão compartilhada de um parque e ele tem um objetivo muito claro que é fazer com que a população local se inter-relacione, se “adone”, tome posse desse parque que é um parque público, uma reserva, uma área de proteção e que a população não tomou conhecimento. Isso é educação ambiental, isso é formação de consciência cidadã, planetária etc.

Avaliando a Educação Ambiental no Brasil: O livro, Avaliando a Educação Ambiental no Brasil, que a gente já publicou o primeiro livro onde analisamos os materiais impressos, no nº 2 estamos analisando os materiais audiovisuais. É

para um público bem específico, que trabalha com a educação ambiental, para que eles tenham conhecimento da qualidade dos materiais que estão sendo feitos. Que educação ambiental é essa que está sendo feita nesse país.

7.2 Origem da atividade (quem demanda ou demandou):

Alguns são demandas de comunidades que nos procuram, outros são de empresas, alguns são nossos e alguns são demandas de governos, por exemplo o do Parque de Corumbiara a demanda é do governo com o Banco Mundial e nós ganhamos a licitação.

7.3 Âmbito onde se desenvolvem as atividades (no próprio âmbito escolar ou fora dele; se realizadas fora do âmbito escolar: **onde?**):

R: Alguns dentro da escola, mas, em sua maioria, acontecem fora, nas comunidades, centros e nas próprias empresas.

c) Informações sobre as parcerias

8. Como caracterizaria o vínculo estabelecido com as escolas?

R: Nós nunca estabelecemos um vínculo formal. O vínculo é sempre informal com as escolas, embora quando a gente vai trabalhar com a escola, manda ofício, faz reunião etc e tal mas, ele é um vínculo informal e que sempre está dependendo, no nosso caso pelo menos, da sensibilidade e da boa vontade daquela determinada diretora e daquele determinado professor. Não é uma coisa formalizada que a gente chega e tem portas abertas, sempre tem que fazer um trabalho de conquista daquela diretora ou daquele professor e conforme essa conquista é bem sucedida ou não, a gente tem portas abertas ou não e aí fica muito difícil quando a gente não tem boa vontade nesses diretores.

9. Que dificuldades costumam apresentar-se na parceria entre sua entidade e as escolas?

R: O que citei acima são as maiores dificuldades e também a falta de tempo que os diretores têm, que os professores têm. Eles alegam que não têm tempo, que tem a grade curricular já montada e que sai correndo de um lado pro outro, não tem sala, os alunos num...; Sabe eles não abrem as escolas fora do período de aula, é muito complicado, é muito complicado mesmo. Tem escolas que é quase impossível. Nesse último projeto que a gente tem lá na Billings a gente teve algumas escolas que os grupos de adolescentes que foram formados dentro da escola, a gente tinha que se reunir com eles fora da escola, porque não era viabilizado se reunir dentro da escola, coisa absurda.

10. Que fatores facilitam esse vínculo?

R: Eu acho que se houvesse uma disponibilidade da escola como um todo, de estar interagindo com as ONGs, de estar abrindo para atividades não formais, se isso fosse uma orientação mesmo da Secretaria da Educação, da Coordenadoria Pedagógica, das Diretorias e Delegacias de Ensino de que toda escola tem que se abrir eu acho que facilitaria. O que a gente percebe é que quando tem uma determinação superior a coisa anda mais rápido do que você ficar dependendo do humor de cada diretora ou da situação de cada escola, nem é do humor, é que as vezes o diretor tem problemas tremendos nas escolas. Às vezes tem brigas dos professores com o diretor e do diretor com o coordenador pedagógico, é muito complicada a situação.

11. Que tipo de vínculo se estabelece entre sua entidade e a Secretaria de Educação local?

R: Não tem, é uma coisa assim mais informal de mandar uma carta ou coisa desse tipo, para contar do projeto para a Secretaria de Educação, mas a gente nunca teve nenhum vínculo formal com a Secretaria, nunca teve nenhuma ajuda.

12. Existem canais formais de planejamento e /ou avaliação dos projetos junto à Secretaria de Educação local (estadual e /ou municipal)? Em que consistem?

R: Não, somente costumamos enviar uma carta apresentando o projeto.

13. Que potencialidade observa no trabalho realizado dentro da escola? Quais as dificuldades?

R: As potencialidades têm. A gente percebe que os alunos se mobilizam, eles gostam, é uma coisa diferente, eles se sentem mais estimulados para estar fazendo alguma coisa e alguns professores também. Alguns professores ficam muito felizes de estar participando. Então a gente sente que tem potencialidades. A dificuldade é que isso não vai pra frente, quer dizer, quando o projeto acaba a escola não leva isso pra frente. Nesse último projeto que a gente fez tinham vários grupos de alunos de várias escolas que queriam fazer um trabalho dentro da escola, limpeza da escola, de trabalho com o lixo que é produzido ali, de estar montando horta, de estar montando jardim, de estar plantando mas a dificuldade que a escola oferece "não aqui não pode, isso não pode, isso não tem" então, dificulta-se muito essa ação, não é que os alunos estão estimulados pelo projeto, a gente capacita e a escola faz, não, a escola grande parte das vezes não assume ou ela diz que assume mas não viabiliza meios para que sejam feitos e que são meios muito simples, não está pedindo nada de excepcional, você percebe que é mesmo uma falta de comprometimento.

14. Quais são os benefícios de realizar essa /s atividade /s fora do âmbito escolar? Quais as dificuldades?

R: A gente tem tido experiências muito boas de trabalhar com a comunidade, bem melhor que com a escola, porque, nas comunidades, a comunidade participa voluntariamente nesses projetos todos e se mobiliza mais, ela vai atrás de recursos, ela vai atrás das empresas da região, ela vai atrás dos órgãos públicos responsáveis por aquele determinado

tema que ela está desenvolvendo, ela se mobiliza muito mais. Em alguns casos ela consegue muitas coisas e a gente ajuda no que pode, até para conseguir financiamento. Normalmente é uma pena e a gente está pensando como solucionar, que a gente dentro dos projetos tenha verba para implementação dos projetos da comunidade, projetos que surgem ali e que às vezes barra nisso, as pessoas têm um projeto muito legal, viável e tudo e não consegue recurso para isso e a gente tenta ajudar a conseguir recurso mas é complicado. É muito mais viável fora da escola do que dentro, ao menos na nossa avaliação, pelo menos em relação ao que a gente tem feito.

15. Na experiência da sua entidade, as escolas têm sido favoráveis ao desenvolvimento de parcerias? Por quê?

R: Eu acho que não. Em tese algumas são, mas acho muito difícil. Os próprios alunos quando querem desenvolver as parcerias esbarram na burocracia da escola que precisa trezentas autorizações para qualquer coisa. Eu acho que a escola se coloca de uma forma muito burocrática, muito assim “ah! Eu gostaria mas eu não posso”, eu não entendo muito o que é que não pode, mas não pode.

16. Na experiência da sua entidade, a Secretaria de Educação local tem sido favorável ao desenvolvimento de parcerias com escolas? Por quê?

R: Acho que em tese também, mas eu também nunca vi nada de concreto. Eu não vejo uma atitude propositiva da Secretaria porque se houver, a gente teria muito mais facilidade de acessar as escolas do que a gente tem. Eu não vejo assim uma política ou como política da Secretaria abrir as escolas pra parcerias seja com empresas ou seja com ONGs e com a comunidade, eu não vejo isso como uma política formal da Secretaria.

d) Informações sobre ONGs e escola pública

17. Parece uma obviedade afirmar que a escola pública encontra-se em crise. Segundo sua opinião, quais são as características mais marcadas dessa crise?

R: Eu acho que essa crise é uma crise que está afetando a escola pública como afeta quase todas as outras coisas desse país e é uma crise que tem origem em muitas e muitas décadas, então fica difícil a gente dizer o motivo específico dessa crise. Agora, a escola vive uma crise de identidade, uma crise de não saber qual seu papel na comunidade, é uma crise também de que as mudanças estão aí muito rápido, a escola tradicional boa como ela é hoje já está em crise porque está se repensando todo o papel da escola, imagine uma escola sucateada, com o professor que ganha pouco, totalmente desmotivado, não comprometido com a causa educacional, não comprometido com o aluno, não comprometido com a comunidade, tem medo do aluno, tem medo do pai do aluno, tem medo de sair na rua, tem medo de abrir a escola, tem medo de deixar uma ONG entrar lá dentro, tem medo de tudo, aí fica muito complicado. Está totalmente equivocado, acho que tem que parar e começar do zero.

1. 18. Existem responsáveis dessa crise? (Se a resposta é “sim”: quem são? Poderia estabelecer uma hierarquia de responsáveis dessa crise?).

R: Acho que é o Sistema. Acho o Sistema extremamente cruel, que levou à isso, que levou ao sucateamento da educação, como levou ao sucateamento da medicina e mesmo toda essa falta de comprometimento do professor, assim como do médico, com o seu cliente direto no caso o aluno. Eu acho que as causas são muito profundas, são as causas de desestruturação do Brasil, da América Latina, do 3º mundo como um todo.

19. Muitas vezes se afirma que as parcerias entre ONGs e escolas poderiam ser uma solução a essa crise...

R: Não sei se é uma solução, mas eu acho que ajudaria muito. Como eu estava te contando, que a gente tem um projeto com a WWF no Pantanal, que é com as escolas, na verdade não é um projeto com as escolas, é um projeto que vai beneficiar as escolas e que nós estamos preparando o kit para os professores. Kits de Educação Ambiental com a temática pantaneira, para os professores das escolas do Pantanal. São professores na sua grande maioria mal formados, poucos níveis de instrução, são escolas no meio do Pantanal, sem ligações com o mundo externo, sem Internet, sem computadores, com pouquíssimos recursos, sem biblioteca sem nada, onde esses kits vão subsidiar a ação dos professores. São kits com vídeo, fita de áudio, livros bonitos com mapas e textos de educação ambiental e um guia de atividade ensinando como aplicar aquele material na realidade daquela escola, usando a linguagem que é a linguagem daquela escola, ou seja, um projeto que a escola dificilmente faria sozinha, pois é um projeto que envolve especialistas de educação ambiental, que envolve viagens, estudos, pesquisas em cima da região pantaneira. Primeiro que custa muito caro e também porque essas escolas não conseguem fazer sozinhas e que vão poder melhorar, e muito, o nível da sua relação com o aluno através disso. Eu sei de experiências assim no Brasil inteiro, então eu acho que as ONGs podiam ajudar muito, poderiam estar capacitando o professor, disponibilizando o repertório, poderiam estar trabalhando em atividades extracurriculares com os alunos, orientando as atividades, disponibilizando material didático alternativo mais moderno. As ONGs poderiam estar fazendo muita coisa junto com as escolas, mas se houvesse essa interação entre as atividades formais e não formais, se a escola se abrisse para isso e entendesse isso como um processo de ajuda de complementação.

20. Que tendências poderia visualizar no futuro em matéria de parcerias ONGs -Escola?

R: Acho que é uma tendência para país pobre, muito grande. Acho que em país de primeiro mundo, em país rico, eu não conheço essa grande integração ONG - escola porque as escolas lá não precisam, elas estão muito bem colocadas, elas têm do governo todo o apoio que precisam para fazer tudo. Inclusive tem fundações que subsidiam

aquelas escolas e as universidades, é ao contrário, é a comunidade que doa, que mantém essas escolas. Agora, aqui pro Brasil com a carência que essas escolas têm, é um dos caminhos mais viáveis, é essa parceria ONG – Escola, especialmente com as ONGs que detêm conhecimento. Um conhecimento mais de ponta, acho que pode fazer uma diferença enorme, enorme, enorme... especialmente para essas escolas de periferia. Eu mesma participo de uma outra ONG, que é uma ONG que se chama Instituto Agro em Defesa da Democracia e que faz trabalhos com escolas particulares e que cada trabalho que ela faz com uma escola particular, a condição para fazer o trabalho é que a escola particular adote uma escola pública. Então a escola particular paga por esse trabalho, para esse Instituto, para ele fazer na escola dela e na escola pública. Ela escola pública e paga, quer dizer isso é uma coisa muito legal e é promovido por uma ONG.

ENTREVISTA 10

Data: 16/01/01

Entrevista: Gerente de RH e Assuntos Jurídicos.

a) Informações Básicas

1. Ano de fundação: 1964.
2. Áreas de atuação: Educacional, Assistencial e Cultural.
3. Âmbito de atuação: Nacional.
4. Fonte dos recursos: Nacional Público e Privado.
5. Como caracterizaria o público alvo das atividades desenvolvidas pela entidade?

R: Basicamente estudantes de cursos de ensino médio, profissionalizante e curso superior e, além disso, pessoas carentes.

b) Informações sobre as atividades educacionais

6. Poderia definir o perfil profissional dos funcionários alocados aos projetos educacionais? (formação, grau de escolarização, etc.).

R: Temos vários níveis: da gerência até o nível de supervisão todos tem curso superior, daí para baixo dependendo da função não é exigido curso superior mas, nós temos um grande número de funcionários que estão nas funções mais burocráticas e administrativas que tem curso superior também. Mas não necessariamente todos. Todos obrigatoriamente, gerentes e supervisores.

7. Projetos desenvolvidos (em curso):

R: Nós não adotamos projetos, a gente chama programas e eles são permanentes.

7.1 Objetivo dos projetos:

Programa de Alfabetização Gratuita de Adultos: capacitar trabalhadores que não tiveram a oportunidade de aprender a ler e a escrever, transmitindo-lhes, ademais, noções de cidadania.

Programa de Alfabetização Solidária: atender os analfabetos da cidade de Igaci, em Alagoas.

Programa de Orientação e Informação Profissional: estimular o desenvolvimento de atitudes, conhecimentos e habilidades que favoreçam a maturidade vocacional do jovem estudante no momento de escolher sua futura profissão.

Programa Adolescência e Cidadania: propiciar aos adolescentes de 16 a 18 anos, de família de baixa renda e em situação de vulnerabilidade social, vivências concretas que possibilitem seu crescimento pessoal e a sociabilização por meio do eixo: trabalho /estudo /lazer.

Projeto Carta aos Professores das Escolas Rurais: utilizar a correspondência como instrumento de apoio aos professores da zona rural, permitindo reduzir distâncias e minimizar as dificuldades de acesso às informações pedagógicas.

Programa desenvolvimento Estudantil: contribuir para o processo de capacitação dos futuros profissionais, subsidiando sua formação acadêmica, através da vivência de situações inerentes ao exercício da profissão e da difusão de informações e características exigidas pelo mercado de trabalho.

Programa Estágios: favorecer aos estudantes e escolas um programa de estágio que atenda aos rigores da legislação e que também proporcione ao estudante uma bolsa-auxílio.

Programa Estágios; bolsa-auxílio, acompanhamento de estágios, processos seletivos especiais; pagamento de seguros; atendimento aos estudantes e às escolas.

7.2 Origem da atividade (quem demanda ou demandou):

R: A maior parte vem dos estudantes, eles é que buscam e a demanda é muito maior do que a oferta que a gente tem para eles.

7.3 Âmbito onde se desenvolvem as atividades (no próprio âmbito escolar ou fora dele; se realizadas fora do âmbito escolar: **onde?**):

R: a entidade não é bem uma escola, é uma ONG, uma Organização Não Governamental, é uma Sociedade Civil de Direito Privado, sem fins lucrativos, de utilidade pública Federal, Estadual e Municipal e de fins filantrópicos – assistência social. O nosso âmbito de atuação é nacional mas nós não somos escola, então, como é que é escola...

Intervenção do entrevistador : Vocês trabalham com estudantes e nenhum desses programas é desenvolvido dentro de uma escola?

R: Não, ou ele é desenvolvido dentro das nossas próprias sedes em âmbito nacional ou, por exemplo: o Programa de Alfabetização de adultos nós fizemos parcerias com a Igreja Católica, então esse curso pode ser dado em paróquias e até em empresas, indústria ou uma empresa de construção civil ela quer que seus funcionários sejam alfabetizados, que isso é muito comum na construção civil, eles não sabem ler, então aí é nas dependências da própria empresa, também tem isso. E aqui dentro da própria entidade, a maioria é dentro da entidade.)

c) Informações sobre as parcerias

8. Como caracterizaria o vínculo estabelecido com as escolas?

R: Temos. Nós temos parcerias com escolas para o programa dos estágios porque pela legislação do estágio é a escola que dá todos os requisitos do estágio, a começar do curso do aluno. Por exemplo: um curso de jornalismo não pode fazer estágio, existe uma Lei Federal da profissão do jornalismo que não permite estágio, mas um estudante de relações públicas e de publicidade ele pode fazer estágio. Bom ele pode fazer estágio a partir do segundo ano, ele pode no estágio realizar as seguintes atividades, ela nos diz quais as atividades, então, ela nos dá todas as condições que o estágio pode se realizar, então, nós temos essa parceria com as escolas porque os estudantes que pertencem à essas escolas é que podem ser os estagiários e isso tudo as escolas têm que aprovar.

9. Que dificuldades costumam apresentar-se na parceria entre sua entidade e as escolas?

R: Olha, a gente não tem dificuldade, pelo contrário, ultimamente nós estamos tendo até uma aproximação maior porque nós estamos até abrindo postos de atendimento da entidade dentro da própria universidade no caso, não é numa escola de segundo grau que a gente vai abrir mas, numa universidade que tenha vários cursos. A entidade tem vários postos de atendimento dentro das universidades.

10. Que fatores facilitam esse vínculo?

R: Eu acho que a gente mantendo o posto lá é bom para a escola porque o estudante é atendido lá mesmo, não tem que se deslocar para cá, o atendimento é mais rápido e as informações também fluem mais rapidamente. Só vejo pontos positivos.

11. Que tipo de vínculo se estabelece entre sua entidade e a Secretaria de Educação local?

R: Nós temos contato tanto com a Secretaria Estadual quanto com a Municipal. Se não me engano, na Municipal existe até um projeto de parceria com a Secretaria Municipal mas ainda não saiu. O relacionamento é muito bom.

12. Existem canais formais de planejamento e /ou avaliação dos projetos junto à Secretaria de Educação local (estadual e /ou municipal)? Em que consistem?

R: Não, porque com a Secretaria de Educação, embora a gente tenha esse relacionamento bom, mas a Secretaria de Estado não tem convênio para estágio lá porque houve uma lei do Paulo Maluf proibindo os estágios através de outras entidades que não a FUNDAP, então todos os estágios das Secretarias Estaduais são feitos através da FUNDAP, não pode ser com outros agentes de integração, dentre os quais essa entidade, nós não podemos ter estagiários nas Secretarias Estaduais, tem que ser através da FUNDAP.

13. Que potencialidade observa no trabalho realizado dentro da escola? Quais as dificuldades?

R: Dentro temos somente os postos de atendimento aos alunos

14. Quais são os benefícios de realizar essa /s atividade /s fora do âmbito escolar? Quais as dificuldades?

R: O nosso curso de alfabetização não é um curso formal assim de quatro anos, é um curso de alfabetização, não é registrado no Ministério da Educação ou na Secretaria de Educação porque não é um curso regular é um simples curso de alfabetização que dura seis meses. Os estágios são realizados nas empresas convenientes nossas, então a empresa precisa de um estagiário, abre uma oportunidade de estágio e o estudante nós encaminhamos para realizar o estágio lá. Nós fazemos um acompanhamento do estágio, nós fazemos um acompanhamento regular desse estágio não só checando a situação escolar, se ele realmente continua matriculado, se ele trancou matrícula e se ele está freqüentando o curso porque para ser estagiário ele precisa ser realmente um estudante regularmente matriculado e freqüentando as aulas. Além disso, nós fazemos um acompanhamento dos estágios de duas maneiras: in loco – indo às empresas que têm um número grande de estagiários, nós temos técnicas que vão lá na empresa para verificar como que o estágio está sendo realizado ou então, se a empresa tem um estagiário e nós temos mais de 3.000 empresas convenientes, não dá pra ir a cada empresa, a gente encaminha relatórios de estágio que o estudante tem que preencher e nos devolve – como está indo o estágio, se está indo bem, se está sendo útil, se está sendo feito algum desvio alguma inadequação. Se o estudante aponta, nós vamos verificar o caso, nós vamos até a empresa e vamos adequar o estágio.

15. Na experiência da sua entidade, as escolas têm sido favoráveis ao desenvolvimento de parcerias? Por quê?

R: Sim, tem sido favoráveis, claro, porque por exemplo: primeiro o programa de estágios pra escola, principalmente as particulares, interessa muito que seus alunos consigam o estágio porque fazendo o estágio ele vai ter um rendimento escolar melhor porque ele vai ver na prática o que ele está aprendendo na teoria e realizando o estágio até estimula o interesse maior por parte dele, além disso, ele recebe uma bolsa auxílio pelo estágio e isso ajuda no pagamento das despesas escolares e até na mensalidade, então interessa muito para as escolas.

16. Na experiência da sua entidade, a Secretaria de Educação local tem sido favorável ao desenvolvimento de parcerias com escolas? Por quê?

R: No meu sentimento sim, porque nós temos inúmeros estudantes de escolas estaduais que estão realizando estágio, então, se a Secretaria tivesse alguma oposição a fazer nós já teríamos sabido, não tem problema nenhum, porque inclusive a entidade segue rigorosamente a legislação do estágio.

d) Informações sobre ONGs e escola pública

17. Parece uma obviedade afirmar que a escola pública encontra-se em crise. Segundo sua opinião, quais são as características mais marcadas dessa crise?

R: Olha, é um aspecto muito técnico da questão educacional e eu não sou a pessoa mais indicada, se você quiser eu posso te encaminhar para responder algumas perguntas além dessa que forem eminentemente educacionais para a nossa Gerente Adjunta Educacional, ele pode te dizer porque ela está muito em contato com esse mundo educacional junto com o mercado de trabalho e ela sabe quais são. O que eu sei é que realmente a escola pública, o nível da educação da escola pública caiu muito e então a gente nota que houve uma reversão porque há muitos anos atrás as escolas públicas é que eram as melhores e hoje a gente sabe que, com exceção das universidades, por exemplo, a USP ou então as Universidades Federais que o nível a gente sabe que é o melhor, nas outras escolas públicas o nível caiu muito.

18. Existem responsáveis dessa crise? (Se a resposta é “sim”: quem são?; poderia estabelecer uma hierarquia de responsáveis dessa crise?)

R: Acho que é o próprio governo. O ministério da Educação que é o responsável pela Educação do país.

19. Muitas vezes se afirma que as parcerias entre ONGs e escolas poderiam ser uma solução a essa crise...

R: Aí já foge ao nosso campo, porque parceria entre ONG e Escola pra que, eu não sei, nós não somos escola, eu não vou saber te responder.

Intervenção do entrevistador: Se sua entidade tivesse que estar mais próximo da escola, não só recebendo o aluno, isso ajudaria a escola a melhorar sua qualidade?

R: Bom eu acho que a entidade dá a sua contribuição na medida em que nós patrocinamos, quer dizer, administramos esses programas de estágio, alguns anos atrás nós tínhamos até um projeto que se chamava EDUCAT, Educação e Trabalho, era um programa social da entidade. A entidade fazia pesquisa em várias empresas sobre uma determinada profissão, o que é que as empresas estavam esperando de um profissional, o que é que elas necessitavam e depois nós tabulávamos o resultado da pesquisa e encaminhávamos para as empresas. Por exemplo: um curso de administração de empresas, nós visitávamos as empresas pra ver o que elas esperavam do profissional e depois de tabulado nós entregávamos o resultado da pesquisa para as Faculdades que tinham cursos de Administração, então eu acho que seria esse tipo de colaboração.

20. Que tendências poderia visualizar no futuro em matéria de parcerias ONGs -Escola?

R: Eu sou muito influenciada por falar pela entidade porque a minha vivência é somente aqui, a nossa parceria – a entidade é uma ONG, com as escolas não tem tido nenhum problema. Eu acho que a tendência é cada vez mais fazerem essas parcerias, principalmente as escolas públicas que elas não têm muitos recursos do Governo e elas fazem parcerias com empresas privadas. Nós tivemos conhecimento, em Florianópolis, a Universidade Federal de Santa Catarina tem parcerias com as empresas, as empresas bancam atribuições pro Instituto da Universidade desenvolver pesquisas porque a Universidade não tem recursos pra desenvolver pesquisas. As próprias indústrias é que estão patrocinando essas pesquisas para a Universidade.

ENTREVISTA 11

Data: 19/01/01

Entrevistado: Coordenadores.

a) Informações Básicas

1. Ano de fundação: 1982.
2. Áreas de atuação: Formação Política e Educação.
3. Âmbito de atuação: Nacional.
4. Fonte dos recursos: Nacionais – Públicos. Já teve internacional, durante uns 10 anos.
5. Como caracterizaria o público alvo das atividades desenvolvidas pela entidade?

R: É um público, como assim, excluídos socialmente e de baixa renda, baixa escolaridade ou nenhuma escolaridade, alto nível de desemprego, tem 40% desse pessoal é desempregado, fundamentalmente você trabalha com excluídos.

b) Informações sobre as atividades educacionais

6. Poderia definir o perfil profissional dos funcionários alocados aos projetos educacionais? (formação, grau de escolarização, etc.)

R: São 3 de coordenação que têm nível Universitário e 3 de ensino médio.

7. Projetos desenvolvidos (em curso):

Intervenção do entrevistador: Além desse projeto de Alfabetização, com os Conselhos, vocês teriam algum outro projeto que vocês gostariam de estar colocando?

R: Tem um projeto sobre prevenção de AIDS, que é um projeto que nós chamamos pontual, são 3 psicólogos que trabalham nesse projeto, ele acontece em um Município específico, no caso, nesse momento, é Guarulhos, o objetivo é formar multiplicadores que venham ajudar a fazer a prevenção da AIDS na comunidade, essa é a idéia, o pessoal tem palestras, atividades, informações, materiais sobre a AIDS e, como se diz, é desenvolvendo com eles também uma espécie de oficinas, este pessoal passa por uma série de atividades assim, para que eles se preparem para ajudar a prevenção da AIDS na comunidade, sempre forma esses multiplicadores essa é a idéia do projeto.

Intervenção do entrevistador: E eles daqui já vão para a comunidade para fazer um trabalho?

R: Ou eles já são ligados a um movimento ali, eles vão ajudar a fazer a prevenção da AIDS sempre na localidade, e sempre com a idéia de formar agentes comunitários, agentes multiplicadores essa é a idéia, então nesse ano o projeto já vem se desenvolvendo em Guarulhos, esse já é o 3º ano que a gente faz um convênio com o Ministério da Saúde, com esse convênio de prevenção à AIDS, e se trabalhou na Universidade de Guarulhos internamente, e se trabalhou no primeiro momento com grupo dos Conselhos, o Conselho de lá de professores, e agora vai se trabalhar com liderança da comunidade, esse ano.

7.1 Objetivo dos projetos:

Promover a alfabetização e escolarização de jovens; estimular o jovem e adulto para o exercício da cidadania; Contribuir na melhoria da qualidade de vida e na geração de trabalho e renda; Encaminhar o aluno para a continuidade dos estudos.

7.2 Origem da atividade (quem demanda ou demandou):

R: Então, a questão da alfabetização ela é fruto da consequência de estudos, seminários, debates, pesquisas que a Instituição fez, então era um momento que tudo indicava que a sociedade estava querendo isso, e aí, então, o Instituto idealizou esse trabalho tendo os Conselhos como instrumento agregador da comunidade e aí a gente verifica aonde é uma demanda ou alguém que nos procurou, então a gente entra em contato. Nos primeiros projetos, o Instituto sempre procurou as entidades locais, as organizações locais para discutir o projeto e a partir de discussões locais é que houve a implantação do projeto, depois algumas lideranças procuraram o Instituto, a partir de conhecer o trabalho que estava sendo feito, aí começou também haver uma procura para apoio, as pessoas às vezes quando tinha um grupo que estava fazendo algum tipo de trabalho, mas sem apoio nenhum, então, eles vieram procurar o Instituto e o Instituto propôs sempre a formação de Conselhos, essa tem sido a dinâmica.

7.3 Âmbito onde se desenvolvem as atividades (no próprio âmbito escolar ou fora dele; se realizadas fora do âmbito escolar: **onde?**):

R: Mais fora da escola, é um espaço, aonde a pessoa via para ser escolarizado, que pode ser uma igreja, esses espaços são mais fora do que dentro da escola, são pouquíssimas escolas que sedem espaços para alfabetizar.

c) Informações sobre as parcerias

8. Como caracterizaria o vínculo estabelecido com as escolas?

R: Não há vínculo com as escolas, nós não temos, a única coisa que nós recorremos à escola pública é para fazer o teste de escolaridade porque o Instituto defende que a escola pública é que tem que dar o certificado para o nosso aluno e não o Instituto, então nosso aluno passa pelo teste da escola pública e ela vai verificar se ele tem condições de acompanhar uma 5ª série, enfim isso é muito interessante para gente porque já faz parte de uma estratégia de avaliação.

9. Que dificuldades costumam apresentar-se na parceria entre sua entidade e as escolas?

R: Não é que apresentam dificuldades, como a escola pública, ela não tem praticamente a experiência da Alfabetização de Jovens e Adultos, normalmente o teste de escolaridade você encontra grupos que acham que o teste está meio desvinculado daquilo que foi o trabalho desenvolvido, enfim não está muito afinado com uma programação etc, mas isso nunca se tornou um problema, então uma época o teste de escolaridade num determinado local foi difícil, poucas pessoas passaram etc., e depois houve um entendimento com a escola para entender a dinâmica do trabalho, aí, se acertou, então essas coisas são conversáveis, dá para dialogar.

10. Que fatores facilitam esse vínculo?

R. Eles não mantêm vínculo, ao menos o Instituto diretamente, mas eu já trabalhei com o Projeto num Conselho durante 4 anos e as dificuldades são muitas e poucas /nenhuma são as facilidades, ao menos dos conselhos que eu conheço.

11. Que tipo de vínculo se estabelece entre sua entidade e a Secretaria de Educação local?

R: Bom aí é uma parceria em nível de Estado porque em nível de Município nós não temos nada ainda, podemos ter, em nível de estado é uma parceria em que há repasse de recursos para manter o projeto, em forma de um convênio, é um convênio mesmo, e a Secretaria ela também tem como diretriz uma das diretrizes o acompanhamento do projeto através dos Supervisores de Ensino, então o Supervisor de Ensino da Secretaria Estadual de Educação eles visitam os nossos núcleos para saber como está o projeto para conhecer etc, isso é uma coisa até tranquila.

É um acompanhamento técnico, é diferente, porque o próprio acompanhamento Pedagógico e Administrativo é tudo o Instituto que faz, porque os convênios entram só com a parte técnica burocrática, na realidade o que se estabelece é isso, que a Secretaria tem que estar, o projeto tem que estar aberto à visita com os núcleos, até para saber se eles existem, estão funcionando, etc., mas toda Coordenação Pedagógica e a Administração toda do projeto, é nossa, o Instituto que faz com a equipe dele.

12. Existem canais formais de planejamento e /ou avaliação dos projetos junto à Secretaria de Educação local (estadual e /ou municipal)? Em que consistem?

R: Não existe. A gente até pensou em relação ao MEC, na realidade o Instituto tem feito uma proposta de que alguém de fora avalie o nosso projeto, e isso está a ser proposto ao MEC que eles financiassem, até para ter um parâmetro, um retorno do dinheiro que é investido nesse projeto de Alfabetização, que se a gente disser, nós: "ah, o projeto é ótimo". Se alguém de fora. chegar e fazer uma avaliação sistematizada e tal, tem outro peso, o que existe é uma avaliação constante, um planejamento interno constante em relação aos cursos de Capacitação, metodologia, a questão por exemplo de os Conselhos têm que mandar pro Instituto sempre relatórios dizendo do projeto, de 2 em 2 meses, no mínimo, há um acompanhamento sistematizado, agora uma avaliação sistematizada sim, a gente sempre tem as dimensões das coisas partindo sempre de quantos fizeram o teste de escolaridade de quantos passaram, quantos já estão fazendo o pós alfabetização, etc., acho que o que existe hoje é uma avaliação sistemática dos cursos de capacitação, isso tem uma avaliação, mais do projeto como um todo é uma coisa que a gente gostaria de fazer, nós temos solicitado isso.

13. Que potencialidades observa no trabalho realizado dentro da escola? Quais as dificuldades?

R: Não trabalhamos dentro da escola.

14. Quais são os benefícios de realizar essa /s atividade /s fora do âmbito escolar? Quais as dificuldades?

R: Os benefícios, a gente acha que nós estamos atendendo uma clientela e essa clientela não vai freqüentar a escola mesmo. Por "n" razões, então é uma clientela que a gente observa que a escola ficou sendo um mundo meio complicado para elas freqüentar, então tem desde a questão de tempo, o sujeito mora na periferia, tem que pegar ônibus para ir para escola, gastar dinheiro que ele não tem etc., então fica inviável, ou aquele que a estrutura da escola ele não consegue estar naquela estrutura, ele já saiu várias vezes daquela estrutura, ele não volta, enfim é um conjunto de questões aí, então nós estamos atendendo uma clientela que dificilmente iria para escola, então está sendo criada uma oportunidade para que essas pessoas se escolarizem, e no processo elas vão até tomar gosto de voltar para escola, de fazer um supletivo, teve sujeitado que até já fez Universidade, sujeito que teve na 4ª série aí, durante esse tempo que ficou foi motivado a continuar a estudar, já está com a auto-estima mais elevada, que no fundo a gente propõe sempre aquela proposta do Paulo Freire que ele escreveu por último, a Pedagogia da Autonomia, o sujeito tem autonomia de continuar

aprendendo e produzindo conhecimento, essa é a questão. Dificuldades, seguramente é com a questão da infra-estrutura, você poderia oferecer uma melhor infra-estrutura para esses alunos, mas não é possível, você oferece aquilo que existe, mas também eles não têm reclamado, quer dizer, no fundo eles estão também querendo, eles procuram de uma forma pontual aprender a ler e escrever porque isso começou a fazer falta para eles, então eles percebem que eles precisam disso, e com urgência, as pessoas querem aprender rápido. Agora de fato se a gente pudesse ter recursos para poder dar uma melhor infra-estrutura, um melhor espaço físico, melhor instrumento de trabalho, seguramente iria facilitar mais ainda o trabalho desses professores, mas isso não é a nossa proposta, nossa proposta é mobilizar a comunidade porque essa é a missão que a Instituição tem, para que a comunidade ajude a minimizar o problema que existe ainda na própria comunidade, então o Instituto não tem a missão de estar suprimindo infra-estrutura e coisa tal, tem a missão de fazer com que a comunidade enxergue que ela é capaz de ajudar a estar resolvendo o problema que tem e na medida do possível, por exemplo, na zona leste a gente tem muitas salas de aulas, e conjuntos habitacionais, e então, em primeiro lugar o espaço é próximo de onde eles moram, o que facilita, e eles têm conseguido muitas ações de carteiras da Caixa Econômica Federal e do Mackenzie, que ajuda a eles terem um a mais material físico de apoio, isso a gente tem conseguido e tem dado muito certo, e os conselhos também acabam se mobilizando e sendo criativos, constroem mesas, cadeiras e é interessante até essa questão, porque vamos pegar o problema específico da Alfabetização de Jovens e Adultos, se você começa a atender toda uma demanda por conta de carências, o projeto se torna muito caro e inviável, então, vamos dar um exemplo, aí você começa o projeto de Alfabetização, “olha não tem merenda”, puxa se tivesse merenda, aí se você entrar nessa da merenda então você tem que arrumar mais recursos e “olha, não tem o passe escolar”, bom, calma gente, o projeto é feito da comunidade para não ter passe escolar, então você tem que ir criando, formas e maneiras para estar minimizando o custo e que a comunidade possa participar efetivamente depois, mesmo porque os convênios com Alfabetização de Jovens e Adultos não cobrem estes tipos de despesas, fica muito caro e não cobre também, é quer dizer... um projeto de movimento social, porque se não você não consegue fazer, então o que o Instituto trabalha é a sua missão, então nós não somos contra que alguém que consiga, lute, e se manifeste etc., bote faixa etc., e tal; não, é que o Instituto tem uma missão que é de mobilizar a comunidade pra comunidade ajudar a resolver os problemas que tem, essa é a missão nossa, a gente não quer misturar as coisas, quer dizer, a nossa ação política é nesse viés.

15. Na experiência da sua entidade, as escolas têm sido favoráveis ao desenvolvimento de parcerias? Por quê?

R: É que nós não temos assim contatos diretos com as escolas. Várias diretoras cederam salas de aulas, são coisas pontuais, não faz parte do projeto, a parceria com a escola não é uma necessidade para executar o projeto de Alfabetização, ele independe.

16. Na experiência da sua entidade, a Secretaria de Educação local tem sido favorável ao desenvolvimento de parcerias com escolas? Por quê?

R: A gente tem conhecimento, a Secretaria do Estado tem, agora a Marta Suplicy, está falando para todo mundo em ajudar, a fazer parcerias, e os empresários estão dizendo assim: “Olha, a gente ajuda, mas não pode ser um negócio assim todo mês”.

d) Informações sobre ONGs e escola pública

17. Parece uma obviedade afirmar que a escola pública encontra-se em crise. Segundo sua opinião, quais são as características mais marcadas dessa crise?

R: O grande problema hoje é a questão de qualidade, crise da qualidade porque a crise da quantidade me parece que já foi amenizada, agora é justamente encontrar um caminho para que a escola pública passe a ter qualidade, essa é a crise fundamental, mas acho que ela está evoluindo para se auto afirmar, tem procurado, acho que antes não existia essa preocupação, ela tem procurado caminhos, mas ela ainda está muito no início, porque também as pessoas não têm um norte, como resolver o problema, porque veja bem, a grande questão da escola pública é de que ela é uma rede pública, diferente da escola particular que não funciona como uma rede particular, cada escola particular é uma unidade diferenciada da outra, ela não funciona por diário oficial, enquanto a escola pública funciona por diário oficial. O que acontece com a escola particular? Por ser particular há um direcionamento claro do que se quer com aquela escola, normalmente a escola quer aluno, muito aluno, para poder ter receita, e contra partida a escola ser uma boa escola, para poder ter aluno, e com isso você consegue articular um corpo docente na escola particular que seguem as diretrizes da direção daquela escola. Então o sujeito tem a clareza de que ele não é só um professor ali, ele tem que vestir a camisa da escola. Na escola do estado ninguém é obrigado a vestir a camisa, porque é pública, então você vai encontrar gente de todas as ideologias trabalhando na escola pública, gente pensando de forma totalmente diferente, e que não está de acordo com a cabeça da diretora, do diretor, que não está de acordo com as diretrizes do estado e que para ele cumprir a sua carga horária de dar aula, de ensinar matemática, de ensinar português e tal, está tudo resolvido, as exigências outras que se fizer a ele, ele não tem nenhuma responsabilidade de estar respondendo, porque ele é um profissional público para dar aula de português, ele funciona através do diário oficial, todo dia o professor, o diretor, olha o diário oficial para saber, isso, há 6.000 escolas no Estado, não sei quantas no Município, é assim que funciona, agora como modificar essa cultura? Para que cada escola possa ter seu plano articulado e que se crie uma comunidade educativa dentro daquela escola ou talvez as pessoas nem acreditem em comunidade educativa, esse conceito é um conceito antigo então não tem nada disso, enfim, o grande problema da escola pública está justamente dela deixar de ser uma grande rede administrada pelo diário oficial, para se transformar em uma unidade escolar em que ela consiga atender os interesses da comunidade local e que ela trabalhe esses interesses e que ela saiba desses interesses e que ela consiga articular um grupo de professores que acreditem nisso, numa proposta de unidade escolar, e não numa rede de 6.000 escolas, e tal.

18. Existem responsáveis dessa crise? (Se a resposta é “sim”: quem são?; poderia estabelecer uma hierarquia de responsáveis dessa crise?)

R: Veja bem, é difícil você colocar a responsabilidade em alguém, porque de 4 em 4 anos se muda o governo, então, aí entra problemas ideológicos, porque a parte administrativa ela praticamente vai ter que seguir atendendo aquele mínimo de necessidades para a escola funcionar, que é em relação ao funcionamento, está certo, agora o grande problema é a questão filosófica questão ideológica, questão de conteúdo, a questão de você ter uma escola que atenda às necessidades do mundo moderno, você trabalhar conteúdos que tenham um significado para a sociedade na qual você está vivendo e as necessidades impostas pela própria sociedade, a evolução do mundo, a evolução da cultura, evolução da tecnologia, no fundo é isso que você tem que estar atento, então eu acho muito difícil você ter culpado nisso tudo, porque o esforço que o governo faz durante 4 anos, no caso, por exemplo, do estado de São Paulo, que são 8 anos de esforço conjugado, você melhora determinadas coisas, na escola você abre, você ajuda e tal, mas a continuidade depois vai depender do próximo governo que entrar, essa é a grande questão. Dificilmente nós vamos conseguir acertar essa, eu sempre defendo a autonomia da escola, mas que deve ter regras do jogo muito bem reformuladas para que a escola não passe a ser uma unidade do Município autoritário, porque de repente você cria um sistema para ajudar a melhorar a escola e aí você acaba criando também uma cobra no seu quintal, na sua casa. Então precisa ter uma ampla discussão para ver de que forma a escola pública ela poderia ter autonomia assim como se pensa na autonomia das universidades com dinheiro, com planejamento, com financiamento, colocados assim por diante, assim se poderia também pensar, porque aí a escola seria uma unidade escolar, não estaria agregada a uma rede e se trabalharia as necessidades locais aliadas a questão universal do conhecimento, enfim é um grande desafio para o Instituto Paulo Freire e para as outras Instituições também.

19. Muitas vezes se afirma que as parcerias entre ONGs e escolas poderiam ser uma solução a essa crise...

R: Não, nós acreditamos que é um caminho que tem que ser explorado, esse caminho de ONGs em parceria com a escola, e que seguramente será uma experiência muito rica, mas a questão da escola pública é uma questão muito complexa, é preciso inventar ou criar um Sistema em que haja autonomia para a escola, e que esta autonomia esteja vinculada à comunidade, não uma ONG, a quem frequenta a escola, as famílias que têm interesse, um exemplo, a Globo passou em uma época uma escola no Rio Grande do Sul, uma escola de periferia em que a comunidade assumiu de fato a escola, os pais queriam que aquela fosse uma boa escola, porque os filhos estavam estudando ali, a Direção da escola estava aberta a estabelecer o entrosamento com essas famílias e o resultado disso foi de que a escola se tornou a melhor escola da cidade e os alunos do centro queriam estudar naquela escola, as escolas particulares e os alunos queriam estudar naquela escola, então essa experiência mostra que não é uma ONG, mas que tem que ser uma comunidade, a comunidade daquela escola, onde a escola atende a demanda de alunos, onde ela está inserida, aí sim poderia estar pensando no sistema que aliasse a escola com a comunidade, vejo o caminho por aí, eu não vejo por uma ONG, porque uma ONG é muito limitada também.

20. Que tendências poderia visualizar no futuro em matéria de parcerias ONGs -Escola?

R: Eu acho qualquer tipo de experiência voltada para Educação ela poderia ser feita através de ONGs e tal, até para ver resultados, nós não temos na realidade no Brasil um conhecimento anterior disso, porque são experiências que não foram feitas, então nós temos que, nós vamos ter daqui para frente todo o tipo de experiências possíveis entre escolas e ONGs, em determinado lugar vai ser uma experiência X tipo a ONG vai vender o espaço, o muro da escola para conseguir trazer dinheiro para escola, coisa que o Diretor da escola não vai poder fazer, porque não tem tempo e nem mesmo os alunos, então vai ter uma ONG que vai poder ajudar, esse tipo de experiência, uma outra experiência, vai ter uma ONG que vai cuidar da infra-estrutura da escola, porque o Diretor, que é Pedagogo e Administrador não pode fazer essas coisas, então vai haver, eu acho o seguinte, a escola vai estar aberta daqui para frente cada vez mais a N experiências, e todas essas experiências do meu ponto de vista serão positivas, porque elas vão ajudar a encontrar um caminho de parcerias, porque não tem uma coisa, alguém que desenhe um perfil, alguém que desenhe um sistema, não tem, eu pelo menos não acredito nisso, é só a experiência sendo feita é que você vai poder avaliar, e ver no que aquilo foi positivo.

ENTREVISTA 12

Data: 02/02/01

Entrevista: Coordenadora Técnica.

a) Informações Básicas

1. Ano de fundação: 1942.
2. Áreas de atuação: Educação e Cultura.
3. Âmbito de atuação: Basicamente Municipal e algumas vezes no interior.
4. Fonte dos recursos: Nacional – público e mais privado.
5. Como caracterizaria o público alvo das atividades desenvolvidas pela entidade?

R: Tem uma coisa interessante: o nosso público é o jovem, só que o jovem de uma faixa bastante larga, nós estamos atendendo desde os 9 até os 21 anos, então é pré-adolescente, é uma mistura de adolescente, jovem e tudo mais. Em termos de uma caracterização mais socioeconômica acho que a entidade talvez seja a única nisso, porque dependendo do projeto, a gente pega jovens de todas as camadas, então eu tenho, por exemplo, curso de capacitação para o primeiro emprego que vem, o jovem que mora na periferia da cidade e que tem obviamente uma renda muito baixa, ele vem para cá e a gente paga o transporte, tudo, material, alimentação para ele poder se servir deste trabalho. Temos um grêmio que pega o morador da região, mas não o morador no sentido do proprietário das residências daqui dos Jardins, porque essa região é caríssima, são filhos de trabalhadores da região, eles vivem muitas vezes nas casas dos patrões, ou nos prédios, porque muitos dos pais são zeladores daqui, estudam em escolas públicas mas, moram numa região nobre, que até é um problema para a gente. A gente trabalha muito com ele. Ele vive o glamour de morar na Cidade Jardim, que é uma coisa e ele pertence a uma família de baixa renda também. Já aconteceram casos da gente analisar e a renda familiar desse jovem da periferia ser superior a renda familiar do jovem que mora aqui. Só que o mundo deles é totalmente diferente, então tem essas questões. Trabalhamos com Orientação Vocacional, que no ano passado era gratuita mas como as coisas hoje mudaram, quem vem procurar uma orientação vocacional é um jovem que vai para a faculdade, se ele vai para a faculdade provavelmente ele já está numa escola particular, está fazendo um cursinho, quer dizer, se ele pode investir R\$ 1.000 e tantos por mês no estudo dele, porque nós vamos oferecer gratuitamente para esse jovem? Então isso também virou uma forma de fonte de recursos. Então em termos de caracterização do público nesse lado sócio-econômico fica muito interessante, porque a gente acaba pegando o jovem que pertence praticamente à todas as camadas, só que, para cada um, a gente assiste naquilo que ele precisa. Quem precisa de uma assistência financeira, tudo bem, quem não precisa paga, mas também se serve bem do que a gente tem para oferecer, então, o que eu acho é até uma coisa bonita a gente trabalhando aqui, porque você lida com diferença social e o que é o mundo hoje, do jeito que está lá fora está aqui dentro da instituição, só que como aqui nós temos a possibilidade tentar pelo menos trabalhar isso, então o jovem que vem para a orientação é trabalhado isso com ele, ele fica sabendo que o dinheiro que ele paga para orientação está sustentando projetos de jovens que estão buscando já o 1º emprego e que não vão fazer uma faculdade. Esse jovem de Orientação vai provavelmente ser o chefe desse outro, então, a gente tenta, não é fácil, porque você não muda a consciência das pessoas assim, mas a gente procura fazer um trabalho que está acontecendo aqui dentro, você tem o jovem de todas as camadas.

b) Informações sobre as atividades educacionais

6. Poderia definir o perfil profissional dos funcionários alocados aos projetos educacionais? (formação, grau de escolarização etc.):

R: Nisso a gente tem sido bastante rigoroso, porque a gente acredita que a Educação está como está, justamente pela formação dos educadores de uns anos para cá, que é mais do que sabido, então, dos professores 90% têm formação superior, já são experientes na área e atuam em vários outros lugares também, então, têm um currículo. Veja bem, não é tanto a formação que nos preocupa, mas a gente quer pessoas com experiência. Eu sei que é meio trágico falar isso, porque, ao mesmo tempo que a gente forma jovens e sabe das dificuldades que eles têm de conseguir um trabalho pela falta de experiência, de alguma forma pode parecer incoerente no sentido de estar reproduzindo isso quando a gente vai chamar um professor também. O que a gente faz, é muito comum encontrar pessoas que queiram entrar nessa área mas que não têm experiência e me mandam currículo, "ah, eu queria trabalhar na área social." a é, então vem, não vai receber, vai ver, vai participar, vai assistir, vai ser um auxílio, quer ver como a coisa acontece, mas jamais a gente vai entregar um grupo de jovens para uma pessoa dessas. Não dá, senão você fala que fez e o outro fala que fez e ninguém fez nada, então não dá.

7. Projetos desenvolvidos (em curso):

7.1 Objetivo dos projetos:

R: Olha: eu posso te dizer, lógico cada um tem seus objetivos específicos pois são trabalhos diferentes, então tem resultados específicos diferentes, agora, eu posso dizer que de um modo geral a bandeira da entidade é o desenvolvimento desse jovem, um desenvolvimento que valorize a vida, as relações humanas, a Cidadania (a entidade falava em cidadania muito antes dessa onda que começou um tempo atrás. Você pega os documentos da entidade, matérias em jornais da época que se falava exatamente isso: a entidade forma cidadãos, ela forma líderes. Saiu muito político daqui, que com o passar dos anos foram entrando na área política. Então, essa história da cidadania que a gente fala hoje, uma palavra que está tão desgastada, aqui dentro se falava há décadas atrás), de um modo geral é isso a formação da pessoa, a realização da pessoa.

7.2 Origem da atividade (quem demanda ou demandou):

R: Na verdade, é uma coisa que chega como solicitação dos próprios alunos, outros através da nossa observação – exemplo: a questão da orientação sexual, o ano passado gritou aqui, mais do que nos outros anos, e então tivemos uma formação mais efetiva nesse assunto, não dava mais para fazer do jeito que vinha fazendo, precisou de gente especializada, gente que desse conta do recado, sabe, às vezes a coisa grita no seu ouvido por parte dos alunos. Os professores são muito exigentes, o que eu acho excelente, como eu fico o dia inteiro aqui porque eu tenho uma função muito mais de Coordenação, como esses professores eles têm que ganhar a vida trabalhando aqui, ali, ali, ali... eles acabam tendo uma riqueza de experiência, porque eles estão com o pé aqui mas eles estão com o pé em mais três ou quatro instituições, não ONGs necessariamente, qualquer tipo de lugar, até empresa eventualmente, então isso traz uma contribuição absurda, porque o cara sabe o que está dando certo e o que não está dando certo. Coisas que ele sente falta aqui que ele vê que é bom lá e vai sugerir, o contrário também, como é gostoso quando acontece ao contrário “puxa, parabéns para nós, porque a gente está conseguindo fazer uma coisa aqui que eu não estou vendo em outros lugares”. Eu acho excelente isso, do que você ter pessoas que ficam dentro da instituição e só reproduzem aquele modelo, até ele se desgastar de nem você agüentar e nem o aluno agüentar mais. Isso dá trabalho. Quando eu vou ter reunião e professores, o pessoal até brinca “ih, a Marisa vai pro tronco”, porque eles pedem de tudo e vão sendo atendidos no que for possível, mas eles são cheios de idéias, de vontade “vamos fazer diferente esse ano, vamos dar um passo a mais”, eu acho que esse é o segredo do sucesso no sentido dessa qualidade no atendimento e é para o professor estimulante também porque ele não fica naquela de repetir.

7.3 Âmbito onde se desenvolvem as atividades (no próprio âmbito escolar ou fora dele; se realizadas fora do âmbito escolar: **onde?**):

R: Sim, totalmente na entidade.

c) Informações sobre as parcerias

8. Como caracterizaria o vínculo estabelecido com as escolas?

R: O movimento é mais deles para cá do que nosso. A gente vai eventualmente, às vezes a escola nos telefona que está com um grupo de alunos que está meio perdido e a escola não consegue, então vai algum dos professores fazer um bate papo, uma palestra. Por conta do reforço escolar, é um laço bem estreito que temos com a escola. Como o jovem está aqui no Grêmio e está numa escola próxima daqui, o nosso professor participa da reunião de HTP, com esse atendimento que a gente tem mais de reforço, quer dizer, o menino fica algum tempo aqui conosco, com essas escolas a gente tem um laço bem estreito.

9. Que dificuldades costumam apresentar-se na parceria entre sua entidade e as escolas?

R: Não temos dificuldade, eles adoram. A escola que não está afim já nem se liga.

10. Que fatores facilitam esse vínculo?

R: Eu acho que é a tônica da diferença, a gente toma um cuidado para não se tornar o dono da verdade e a escola o coitado, que acho que é um grande problema, porque o outro percebe que você está lidando com ele como se você estivesse numa relação de poder “olha, eu posso oferecer isso para os seus alunos”. Quer dizer que ela não pode? O que é isso? É um desvalorizar do trabalho do outro. Eu acho que mesmo quando não é dito, mas a própria pessoa que faz o contato vai no fundo achando que ela pode e a escola não pode, já se estabeleceu a relação e não vai dar certo. Se você vai no sentido de andar junto com a escola de ser companheiro, porque nós também precisamos da escola é uma relação complementar, então eu acho que é muito do papel de cada um. Quando você tem claro isso, as nossas professoras jamais vão à escola dizendo “olha, estou te oferecendo isso e isso”, não, primeiro elas se aproximam da escola. Uma coisa que tem facilitado o trabalho da entidade e isso é inegável é o fato de ser uma instituição muito antiga e sempre trabalhou de uma maneira muito séria, então mesmo quem nunca esteve na entidade, mas se você chega numa escola e fala da entidade, dificilmente não vai ter uma pessoa naquela escola que vai dizer assim: “eu conheço a entidade. Ou eu fiz um curso, ou alguém veio aqui na escola, ou eu levei meus alunos em algum trabalho de vocês”. Então isso abre, você já tem uma coisa consolidada, uma coisa que vem de muitos anos, principalmente quando você pega pessoas de mais idade é muito comum a pessoa responder: “A entidade, eu conheço a entidade de longa data”, isso abre todas as portas para você fazer parcerias.

11. Que tipo de vínculo se estabelece entre sua entidade e a Secretaria de Educação local?

R: Eu não diria vínculo, mas a gente trabalha junto em algumas coisas sim. Por exemplo, esses eventos todos que a gente faz pra jovem e educadores, a gente sempre está em contato convidando a Secretaria. O que acontece, pra você fazer um vínculo maior não é fácil porque eles têm uma população imensa, tanto de professores, quanto de alunos, então não há projeto que dê conta de atender a população dela. Tudo que nós fazemos aqui de Fórum, de encontro para professores, a gente está sempre encaminhando pra eles, as vezes recebe apoio deles, alguém desses órgãos vem. No ano passado mesmo, com essa lei da inclusão, nós chamamos pessoas da Secretaria da Educação para vir falar, então algumas vezes são convidados até como conferencistas, o ENEM que foi no ano de 1998 e que muita gente desconhecia o ENEM, então o aluno perguntava para o professor e o professor não sabia responder, nós convidamos a Maria Inês Fini do MEC, ela que veio pra fazer uma palestra para diretores de escolas, explicando os objetivos do ENEM.

12. Existem canais formais de planejamento e /ou avaliação dos projetos junto à Secretaria de Educação local (estadual e ou municipal)? Em que consistem?

R: Não, formais não.

13. Que potencialidade observa no trabalho realizado dentro da escola? Quais as dificuldades?

R: Eu vou ter dificuldade para te responder essa pergunta porque, na verdade, não sou eu que faço esse contato, talvez a profissional que vá até a escola, ela tivesse mais elementos para te dar. O que ela me passa é que sempre no começo a dificuldade é muito grande, eu não sei se eles acham que você está levando um trabalho a mais para eles, então quem é você e põem a pessoa numa posição de ficar chegando, mas depois quando você consegue ganhar muda. Nós temos uma escola particular aqui no bairro que tem bolsistas e ela encaminhou 1 ou 2 bolsistas aqui para reforço escolar, além disso, participou os alunos dela com os nossos em amistosos, porque a gente faz isso no bairro, convida escolas do bairro para virem jogar com o nosso grêmio, então ela conhecia a entidade e no ano passado ela nos procurou e falou o seguinte: “eu tenho X bolsas de alunos para dar. Eu tenho duas em cada sala e eu quero que a entidade seja a entidade que vai me ajudar a recrutar esse grupo de alunos”. Aí, de vinte e tanto que nós mandamos, 10 jovens do nosso grêmio irão estudar na escola dela com bolsa total. Nós nos comprometemos que a gente vai dar um apoio para essas crianças durante todo o ano, porque elas estão num ritmo um pouco diferente, então em janeiro esses meninos ficaram estudando aqui, agora as aulas vão começar e eles vão continuar tendo esse acompanhamento e as famílias também, nós chamamos as famílias e mostramos o que ia acontecer na vida daquela criança, que ela ia ter uma mudança, ela ia conviver com outro tipo de criança, como que era isso para a família. Teve criança que ao invés de ir para a série seguinte, a escola, a família e a entidade analisaram o nível de aprendizagem daquela criança e a própria família falou: eu prefiro que ela volte um ano e pegue o ritmo de novo. Olha, é muita perseverança com escola, primeiro que você tem que ganhar a simpatia e aí muda, a escola vem e diz: “escuta o que é que a entidade tem aqui que eu posso levar para minha escola”. Aí a relação muda

14. Quais são os benefícios de realizar essa /s atividade /s fora do âmbito escolar? Quais as dificuldades?

R: No final do ano recebemos umas cartas que até emocionam, dessas escolas que têm alunos no reforço, porque o nosso reforço é feito por uma psicopedagoga, então a gente tem um olhar individual para aquela criança, a família acompanha tudo, então acaba tendo uma mudança de atitude e de comportamento naquela criança, até em termos de disciplina, de agressividade, então o retorno é sempre muito nesse sentido, de asseio até, de vaidade, de cuidados, de postura, então quando você consegue ficar com um aluno um tempo, você fica pelo menos um ano trabalhando com aquele aluno, fica visível a transformação o quanto que ele evolui e as escolas percebem e dão esse feedback, as famílias percebem e tem família que é até engraçado: “meu filho não comia salada, começou a frequentar a entidade e agora come salada. O que é que vocês fizeram?”. Sei lá o que a gente fez, nunca obrigamos ele, mas ele entra num outro tipo de ambiente e ele vê os colegas e ele também faz igual.

15. Na experiência da sua entidade, as escolas têm sido favoráveis ao desenvolvimento de parcerias? Por quê?

R: Eu diria que sim. É um grupo pequeno, mas sim.

16. Na experiência da sua entidade, a Secretaria de Educação local tem sido favorável ao desenvolvimento de parcerias com escolas? Por quê?

R: Não muito viu, no momento em que eu procurei a regional no ano passado para uma coisa tão simples, eu queria a relação das escolas aqui da região para fazer um mapeamento, porque eu sei de nome as escolas com quem eu já tenho parceria, porque eu tenho parceria há tantos anos já. O que eu queria, eu queria levar o reforço escolar, o grêmio pra outras escolas, nossa, você não sabe a dificuldade que foi, eu consegui porque uma professora colocou de um papel que tinha na parede. Eles foram incapazes de me ceder por escrito, isso porque eu mandei pasta pra lá contando o que era o projeto, com objetivos, metodologia, o projeto completo dizendo que a gente tinha vagas tanto para parte esportiva quanto para o reforço e essas vagas estavam ociosas, então eu queria abrir meu campo, além das escolas que eu estava atuando eu queria até saber quais eram as outras e que isso poderia ser feito através da diretoria. Eu nunca tive resposta dessa pasta, aí a professora foi pessoalmente lá e eles não deram para ela e mandaram ela copiar de uma relação que estava na parede. Ela chegou aqui com um papel todo rascunhado de uma relação que estava na parede. Eu acabo preferindo ligar direto para o Diretor e dizer: “aqui é fulana de tal, estou do lado da sua escola, posso mandar uma professora aí para levar um material?”. Aí a coisa deu certo.

d) Informações sobre ONGs e escola pública

17. Parece uma obviedade afirmar que a escola pública encontra-se em crise. Segundo sua opinião, quais são as características mais marcadas dessa crise?

R: Eu acho que a formação de Educadores, eu acho que é o excesso de alunos em sala de aula. Houve uma preocupação muito grande e louvável de se colocar esses alunos para dentro da escola, agora, em que condições as coisas estão rolando lá dentro... então a gente resolveu um problema mas tem um outro problema por causa desse número excessivo. Eu acho ainda polêmica, mas eu pendo mais para a linha dos professores que não concordam com não reprovação. Apesar de entender e compreender qual foi a intenção, porque eu acho que é uma coisa muito complicada, eu não critico o governo, eu acho muito difícil mesmo, mas a não repetência não está trazendo resultados, eu não sei, eu também estudei em escola pública no ensino fundamental e ensino médio, só na Faculdade é que eu fui para uma instituição particular. Puxa, eu não estou achando que é por aí que vai resolver o problema, então ele não repete e ele fica para não ficar na rua. É como se você dissesse para o seu filho dentro de casa: “bom, então eu vou te dar tudo o que você quer e o que você não quer também para você continuar sendo o meu filho. Não, não vou te dar porque eu não concordo, eu acho que você não precisa disso, independente de eu ter dinheiro”. E não é por isso que você vai perder seu filho, então eu não sei, eu acho que houve um... sabe quem é o adulto da história aqui, acho que a criança perdeu isso, ela não olha para a escola dizendo assim: “escuta, não é meu pai, não é minha mãe mas é a instituição que eu pertence, eu tenho que respeitar isso aqui”. Eu acho que isso vai se refletir na violência que eles têm contra a escola lá na frente, os pequeninhos não têm essa agressividade, não tem, 7,8, 9, 10, 11 anos tudo bem, aí começa com 14, 15 quebra a própria carteira, chuta a porta e dá soco na cara do professor. É ali na frente que vai aparecer, ele deteriora aquele local. Então eu sou contra a questão da não repetência, não é porque não vai repetir que não vai ficar na rua, não é isso, estão faltando outras questões, mas não é por aí também.

18. Existem responsáveis dessa crise? (Se a resposta é “sim”: quem são?; poderia estabelecer uma hierarquia de responsáveis dessa crise?)

R: (riu e levantou do lugar, depois continuou) Eu acho que sim (rindo) acho que todos nós, todos nós, todos nós... Claro que tem responsáveis, nenhum parto chega como é a questão da escola pública e que não é verdade, a gente não tem que generalizar, porque tem escola pública que tem trabalho muitíssimo mais sério porque tem realmente um eixo condutor, que tem uma equipe pedagógica que muitas escolas particulares não tem, mas que tem a beleza, a aparência, aquela organização, os brinquedos mas que não tem uma linha pedagógica. Se entrar nessas escolinhas infantis e chegar pro dono assim: “escuta, qual é aqui o babado, vocês se guiam mais ou menos por que linha?” Não sabe. Então vamos parar de falar só da pública, cadê a particular? A questão é o ensino, não é o tipo da instituição, é o ensino.

19. Muitas vezes se afirma que as parcerias entre ONGs e escolas poderiam ser uma solução a essa crise...

R: Olha, eu acho que parceria sem dúvida é um facilitador, acho que hoje é uma palavra de ordem já. Se você pensa isoladamente as ações vão ficando fragmentadas, se você junta o recurso se fortalece. Eu acho que é, acho que é por aí, não sei como, mas eu acho que essas pessoas têm que estar junto.

20 Que tendências poderia visualizar no futuro em matéria de parcerias ONGs -Escola?

R: Eu acho que é positiva e que isso tende a crescer. Eu sou otimista senão não estria nessa área. Acho que cada vez mais, sabe, canais de TV a TV Cultura, trabalha muito com as organizações que tem criança, então junta aí a TV Cultura – que é uma empresa e trabalha junto com as ONGs e que são crianças que vem de outra escola, quer dizer é uma integração. Eu acho positiva e que terá um crescimento absurdo.

ENTREVISTA 13

Data: 13/02/01

Entrevistado: Presidente

a) Informações Básicas

1. Ano de fundação: 1990
2. Áreas de atuação: Educação, Cultura e Preservação da Vida
3. Âmbito de atuação: Local-Municipal, Estadual, Nacional e Internacional. Por conta de que atuamos na questão da formação, então nós trabalhamos com multiplicadores de formação e recebemos formação, interagimos na troca com Instituições Nacionais e Internacionais. Hoje em função da aldeia Global, a gente deve trabalhar essa coisa de integração entre os diferentes, para garantir a igualdade a todos.
4. Fonte dos recursos: No geral é nacional, porque é assim: nós temos algum projeto que é premiado em algum concurso e então nós realizamos aquele projeto. A verba é específica para aquele projeto, no geral é nacional, no geral tem sido a Comunidade Solidária, nós já tivemos um projeto financiado internacionalmente a uns oito anos atrás de \$5.000 para formação de jovens. No mais é trabalho voluntário.
5. Como caracterizaria o público alvo das atividades desenvolvidas pela entidade?

R: Criança, jovens, adultos, idosos advindos das classes populares, educadores e lideranças de Entidades.

b) Informações sobre as atividades educacionais

6. Poderia definir o perfil profissional dos funcionários alocados aos projetos educacionais? (formação, grau de escolarização, etc.)

R: São educadores, aqui todos nós somos educadores. Eu, estou na presidência, sou educadora, sou mestre em Administração e Supervisão, sou diretora de escola, estou concluindo o doutorado com o tema de tese: Construindo a Pedagogia da Diferença, quer dizer, tem tudo a ver sempre com a nossa proposta de trabalho. Temos a Diretoria de Comunicação, que é o Dagoberto, que é professor universitário, poeta e escritor, atua na questão da igualdade e da diferença na questão da mulher, defendeu tese recentemente sobre a questão do mioma em mulheres e tem aprofundado a questão da saúde da mulher, atua nessa área como também na retomada dos valores e da essência, tem trabalhado na questão da identidade e produz cartões valorizando a identidade negra e realiza todo o trabalho dentro dessa área e Ubirajara. O vice-presidente que é o Henrique, que vive no Ceará e toda essa parte de formação nós elaboramos juntos, eu e ele, de educadores principalmente, dos jovens normalmente sou eu com a Diretoria Jovem que já constituiu uma outra entidade, porque é outro dos nossos objetivos dar apoio para a formação de outras entidades e a entidade também tem por objetivo aglutinar as famílias e não aquela coisa assim de militante que é militante e some de casa, não, nós levamos a família para estar junto. Então, o meu filho também faz parte da diretoria, como os filhos dos outros, é sobrinho, irmão, é tia..., então a entidade trabalha dessa forma também. Na organização da parte do trabalho dos jovens, hoje os jovens já operam, já trabalham e já elaboram juntamente comigo as propostas dos programas e mais do que isso, já formaram dois grupos a COOPERBLACK – Associação Cooperativa de Produção e Distribuição de Produtos Afro-Brasileiros e tem SAMGOFA – atua na área da cultura. A Diretoria Jovem é coordenada pelo César, que além de outros trabalhos, também desenvolvem a Carta da Terra Jovem, estão desenvolvendo esse projeto através de um festival que está na terceira fase e produzir um CD. Temos a Marisa, a Glória e perdemos uma companheira que era a Conceição elas atuam na formação dos jovens, cursos. Tem a Tânia que é a Psicóloga que acompanha os jovens e as famílias da entidade. A D. Carlota que atua na terceira idade e também com o trabalho de formação dos jovens. A Liedji que é de dança, ginástica e tudo que é relacionado ao corpo e alimentação. A Gilda que atua mais na parte do resgate da História. Sr. Henrique Cunha que é mais nosso orientador. Mirian e Irene que também fazem parte dos educadores que atuam nos cursos, a Carol que é secretária.

7. Projetos desenvolvidos (em curso):

PS. - A Entrevistada preferiu encaminhar um material que tivesse todas as informações completas e que está contido no final da entrevista, na forma com que recebi.

7.1 Objetivo do Projeto:

Trabalho de Formação: Provocar uma re-elaboração de conceitos, aprofundamento de conhecimento, de redefinição de postura, tomada de posição consciente e uma ação que oscile da prática para a teoria e da teoria a prática num constante e crescente fazer político em busca da organização e ação afro-brasileira cidadã.

Universidade Afro Brasileira Frantz Fanon: ser um espaço irradiador dos Valores Culturais e História dos Africanos e Afro Latino americano; ser um espaço de libertação de todo tipo de opressão; ser um espaço promotor da Educação, Formação, Cultura, Profissionalização e Garantia dos Direitos Humanos.

Crescendo Vivendo e Aprendendo: Proporcionar aos adolescentes provindos das camadas pobres da população a oportunidade de orientação e formação para a vida e profissionalização para inserção no mercado de trabalho.

Criativando: Tem por finalidade formar jovens na área da informática para ter acesso ao mundo por ela oferecido, atuando de forma interativa, cooperativa, criativa e solidária como agentes comunitários multiplicadores dos conhecimentos adquiridos e também como profissionais no mercado de trabalho.

Musicando a Juventude: Tem como proposta maior levar a arte do som até os jovens, ou seja, a música, a dança e o canto como forma de vida e arma contra a violência de forma que eles não aprenderão apenas a tocar, mas que saibam da história da música e do instrumento que eles estão tocando, saibam compor e fazer arranjos musicais, ou seja, tornarem-se músicos aptos para o mercado.

Saúde Solidária: Proporcionar aos jovens advindos das camadas pobres da população, oportunidades de conhecimentos na área de saúde para a manutenção e conservação da própria, de seus familiares, da comunidade em geral, desenvolvendo e exercitando a solidariedade, buscando forma de inserção no mercado de trabalho e possibilidade de vislumbrar em nível de carreira futura novos horizontes a partir dos conhecimentos adquiridos.

Casa e Harmonia: Formar homens e mulheres para atuarem de forma eficiente e competente como assistente do lar; que poderá desempenhar as seguintes funções: empregada (o) doméstica (o) realizando faxina geral, conservação e manutenção do prédio e equipamentos, preparo de alimentos para refeições que sejam dietas comuns ou sofisticadas, arrumação de mesas para refeições completas e cozinha internacional, com destaque para a cozinha afro brasileira.

Festival “Cantando os Sentidos da Vida”: Motivar jovens a refletir e escrever sobre o Brasil que temos hoje e o Brasil que queremos, aliado ao mundo que temos ao mundo que queremos e a contribuição do jovem nesse processo. A música foi escolhida como forma de expressão por ser um espaço de participação intensa do jovem

Carta da Terra Jovem: O desenvolvimento da Carta da Terra Jovem é resultante da fase de experiências, tal como sua divulgação perante à comunidade. Então, se cada jovem participante do Programa “Educadores da Paz”, se propuser a divulgar, ou seja, compartilhar o seu aprendizado com seus semelhantes, o processo de assimilação e conscientização irá transcrever uma Carta Jovem de alto nível e canalizar os valores e princípios no interior de cada ser.

Integrando: Tem por finalidade formar jovens na área de Mídia Televisiva e Mídia Informatizada para ter acesso ao mundo do trabalho por ela oferecido, atuando de forma interativa, cooperativa, criativa e solidária como agentes comunitários multiplicadores dos conhecimentos adquiridos e também como profissionais no mercado de trabalho.

Hospital Afro Brasileiro: Servir à comunidade nacional através da prestação de serviços de saúde na área de diagnóstico, tratamento e acompanhamento clínico ambulatorio nas afecções e agravos à saúde.

Olhar Afro Brasileiro: Formar jovens na área de editoração eletrônica, mídia televisiva e fotografia para ter acesso ao mundo por ela oferecido, incorporando a ele um Olhar Afro Brasileiro, objetivando garantir a igualdade de direitos e oportunidades, atuando de forma interativa, cooperativa, criativa e solidária como agentes comunitários multiplicadores dos seus conhecimentos adquiridos e também como profissionais no mercado de trabalho.

Jovens Criadores do Futuro: Capacitar jovens para exercerem as funções de: Web Designer (criação de Web sites e seus adereços); Designer Gráfico (criação de logotipos, desenvolvimento de projetos de desenho industrial e livre); Fotógrafo (trabalhar com máquina profissional e trabalhar com a fotografia via computador); Agente de Publicidade (criar e desenvolver projetos publicitários e soluções de Marketing) e Auxiliar de produção musical (desenvolver trabalhos de estúdio e de DJ).

7.2 Origem da atividade (quem demanda ou demandou):

População carente. Educadores. Jovens e crianças. A comunidade. A entidade.

7.3 Âmbito onde se desenvolvem as atividades (no próprio âmbito escolar ou fora dele; se realizadas fora do âmbito escolar onde?):

Locais variados: Instituições públicas, sede de entidades, sede da entidade e na periferia de São Paulo.

c) Informações sobre as parcerias

8. Como caracterizaria o vínculo estabelecido com as escolas?

R: Temos vínculo com escolas. A EMEI Dom José Gaspar é uma escola onde os jovens apóiam e você pode ver aqui muitas fotos de atividades (vi os registros do trabalho e da história da instituição em um tipo de álbum, mas eles não tinham nenhum material para me fornecer), porque eles aprendem e depois vão fazendo. Eles vão fazendo nas diferentes escolas aqui do bairro, a D. José Gaspar, Moacir Campos, o Jorge Duprat e outras onde vão e realizam atividades. São os próprios jovens formados que atuam, como damos cursos abertos, para professores, diretores e coordenadores de várias escolas, os jovens também hoje com a questão de educação em valores humanos, não sozinhos, mas dão cursos para professores, diretores e coordenadores.

9. Que dificuldades costumam apresentar-se na parceria entre sua entidade e as escolas?

R: Dificuldade. Não vejo dificuldade, só vejo realizações, porque se você se propõem a fazer um trabalho e realiza alguma coisa a gente tem conseguido, então, acho que a gente não tem tido dificuldade com as escolas.

10. Que fatores facilitam esse vínculo?

R: É a nossa proposta e nosso currículo de ação e o boca-a-boca. As pessoas vêm até a gente porque já sabem do nosso trabalho, então as pessoas vêm buscar e já sabem o que querem e o que a gente tem para oferecer. A gente tem um trabalho com jovem, um trabalho que dá certo, a gente tem um trabalho com crianças e é um trabalho que dá certo, em geral as pessoas vêm porque sabem que deu certo, então é isso que facilita e que abre as portas e a proposta de educação em valores humanos que hoje a gente também soma à nossa proposta, que está dando certo no mundo inteiro. Aqui ela está conhecida a bem pouco tempo e a gente já está com experiência relativamente, a gente tem trabalhado e já tem alguma experiência nisso, então eu acho que a gente tem podido também estar contribuindo, juntos nessa caminhada.

11. Que tipo de vínculo se estabelece entre sua entidade e a Secretaria de Educação local?

R: Olha, agora, primeiro porque nós vivemos um momento difícilíssimo que foi a administração passadas, mas mesmo assim a gente conseguiu agora, no final do ano realizar um curso de Educação em valores humanos em parceria com a DREM 9, quer dizer, com um órgão da Secretaria e não com a Secretaria como um todo como a gente vinha fazendo em outras épocas, até 95 nós tínhamos direto trabalhos realizados com a Secretaria de Educação e de lá para cá, não conseguimos estar retomando, tivemos uma negociação de três anos que não deu em nada e depois de quatro anos conseguimos realizar um trabalho com a Secretaria. Já com as escolas em si a gente vai realizando esse trabalho e nunca deixou de realizar, mas com a macro, envolvendo muitas escolas, foi só agora no final do ano. Pretendemos estar retomando, acreditando na administração que está aí. A Estadual, nós só temos com as escolas, nada diretamente com a Secretaria, não que o Estado não tenha tido interesse, enquanto DREM eles entraram em contato com a gente, mas a questão foi a falta de tempo. Trabalho nas escolas, vários, inclusive com vários professores do grupo nas diferentes regiões de São Paulo, em nível de Secretaria a gente não estava em condições de levar um trabalho, especialmente no Estado que é muito amplo.

12. Existem canais formais de planejamento e /ou avaliação dos projetos junto à Secretaria de Educação local (estadual e /ou municipal)? Em que consistem?

R: Não, até porque nós não temos nenhum projeto caminhando junto com a Secretaria Municipal e, quando tivemos, a avaliação era feita em outros níveis, o último projeto que nós tivemos era Psicologia da Relações humanas e nesse, projeto e avaliação era feita pelo DOT da própria Secretaria e pelo próprio projeto.

13. Que potencialidade observa no trabalho realizado dentro da escola? Quais as dificuldades?

R: Primeiro, de uma forma geral nós colocamos os jovens atuando e eles se sentem úteis, valorizados, eles se sentem comprometidos, se sentem importantes como cidadãos e um membro da sociedade que atua e que pode transformar para melhor, então eles realizam um trabalho de qualidade que passa a ser elogiado por professores, pela administração da escola, diretores, as crianças ficam adorando todos os jovens que passam pelas escolas. Por outro lado a escola ganha com isso, porque tem profissionais que estão atuando lá dentro e estão contribuindo para a melhoria da qualidade do ensino e para a melhoria das relações e do estado emocional de felicidade, de alegria das crianças. Agora dificuldade eu não vejo, se a gente procura fazer um trabalho, realmente faz. A nossa dificuldade é não ter as condições ideais de verba, mas eu não sei até onde é dificuldade, porque se a gente não tem a roupa de um jeito a gente cria de outro para uma apresentação e por outro lado a gente tem muita solidariedade, muita participação então, talvez, a questão do jovem porque eles fazem várias escolas, então às vezes eles faltam e como são muito importantes, se eles faltam eles fazem falta na escola. Então, acho que realmente o problema que a gente encontra é a falta, porque eles ficam com uma sobrecarga, eles estão em outra escola, tem as atividades e tem o projeto, e eles têm que estudar e bom, eles têm muita coisa e têm que curtir também. O jovem hoje não está acostumado a ter tanto compromisso, então não é tão simples a gente trazer para ter compromisso e assumir.

14. Quais são os benefícios de realizar essa /s atividade /s fora do âmbito escolar? Quais as dificuldades?

R: A maior realização é com o jovem, quando você vê, por exemplo, nas atividades, que a gente acompanha, então nós começamos esse trabalho e eu comecei aqui nessa região porque as meninas estavam indo muito cedo para a prostituição, tendo filho muito cedo e a droga então nem se fala, a droga aqui é uma montanha, então, você vê esse jovem que se não tivesse com você qual seria o seu caminho e hoje estão trabalhando nas empresas, em mesas de escritório e aquilo que era uma coisinha pequenininha hoje é um homem e está com um caminho de ser um executivo de uma empresa, tendo orgulho disso e que também está sabendo ser solidário com o outro, então, isso é muito importante, se você vê a casinha que eles estavam aí você entende um pouco isso.

15. Na experiência da sua entidade, as escolas têm sido favoráveis ao desenvolvimento de parcerias? Por quê?

R: Bom, aí é que está, é o que eu digo, nós geralmente somos procurados, então, as escolas, essas que nos procuram, essas sim são.

16. Na experiência da sua entidade, a Secretaria de Educação local tem sido favorável ao desenvolvimento de parcerias com escolas? Por quê?

R: Sim, bom deixa eu ver essa questão das escolas... todas elas têm aberto para parcerias, oficialmente tem sido sim, agora, sempre tem a burocracia para dificultar mas oficialmente tem.

d) Informações sobre ONGs e escola pública

17. Parece uma obviedade afirmar que a escola pública encontra-se em crise. Segundo sua opinião, quais são as características mais marcadas dessa crise?

R: Bom, os Educadores não vivem a Educação em valores humanos, é isso. Se eles vivessem a escola seria outra, se as famílias vivessem a escola seria outra, então, falta viver educação em valores humanos.

18. Existem responsáveis dessa crise? (Se a resposta é “sim”: quem são?; poderia estabelecer uma hierarquia de responsáveis dessa crise?)

R: Todos nós, todos nós.

19. Muitas vezes se afirma que as parcerias entre ONGs e escolas poderiam ser uma solução a essa crise...

R: Não, isso seria um dos ingredientes, isso é muito de Brasil, colocar solução mágica para tudo, note, a solução não é a parceria da Escola com a ONG, a solução, são as ações desencadeadas, a necessidade que haja solidariedade, que haja comprometimento, que haja união, que haja participação e até um dos motivos que as coisas estão como estão é se colocar palavras mágicas, esse é o país da mágica, então, agora a palavra mágica é parceria, não é bem assim. O que é que a gente vai colocar dentro dessa parceria ? É essa que é a essência. Parceria é importante, por quê? Porque é cooperação, por quê? Porque é compromisso entre as pessoas, mas como isso vai se realizar, então a gente tem sempre que tomar cuidado de não torcer as palavras porque senão coisas muito boas podem se perder, **é o medo que eu tenho nesses questionários.**

20. Que tendências poderia visualizar no futuro em matéria de parcerias ONGs -Escola?

R: Eu acho que realmente para estar trabalhando com escolas teria que ser ONGs que têm experiência em trabalhar com jovens. É assim também, está virando uma febre e “vamos lá para a escola” e entra, e se você não tem experiência comprovada em trabalho com jovens, com adolescentes e com crianças o que você vai fazer dentro de uma escola, acho que algumas coisas precisam se assegurar nessas parcerias. Colocar mais aventureiros dentro das escolas esse não é o caminho.

ENTREVISTA 14

Data: 20/02/01

Entrevistado: Coordenação Executiva

a) Informações Básicas

1. Ano de fundação: 1986
 2. Áreas de atuação: Educação
 3. Âmbito de atuação: Nacional
 4. Fonte dos recursos: Empresas privadas, prefeituras, Pessoas Físicas
 5. Como caracterizaria o público alvo das atividades desenvolvidas pela entidade?
- R: Professores, Técnicos, Entidades Sociais, Creches, Escolas Privadas e EMEIS.

b. Informações sobre as atividades educacionais

6. Poderia definir o perfil profissional dos funcionários alocados aos projetos educacionais? (formação, grau de escolarização, etc.)

R: Equipe multidisciplinar de técnicos da área social, educação e saúde

7. Projetos desenvolvidos (em curso):

7.1 Objetivos dos projetos;

R: Capacitação durante dois anos, com todas as pessoas envolvidas nas escolas /equipamentos desde cozinheiras, faxineiras, pessoal da área de saúde e o pessoal que gerência e coordena.

Proporcionar complementação à escola em período contrário ao de estudo.

Atuar com projetos em creches públicas e conveniadas.

7.2 Origem da atividade (quem demanda ou demandando):

R: De um lado os próprios financiadores, eles buscam o Instituto e dizem: “a gente tem um grupo de entidades e essas entidade precisam de capacitação”, o que para nós é muito bom e por outro as próprias entidades, ligam pra cá querem saber como faz... A gente tem Prefeituras, mas coisas bem pontuais, então, uma assessoria para uma equipe por três meses, a gente não tem nenhuma Prefeitura que tenha um trabalho de longo prazo com a gente como a gente tem com as entidades. Então nosso público são as Entidades Sociais e essas Fundações que investem na área social.

7.3 Âmbito onde se desenvolvem as atividades (no próprio âmbito escolar ou fora dele; se realizadas fora do âmbito escolar: **onde?**):

R: As atividades se desenvolvem nas creches, nos CJ – Centros de Juventude das entidades e alguns cursos são dados na sede do Instituto.

b) Informações sobre as parcerias

8. Como caracterizaria o vínculo estabelecido com as escolas?

R: Com essas entidades muito bom, de maneira geral a gente pode dizer que 80% das entidades onde a gente já trabalhou, a gente mantém um vínculo até hoje, mesmo essas de 1994. Um vínculo que não é mais em função do projeto em si, porque o projeto não está mais lá diretamente, mas as pessoas continuam freqüentando os cursos, assinam a revista, mandam material para a revista. Enfim, a gente tem um vínculo muito, muito importante, muito significativo.

9. Que dificuldades costumam apresentar-se na parceria entre sua entidade e as escolas?

R: Temos algumas dificuldades. Principalmente quando a entidade apesar de dizer que quer o projeto, a Diretoria da entidade não dá o apoio necessário ao projeto, então isso é um problema que a gente enfrenta pouco, mas enfrenta, quando a entidade dificulta, ao mesmo tempo em que foi ela que pediu, ela que quer porque ela precisa aceitar, mas quando começam as mudanças, porque as mudanças são muito grandes, as mudanças internas e aí ela começa a reagir. Então a gente tem esse tipo de dificuldade, mas olha, basta dizer que desde 1994 na verdade a gente desligou duas entidades, assim antes de terminar o projeto. Uma por falta de condições financeiras, a entidade entrou com um problema e não conseguia pagar mais os funcionários e a outra por conta do desinteresse da Diretoria, a diretoria não dava nenhum

apoio. As outras todas a gente fez até o fim o projeto. Dessas que a gente fez até o fim foi ótimo, excelente, cresceram muito mais do que a gente imaginava.

10. Que fatores facilitam esse vínculo?

R: Primeiro o que eles dizem muito é que realmente a questão da competência profissional ela é muito trabalhada, então as pessoas se sentem muito mais competentes do que eram antes e isso melhora a auto-estima, elas começam a vislumbrar outras possibilidades de trabalho, se vê que a questão salarial não altera, porque elas não ganham mais porque estão fazendo esse projeto, mas a questão da competência profissional tem uma alteração significativa, então isso tem feito as pessoas ficarem muito ligadas a gente, ficarem agradecidas, é uma relação assim de reconhecimento pelo trabalho, pelas técnicas que ficam amigas, anos depois ainda ligam no aniversário, convidam para as exposições, a gente sempre recebe convite para as exposições, mesmo daquelas entidades que a gente não está mais ligado.

11. Que tipo de vínculo se estabelece entre sua entidade e a Secretaria de Educação local?

R: Pouquíssimo na verdade, quer dizer, agora que em Tuiutaba o projeto está começando via Secretaria. A gente tem vínculos com a Secretaria, mas não dentro dos projetos de Capacitação, por exemplo, tem 300 Prefeituras que assinam a revista, então a gente é chamada para cursos, esse tipo de coisa existe, mas o projeto em si, por exemplo, só para te dizer e dar uma idéia, a maioria dessas entidades é conveniadas com a Prefeitura de São Paulo, com a Secretaria de Assistência Social, a gente nunca foi chamada pela Secretaria para saber o que a gente estava fazendo na rede conveniada deles, ou para trocar figurinhas ou para dizer qualquer coisa. Então quer dizer que o vínculo com a Secretaria, principalmente aqui em São Paulo, eu diria que é nulo. Muito pouco.

12. Existem canais formais de planejamento e /ou avaliação dos projetos junto à Secretaria de Educação local (estadual e /ou municipal)? Em que consistem?

R: Não, não...

13. Que potencialidade observa no trabalho realizado dentro da escola? Quais as dificuldades?

R: Potencialidades muitas, mudanças efetivas, enfim, dificuldades as mesmas, falta de recursos, de materiais, às vezes rotatividade de pessoal (baixa rotatividade, mas ela existe), então você tem uma Coordenadora e de repente muda, então você tem num ano o trabalho com um Coordenador e no outro ano é outro Coordenador, isso pra gente é uma coisa muito séria, muito grave. A gente até tem indicado Coordenadoras que já passaram pelo processo, mas nem sempre conseguem conciliar e ser contratado uma pessoa que a gente conhece, pra mim isso é um entrave, a rotatividade e a falta de recursos materiais.

14. Quais são os benefícios de realizar essa /s atividade /s fora do âmbito escolar? Quais as dificuldades?

R: Não possuem atividades fora das escolas e entidades, somente alguns cursos de formação que acontecem na sede da Instituição.

16. Na experiência da sua entidade, as escolas têm sido favoráveis ao desenvolvimento de parcerias? Por que?

R: muito, essas entidades todas super favoráveis, abertas com interesse. A gente tem um dos projetos que eu nem citei, porque na verdade ele é um projeto que não tem nem financiamento ainda, foi feito aqui internamente, que é a parceria com Museus e que chama: Mexe e Remexe Arte na Creche, que é uma coisa que acontece aos sábados e nós abrimos aí vagas e apareceram 70 educadores, variados até gente que já passou por formação. Nós tivemos que sair correndo atrás dos Museus pra encaixar 25 aqui, 25 ali e a gente têm várias turmas. Então isso é um sinal de que as pessoas nem estão a fim só de dinheiro, porque elas não ganham nada muito pelo contrário elas gastam para vir com ônibus e tudo, tomar lanche, mas eu acho que a parceria quando ela é bem feita e realmente, reverte em benefício da Instituição / escola, eu acho que elas são aceitas.

17. Na experiência da sua entidade, a Secretaria de Educação local tem sido favorável ao desenvolvimento de parcerias com escolas? Por que?

R: Por enquanto a gente não tem. Essa é a primeira experiência que nós vamos ter, em Tuiutaba, vamos ver a experiência do Rio de Janeiro que é muito maior a Secretaria e não sei se o interesse vai ser o mesmo de Tuiutaba que é pequenininha, agora no trabalho que a gente faz principalmente nas creches, por enquanto o interesse foi muito pequeno, a participação mínima, inclusive, a gente ofereceu vagas para o pessoal das Secretarias e não tivemos. A gente tem assim individualmente, por exemplo, nos encontros de formação que a gente faz, as vezes tem técnico da Prefeitura participando, mas aí é uma coisa pessoal, não é que a Secretaria designou e disse: "acompanha o projeto porque a gente tem interesse". Não, a pessoa por livre e espontânea vontade vai, então você não pode dizer que é a Secretaria que está interessada.

d) Informações sobre ONGs e escola pública

18. Parece uma obviedade afirmar que a escola pública encontra-se em crise. Segundo sua opinião, quais são as características mais marcadas dessa crise?

R: Olha, eu acho... Eu tenho uma avaliação da minha experiência que a grande crise da Educação no país é uma crise que eu acho que não é culpa dos professores, eu gosto de separar bem isso, eu acho que é uma culpa do Sistema como um todo, todas as questões ligadas as salariais, a formação a qual elas passaram, enfim todo esse diagnóstico que

todo mundo já sabe, já conhece, mas eu acho que a falta de competência profissional que a maioria dos profissionais da Educação tem, isso eu acho a coisa mais grave, isso eu acho que é a crise absoluta, porque eles vêm de uma formação muito precária, mesmo que tenham feito pedagogia, a gente sabe que o Magistério é fraquíssimo, sempre foi, o Magistério repete coisas de 1950, de 1930, não há nenhuma inovação ou pouquíssimo. E há muito curso, há muita formação, o Estado de São Paulo até que investiu na formação, mas eu acho que o pessoal que faz Formação tem que ser realmente um pessoal que sabe do que está falando, acho que a hora que a gente conseguir tem muitos grupos já no país fazendo Formação em Serviço e que faz uma diferença brutal. Eu conheço Municípios que as creches e pré-escolas não ficam nada a dever para as escolas particulares, com os recursos que tem e o que fez a diferença foi uma boa formação, foi uma formação competente e de longa duração, porque não adianta ficar fazendo curso isolado, curso só de julho, férias, junta 200, 300 professores para uma palestra e diz que é curso, pra mim isso serve no máximo como uma sensibilização, mas isso não forma o Professor em serviço, então eu acho que tem que investir numa formação. Acho que a crise é essa. Eu fico vendo as minhas Educadoras leigas quando elas começam perceber a criança aprendendo, crescendo e o trabalho delas influenciando, nunca mais você perde essa pessoa da Educação. Você conquista e elas ficam animadas, elas vão estudar, elas vão se virar, com o salário que tem. Então todo o resto que a gente diz: “ah, é impossível fazer melhor na Educação porque enquanto não...”, eu não sou a favor, eu não concordo com isso, eu acho que tem que o professor tem que ganhar cada vez melhor, que precisa estruturar melhor, tudo isso eu concordo, mas eu acho que tem uma coisa a fazer que é o desenvolvimento dessa competência profissional, que é uma responsabilidade que todo mundo tinha que arregaçar as mangas, o Governo, os Empresários e as ONGs e já tem muita gente fazendo.

19. Existem responsáveis dessa crise?

R: Eu acho na verdade que é a sociedade como um todo que deixou a situação chegar no nível que chegou. O Brasil tem um dos piores indicadores da América Latina é uma vergonha considerando os recursos que a gente tem, a vitalidade da nossa sociedade. A gente tem os piores índices ligados a repetência, a evasão, é um absurdo, eu acho um absurdo. A criança fica 08 anos e sai sem aprender praticamente nada, sai como analfabeto funcional, quer dizer, é um absurdo, não consegue construir um texto, não se trata disso. Então quando você começa a trabalhar aquela criança pequenininha, ela com três anos já tem condições de contar uma história oralmente, porque ela ainda não escreve, mas ela sabe “era uma vez um rei e uma rainha e aconteceu isso...” E faz uma trama e põem o final e isso aos três anos de idade e a gente tem crianças com 11 anos que não sabem fazer isso e estão numa escola, que estão num CJ e não sabem fazer, o que é que foi isso? É um descuido da sociedade, da elite, que permitiu que isso acontecesse. Permitiu que uma criança de 11 anos não sabe distinguir uma história de fadas, de uma piada e de um texto jornalístico, que uma criança de 5 ou 6 anos que tenha um bom atendimento ela já sabe. Não só fazer isso oralmente como ela sabe escrever, você pede e ela sabe escrever. Então isso acontece com uma criança de 06 anos, porque que não acontece com uma criança de 11 que já está na escola? Ah, porque ela é de baixo nível? Não, porque ela não teve uma boa escola, uma boa instituição que ajudasse, porque não é nenhum bicho de sete cabeças, as crianças são inteligentes, são capazes, são competentes. Excetuando um ou outro caso que eventualmente tenha um problema mesmo, um déficit ou uma coisa... o resto é tudo criança comum

20. Muitas vezes se afirma que as parcerias entre ONGs e escolas poderiam ser uma solução a essa crise...

R: É, solução eu acho que não é, o problema é muito maior do que as ONGs, elas são pequenas, trabalham com modelos pontuais e mesmo as maiores, mesmo o Projeto de Aceleração do Instituto Ayrton Senna, que é um projeto que interfere diretamente na escola, mas que é uma coisa pequena, eu acho que eles podem dar muita contribuição como modelo e dizer “olha, pode dar certo, isso é possível”, mas eu acho que não é só isso.

21. Que tendências poderia visualizar no futuro em matéria de parcerias ONGs - Escola?

R: Tendência eu não sei se eu teria competência para dizer quais seriam as tendências, mas eu acho que o investimento das empresas nesta questão da formação eu vejo como uma coisa altamente positiva. Claro que o recurso físico, o investimento também é muito importante, mas importante também é essa coisa da Formação, um investimento mais sério. Da minha parte eu acho que é uma grande saída, claro que também com recursos físicos, essa coisa do computador, dos materiais, dos livros e isso tudo também é importante. Agora, eu não sei se eu saberia dizer qual é a tendência das empresas, eu vejo muitas empresas investindo na questão da formação.

ENTREVISTA 15

Data: 21/02/01

Entrevistado: Presidente.

a) Informações Básicas

1. Ano de fundação: 06 de março de 1994.
2. Áreas de atuação: Educacional.
3. Âmbito de atuação: Municipal.
4. Fonte dos recursos: Nacional. Públicos : BNDES. Privados: Xerox, Promon. Vendas de materiais produzidos nas oficinas.
5. Como caracterizaria o público alvo das atividades desenvolvidas pela entidade?

R: Crianças e jovens carentes de 06 a 18 anos

b) Informações sobre as atividades educacionais

6. Poderia definir o perfil profissional dos funcionários alocados aos projetos educacionais? (formação, grau de escolarização, etc.)

R: Há 04 com escolaridade superior completa, na área de Educação e Psicologia, 08 completando a escolaridade superior e 04 com escolaridade média concluída.

7. Projetos desenvolvidos (em curso):

7.1 Objetivo dos projetos:

Oficinas culturais: proporcionar o conhecimento das diferentes culturas e também a participação em atividades que normalmente não teriam acesso sem o projeto.

Oficinas de capacitação profissional: trabalha com o jovem a oportunidade de desenvolver suas habilidades, dentro de uma visão de emprego / profissão.

Projeto Fim-de-semana: atende a comunidade e os alunos da casa, como opção para que saiam das ruas, drogas, da violência e da marginalidade.

- #### **7.2 Origem da atividade (quem demanda ou demandou):**

R. Oficinas Culturais demandadas a partir de negociações com a XEROX . Oficinas de Capacitação Profissional, também, a partir de negociações com BNDES e o Projeto Fim-de-Semana, após apresentação de proposta à PROMON.

- #### **7.3 Âmbito onde se desenvolvem as atividades (no próprio âmbito escolar ou fora dele; se realizadas fora do âmbito escolar: *onde?*):**

R. No próprio âmbito da entidade

c) Informações sobre as parcerias

8. Como caracterizaria o vínculo estabelecido com as escolas?

R. Não existe. Já fomos até acusados de estar desviando os alunos da escola. Aqui, para entrar, tem que freqüentar uma escola, o que acontece é que eles não querem sair para ir para a escola, então temos que fazer um esforço para que eles continuem na escola.

9. Que dificuldades costumam apresentar-se na parceria entre sua entidade e as escolas?

R. Não temos parceria. Idem resposta anterior.

10. Que fatores facilitam esse vínculo?

R. Não temos vínculo

11. Que tipo de vínculo se estabelece entre sua entidade e a Secretaria de Educação local?

R. Nenhum

12. Existem canais formais de planejamento e / ou avaliação dos projetos junto à Secretaria de Educação local (estadual e / ou municipal)? Em que consistem?

R. Nenhum. Nunca fomos procurados para saber sobre nosso trabalho ou saber dos alunos que estão aqui na Casa.

13. Que potencialidade observa no trabalho realizado dentro da escola? Quais as dificuldades?

R. As atividades são desenvolvidas na entidade. Não temos atividades dentro das escolas.

14. Quais são os benefícios de realizar essa /s atividade /s fora do âmbito escolar? Quais as dificuldades?

R. Ocorrem aprendizagens motivadoras de auto-desenvolvimento produzindo resultados concretos e efetivos na formação das crianças e jovens. Estimulam a cooperação, a construção de conhecimentos sustentáveis num ambiente saudável e propício a novas aprendizagens.

Quais as dificuldades?

R. Às vezes, a manifestação do individual monopoliza a ação pedagógica, quando se apresentam estratégias para solucionar e alavancar potencialidades grupais e sanadoras das dificuldades individuais.

15. Na experiência da sua entidade, as *escolas* têm sido favoráveis ao desenvolvimento de parcerias? Por quê?

R. Há manifestações esporádicas de reconhecimento da entidade, através de visitas. Algumas pessoas (alunos e professores) costumam vir até a casa para ver como funciona.

16. Na experiência da sua entidade, a Secretaria de Educação local tem sido favorável ao desenvolvimento de parcerias com escolas? Por quê?

R. Não tenho muito conhecimento, mas minha opinião é não.

d) Informações sobre ONGs e escola pública

17. Parece uma obviedade afirmar que a escola pública encontra-se em crise. Segundo sua opinião, quais são as características mais marcadas dessa crise?

R. O descaso com a educação e principalmente a preparação de educadores para os desafios deste tempo.

18. Existem responsáveis dessa crise? (Se a resposta é "sim": quem são?; poderia estabelecer uma hierarquia de responsáveis dessa crise?)

R. O Estado, em suas diferentes esferas de decisão e áreas de execução, perpetuando o Estado burocrático e paternalista. Os segmentos da sociedade (empresários das diversas áreas, entidades de toda natureza) pouco mobilizados para exigir do Estado o cumprimento das leis. A falta de programas que possibilitem efetivamente o exercício da cidadania. Excetuam-se, contudo, ações mais consistentes como as desenvolvidas pelo MST, técnicos da SEC / Porto Alegre, Casa do Zezinho e alguns outros que por este Brasil afora têm buscado, timidamente, organizar-se para, solidariamente, desenvolver projetos na área social.

19. Muitas vezes se afirma que as parcerias entre ONGs e escolas poderiam ser uma solução a essa crise...

R. A situação está caótica. Cada entidade procurando resolver o seu espaço e uma falta de crença de melhores resultados através de um trabalho.

20. Que tendências poderia visualizar no futuro em matéria de parcerias ONGs -Escola?

R. Acho que a tendência é melhorar. A escola está muito fechada, mas por outro lado também está perdida.

ENTREVISTA 16

Data: 21/02/01

Entrevistado: Assessor

a) Informações Básicas

1. Ano de fundação: 1994
2. Áreas de atuação: Educação e Juventude
3. Âmbito de atuação: Nacional
4. Fonte dos recursos: Todos – nacional e Internacional, público e privado
5. Como caracterizaria o público alvo das atividades desenvolvidas pela entidade?

R: Educadores populares, profissionais de escolas públicas e grupos de jovens.

b) Informações sobre as atividades educacionais

6. Poderia definir o perfil profissional dos funcionários alocados aos projetos educacionais? (formação, grau de escolarização, etc.):

R: todos com nível superior, alguns com pós-graduação. Áreas de formação: Pedagogia, Geografia, Biologia, Direito, História, Letras, Sociologia.

7. Projetos desenvolvidos (em curso):

7.1 Objetivo dos projetos:

Políticas públicas de educação de jovens e adultos: Apoiar a ampliação e qualificação dos serviços de educação de jovens e adultos. O projeto produz, analisa e dissemina conhecimentos e informações sobre políticas públicas, mediante o desenvolvimento de pesquisas, constituição de bancos de dados, monitoramento de políticas públicas nacionais e de acordos internacionais, assessoria a órgãos públicos e não governamentais, articulação e animação de redes de organizações civis, elaboração de publicações e atividades de formação. Publica mensalmente o boletim [Informação em Rede](#). Participa da coordenação da Rede de Apoio à Ação Alfabetizadora no Brasil (RAAAB), responsabilizando-se pela editoria da revista semestral [Alfabetização e Cidadania](#). Representa o Brasil no Comitê Diretivo do Conselho de Educação de Adultos da América Latina e Caribe (CEAAL).

Gestão escolar democrática; Visa a implementar ou aperfeiçoar processos de democratização da gestão de escolas públicas. Desenvolve atividades de integração entre escolas e comunidades, disseminação de informação, intercâmbio, formação de educadores e agentes sociais envolvidos com a problemática da gestão escolar. Publicou o livro [Democracia: uma grande escola](#): alternativas de apoio à democratização da gestão e à melhoria da educação pública (um guia de equipes técnicas) e assessorou os municípios paulistas de Barueri, Hortolândia, Rio Claro, Santo André, Santos e Vinhedo. Articula o programa *Integrar pela Educação*, que pretende atribuir novo sentido à educação escolar por meio da mudança de práticas internas à escola - sobretudo sua democratização - e do estreitamento de sua relação com práticas educacionais extra-escolares. Esse projeto se desenvolve na Zona Leste do Município de São Paulo, sendo por ele co-responsáveis, além da Ação Educativa, o Fórum de Educação da Zona Leste, o Núcleo Cultural Força Ativa (que atua na Cidade Tiradentes), a Associação Ética e Arte na Educação (que atua em Itaquera), a Ação Comunitária Paroquial do Itaim Paulista, a Escola Municipal Antonio Carlos de Andrada e Silva (em São Miguel Paulista) e a Escola Estadual Condessa Filomena Matarazzo (em Ermelino Matarazzo).

Campanha Nacional pelo Direito à Educação: Tem como prioridade a afirmação do direito social à educação, propondo-se disseminar e defender os direitos educacionais presentes na Constituição brasileira, em convenções e acordos internacionais, focalizando prioritariamente a aprendizagem, a valorização dos professores, o financiamento da educação e a gestão democrática. Lançada em 5 de outubro de 1999, a Campanha se estenderá pelos próximos 5 anos. É coordenada por Ação Educativa e conta com outras 6 instituições em seu Comitê Diretivo: Confederação Nacional dos Trabalhadores da Educação - CNTE, Fórum Nacional de Juventude, Observatório da Cidadania / IBASE, Centro de Cultura Luiz Freire, Centro de Criação de Imagem Popular - CECIP e Actionaid. A Campanha brasileira integra e se articula com campanhas internacionais pela educação, particularmente junto a Oxfam, Actionaid e Educação Internacional.

Acompanhamento dos organismos multilaterais no setor educacional: Compreende atividades de acompanhamento, análise e divulgação de informações sobre as ações no setor educacional dos organismos multilaterais

no Brasil. Realiza pesquisas, publicações e debates sobre algumas das políticas educacionais implementadas com recursos e orientações do Banco Mundial e de outros organismos multilaterais. Juntamente com a PUC / SP, promoveu debates, publicou o livro [O Banco Mundial e as políticas educacionais no Brasil](#) e [colóquios](#) sobre formação de profissionais da educação nos estados de São Paulo e Pernambuco e sobre classes de aceleração. Desenvolveu a pesquisa [A municipalização do ensino no Estado de São Paulo](#) : impactos do FUNDEF no atendimento, e está finalizando um balanço crítico sobre o Projeto de Educação Básica para o Nordeste. Em uma iniciativa da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, publicou o caderno [O impacto do FMI na educação brasileira](#). Participa da Rede Brasil sobre Instituições Financeiras Multilaterais.

EBJA - Educação Básica de Jovens e Adultos: Visa: Produção de subsídios para educação de jovens e adultos. Recursos pedagógicos. Pesquisas. Formação de educadores. Promoção de cursos. Assessorias continuadas (Programa SEJA – Serviço de Educação de Jovens e Adultos – Secretaria Municipal de Educação de Diadema – SP. Programa de Educação de Jovens e Adultos – Secretaria Municipal de Educação de Campo Grande – MS. Programa de Educação de Jovens e Adultos – Secretaria Municipal de Educação de Piracicaba – SP. Programa de Educação de Jovens e Adultos – Secretaria Municipal de Educação de Arapiraca – AL - Projeto SESC - Ler – Serviço Social do Comércio – Departamento Nacional de Educação. Programa de Erradicação do Analfabetismo do Trabalhador da Indústria Baiana – Serviço Social da Indústria –Bahia. Conselhos Comunitários de Ação Cultural – Instituto Brasileiro de Estudos e Ação Comunitária. IBEAC – São Paulo – SP. Oficinas de leitura para mulheres – Projeto Avizinhar – CECAE – USP – São Paulo – SP.).

Juventude: Atua com: Base de Dados. Culturas Juvenis, educadores e escola. Centro de Referência para a Juventude de Santo André

Serviço de Informação e Documentação: Possui uma Base de dados bibliográficos em Banco de dados estratégicos

7.2 Origem da atividade (quem demanda ou demandou):

A própria entidade, governos, escolas, jovens e adultos analfabetos, jovens em geral, educadores e organizações.

7.3 Âmbito onde se desenvolvem as atividades (no próprio âmbito escolar ou fora dele; se realizadas fora do âmbito escolar: **onde?**)

Na entidade, em outras organizações, nas comunidades e nas escolas.

c) Informações sobre as parcerias

8. Como caracterizaria o vínculo estabelecido com as escolas?

R: O nosso vínculo com a escola mais direto é por meio do Projeto Integrado pela Educação, eu tinha lido que o próprio projeto foi proposto por um grupo de sete organizações, entre as quais a entidade, e duas delas são escolas públicas: uma estadual e outra municipal. Além disso, além do projeto, incluir atividades que são imediatamente de responsabilidade dessas escolas, uma parte das atividades da entidade no projeto é de assessoria nestas duas escolas e em outras três, assessoria aos profissionais nas escolas no sentido de realizar experimentos de ampliação da participação dos grupos que compõem a escola, no planejamento e na realização das atividades educacionais, aos professores, os funcionários de apoio, a equipe técnica. A assessoria mais direta é na equipe técnica das escolas, mas esse grupo inclui os aluno e os seus familiares também.

9. Que dificuldades costumam apresentar-se na parceria entre sua entidade e as escolas?

R: A dificuldade grande não é específica dessas escolas, ela se refere a maneira como está organizado e funciona o sistema de ensino, que obedece a um modelo, digamos, que despreza os momentos de contato e debate entre os profissionais e entre os educadores e educandos. Então é especialmente difícil você encontrar oportunidades pra reunir essas pessoas e pra refletir sobre aquilo que elas mesmas fazem como educadoras, não é, de maneira a propor uma prática educacional diferenciada, os horários não combinam, fica difícil você conseguir reunir toda a equipe técnica de uma escola, isso é importante assinalar porque a equipe técnica tem um horário mais flexível do que os professores, que praticamente são reduzidos à condição daqueles que dão aula. O trabalho educacional é estritamente percebido como dar aula e não tudo que poderia estar relacionado a isso, por exemplo, debater a prática educacional e criar coletivamente uma outra prática, fica muito prejudicado porque os professores lecionam em mais de uma escola ou na mesma escola em horários muito diferentes, horários e dias diferentes. Essas são as dificuldades centrais.

10. Que fatores facilitam esse vínculo?

R: O perfil diferenciado de alguns desses profissionais que se dispõem a enfrentar essas dificuldades, digamos, estruturais do sistema de ensino pra experimentar tentativas de modificação dessa prática educacional, por meio justamente da discussão dessa prática e de sua re-elaboração coletiva.

11. Que tipo de vínculo se estabelece entre sua entidade e a Secretaria de Educação local?

R: Bom, sobretudo se referindo ao Projeto. Integrar pela Educação que se realiza na zona leste de São Paulo, nós temos uma, mais recente a partir do início do ano passado, uma relação amistosa com a Diretoria de Ensino Leste 1, na região leste 1, na zona leste há cinco Diretorias de Ensino, são órgãos intermediários da Secretarias de Estado da Educação de São Paulo.

Iniciamos uma colaboração e por meio dela deveremos começar a realização de um curso com conselheiros de escolas, de 45 escolas neste primeiro semestre, dessa diretoria de ensino, com conselheiros de escola. Então, nesse caso nós temos uma relação positiva e agora com a mudança do governo municipal, temos uma relação muito forte com o atual Delegado de Ensino da DREM 10, que é a Delegacia do Ensino Municipal, Delegacia Regional de Ensino Municipal, da área do Distrito de São Miguel, que era diretor de uma das escolas, que é co-responsável pelo Projeto Integrar pela Educação.

E já iniciamos algumas atividades em comum, como a participação da DREM, nesse mesmo curso que estamos preparando com os conselheiros das escolas das Diretorias de Ensino Leste 1, foi apresentada uma proposta pra realização junto aos conselheiros das escolas da DREM 10, a DREM 10 abarca 80 escolas e por exemplo ele já viabilizou, o Delegado, da DREM 10, a distribuição de publicações do Fórum da Educação da zona leste, pra quem é nosso parceiro e pra quem nós prestamos assessoria. Isso no caso do Projeto Integrado pela Educação.

Agora, há outros pontos de relacionamento com a Secretaria de Educação, por exemplo, no Programa de Educação Básica de Jovens e Adultos, que diferentes secretarias estaduais ou municipais têm solicitado o trabalho de assessoria na formação de educadores ou assessoria a um projeto que eu não mencionei, que é específico, sobre políticas de Educação Básica de Jovens e Adultos, que também faz uma publicação regular, uma publicação em rede e produz a revista da Rede de Apoio à Ação Alfabetizadora do Brasil – RAAAB, a revista Alfabetização e Cidadania. Fazemos a edição dessa revista, que é voltada mais mesmo pra formação de educadores, desse tipo de ensino. E também presta assessoria na área de política educacional sobre jovens e adultos, às Secretarias Estaduais e Municipais de Educação.;

12. Existem canais formais de planejamento e /ou avaliação dos projetos junto à Secretaria de Educação local (estadual e /ou municipal)? Em que consistem?

R: Não.

13. Que potencialidade observa no trabalho realizado dentro da escola? Quais as dificuldades?

R: O trabalho, pensando ainda no Projeto Integrar pela Educação, o trabalho dentro da escola, ele é muito concentrado na criação de processos para viabilizar a participação mais ampla do planejamento e implementação das propostas educacionais. Isso é feito, com grande esforço de consolidar a equipe técnica da escola no cumprimento do papel de educador e de educadoras. Essas segundas educadoras são as professoras e professores do corpo docente da escola, que em geral é um agrupamento de indivíduos, não é um todo articulado, assim como a equipe técnica também não é uma equipe, não é?

E nós temos experimentado realizar esse intento de, digamos, transformar a equipe técnica numa boa equipe, no cumprimento desse papel de transformar o corpo docente também numa boa equipe com uma orientação de fundo, que é a de gerar uma educação que responda às necessidades básicas das populações, coisa que é bastante distinta, que se tem como modelo predominante de escola, que é uma unidade de transmissão do saber, por definição. E esses experimentos têm trazido lições que são aproveitáveis, elas são interessantes pra diferentes realidades no campo da educação pública, não apenas dela, mas também na educação de uma maneira geral, então, em termos de potencialidades, eu acho que elas são, digamos, importantes, não é?

14. Quais são os benefícios de realizar essa /s atividade /s fora do âmbito escolar? Quais as dificuldades?

R: Pêra aí, a questão anterior perguntava das dificuldades, eu já tinha assinalado que as dificuldades principais dizem respeito à lógica com se organiza e funciona o sistema escolar e é uma lógica que é baseada numa determinada concepção de educação escolar, digamos, transmissora, não é, é que não atribui ao professor um papel criativo na definição dos próprios fins e dos formatos das suas práticas educacionais, basta um pressuposto que ela deve ser um eficiente transmissor de saberes pré-estabelecidos. Esta concepção informa a maneira como o sistema é organizado, de tal forma que torna sem sentido a proposta de participação e decisões na escola; não há porque os próprios professores participarem de qualquer debate a respeito de educação que se realiza na escola, e menos ainda, que eles se movam pra promover a participação dos outros grupos que estão relacionados nessas atividades dos alunos e dos seus familiares, porque esses papéis são previamente definidos, não é? E não se pensa que o trabalho educacional escolar deva ter uma influência significativa na ação das pessoas sobre a sua realidade. Pensa-se nessas pessoas como indivíduos que consomem um serviço que virtualmente os capacita pra, no futuro disputar as oportunidade de melhoria de vida, sobretudo pela ocupação de algum posto de trabalho. Então a dificuldade está relacionada à isso.

(refiz a pergunta) – então, quais são os benefícios de realizar essas atividades fora do âmbito escolar e quais as dificuldades?

R: Então, para o Projeto Integrar pela Educação, eu estou me referindo muito a ele, mas ele é umas frentes de atuação da entidade, não pode ser falando da entidade como quem coordena o projeto, então há um viés muito grande nesse tipo de resposta que estou dando. Pessoas de outros programas enfatizariam outros aspectos. Mas, esse projeto inclui atividades fora da rotina das escolas e isso também tem vantagens, mas o próprio projeto tem como desafio contribuir pra gerar um novo sentido pra educação escolar, então, por exemplo, os debates que o Fórum de Educação da zona leste realiza sobre temas de política educacional, embora a sede do Fórum seja uma escola, a escola Estadual Condessa Filomena .Matarazzo, esses debates se realizam no sábado, quando a escola não é mais uma escola, é um prédio escolar. Porque isso que a gente chama de escola é um grupo social determinado que funciona segundo certos padrões de conduta e regras. Não é um prédio, e fim de semana não é mais escola, é só no nome, mas não é mais escola.

Então, quando chega no sábado e realiza um debate, ele se realiza no prédio da escola, mas não é no âmbito escolar, nesse sentido mais amplo. Ele faz isso, o Fórum, não que ele seja inovador nos temas que trazem, nem a forma de tratá-los, necessariamente, mas pelo tipo de pessoas que participam, porque esses debates normalmente estão circunscritos às autoridades e aos especialistas. Justamente as pessoas que seriam mais importantes em participar desse tipo de debate são excluídas dessa discussão, que são os professores que estão diretamente trabalhando nas escolas, que são os profissionais de uma maneira geral que estão, que são os estudantes, que são os líderes comunitários. Então, quer dizer, é desejável que esse tipo de atividade consiga se realizar com certa eficiência e obtendo certos resultados, ela bem sucedida, ela, a rigor não se dá no âmbito escolar, uma atividade extra escolar, embora ocorra fisicamente num prédio de uma escola. Porque esses assuntos não são tratados no âmbito escolar? Este é um problema. Não é um problema central pro Fórum de Educação, mas é um problema central para o Projeto Integrar pela Educação, porque do nosso ponto de vista, esses assuntos deveriam ser tratados não marginalmente, nas práticas escolares, mas centralmente. Problemas como financiamento da educação pública não devem ser tratados extraordinariamente fora das atividades propriamente das escolas, compor as atividades das escolas, deve ser objeto de debate não só dos profissionais de educação mas incluí-los. Então, existem vantagens, digamos, para realizar atividades educacionais fora do âmbito da escola porque elas são mais livres, elas não são limitadas pelo inexorável funcionamento do sistema de ensino, não é?

Mas isso pra nós, essas vantagens são pra nós um problema, porque o que nós desejaríamos é justamente que o nosso sistema de ensino, incluísse esse tipo de atividade como atividades, digamos, normais, já que são educacionais eles deviam ser privilegiadas pelo trabalho escolar, mais ou menos isso.

15. Na experiência da sua entidade, as escolas têm sido favoráveis ao desenvolvimento de parcerias? Por quê?

R: As escolas de maneira geral? Não, sobretudo pelos motivos que eu apontei, elas não são favoráveis, porque, assim é uma opinião pessoal, eu acredito que essas parcerias, as parcerias tenderiam a se desenvolver à medida que elas surgissem num terreno de diálogo e é muitíssimo difícil estabelecer diálogos com as pessoas que trabalham nas escolas, porque elas têm que trabalhar, porque como as professoras têm que dar aula, elas não conseguem educar, como os alunos têm que assistir aula, eles não conseguem aprender. Resumindo, é isso.

16. Na experiência da sua entidade, a Secretaria de Educação local tem sido favorável ao desenvolvimento de parcerias com escolas? Por quê?

R: Eu diria que favorável é, a posição é a favor, mas extremamente tímida, muito insipiente, não há acúmulo nas Secretarias a respeito disso, como uma política. Às vezes há uma visão superficial e um certo aproveitamento de oportunidades pontuais. A imagem que eu tenho.

d) Informações sobre ONGs e escola pública

17. Parece uma obviedade afirmar que a escola pública encontra-se em crise. Segundo sua opinião, quais são as características mais marcadas dessa crise?

R: Acho que as características dessa crise são justamente as menos óbvias. Primeiro não é uma crise da escola pública, é uma crise do modelo de educação que nós temos. Em muitos aspectos a educação que se realiza numa escola pública e numa escola particular, se identifica uma com a outra e as atividades escolares, a organização escolar, ela, como eu disse, tá baseada numa determinada concepção que tem suas origens mais marcantes no processo revolucionário francês, de mais ou menos 200 anos, quer dizer, havia uma luta nessa época contra uma sociedade muito hierarquizada, contra o poder de estado absoluto e centralizado, contra o poder ideológico da igreja que tava associado ao poder político. Nesse contexto, todo o movimento revolucionário, colocou para a educação escolar uma missão política muito elevada que se articulava com o combate à esses poderes, na busca da igualdade na destruição dessas hierarquias sociais, que luta por uma outra forma de poder, que não absoluto, mas uma república, tinha elementos de democracia e também o combate ao predomínio, o controle da igreja sobre o pensamento.

Digamos, esses são elementos fundamentais, do empreendimento de sistemas de instrução pública e de sua inseminação de maneira universal. Se queria formar o cidadão, entender mais o cidadão como aquele que cumpre os deveres para com a pátria, diferente da temática atual, sobre a questão da cidadania que enfatiza bastante os aspectos dos direitos, mas formar um cidadão significava fazer com que as pessoas usassem a razão e a razão significava usar o conhecimento como base científica. Com isso foi estruturado o sistema de instrução pública. E, portanto, formar um cidadão implicava transmitir saberes com estas características, os sistemas de instrução pública são unidades especializadas em transmitir saber previamente definido. Isso é que está em crise. Primeiro porque os consensos sobre o que é importante ensinar, tanto o que é importante aprender, praticamente se restringe ao domínio dos saberes que viabilizam a aquisição dos demais, o domínio da linguagem escrita com a leitura e a escrita e o domínio das operações elementares da aritmética. Praticamente para, além disso, não há consenso sobre o que é importante aprender. Também porque a produção do conhecimento é cada vez mais veloz; também porque os desafios dos problemas sociais são bastante complexos. Então, é essa concepção de educação escolar que está em crise. Há tentativas mais recentes de repor, os objetivos da educação escolar, mais recente, tem pelo menos 10 anos, as proposições, por exemplo, da Declaração Mundial da Educação para todos, são questionamento deste modelo de educação. A idéia, primeiro o fato dela ter trazido um conceito ampliado de educação básica que tradicionalmente foi entendido como educação escolar primária e de crianças, ao entender educação básica como aquela que satisfaz as necessidades básicas das populações, compreender essa educação, portanto, não pode ser exclusivamente escolar, reconhecer que há agentes importantes de educação além da escola, como são as famílias, como são os meios de comunicação de massa, por exemplo e que essa educação se dá desde que a pessoa nasce ao longo de toda a vida. Portanto as bases daquele modelo de educação, as características essenciais do modelo de educação, da concepção de educação básica estão, por assim dizer, oficialmente

questionáveis, e, no entanto nós temos práticas educacionais que são, persistem, não estão adequadas a esses questionamentos e essas, digamos, novas proposições a respeito de educação básica.

Talvez, seja essa discrepância que manifeste, na minha opinião, o que há de essencial na crise de nossa educação, que volto a dizer, não é uma crise da educação pública, é crise da educação escolar; ela tá colocada para uma escola particular de elite, para uma escola de educação infantil da periferia, particular de fundo de quintal, com pra uma escola pública de ensino médio.

18. Existem responsáveis dessa crise? (Se a resposta é “sim”: quem são? Poderia estabelecer uma hierarquia de responsáveis dessa crise?)

R: É difícil você apontar um determinado grupo que seja responsável por ela porque o que o colocou em crise, esse modelo de educação foi a maneira como se desenvolveu a nossa sociedade, foi o processo que passaram de uma sociedade que alguns chamam de industrial, que uma sociedade pós industrial, para um processo no qual os meios de comunicação de massa passaram a ter importância muito diferente, muito maior do que anteriormente tinham, o fato de os centros de poder terem se disseminado, serem muito menos identificáveis como um determinado grupo social, menos visíveis, então, responder isso em termos de um responsável como um indivíduo ou grupo, penso eu, é melhor atribuir essa situação ao efeito de diversos fatores que são processos de desenvolvimento social, claro que marcados por dominação e por desigualdade

19. Muitas vezes se afirma que as parcerias entre ONGs e escolas poderiam ser uma solução a essa crise...

R: Podem contribuir para enfrentá-la. Penso que se o propósito dessas parcerias for, vou usar uma expressão rara e consagrada, não oferecer mais do mesmo, se a idéia não for apenas, porque eu acho que vai ser frustrado se for isso, realizar plenamente o modelo de educação escolar republicano, esse transmissor, não é possível realizar, na nossa situação de desigualdade e no grau de desenvolvimento que nós chegamos, em alguns aspectos a nossa escola com esse, dentro desses moldes, ela é obsoleta em relação ao papel instrucional que as modernas tecnologias de comunicação vem desempenhando. A disputa do professor por esse espaço tende a ser, assim, uma luta inglória. Mas não é esse espaço que tem que ser disputado é de construir uma educação que seja realmente um processo de atuação das pessoas sobre si mesmas e sobre os grupos de que elas participam e com os grupos com quem elas se enfrentam, ou seja, a alteração de uma realidade social. Se a educação for concebida como ação, como prática, prática refletida, formas de produzir conhecimento e de adquirir conhecimento, o que é totalmente distinto de simplesmente assimilar conhecimento definido previamente, se essas idéias orientarem nas parcerias que se viabilizam, elas tendem a contribuir para um enfrentamento da crise em que a nossa educação se encontra.

20. Que tendências poderia visualizar no futuro em matéria de parcerias ONGs -Escola?

R: Tendências? Acho que há duas tendências e qual que predominará é difícil dizer, não sei dizer, mas elas correspondem um pouco a essa diferenciação de ONGs que eu acabei de fazer. Se as ONGs se relacionarem com a escola, com certa forma a ilusão de apenas acrescentar alguns recursos técnicos, ou financeiros ou materiais, no intuito de fazer realizar o mais plenamente possível o modelo de educação escolar que tem predominado, isto na minha opinião vai chegar um ponto de numa encruzilhada, um beco sem saída. Essa é uma tendência da relação das parcerias entre ONGs e escolas.

Há outras que trabalham no sentido de estimular práticas, que são alheias a esse modelo, que são inovadoras por isso e que tem por desafio justamente articular as práticas inovadoras, que são isoladas, que são de pequena quantidade, de pequeno alcance, de pequena abrangência, mas que são qualitativamente significativas como inovação e o desafio está em articular isso com a formulação de políticas públicas compatíveis que possa dizer respeito a conjuntos populacionais maiores e a sistemas escolares ou serviços educacionais mais abrangentes.

As duas vertentes para o futuro qual que predominará em médio prazo, eu não saberia dizer.

ENTREVISTA 17

Data: 14/03/01

Entrevistado: Presidente e Secretária

a) Informações Básicas

1. Ano de fundação: oficial – 1997, início das atividades – 1993.
2. Áreas de atuação: Educação Complementar, Arte-Educação.
3. Âmbito de atuação: Municipal.
4. Fonte dos recursos: Nacional – privado.
5. Como caracterizaria o público alvo das atividades desenvolvidas pela entidade?

R: Crianças e jovens de baixa renda.

b) Informações sobre as atividades educacionais

6. Poderia definir o perfil profissional dos funcionários alocados aos projetos educacionais? (formação, grau de escolarização, etc.)

R: Todos têm terceiro grau completo, nas áreas são Artes Plásticas, Música, Educação Física, Ciências Sociais e Social Pedagogo.

7. Projetos desenvolvidos (em curso):

7.1 Objetivo dos projetos:

Oferecer atividades complementares à escola no sentido de resgate cultural – Fazer cultural – Fazer cultura.

Retirar as crianças das ruas e proporcionar um encaminhamento profissional através de oficinas semiprofissionais.

Trazer as famílias para o contato mais próximo.

7.2 Origem da atividade (quem demanda ou demandou):

R: Nós temos uma preocupação de, na medida do possível, ouvir as famílias, os pais, para saber quais as necessidades e o que eles sugerem que nós estejamos fazendo. Vai também de uma necessidade da gente de estar promovendo as atividades mais dentro da proposta cultural. Nem sempre as pessoas têm clareza de propor as atividades e perceber quais possibilidades existem.

7.3 Âmbito onde se desenvolvem as atividades (no próprio âmbito escolar ou fora dele; se realizadas fora do âmbito escolar: **onde?**):

R: Em espaços da comunidade e espaços das escolas quando é possível.

c) Informações sobre as parcerias

8. Como caracterizaria o vínculo estabelecido com as escolas?

R: Na Santo Antônio é que tem mais, já houve bastante contato, depois ficou um tempo distante e agora estamos retomando por conta do Acompanhamento Escolar. Não tem como fazer um acompanhamento se você não tem essa parceria com a escola de ter o material e saber o que está sendo trabalhado com cada criança em cada série, então, nesse sentido, nesse tipo de parceria a gente está recebendo um apoio bastante grande da escola, que cede material e que a nossa professora participa de reuniões para estar com contato direto com as professora, então existe uma troca grande. A escola fica ao lado do espaço do projeto e as crianças vão jogar na quadra da escola. No Cingapura é uma outra realidade, existe uma estimativa de cinco mil pessoas morando ali, que frequentam escolas diferentes em locais diferentes, não tem nenhuma próxima do núcleo, então dificulta um pouquinho. É um projeto recente, piloto, tem um ano e a gente está com intenção de futuramente levar para FUP, mas por enquanto não deu certo.

9. Que dificuldades costumam apresentar-se na parceria entre sua entidade e as escolas?

R: Na Santo Antônio é muito boa a relação e na FUP - Cingapura ela não acontece, mas também a gente percebe que a criança mais falta do que vai, eles estão lá no projeto o dia todo. E a questão da alfabetização que não existe, as

crianças de sexta série mal sabem ler e escrever. Um fator limitante no caso da relação com as escolas, agora que a gente vai trabalhar com a assistência social, existe uma preocupação de oferecer encaminhamento dessa criança para a escola, porque acontece da gente receber criança que sequer está matriculada, criança de 10 anos que não está matriculada na escola, adolescentes completamente analfabetos que a gente tem essa preocupação de oferecer um encaminhamento, seja no Supletivo ou procurar ter um contato com um supletivo mais próximo da região onde a gente está atuando e é um entrave porque não tem vaga. Então às vezes, você procura a escola e pelo fato de ser uma instituição que está intermediando, porque às vezes chega mãe pedindo para que a gente faça o contato com a escola e consiga a vaga. Muitas vezes a gente consegue, mas nem sempre é assim. Às vezes mudança de turma, tipo um jovem que arranja um trabalho e precisa estudar a noite e a gente procura, mas é uma dificuldade e nem sempre consegue mudar. Não é um problema da escola, mas da estrutura, do sistema.

10. Que fatores facilitam esse vínculo?

R: Na Santo Antônio, a proximidade e a própria Direção da escola que é aberta.

11. Que tipo de vínculo se estabelece entre sua entidade e a Secretaria de Educação local?

R: Nenhum. No ano passado entramos em contato com a Secretaria do Estado, que nós fizemos inscrição e estamos aguardando a resposta e no caso da Municipal procuramos para inscrição. As duas são do Bem Estar Social, com a Educação não temos nenhum vínculo.

12. Existem canais formais de planejamento e /ou avaliação dos projetos junto à Secretaria de Educação local (estadual e /ou municipal)? Em que consistem?

R: Não

13. Que potencialidade observa no trabalho realizado dentro da escola? Quais as dificuldades?

R: Temos poucas ações com as escolas. Na Santo Antônio foi oferecido o espaço da Biblioteca que estamos usando, inclusive para apoio no reforço escolar.

14. Quais são os benefícios de realizar essa/ s atividade /s fora do âmbito escolar? Quais as dificuldades?

R: Porque aí você atinge também as crianças que estão fora da escola, se você ficasse dentro você só atenderia aquelas que já são atendidas e que pertencem a escola. Temos uma aluna que tem 10 anos e ela está tão atrapalhada com essa coisa de aprender a ler e escrever e se você fosse dar aula dentro da escola você estaria excluindo ela outra vez. Na verdade, esse trabalho fora permite integrar de outra maneira e até de voltar para a escola mesmo sem ler e escrever. O maior benefício é a própria inserção social de você está fora e que talvez facilite esse contato e se você está dentro da escola você não tem contato com quem não está lá.

15. Na experiência da sua entidade, as escolas têm sido favoráveis ao desenvolvimento de parcerias? Por quê?

R: Temos dois casos, uma sim a outra não, mas o que a gente sente mesmo é que a escola é excludente, a escola não é e não pretende abarcar o jovem, ela pretende espirrar para fora, é essa a sensação que dá, é sempre a intenção oculta de eliminar o que não interessa. Você fica na dependência de determinada pessoa que tem interesse. É um diretor que tem interesse em fazer parceria, um professor mais interessado que tem aquele aluno analfabeto e não colocar no fundo da sala, vai trazer para frente, porque existe uma comunicação projeto professor, agora, as escolas não têm esse tipo de preocupação não, nenhuma.

16. Na experiência da sua entidade, a Secretaria de Educação local tem sido favorável ao desenvolvimento de parcerias com escolas? Por quê?

R: Não temos também nenhum caso que possa falar.

d) Informações sobre ONGs e escola pública

17. Parece uma obviedade afirmar que a escola pública encontra-se em crise. Segundo sua opinião, quais são as características mais marcadas dessa crise?

R: Acho que ela não está interessada na população que ela atende, bastante distante da realidade. O distanciamento da realidade é brutal, brutal. Muito da crise eu acho que é porque está distante da realidade, essas crianças não têm a menor motivação e estímulo para estar freqüentando a escola. Ela não aceita a criança que ela tem, ela acha que deveriam ser outras, é outra criança que ela estava buscando e aquela que vem pra ela, ela não aceita e aí a criança cai fora. Ela não sabe trabalhar com esse perfil de criança. Existe um modelo de escola que não se adequa à realidade social que a gente tem, principalmente porque você tem um perfil de criança e adolescentes que freqüentam as escolas e a proposta educacional não é condizente com o perfil de crianças que eles atendem, daí o distanciamento da realidade e daí a crise.

18. Existem responsáveis dessa crise? (Se a resposta é "sim": quem são?; poderia estabelecer uma hierarquia de responsáveis dessa crise?)

R: Acho que é óbvio né. É uma filosofia implícita e inclusive acho que eles não se dão conta do que estão fazendo, porque são 8 anos, pelo menos os mais graves, e são 8 anos na vida de uma criança e o que é que vai resultar daí. O Estado é que vai saber, não sei quantas cadeias e quantas Febem que eles vão ter que abrir para enfiar todos esses

jovens que não têm o que fazer e isso só pode explodir, porque São Paulo é muito maluco a gente enxerga e não enxerga, talvez no Rio de Janeiro as coisas sejam mais na cara. Aqui você acha que está tudo bem, você passa em frente ao Singapura, aqueles prédios bonitinhos e coisa e tal e lá dentro é um banco de pólvora porque essa criançada não tem opção. A opção que tem é a televisão e o universo da gang, agora o que é que vai resultar daí é o governo que vai se haver com isso, porque ele que está provocando isso. É óbvio que não se investe em Educação nesse estado. Não sei se no Estado de São Paulo, no interior, está diferente, mas aqui está uma calamidade. Essa tal aí da Rose Neubauer, o tribunal internacional, ela deveria ser julgada por crime contra a humanidade, ela está matando uma geração.

19. Muitas vezes se afirma que as parcerias entre ONGs e escolas poderiam ser uma solução a essa crise...

R: Aí você tira o seu da seringa, não é isso? (risos), Nós é que vamos ensinar a ler e a escrever? Nós chegamos à isso, nossa proposta era somente cultura, agora a gente introduziu o reforço escolar, porque, a gente está vendo que essas crianças que estão lá não estão sabendo. Você dá um livrinho para ela ler e ela não lê, ela acha lindo, mas não lê. Então a gente vai tomar todas as responsabilidades? Se fosse uma parceria ONG – Escola – Estado, onde realmente cada um fizesse sua parte, a gente saia desse buraco, mas não tem como nós desse tamanho, sem grana, sem nada, sem apoio nenhum, sem estrutura nenhuma fazer o papel do Estado, por quê? Sendo que todos nós pagamos todos os impostos, não faz sentido. Você tem que questionar qual é posicionamento do Estado nessa parceria.

20. Que tendências poderia visualizar no futuro em matéria de parcerias ONGs - Escola?

R: Acho que é um campo maravilhoso que se tem pela frente e se houver uma parceria real, não essa coisa de carregar a mala do outro, porque é evidente que a escola é um super espaço, um espaço que pode ser de troca total, criança, o conhecimento, a comunidade, pode ser um espaço muito legal, mas se não tiver apoio do Estado acho péssimo.

ENTREVISTA 18

Data: 16/03/01

Entrevista: Coordenador Geral

a) Informações Básicas

1. Ano de fundação: instituída em 1971 reconhecida como entidade de utilidade pública federal e estadual desde 1983.
2. Áreas de atuação: cultural, educacional, filantrópica, médica e científica.
3. Âmbito de atuação: nacional, estadual, municipal.
4. Fonte dos recursos: Nacional privado, nada público.
5. Como caracterizaria o público alvo das atividades desenvolvidas pela entidade?

R: Depende, porque essa entidade tem vários setores, vários segmentos. O segmento que interessa mais é a educação, porque nós temos o segmento voltado para o setor cultural, é uma área que nós temos aula de Ikebana, sabe o que é. Ikebana? Nós temos área de pesquisa científica. Nós temos área de escolas de artes, que seria escolas de cerâmica; depois nós temos o Instituto de pesquisa sobre doenças também. Nós temos, agricultura natural, que é do Instituto de Pesquisa da Fundação e a área educacional. Então são vários segmentos e vamos estar falando de um dos segmentos que sou responsável.

(Perguntei: Na área educacional, atende crianças, jovens, adultos...)

R: Na verdade vai desde educação infantil, até o ensino fundamental, então vai de 0 até 15 anos.

b) Informações sobre as atividades educacionais

6. Poderia definir o perfil profissional dos funcionários alocados aos projetos educacionais? (formação, grau de escolarização, etc.):

R: Em sua maioria tem nível universitário de diversas áreas do conhecimento e alguns com pós-graduação

7. Projetos desenvolvidos (em curso):

7.1 Objetivo dos projetos:

R: Método Educacional da nossa Fundação:

- Buscar a verdadeira educação centralizada na Verdade, no Bem e no Belo;
- Possibilitar que a educação, em todos os campos da atividade humana, esteja voltada para o conhecimento e o respeito às leis da natureza;
- Conciliar a Ciência Material e a Ciência Espiritual em benefício do progresso e do desenvolvimento da civilização;
- Contribuir para a formação de homens espiritualistas e altruístas, úteis à sociedade, capazes de terem as leis da natureza como base e colaborando para o bem estar social, para o progresso e elevação da cultura.

7.2 Origem da atividade (quem demanda ou demandou):

R: As secretarias de educação, escolas, comunidades e até alunos.

7.3 Âmbito onde se desenvolvem as atividades (no próprio âmbito escolar ou fora dele; se realizadas fora do âmbito escolar: **onde?**):

R: Nas escolas que solicitam.

c) Informações sobre as parcerias

8. Como caracterizaria o vínculo estabelecido com as escolas?

R: Olha, nós por enquanto, é um vínculo assim bem, é um vínculo contratual, porque nosso projeto, assim, pelo menos até o ano passado, ele trabalhou assim, através de adoção do nosso material de trabalho que chama-se Planeta Azul, então por esse meio não obrigatoriamente teria que comprar nossa revista. Isso foi ano passado, este ano nós mudamos um pouco o critério. O vínculo agora é o objetivo com escola modelo, né, o vínculo é de quatro anos, utilizando o nosso material e a nossa capacitação. Hoje existe um vínculo muito concreto.

9. Que dificuldades costumam apresentar-se na parceria entre sua entidade e as escolas?

R: Sim, a dificuldade maior, como se trata de educação e a Fundação, a mantenedora é de procedência religiosa, muita gente tem rejeição, embora a fundação não tenha nada a ver com a (igreja), tem uma atuação independente. Mas como tem essa retaguarda, até financeira da igreja, então o pessoal fica preocupado. Mas, graças a Deus, já este ano, o ano passado, melhorou muito em função do resultado que nós apresentamos e em função das referências que eles queriam, nunca fizemos nada ligado à igreja, ao contrário a gente nem cita.

10. Que fatores facilitam esse vínculo?

R: Benefício, parte positiva? Perfeito. Para a escola ou para a Fundação?

Olha o objetivo da Fundação é passar a filosofia, vamos dizer, entre aspas, da verdadeira educação. Porque hoje a educação é apenas do ponto de vista material, só tentando desenvolver o que nem o que hoje é desenvolvido. O negócio é o QS, você sabe, o quociente espiritual. Nosso trabalho maior envolve exatamente na formação do QS e do QE.

Então, nesse sentido, eu acredito que estamos conseguindo beneficiar a sociedade. Então, eu acho que somos beneficiados. Por quê? Porque nosso objetivo é esse, de ajudar na educação, por exemplo, assim, qual o conceito de educação que os bons professores têm hoje, é apenas didático. E não é assim, a educação hoje tem que ser holística, quer dizer, englobando espírito e matéria.

Então, em função dessa filosofia nós acreditamos que assim nós ficamos felizes e a serviço da escola também porque como primeira característica dessa implantação é o desaparecimento da violência da escola.

Segundo lugar: capacidade de aprendizado mental, então vem a atender as necessidades da escola, então, acho que as escolas também estão sendo beneficiadas. Nós porque estamos conseguindo alcançar o objetivo de levar essa filosofia para as crianças. Basicamente isso é o que nós ensinamos, tornar altruísta, quer dizer, deixar de ser egoísta para ser altruísta, deixar de ser materialista para tornar espiritualista, só isso que está sendo feito.

11. Que tipo de vínculo se estabelece entre sua entidade e a Secretaria de Educação local?

R: Olha, nós tivemos algumas experiências. A primeira experiência foi com a Prefeitura de São Paulo. E nós, assim, através do projeto “adote uma escola”, nós adotamos uma escola durante um ano, assim como também, por outro lado, nós adotamos, uma outra escola durante um ano também. E agora nós estamos fazendo um convênio com a Secretaria de Educação também com esse espírito de adotar uma escola.

(Perguntei: Durante um ano?)

R: Não, agora não, são 4 anos. Até pouco tempo era um ano, agora, este não, sim, são quatro anos. Por quê? Para poder apresentar um resultado, não é? Porque nem uma educação se interrompe no primeiro ano e nem se interrompe com quatro anos. Então esse trabalho, pelo menos até a saída da primeira parte do ensino fundamental, nós gostaríamos de acompanhar.

12. Existem canais formais de planejamento e /ou avaliação dos projetos junto à Secretaria de Educação local (estadual e /ou municipal)? Em que consistem?

R: É, nós fizemos um trabalho, como eu falei agora pouco, que até o ano passado não era contínuo, por exemplo, comprar a revista um mês, dois meses, depois compra, não compra, então essa irregularidade não permite fazer uma avaliação. Então, este ano, nós estamos precisando fazer um trabalho contínuo de quatro anos para monitorar, de um lado e conseguir fazer a avaliação de outro lado. Mas, mesmo assim nós temos trabalho onde nós monitoramos durante um ano em algumas Prefeituras. Nós temos aí material para te mostrar. Esse projeto, por exemplo (formação de professores) nós entregamos oficialmente, desde a assinatura do contrato que nós fizemos, escola municipal. Então nós temos todo o relatório do trabalho desenvolvido durante um ano. Então, de quem, desde a parceria que nós fizemos com a Secretaria da Educação, a diretora da escola e com o nosso presidente. Tá oficializado com 2.400 alunos. Então fizemos um relatório detalhado de todas as atividades que nós realizamos durante o ano e depois, assim, uma avaliação com os professores e com a diretora. Depois, os professores, também deram depoimentos e para comprovar tudo isso nós fizemos uma pesquisa. Tá tudo documentado, aqui tem a pesquisa, aqui tem as opiniões. Nós, inclusive, cuidamos de quatro salas de aulas, que chamam de especiais, não sei se você conhece, com crianças que tem dificuldade de aprendizado. Nós cuidamos e o resultado foi muito bom, também. Então, está aqui no relatório. Depois nós fizemos a pesquisa final. É isso aqui. O relatório da pesquisa, tá tudo documentado, os relatórios finais e a explicação. Então esse é um dos projetos. O nosso slogan é esse: “por um mundo melhor”.

13. Que potencialidade observa no trabalho realizado dentro da escola? Quais as dificuldades?

R: Sim, ela é uma das pessoas que está sempre dentro da escola (se referindo a uma das coordenadoras dos projetos). O trabalho nosso é o seguinte: nós fazemos um contato primeiro com a Secretaria, então ele reúne os diretores e nós vamos apresentar o nosso projeto. Tem diretores que se interessam. Tá bom, então ele reúne os professores e faz a apresentação. Assim que funciona.

Então o projeto nosso é o seguinte: capacitar em (primeiro lugar) a escola, depois eles atraem os pais para a escola, e depois trabalhar escola e pais na educação. Assim na sequência que nós vamos fazendo.

14. Quais são os benefícios de realizar essa /s atividade /s fora do âmbito escolar? Quais as dificuldades?

R: Nossos projetos são para escolas.

15. Na experiência da sua entidade, as escolas têm sido favoráveis ao desenvolvimento de parcerias? Por quê?

R: É, lógico porque no nosso caso, por exemplo, eles não têm onde recorrer para desenvolver o nosso trabalho. Porque hoje existe um campo, assim exigido, pela Secretaria, pelo Ministério da Educação, o ensino religioso.

Só que todo mundo quer entrar, só que ninguém aceita a religião de ninguém, não é verdade?. O católico não aceita o protestante, o protestante não aceita o budista e assim por diante. E então, nós entramos nesse vácuo, vamos dizer assim, porque nós ensinamos a religião respeitando a religião de cada um. Isso que eu falei, nós não temos interesse de trazer nada para a nossa entidade, ao contrário, nós valorizamos, a religião de cada um, o incentivamos a parte de cada religião. Isso, nós estamos ensinando a espiritualidade. Esse é o trabalho.

16. Na experiência da sua entidade, a Secretaria de Educação local tem sido favorável ao desenvolvimento de parcerias com escolas? Por quê?

R: É claro, sem dúvida. Sabe por quê? Eles não têm mais saída. O professor não consegue continuar na sala de aula, não consegue controlar o aluno, é isso que nós vamos fazer e ensinamos a fazer. Nosso trabalho é mais fazer com que a professora conheça o aluno e entenda.

d) Informações sobre ONGs e escola pública

17. Parece uma obviedade afirmar que a escola pública encontra-se em crise. Segundo sua opinião, quais são as características mais marcadas dessa crise?

R: Ah! São várias. Em primeiro lugar a própria estrutura física do prédio onde está a escola e na verdade a instalação está horrível, caindo aos pedaços, pichado. Então, tentar formar crianças nesse ambiente, não dá para formar ninguém.

Ensinar ordem, mas está tudo quebrado, ensinar limpeza, mas está tudo feio e assim por diante. Então fala uma coisa e ensina outra na prática. A estrutura física, o corpo docente.

Nós entendemos que as escolas não estão ainda percebendo, não estão percebendo que falta algum ponto importante.

Tudo na vida precisa ter três partes, em tudo assim, para ter um projeto concreto, uma obra completa.

Primeiro desenvolver a forma, a forma tem nas escolas, tem prédios, pessoas, formados de acordo com a lei.

Tem a função, então cada professor de acordo com capacidade, oportunidade, tudo ganha uma função, é diretor, é coordenador. Até aqui tá tudo bem.

Só que termina aqui, mas falta a terceira, a missão do professor, porque eles apenas transmitem matérias pedagógicas, só. Só que atrás daquela criança que está à frente daquela professora tem uma criança que tem espírito, que tem sentimento. Só que não é respeitado. Apenas jogam matérias e cobram matéria através das provas e outras coisas mais. Então preocupa em ajudar e formar o interior dessa criança, que é exatamente a missão da professora. Não é dar aula não. Então hoje a professora que faz a diferença é aquela que consegue cumprir essa missão. A diretora, a mesma coisa e a própria escola também. Falta exatamente isso e realmente nós sentimos, numa escola pública.

Tá OK na estrutura física e também no desenvolvimento da própria atividade pelo corpo docente, srs. diretores e professores principalmente.

18. Existem responsáveis dessa crise? (Se a resposta é "sim": quem são?; poderia estabelecer uma hierarquia de responsáveis dessa crise?)

R: Todos, nessa vida a família e até a escola, porque ninguém sabe como educar uma pessoa. É verdade.

A origem vem da educação materialista.

19. Muitas vezes se afirma que as parcerias entre ONGs e escolas poderiam ser uma solução a essa crise...

R: Acredito que parcialmente resolve, não totalmente, parcialmente por quê? Porque, quando fala em parceria, ONG, só fala em cifrão, só. Não pensa em outras coisas. Então, parcialmente vai resolver. Lógico, existe uma etapa que precisa aparelhar melhor, arrumar melhor, tudo bem. Mas falta essa outra parte, que foi mencionada, que é a formação interior dessa criança, que seria a parte, vamos dizer assim, se a gente imaginar uma expressão holística, é espírito e matéria. A matéria tudo bem, falta espírito.

20. Que tendências poderia visualizar no futuro em matéria de parcerias ONGs -Escola?

R: Olha, nós temos um trabalho que faz parte de um projeto também, que vai entrar numa segunda etapa,. É a parceria, vamos dizer assim, Fundação /pais /escola.

Porque quando fala em ONG, sempre envolve parte de dinheiro, a matéria. Só que assim, o mais importante para a educação é a formação. Se a ONG realmente destina verba para capacitar profissionais, para poder formar essas pessoas, tudo bem. Já cumpriu bem essa parte. No caso da Fundação não pensa só nisto, pensa em outra coisa, que é exatamente ensinar a mesma educação que os filhos estão passando até agora, que os pais não tiveram, então nós temos que educar os pais.

Então nós temos um projeto chamado “Entre Pais”, que é exatamente para poder trabalhar a família e formar os pais. Entre pais.

ENTREVISTA 19

Data: 20/03/01

Entrevista: Fundadora e Diretora Executiva.

a) Informações Básicas

1. Ano de fundação: 1988.

R: Foi um trabalho que começou bastante simples, com a tentativa de organização dentro da comunidade. Em parceria com a comunidade nós tivemos o primeiro espaço que foi direcionado para creche, que foi uma reivindicação das mães que precisavam trabalhar, então nós formamos a União dos moradores da favela do Jd. Panorama.

2. Áreas de atuação:

R: No início era só creche que atendia crianças de 02 a 06 anos de idade. Com o aumento da demanda nessa faixa de idade nós ampliamos o atendimento e também passamos a atender adolescentes de 07 a 14 anos. Oferecemos cursos profissionalizantes e atividades como: esporte, lazer e cultura.

3. Âmbito de atuação: Municipal.

4. Fonte dos recursos:

R: São Nacionais 60% público – municipal, temos convênio com a prefeitura e temos também parcerias com empresas. Internacionais, são doações esporádicas.

5. Como caracterizaria o público alvo das atividades desenvolvidas pela entidade?

R: Berçário com 02 meses a 02 anos; de 02 a 06 anos creche; 07 a 14 anos centro de juventude; cursos profissionalizantes. Crianças de comunidades carentes oriundos de família com renda em torno de 2 salários mínimos, alguns 3 salários.

b) Informações sobre as atividades educacionais

6. Poderia definir o perfil profissional dos funcionários alocados aos projetos educacionais? (formação, grau de escolarização etc.):

R: Profissionais com terceiro grau completo e profissionais com baixa escolaridade, porém capacitados em cursos informais. Muitos que não tinham formação universitária, já buscaram e outros estão fazendo.

7. Projetos desenvolvidos (em curso):

7.1 Objetivo dos projetos:

Formação da criança; todos os projetos são voltados para complementar o desenvolvimento do ser humano e sempre garantir o direito das crianças à educação, à saúde, em atividade que beneficiem a criança como um todo, para que se tornem cidadãos.

7.2 Origem da atividade (quem demanda ou demandou):

Buscamos atender as necessidades das crianças, quem demanda é a criança.

7.3 Âmbito onde se desenvolvem as atividades (no próprio âmbito escolar ou fora dele; se realizadas fora do âmbito escolar: **onde?**):

Atividades acontecem dentro do nosso espaço, no espaço de alguns parceiros e algumas junto com as escolas.

c) Informações sobre as parcerias

8. Como caracterizaria o vínculo estabelecido com as escolas?

R: No início da construção do vínculo existiu uma dificuldade. Foi difícil iniciar um diálogo e criar um momento de reflexão sobre a criança, havia uma espécie de disputa pela área educacional. Achávamos, a escola um instrumento necessário e mal conduzido e a gente ainda olha um pouco por esse ângulo, a escola nos via da mesma maneira. Depois de seis anos de trabalho em conjunto conseguimos trabalhar uma linguagem comum. Um momento muito bom.

9. Que dificuldades costumam apresentar-se na parceria entre sua entidade e as escolas?

R: A dificuldade está na qualidade da alfabetização, a gente questiona muito, as crianças estão tendo uma dificuldade muito grande de progredir no seu desenvolvimento psicopedagógico. As escolas não estão preparadas, não sei se é problema de professores também, mal formados, mal pagos e mesmo da área de exatas e esportes que a escola oferece para as crianças, não é interessante. Trabalhamos dando apoio a estas áreas, sendo que hoje possuímos maior participação efetiva, fato reconhecido pela própria escola.

10. Que fatores facilitam esse vínculo?

R: O fator que facilitou foi a gente estar buscando essa aproximação, a criação de um sistema de rede, e a conclusão de que a criança que a instituição trabalha é a mesma que a da escola e que o interesse é mútuo.

11. Que tipo de vínculo se estabelece entre sua entidade e a Secretaria de Educação local?

R: Vínculo se dá por meio de convênio com prefeitura que tem todo aquele tráfego natural que a gente precisa fazer. Tem as pessoas da Associação que se reportam à regional e hoje nós vamos ter um laço importante pois as crianças de 4 a 6 anos já vão estar vinculadas à Secretaria de Educação, pois até agora o vínculo era com a Secretaria de Bem Estar Social.

12. Existem canais formais de planejamento e /ou avaliação dos projetos junto à Secretaria de Educação local (estadual e /ou municipal)? Em que consistem?

R: Em função do convênio com as Secretarias e com a Secretaria do Bem Estar Social. Existe uma burocracia através de planilhas e projetos que a gente desenvolve em parceria.

13. Que potencialidade observa no trabalho realizado dentro da escola? Quais as dificuldades?

R: Essa é uma pergunta bastante complicada, bem complexa mesmo. Porque, são momentos diferentes. Nas escolas onde atendemos crianças de favelas, o corpo docente não é fixo e quando você começa a fazer o trabalho com essas pessoas, você perde porque daqui a pouco vem outra pessoa e você tem que trabalhar tudo de novo, o que causa descontinuidade e atraso no trabalho. Hoje nós estamos num momento positivo, eu acho que nós estamos conseguindo acompanhar essa criança, estamos conseguindo observar a criança e trabalhar com essa criança, dando sequência a uma proposta única.

14. Quais são os benefícios de realizar essa /s atividade /s fora do âmbito escolar?

R: Hoje ainda estamos trabalhando muito dentro do nosso espaço, mas já estamos muito próximos da escola e queremos levar o trabalho, que puder ser feito dentro da escola para lá.

15. Na experiência da sua entidade, as escolas têm sido favoráveis ao desenvolvimento de parcerias? Por quê?

R: Não, eu não tive experiência com escolas. (você está falando de escolas pública ou geral?). Bom, tivemos parcerias com escolas privadas que buscam, de alguma forma, levar para seus alunos a realidade das diferenças sociais, com o objetivo de desenvolver o processo de cidadania. Temos um projeto junto aos alunos da Nossa Senhora do Morumbi. Também com a Escola Santa Cruz. Acho que as escolas particulares estão nesse momento de aproximação. Parcerias com escolas municipais já citadas.

16. Na experiência da sua entidade, a Secretaria de Educação local tem sido favorável ao desenvolvimento de parcerias com escolas? Por quê?

R: Não havia este pensamento de parcerias, acho que isso vem acontecendo agora, eu não vejo isso num passado de 10 anos atrás, é difícil essa pergunta, porque a gente está um pouco afastado da Secretaria de Educação. Há uma distância entre a Secretaria de Educação em relação às entidades que atendem programas educacionais. Tal aproximação se faz necessária.

c) Informações sobre ONGs e escola pública

17. Parece uma obviedade afirmar que a escola pública encontra-se em crise. Segundo sua opinião, quais são as características mais marcadas dessa crise?

R: Grande número de crianças fora das escolas e crianças que não são atendidas por diversas razões. A relação das mães com a escola é traumática, as mães chegam a ter medo da escola. O problema da falta de material escolar é grave e faz com que a criança abandone a escola até por falta de material escolar. E como resultado disso, vejo crianças as crianças muito mal formadas, a gente não tem um bom resultado da escola. A escola deveria ser o contrário, deveria ser um refúgio da criança, um centro de apoio. Mas a criança não vê isto na escola, ela tem medo da escola, do professor, do que acontece lá dentro. Esse medo atrapalha muito no relacionamento.

18. Existem responsáveis dessa crise? (Se a resposta é “sim”: quem são?)

R: Responsáveis são todos. Todos aqueles que não percebem a crise ou não têm a força de questionar o porque da crise. Acho que não dá para colocar um responsável. O Estado, o abandono e o próprio Ministro da Educação não deve estar vendo isto porque o abandono é geral. Não há só um responsável.

19. Muitas vezes se afirma que as parcerias entre ONGs e escolas poderiam ser uma solução a essa crise...

R: É de se pensar. Realmente há uma abertura bastante grande. Nós temos esta experiência, nossa criança hoje é uma criança que tem uma formação bem mais forte, porque temos esta aproximação com a escola. Não só nossa como outras entidades menores, ou maiores, ONG's que se aproximaram da escola. Acho que é um apoio sim para as escolas.

20. Que tendências poderia visualizar no futuro em matéria de parcerias ONGs -Escola?

R: Ai que maravilha de pergunta, meu Deus que maravilha. Eu acho, é uma preocupação minha essa tendência, porque o que é que vai ser Educação? Então a gente vai acompanhar essa criança para que futuro, que futuro terá essa criança? Podemos pensar no que ela vai necessitar quando adulto e nesse sentido, já que nós caminhamos para cada vez mais raro o emprego, volto a falar naquela tendência da auto-sustentação. Se um ser humano realmente desenvolver o seu potencial e buscar a sua vocação, realmente ele vai trazer uma remuneração para o futuro. As ONG's, nesse sentido, já perceberam isso e estão trabalhando nesse sentido com a criança, algumas, não sei se todas ou não, mas eu tenho participado de encontros nacionais e internacionais, onde a preocupação é essa realmente, que tipo de educação a criança vai necessitar ou o ser humano vai necessitar? E de que maneira as ONGs vão poder estar desenvolvendo isso com a escola, a escola tem uma educação mais formal e a ONG não, a ONG tem uma liberdade maior de estar proporcionando essa complementação necessária à criança.

ENTREVISTA 20

Data: 05/04/01

Entrevistado: Diretoras

a) Informações Básicas

1. Ano de fundação:

R: Era uma instituição, uma ONG que já existia desde 1991 e que estava desativada, foi reativada em 1997.

2. Áreas de atuação:

R: A gente trabalha na área de formação de professor. Na área da formação focando a formação de professor, a formação de diretor, a formação de agentes comunitários e formação de supervisores, basicamente, quer dizer todos os atores do campo educacional, a gente tem um trabalho de desenvolver a formação desses atores, e também o campo da leitura e da escrita, quer dizer, a área de língua portuguesa é o nosso forte.

3. Âmbito de atuação: Nacional

4. Fonte dos recursos:

R: Por enquanto nacional. Apesar de que a gente já teve internacional, não sei como é que conta. A gente já teve um projeto, logo no início que era internacional. Foi pública porque era a prefeitura de Barcelona.

5. Como caracterizaria o público alvo das atividades desenvolvidas pela entidade?

R: O público alvo você se refere a quem recebe o projeto? Em geral as pessoas associadas é o sistema formal de educação, ensino fundamental, então a gente atinge os professores, os supervisores, os diretores, os alunos, os pais de alunos, assim diretamente.

b) Informações específicas (atividades educacionais)

6. Poderia definir o perfil profissional dos funcionários alocados aos projetos educacionais? (formação, grau de escolarização etc.)

R: Ih! Mas desses 40 tem uma variável grande.

É, mas assim, no geral tem nível superior, uns têm pós-graduação, tem as pessoas que trabalham nas cidades, diretamente, onde a gente atua.

É que esse é um projeto de abrangência nacional que a gente atua em 8 municípios bastante distantes. Aí as pessoas não têm grau universitário, mas têm a formação de magistério.

É isso aí, quem é da avaliação tem formação nesse setor, quem é da equipe, tem uma parte pedagógica, que é o centro do nosso trabalho, então esses de nível superior em geral são pessoas que têm uma formação pela educação da psicologia, então é um pouco variado.

7. Projetos desenvolvidos (em curso): (decidiu responder tudo junto)

R: Quais são os projetos?

Então, tem o "Escola que vale", que é um projeto grande, que tem abrangência nacional e que atua em oito municípios de quatro estados do Brasil que é no Pará, Maranhão Espírito Santo e Minas, é, e o que mais você quer saber? Nome do projeto, início do projeto. O início do projeto foi em 99.

Então é isso, a gente pode dar os dados, por escrito, porque são dois, a gente tem dois projetos em andamento: um chama "Escola que Vale" e o outro é "e-mail pedagógico". Tem uma outra, o projeto Carta que também está em andamento. Quem demanda é..., é um acordo com o financiador em geral, quer dizer, nasce de uma demanda do financiador e esses dois, o terceiro não, o terceiro é um projeto da entidade, é um projeto da entidade. Os outros dois: a Escola que Vale e os e-mails pedagógicos existe um desejo do financiador de atuar no campo da educação e a gente entra com o nosso repertório, a nossa competência na área e acaba nascendo uma proposição de um projeto que se adeque às questões que tão colocadas.

7.3 Âmbito onde se desenvolvem as atividades (no próprio âmbito escolar ou fora dele; se realizadas fora do âmbito escolar: **onde?**):

R: O foco é a escola, apesar de que não se limita a escola, mas o foco é a escola, nos três casos.

Quer dizer, os três casos a gente procura também trabalhar com a comunidade escolar, quer dizer, não é a escola, mas é a rede que...

E nesses três casos é ensino fundamental, principalmente primeira a quarta.

b) Informações sobre as parcerias

8. Como caracterizaria o vínculo estabelecido com as escolas?

R: De que ponto de vista? Não o vínculo que se estabelece com a escola é muito bom, porque essas escolas onde a gente tá atuando eles têm uma demanda muito grande, então quando a gente chega, é super bem recebido e, quer dizer, e essa. e esse bom recebimento ele permanece, porque a escola sente que ela entra num ritmo de reflexão sobre o trabalho realizado e de estar potencializando de fato melhoria na aprendizagem dos alunos, que o programa ele cresce, a nossa entrada nas escolas, ela é muito tranquila.

E cuidada. Primeiro que o programa tem uma estrutura, um desenho de estrutura que é pra cuidar da entrada e ele é flexível pra que essa demanda tenha ida e volta, então a gente está numa estrutura que permite a gente verificar questões, e trabalhar e voltar, então, acaba se constituindo uma boa parceria de trabalho.

Bom, agora que isso que você falou eu acho interessante pensar na questão do vínculo, quer dizer, o vínculo ele é bom porque ele não é uma, não é uma imposição nossa do trabalho, há de fato uma parceria entre o que nós oferecemos e qual é a demanda da escola, então essa troca mesmo quando a gente fala que está trabalhando com 10 mil crianças, porque a gente está atuando com esses professores, tem uma preocupação muito grande em estar identificando a cidade, a escola, o professor com aqueles alunos, quer dizer, então acho que por isso faz com que seja mais fácil.

Isso só trabalhando com adesão voluntária em todos os níveis, a Secretaria da Educação faz adesão voluntária, depois a escola faz adesão voluntária e dentro da escola só entra o professor que quer, mesmo que a escola, a diretora queira, aí você tem um grupo de 20 professores e só 10 querem aderir ao projeto, então, são só 10 e depois é que vão vir os outros, nunca é uma coisa imposta, aquela escola foi selecionada, tem que entrar e o projeto entra "goela abaixo", não. Então isso cria toda uma condição de vínculo também.

9. Que dificuldades costumam apresentar-se na parceria entre sua entidade e as escolas?

R: Dificuldades? Às vezes eles querem mais do que a gente consegue dar (risos).

Às vezes, não, sempre. A escola, quer dizer, eles querem mais coisas, querem até que a gente mude pra lá, mas não chega a ser uma dificuldade.

Eu acho que dificuldade, todo início de projeto e até se estabelecer um vínculo que se conheça quem é quem de cada lado passa por uma série de dificuldades que é da trajetória do sistema educacional mesmo, que muita gente chega, muita gente diz que vai ajudar, muita gente oferece coisas e eles ficam com uma expectativa que não é atendida, então existe uma certa desconfiança até que se imponha uma relação de parte a parte onde todo mundo sabe onde é que você quer chegar, porque que a gente tá aqui, o que a gente pode oferecer e o que eles querem, entendeu. Acho que são as dificuldades que estão dadas em qualquer atuação no campo da educação, mas fora isso não tem.

Lógico, num primeiro momento os professores tem medo, se sentem avaliados, se sentem colocados em cheque, o conhecimento deles, enfim, quer dizer cria uma desconfiança até que de fato se conhecem, não é?

A gente acha que os trabalhos não podem ser rápidos nas escolas, então em cada escola a gente tem como meta ficar de 2 a 3 anos numa mesma escola, com aqueles mesmos professores, e aí a gente acha que a transformação ocorre.

E as dificuldades sempre têm individuais porque trabalho com gente sempre implica em que tenha um ou outro que até por características pessoais, mas fora isso...

10. Que fatores facilitam esse vínculo?

R: Olha, eu acho que a gente tem uma linha de trabalho pautado pela questão da ética mesmo que é manter a questão do respeito mútuo, da solidariedade, de justiça, de diálogo eu acho que essa maneira da gente agir, acho que garante essa possibilidade de vínculo, então todos os nossos trabalhos os professores reconhecem que isso é um fator comum, mesmo que as ações sejam diferentes, uma oficina de música, uma oficina de literatura, quem vai coordenar essa oficina também vai tratar do professor do mesmo jeito, então acho que esse eixo de trabalho favorece muito.

É, eu acho que tem uma coisa que acontece dentro, que é assim: tem um desenho estratégico que a gente dedicou bastante tempo pra juntando todo o nosso repertório pra ver qual é a maneira, a melhor maneira de entrar num município, de manter um projeto, então tem todo um desenho da articulação das ações que eu acho que facilita o vínculo. Ele é intencional.

E tem uma preocupação também que a gente está num local que é público, não é nosso, então esse respeito mesmo, quer dizer que lá, quer dizer aquela casa é daquela Secretária, está certo, aquelas escolas pertencem aquela Secretaria e aquela diretora ela merece todo respeito e todo o diálogo possível pra gente poder estar desenvolvendo o trabalho lá dentro, então acho que isso também é um fator importante da gente cuidar.

11. Que tipo de vínculo se estabelece entre sua entidade e a Secretaria de Educação local?

R: Não, a gente não trabalha. Não trabalhamos em São Paulo.

12. Existem canais formais de planejamento e /ou avaliação dos projetos junto à Secretaria de Educação local (estadual e /ou municipal)? Em que consistem?

R: Não, não temos nenhum trabalho.

13. Que potencialidade observa no trabalho realizado dentro da escola? Quais as dificuldades?

R: É muito amplo muito vago porque depende...

Então, o que a gente tem visto da nossa atuação, por exemplo, quem trabalha direto nas escolas, ela tem que ser feito dentro do âmbito do fazer, ou seja, então a gente não chega com um discurso nas escolas, então eu acho que assim, tem potencializado muito na nossa atuação é a realização de trabalhos claros e concretos dentro das escolas, seja com o diretor, com o supervisor, seja com os professores, então a gente vai trabalhar pra desenvolver determinadas ações, desenvolver projetos, quer dizer, dentro do nosso macro projeto, a gente desenvolve micro projetos. Então essa reflexão que a pessoa vai fazendo, que esses agentes vão fazendo ao longo do desenvolvimento do trabalho tem sido, eu acho tem sido um potencial forte aí e acho que até de colaboração sobre a reflexão de como se faz essa atuação do professor. Outra coisa que eu acho que é trabalhar com materiais muito bons, quer dizer, oferecer, o que tem potencializado o trabalho é a oferta de bons materiais.

É a qualidade de tudo garantida, tanto do profissional quanto da linha de frente lá na escola, ele é o melhor profissional que a gente pode colocar, o material que a gente oferece é o melhor material, o que é produzido pro professor tem um cuidado, é estético, inclusive. Então é assim, garantir a qualidade desse profissional para que a gente possa exigir qualidade.

14. Quais são os benefícios de realizar essa /s atividade /s fora do âmbito escolar? Quais as dificuldades?

R: Bom, nós estamos começando esse projeto, ele está apesar de que ele é um desdobramento de um projeto já encerrado, que é um projeto de “cartas aos professores rurais”, que a gente desenvolveu. Os benefícios são criar instrumentos novos de capacitação a distância e de interlocução com esse professor que tá muito longe, quer dizer, o Brasil é muito grande e a gente não pode estar sempre de maneira presencial dentro da escola. Então uma das perspectivas nossas é investigar um pouco o que é possível pra dar suporte ao professor a distância. Acho que esse é um benefício desse tipo de atuação.

Tem uma outra atuação que a gente faz também que é fora do âmbito da escola, que é levar oficinas pros professores, oficinas no campo da arte, em música, teatro, fotografia, dança, então, que não é para o professor utilizar com os seus alunos, mas é pro professor enquanto professor, enquanto gente, quer dizer, é pra ele, e isso, quer dizer, embora a gente não tenha maneira de quantificar esse benefício, ele é visível, quer dizer é uma chance que o professor tem de fazer uma coisa que serve ao desenvolvimento deles, dele como pessoa, o prazer dele, o desenvolvimento dele e tal e que ele não tem nenhuma obrigação de estar vinculando isso com o trabalho em sala de aula e nem o enfoque é um enfoque didático pra ele fazer aquilo em sala de aula.

É, e eu acho que tem uma coisa que é assim, pra você atuar dentro da escola, você está atuando na instituição legitimada para liderar processos de aprendizagem daquele aluno. Você atuar nesses espaços que envolvem os profissionais da educação e não necessariamente vinculados à instituição escola, você tá trabalhando com uma categoria profissional, você tá valorizando esse profissional, você está instrumentando esse profissional para que ele se coloque melhor na sua função social. Então, essa é eu acho que é um dos benefícios.

15. Na experiência da sua entidade, as *escolas* têm sido favoráveis ao desenvolvimento de parcerias? Por quê?

R: Sim porque elas só se beneficiam com as parcerias.

16. Na experiência da sua entidade, a Secretaria de Educação local tem sido favorável ao desenvolvimento de parcerias com escolas? Por quê?

R: São Paulo ou as nossas lá? A gente tem outras Secretarias, não é? Nossas Secretarias totalmente favoráveis. Onde a gente atua.

(Perguntei: E aqui em São Paulo vocês acham que não?) R: É...

d) Informações sobre ONGs e escola pública

17. Parece uma obviedade afirmar que a escola pública encontra-se em crise. Segundo sua opinião, quais são as características mais marcadas dessa crise?

R: Bom, que a gente identifica, que é a questão de formação do professor e essa formação, quer dizer, ela é em função da falta de oportunidade de desenvolvimento humano. Outra questão é a integração da escola com o meio que ela está inserida com a própria comunidade, que é um descompasso, nessa, não só com a comunidade local como a comunidade pensando numa unidade, numa unidade das pessoas pra além muros da própria cidade, do próprio país.

Apesar de que não é uma coisa assim tão constante. Eu acho que dentro do sistema público de ensino, você pegar o Brasil, o Brasil é muito grande e de uma variedade enorme. Agora, você tem dentro de sistemas públicos, atuações excelentes e melhores do que escola privada, então eu não concordo que de uma maneira idêntica existe uma crise imposta pra todo mundo. Não é verdade, existem experiências riquíssimas no sistema público, dentro das cidades você

tem escolas públicas melhores, escolas públicas ruins, então, não é uma verdade absoluta isso não, eu acho que quem anda por aí em escolas vê que há uma diferença muito grande, nos nossos próprios municípios, você tem realidades muito duras que são originárias de questões de gestão mesmo, em alguns casos com o diretor que não está comprometido com o trabalho, está atrapalhando. Você tem realidades locais da comunidade que tem prostituição, que tem violência e que vão puxar a escola pra um tipo de problemática, entretanto nesse mesmo município você tem outras escolas desse sistema público que conseguem promover uma aprendizagem de qualidade.

Ah! e uma outra coisa interessante que eu acho que é de comentar aqui, que ela encontra-se em crise porque eu acho que de fato agora, não é que ela encontra-se em crise, eu acho que ela tá sendo constituída porque a escola pública que existia antes, que era dita como a boa escola pública, ela era uma escola absolutamente de elite, quem freqüentava era a elite. Então era pública no seu financiamento, mas não era pública no seu atendimento, então acho que a gente tá numa situação, num momento que se construiu, construiu, construiu escola, não se deu conta da questão da formação do professor na medida que precisaria ter sido dado conta, e aí a gente tá com essa situação atual que é de um atendimento muito grande, não é?

18. Existem responsáveis dessa crise? (Se a resposta é “sim”: quem são?; poderia estabelecer uma hierarquia de responsáveis dessa crise?)

R: Sem dúvida. Eu acho que todos nós somos responsáveis dessa crise, quer dizer você tem tanto a questão, tanto quando ele é público, político e histórico, existe uma história de priorização de certos... uma história de longo prazo, não é uma coisa que se define numa década, são muitas décadas onde é que se prioriza o quê?...

E de visão da educação também, quer dizer, como as pessoas vêm a educação, é uma responsabilidade porque a gente tinha uma visão restrita de educação, onde você, basta dar uma escola e dar livro e colocar um professor qualquer pra atuar ali, quer dizer, é como se isso bastasse pra responder a uma demanda, quer dizer, tem equívocos aí de equívocos do ponto de vista ideológico, ponto de vista de financiamento, do ponto de vista da ingerência mesmo, pública, da responsabilidade pública, das pessoas se sentirem co-responsáveis pela educação.

Você tem a própria categoria dos professores que poderia estar mais organizada, se unindo contra as adversidades, você tem os próprios pais que poderiam estar pressionando a escola, você tem a própria universidade que podia ter, ao longo de toda essa história cumprido um papel diferente também, você tem o poder público que podia ter desenvolvido estratégias mais adequadas e definido políticas públicas mais objetivas, enfim, eu acho que todo mundo tá envolvido nessa...

19. Muitas vezes se afirma que as parcerias entre ONGs e escolas poderiam ser uma solução a essa crise...

R: Eu acho que não.

Eu acho que as ONGs, a gente tem um papel que é de trabalhar uma questão de uma qualidade mais apurada que o poder público muitas vezes não consegue, pela dimensão, pela enormidade do que ele tem que fazer. Então eu acho que as ONGs elas têm um papel de estar ajudando até a estar formulando essas políticas públicas e atuando com uma qualidade diferenciada que o Estado não consegue, e agora, resolver a crise...

É, eu acho que o que a ONG pode fazer é criar novas influências, é criar experiências modelares que podem servir como elemento de reflexão pro sistema como um todo e o sistema incorporar na medida do possível, agora, nem tem sentido que as ONGs sejam a solução, o que, a educação é dever do estado e ela é a gestão de um sistema complexo em diferentes níveis administrativos, então eu acho que o papel das ONGs é de dar uma ventilada, dar uma arejada, mostrar possibilidades, agora não assumir.

É até um cuidado muito grande, daquilo que eu comentei no começo, da escola pública, quer dizer que é público, você tem que garantir que aquela escola é pública e você está indo lá pra, quer dizer, você é um auxílio possível de qualidade.

Até é um perigo muito grande, porque se não cada um fica morando na escola e quem é que responde pelo estadual ou municipal, quer dizer, não cabe a, é uma atuação privada num certo sentido e não cabe isso.

20. Que tendências poderia visualizar no futuro em matéria de parcerias ONGs - Escola?

R: Olha, eu acho que a tendência, vou falar mais da gente, não das ONGs de uma maneira em geral, mas eu acho que a tendência de ONGs em educação devia ser de estar consolidando trabalhos pontuais e estar auxiliando mesmo uma elaboração de políticas públicas, eu acho que esse o caminho que a gente como prioritário de atuação.

ENTREVISTA 21

Data: 22/05/01

Entrevistado: Coordenador

a. Informações Básicas

1. Ano de fundação: Início em 1995 e se estabeleceu de fato como um projeto em 1996.
2. Áreas de atuação: Caráter de educação não formal, pelo próprio público que a gente atende e pela proposta da concepção do projeto.
3. Âmbito de atuação (nacional, estadual, municipal): hoje é municipal – a Petrobrás tem interesse de torná-lo de âmbito nacional.
4. Fonte dos recursos:

R: Recurso direto é da Petrobrás que é nacional e tem o apoio da universidade com toda estrutura e condições.

5. Como caracterizaria o público alvo das atividades desenvolvidas pela entidade?

R: São crianças e adolescentes, meninos e meninas que vivem em situação de risco social e pessoal. São de risco, pois passam a maior parte do tempo pelas ruas e não porque propriamente são crianças de rua, mas a gente tem crianças que tem a rua como espaço de moradia mesmo que seja inconstante essa moradia na rua e crianças que têm referências familiar mas passam a maior parte do tempo na rua.

b. Informações específicas (atividades educacionais)

6. Poderia definir o perfil profissional dos funcionários alocados aos projetos educacionais? (formação, grau de escolarização, etc.)

R: No projeto CLICAR, bom, nós já experimentamos todos os tipos de profissionais. Na verdade eu e a Dirce, duas pessoas com experiência na área de crianças e adolescentes e já trabalhamos com pessoas com experiência anterior, já trabalhamos com formação específica com arte - educador – pessoas que dominavam a área de música, de artes e hoje a gente está trabalhando com estudantes, visando a formação desse educador.

7. Projetos desenvolvidos (em curso):

7.1 Objetivo dos projetos:

CLICAR: possibilitando espaços de inclusão para essas populações de risco, visando a possibilidade de novos conhecimentos, de novo aprendizado, quer dizer, tentando visar à transformação interna desses jovens dessas crianças, para que eles tentem transformar sua história de vida.

7.2 Origem da atividade (quem demanda ou demandou):

R: Vou remeter de novo ao público alvo, que a gente diagnosticou desejos e aspirações do público e principalmente por esse projeto acontecer dentro de um museu de ciência, quer dizer um espaço na universidade de São Paulo, as crianças apontaram uma curiosidade e atenção maior para essas áreas aí do conhecimento que estão distribuídas neste museu. Então, as atividades que a gente trabalha, quem ajudou a construir foi uma demanda do próprio público e as pessoas que trabalham souberam entender e olhar. O Projeto CLICAR é diferente de outros projetos, a gente não sentou e pensou no que gostaríamos de fazer e quais seriam os nossos objetivos e as nossas metas, foi um caminho contrário, as crianças apareceram e mostraram e então se criou uma proposta.

7.3 Âmbito onde se desenvolvem as atividades (no próprio âmbito escolar ou fora dele; se realizadas fora do âmbito escolar: **onde?**):

R: Ele acontece fora do “âmbito” escolar, escola até terceiro grau, mas indiretamente ele acontece dentro do âmbito escolar, ele acontece dentro de uma área da USP, mas considerando o público alvo a gente está fora do âmbito escolar.

c. Informações sobre as parcerias

8. Como caracterizaria o vínculo estabelecido com as escolas?

R: Os vínculos que a gente tem com as escolas é totalmente indireto ou até..., não é o primeiro objetivo e nem segundo, a gente atua diretamente com a criança, nossa relação é com a criança, se existir alguma permissão da criança ou se ela quer que traga a família e então a gente atua com a mãe e junto com a criança e com a mãe a gente tenta trabalhar a questão escola. A importância da escola, o porquê está fora da escola, então, na verdade a gente atua indiretamente, tentando trabalhar com a criança a necessidade dela estar estudando, independente de ainda não acreditar nisso. Então a gente não tem nenhum tipo de vínculo direto com a escola.

9. Que dificuldades costumam apresentar-se na parceria entre sua entidade e as escolas?

R: Na verdade não tem nenhuma ação direta com as escolas. Temos um caso de um garoto que está em bolsa escola e ele teria meio salário mínimo para estar aprendendo a linguagem de informática e teria que estar estudando para poder receber e a gente tentou matricular esse menino numa escola e ele demonstrou interesse de voltar a estudar. Considerando que era um menino que morava na rua, não tinha residência fixa e nenhum responsável, a gente teve que vencer situações, fazer com que a escola deixasse de lado os padrões da documentação, enfim, a gente teve uma dificuldade de mais de um mês para fazer com que a escola aceitasse esse menino. Tudo porque não tinha os documentos e as necessidades básicas que eles consideravam como primordial para continuar estudando. Então, diante estas dificuldades, junta essas duas perguntas, a gente continua não tendo um vínculo com a escola.

10. Que fatores facilitam esse vínculo?

R: Conforme resposta acima

11. Que tipo de vínculo se estabelece entre sua entidade e a Secretaria de Educação local?

R: Também é um vínculo que não é estabelecido. A gente já teve algumas conversas, algumas discussões, com a delegacia de ensino aqui da Lapa, mas é até para ver a possibilidade de formações de classes, não dá para dizer especiais, mas de uma discussão com a escola de como incluir esses meninos que estavam se excluindo da escola. Foram alguns contatos, nada concreto, dentro do possível. As duas instituições são identificadas, conversam, mas não tem nada estabelecido de fato.

12. Existem canais formais de planejamento e /ou avaliação dos projetos junto à Secretaria de Educação local (estadual e /ou municipal)? Em que consistem?

R: Não tem nenhum tipo de planejamento, avaliação que seja feito pela Secretaria.

13. Que potencialidade observa no trabalho realizado dentro da escola? Quais as dificuldades?

R: Nós não trabalhamos no âmbito escolar, muito pelo contrário.

14. Quais são os benefícios de realizar essa /s atividade /s fora do âmbito escolar? Quais as dificuldades?

R: Para avaliar os benefícios de ser fora do âmbito escolar, a gente vai acabar avaliando a escola em si, então vou deixar esta parte para...

É um projeto onde a criança tem uma livre participação, onde ela é agente de seu processo de aprendizado, ela é agente de seu desenvolvimento. É um espaço onde toda a proposta de atividade está permeada dentro da proposta lúdica, então o mais banal que se já escutou aí a gente acredita naquela coisa do aprender brincando, aprender em cima do que eu estou disposto e não daquilo que a pessoa quer que eu aprenda. Então a criança é determinadora de todo processo dela e o resultado... Esse mês a gente avaliou como super positivo dois irmãos que vêm aqui, que nunca freqüentaram a escola, e em menos de um mês iniciamos uma ação de alfabetização, os dois estão lendo e escrevendo.

15. Na experiência da sua entidade, as escolas têm sido favoráveis ao desenvolvimento de parcerias? Por quê?

R: Não, não estão sendo favoráveis. Na verdade a escola é distante de projetos de educação não formal e não acreditam neles. Hoje tem até uma proposta de que são concorrentes.

16. Na experiência da sua entidade, a Secretaria de Educação local tem sido favorável ao desenvolvimento de parcerias com escolas? Por quê?

R: A gente não tem nenhum tipo de ação ou parceria com a Secretaria.

d. Informações sobre ONGs e escola pública

17. Parece uma obviedade afirmar que a escola pública encontra-se em crise. Segundo sua opinião, quais são as características mais marcadas dessa crise?

R: A própria pergunta já bota que é óbvia essa crise. Isso daria horas tá, pra gente ficar falando aí dessa crise toda, mas resumindo, acho que é no papel da figura chamado educador, professor, que não tem investimento nenhum, ele está mais desestimulado do que qualquer... Não sei nem ao que comparar nesse momento, e a partir do momento desse desestímulo, isso é tudo transferido à criança, ao educando que ele está atuando. Então a partir do momento que esse cara não tem nada... o que gira em torno disso, aí vem todo o contexto, a estrutura, enfim, vou resumir aí no papel investimento das instituições na figura principal da educação que é o professor.

18. Existem responsáveis dessa crise? (Se a resposta é “sim”: quem são? Poderia estabelecer uma hierarquia de responsáveis dessa crise?):

R: Volto a afirmar, dentro do óbvio, peguei só uma parte, mas ela é muito maior. Mas volto falar a própria, aí a crise... A gente pode botar desde lá de cima no ministério, ninguém vai, ninguém consegue ver hoje já o que se pretende com a educação e como se tornar de fato uma ação de educação no papel da escola. E aí o reflexo disso está no coitado lá embaixo que é o professor, que diz que toda a estrutura da escola é o professor que não motiva, não faz isso, não faz aquilo, não reconhece, não identifica, que não trabalha cada criança, não individualiza a situação, mas a verdade a estrutura é lá em cima, quer dizer, o país não tem clareza do que se propõe enquanto educação e o que é isso para ela, é só enfiar numa escola ou avaliar o que é esta instituição escola.

19. Muitas vezes se afirma que as parcerias entre ONGs e escolas poderiam ser uma solução a essa crise...

R: Acredito que não só ONGs, escolas, como qualquer outro tipos de parcerias, porque a escola é ... Não só ONGs, deve existir outro tipo de ações aí, trabalhando de certa forma visando a parte da educação que acho que tem que respeitar esses resultados, essas visões, somar e modificar a proposta escola que existe aí.

20. Que tendências poderia visualizar no futuro em matéria de parcerias ONGs - Escola?

R: Volto naquilo, a gente tem que rever. Acreditaria numa parceria ONG - escola, o governo, a partir do momento que a gente acredita em concepções, em resultados que a gente quer. Acredito nessa parceria sim, a partir do momento que fosse todinho revisto a ação e o que é cada instituição dessa, a ONG, escola, governo, não governo, e o que a gente pretende principalmente com aquele público que vai estar lá, que agente vai atuar.

ENTREVISTA 22

Data: 24/04/01

Entrevistas: Vice – Presidente e Coordenador

a) Informações Básicas

1. Ano de fundação:

R: 1992, Eduardo Alves, que é poeta, escritor, pintor, ele criou o Projeto Anchieta baseado nessa inquietude de buscar novas soluções para atender a demanda das crianças, da população, desse caos todo que está a cidade. Ele desenvolveu esse projeto com um arquiteto, Roberto Loeb, daí que eu entrei para buscar o terreno para fazer o piloto. Na verdade o Projeto Anchieta é um piloto e que basicamente o que queremos defender é que não adianta fazer habitações populares só, onde houver habitação popular é necessário Ter toda a infra-estrutura de educação, saúde, meio-ambiente, cultura, lazer, esporte, profissionalização e produção, quer dizer: nós trabalhamos com o óbvio. Ele criou, ele inventou, não tem, não tem nada, nenhum projeto que seja justamente completo. Na verdade isto forma uma espécie de bairro, uma comunidade organizada onde as crianças estão protegidas, vão à escola, recebem o melhor atendimento fora da escola, portanto não estão na rua, os adultos estão sendo reciclados nos seus trabalhos, nas suas profissões, para que possam ser sempre os agentes responsáveis pela família e o projeto uma ponte entre quem detém o poder, os que detém o poder econômico e o conhecimento e aqueles que precisam receber isso para dar um salto qualitativo, ou sofrer uma transformação. Então, o Projeto Anchieta foi criado em 1992, em 1994 foi fundado o Grupo Itápolis para dar consistência jurídica à toda essa idéia, por quê? Nós fomos à cata de um terreno, enquanto isso nós estamos conversando com pessoas que eu chamo de notório saber, que se juntaram a nós dizendo: olha, pode contar conosco que nós vamos tocar esse projeto pra frente, vale a pena. Então o grupo Itápolis foi fundado em 1994.

Em 1995 nós encontramos um terreno que parecia muito adequado, porque era na periferia, zona sul, local muito violento, no meio das favelas, quer dizer, para nós seria realmente um lugar muito bom pra podermos desenvolver essa idéia e esse projeto. Um terreno grande 220.000 m2, que nos foi doado, verdadeiramente, definitivamente em 1997. Quer dizer, houve 03 anos de conversações e provas de que nós poderíamos realizar, de que nós também poderíamos realizar o capital necessário para montar esse projeto e tudo mais.

2. Áreas de atuação:

R: Em 1997, quando nos foi doado definitivamente o terreno, nós então entramos, porque é o seguinte, só uma coisa: esse terreno fica na área de mananciais então assim, porque todas essas favelas? Área de manancial é a área mais propícia para as invasões, porque como há leis muito rígidas, o particular não pode fazer nada, o dono do terreno e os invasores acontecem porque os invasores invadem mesmo, constroem seu barraco do dia para a noite e não há, realmente estamos lá circundados por estas favelas sem nenhuma infra-estrutura, porque muitas vezes nem água têm, porque não são reconhecidos. Pouco a pouco eles vão sendo reconhecidos porque aí há toda aquela coisa política dos redutos eleitorais que os vereadores acabam dando um jeito. Eles incentivam, deixam morar um pouco, quando vão ser expulsos, eles conseguem de alguma maneira, antes das eleições, fazer um assentamento, deixá-los já com uma garantia de não expulsão.

No nosso caso é o contrário. Como nós queremos fazer tudo direitinho, em 1997 nós entramos com nosso pedido, e daí; existe uma burocracia muito grande, existe uma boa vontade por parte dos técnicos, mas existe uma burocracia inerente ao nosso governo que fez com que agora, depois 1997/2001, nós tenhamos praticamente em semanas, praticamente todas nossas plantas aprovadas. O prefeito na época, que era o Pita, teve que fazer um decreto, aconselhado pela Secretaria do Planejamento do município, SEMPLA, dizendo que é possível montar e implantar projeto de reintegração social em áreas maiores, tal, em área de manancial. Então nós, na verdade, hoje, o que nós estamos fazendo é, a partir de 1997, quando tivemos o terreno em nosso nome e para não esperarmos a burocracia, e também porque queríamos conhecer melhor a demanda, queríamos conhecer a população, queríamos começar nossa integração com a população local, nós iniciamos um trabalho que primeiro foi apenas de recreação e iniciação ao esporte, depois já foi uma coisa mais educacional, visando à comunidade, e hoje é um trabalho mais completo, visando à comunidade, visando às crianças, visando à escola, e visando o voluntariado.

3. Âmbito de atuação (nacional, estadual, municipal):

R: Aqui ele é de bairro mesmo. Por enquanto ele é um trabalho que visa o bairro do Grajaú, ele está trabalhando com a população do bairro do Grajaú, carente, de baixa renda. Mas ele pretende ser um piloto para ser depois, municipal, Estadual, Nacional e até Internacional, porque acho que este projeto pode ser um a inspiração para qualquer projeto que vise atuar de uma forma ampla e de uma forma completa junto a família

4. Fonte dos recursos:

R: Nacional, privado e um pouquinho público, quer dizer, nós temos um convênio com a Secretaria da Promoção Social do Estado, que era profissionalizante, nós iniciamos o público com este convênio.

5. Como caracterizaria o público alvo das atividades desenvolvidas pela entidade?

R: Seria toda uma população carente, uma população de baixa renda, nosso público alvo é a família. Nós valorizamos muito todos os trabalhos e também os trabalhos parciais, mas nós achamos, o projeto crê que não resolve, por isso que nos estamos querendo implantar um projeto mais geral. Nosso público alvo é a criança porque a transformação através da criança é muito mais fácil, a criança uma vez educada, uma vez incentivada a ter interesse pelo conhecimento, pelo trabalho pelo aprendizado, ela vai se integrar na sociedade com muito mais facilidade. Mas nós não podemos esquecer que ela tem uma família e existe também a comunidade. Nosso público alvo maior é a criança com a sua família.

c) Informações sobre as atividades educacionais

6. Poderia definir o perfil profissional dos funcionários alocados aos projetos educacionais? (formação, grau de escolarização, etc.):

R: Nós temos os agentes comunitários de educação, como já tinha dito antes, são pessoas da comunidade, que entraram como voluntários, e que depois realmente mostraram que tinham vontade de ficar e que tinham que ter uma formação. Então, nós desde 1997 fizemos este tipo de formação. Muitos deles tinham o primeiro grau. Todos voltaram a estudar, independente da formação que estamos dando. Depois nós temos os professores especialistas que todos têm universidade.

7. Projetos desenvolvidos (em curso):

7.1 Objetivo dos projetos:

R: O objetivo é sempre o crescimento dessa população, o entendimento dessa população, o conhecimento, que eles adquiram conhecimento, a aquisição de conhecimento, isto para nós é muito importante. A gente acredita que a educação pode realmente transformar, então nós estamos tentando passar conhecimentos, técnicas, cada um com sua peculiaridade, por exemplo: em ética e cidadania, são discussões de total interesse de acordo com a demanda deles e dos pais. O objetivo na verdade é sempre visando ao crescimento e à transformação para que eles se tornem pessoas com uma auto-estima, para que possam realmente saber que eles podem, porque são inteligentes tanto quanto qualquer outra pessoa, não é porque são de baixa renda que eles não têm a mesma capacidade, eles têm capacidade de aprendizado, e a gente tenta trabalhar mais os pontos fracos, mas basicamente é para eles adquirirem a auto-estima.

7.2 Origem da atividade (quem demanda ou demandou):

R: Vai muito naturalmente. A própria criança, a gente sente uma vontade dela crescer, dela aprender, então não é que eles vêm com a coisa pronta: nós queremos isso, nós queremos aquilo. A gente discute muito com eles, vem muito naturalmente das assembleias. Nós trabalhamos em cima de uma metodologia, ou uma filosofia mais que uma metodologia educacional de “Janusz korczak”. Ele foi educador, foi médico, psicólogo, jornalista, educador. Ele viveu em orfanatos, sempre trabalhou com os meninos de rua, ou sem família, e ele deixou um material muito rico de experiência, baseado na participação, no amor, no respeito à essa criança, e na participação dela, sempre levando à autogestão. Então a gente discute muito, a gente não chega e diz: Olha, agora tem isso! É sempre assim: vamos conversar. Deu certo? Não deu certo? Porque que não deu? Mas como é muito freqüente, é um processo mesmo. De repente, a gente viu, a gente está com um projeto de jardinagem, porque de repente as crianças foram a um curso no Ibirapuera, fizeram um curso de jardinagem e alguns estão empregados e outros não, então a gente resolve fazer alguma coisa no próprio projeto, com isso eles estudam matemática, com isso eles estudam português, porque entra linguagem, entra um monte de coisa. Então, a gente faz muito com eles, com as famílias, muitas vezes com a comunidade, muitas vezes com a escola, muitas vezes com a universidade.

7.3 Âmbito onde se desenvolvem as atividades (no próprio âmbito escolar ou fora dele; se realizadas fora do âmbito escolar: **onde?**):

R: É sempre no âmbito do Projeto Anchieta. Grajaú, Capela do Socorro, na rua Alziro Pinheiro Magalhães 550.

c) Informações sobre as parcerias

8. Como caracterizaria o vínculo estabelecido com as escolas?

R: Por enquanto, eu diria um pequeno namoro. Os professores mal pagos, com horário de entrada e saída das escolas, com outro emprego logo em seguida com esse caos no transporte. Então eles têm muito pouco tempo, às vezes nós conseguimos trazê-los nos fins de semana, mas a gente tem ido muito para lá e a gente conversa. O que a gente vê, é que o nosso índice de participação dos pais é muito, muito maior do que o deles. Eles convidam 500 pais e chegam a vir vinte, nós convidamos cem e chegam a vir oitenta. Então, é mais uma troca, por enquanto ainda é um namoro, por enquanto é um namoro.

9. Que dificuldades costumam apresentar-se na parceria entre sua entidade e as escolas?

R: Por enquanto acho que é falta de crença, falta de interesse e falta de tempo, e falta de um mecanismo das próprias escolas, que não têm o costume de fazer parcerias com particulares. Acho que tem tudo isso ainda, sabe?

10. Que fatores facilitam esse vínculo?

R: É a boa vontade das pessoas, são pessoas sempre abertas.

11. Que tipo de vínculo se estabelece entre sua entidade e a Secretaria de Educação local?

R: Até que não muita... Espere aí, até que teve: quando nós tivemos crianças fora da escola e para nós uma coisa importantíssima e que a criança esteja dentro da escola. Nós tivemos um problema com uma das escolas, que estava fora de período, não quis receber, nós fomos à Secretaria local e eles exigiram que a escola aceitasse a criança. Então nós temos. Nós sempre sabemos quem é o delegado de ensino. E com a Secretaria maior, nós já tivemos, tanto com a Municipal como com a Estadual... Nós queremos fazer uma parceria, o que chamamos de escola mista. Nós construiríamos, eles entrariam com os professores, nós faríamos o aperfeiçoamento, e faríamos uma gestão conjunta. É muito novo para eles. Com a Secretaria da Saúde está sendo possível, com a Secretaria que já estamos com estudos iniciados a esse respeito. E com a Secretaria da Educação, isto é muito novo, tem de vir um secretário bem aberto, que tenha vontade, e não preguiça de realmente começar uma coisa nova.

12. Existem canais formais de planejamento e /ou avaliação dos projetos junto à Secretaria de Educação local (estadual e /ou municipal)? Em que consistem?

R: Não, nós pelo menos não temos, não sei se existe. Nós temos, nós fazemos parte de rede junto com a UNISA, junto com outras entidades, onde nós fazemos avaliações de nossos trabalhos, nós contamos e apoiamos uns aos outros.

13. Que potencialidades observa no trabalho realizado dentro da escola? Quais as dificuldades?

R: Nós não fazemos ainda.

14. Quais são os benefícios de realizar essa /s atividade /s fora do âmbito escolar? Quais as dificuldades?

R: É fora do âmbito escolar, porque nós estamos fora do âmbito escolar por enquanto, mas mesmo quando nos tivermos já nossa escola, nós sempre teremos a outra parte do dia, em que a criança não está na classe, ela vai fazer as atividades extra-classe, então acho que os benefícios são totais. Primeiro: ela está fora, da rua; ela está desenvolvendo atividades paralelas, atividades de educação independente da matéria da escola, ela está se desenvolvendo como ser humano. Para nós isso é fundamental, nas várias áreas: cultura, esporte, lazer, educação, artes plásticas, música. Benefícios totais. Alimentação.

15. Na experiência da sua entidade, as escolas têm sido favoráveis ao desenvolvimento de parcerias? Por quê?

R: Eu acho que elas são favoráveis, nós ainda não encontramos os mecanismos. Eles não sabem como, nós não temos ainda o equipamento e a equipe para realmente poder desenvolver, porque isto tudo custa dinheiro. Tem que se fazer um projeto, e ter o financiador para a gente poder desenvolver alguma coisa. A escola propriamente nunca veio nos pedir, isso seria mais fácil. A gente tem que ver a demanda da escola, a gente tenta conversar... Sem dúvida o que nós fazemos com a escola, todas nossas crianças, a gente tenta manter um diálogo com a escola pra saber um pouco dessa nossa criança. Se há alguma dificuldade maior que ela apresenta, quando ela deixa de ir à escola, a gente pede para ser avisado. Existe um contato amigável, nada ainda...

16. Na experiência da sua entidade, a Secretaria de Educação local tem sido favorável ao desenvolvimento de parcerias com escolas? Por quê?

R: Com certeza. Por quê? Porque eles se sentem totalmente de braços amarrados. Eles não têm verbas para fazer novos cursos. Eles não têm verbas, muitas vezes para equipar melhor a escola, eles não têm verba para capacitação dos professores. Então, eu sinto que eles são, sem dúvida nenhuma, os delegados de ensino são muito favoráveis.

d) Informações sobre as ONGs e escola pública

17. Parece uma obviedade afirmar que a escola pública encontra-se em crise. Segundo sua opinião, quais são as características mais marcadas dessa crise?

R: Falta de formação dos professores, formação ideológica. O educador é a pessoa mais importante. Ele não é... Quanto ganha um professor? Ele tem tempo para estudar? Quanto que ele ganha? Ele tem de ter dois ou três empregos para poder sobreviver. Então a primeira coisa é o salário dele, que é uma coisa que contribui para ele não poder se aperfeiçoar, para ele não poder ter tempo, para ele poder ter a tranquilidade que o educador precisa ter. E também na seleção. Você precisa selecionar as pessoas que realmente... Isso é um talento. Ser educador, não é para quem quer, é para que realmente tem essa virtude.

18. Existem responsáveis dessa crise? (Se a resposta é "sim": quem são?; poderia estabelecer uma hierarquia de responsáveis dessa crise?):

R: Olha, claro que existem responsáveis. Acho que todos nós da sociedade. Essa é a primeira responsável porque... Para mim é a sociedade mesmo. Veja, as próprias empresas que fazem parte da sociedade, que eu acho assim, que essa sociedade, que é corrupta, que é pouco solidária, que tem interesses muito pessoais e pouco comunitários. Digo de novo, não fomos educados, temos uma péssima educação. Existem outros lugares que ou educam bem os seus políticos para que eles então através da educação eles vão fazer seu nome e passar para a posteridade, porque também não acredito que sejam assim... E esses políticos fazem leis que garantem uma formação de todos, garantem os princípios

básicos da educação, onde já se viu... no meu tempo, quando era jovem, a escola pública era o orgulho, hoje você vê o que está. O professor era muito respeitado. Eu tenho tido depoimento que alunos batem em professores, eles faltam, não têm patrão, são todos iguais, quem é que vai apontar alguém? Não há profissionalismo. Acho o que não existe é realmente uma auto-estima: “eu sou educador eu tenho uma responsabilidade”. A sociedade não deixa... Sei lá, é tudo na base do interesse. Mesmo as empresas, que dão tanto para as entidades, vai ver o que elas fazem por seus funcionários. Você acha que precisaria ter tanta ONG, tanta coisa se cada empresa fizesse pelo seu funcionário e pela sua empresa uma ação educativa e que ele adquirisse um salário decente, e que ele adquirisse a possibilidade dele fazer sua vida e não precisar mendigar nas ONG's. Então acho que a entidade é o grande responsável, através de seus políticos, através de suas empresas e da própria população.

19. Muitas vezes se afirma que as parcerias entre ONGs e escolas poderiam ser uma solução a essa crise...

R: Não é uma solução, é um caminho. Solução, solução mesmo, eu acho, é quando todo mundo se conscientizar de que onde você está... A solução está dentro de onde você vive, de onde você trabalha. A escola também, a solução está dentro dela. Hoje, acho que é um caminho muito positivo, porque as ONG's hoje, que antigamente a gente chamava de entidades filantrópicas ou coisa parecida; antigamente eram de pessoas que faziam muita caridade, mais na base da caridade, do bonzinho que dava seu dinheirinho, sua comidinha para o pobrezinho. Hoje não, as ONG's têm uma consciência maior do que é o respeito, do que é o ser humano. Muitas vezes precisa dar alimento para ele não morrer de fome, mas junto a isso tem de vir outra coisa, né? Então, eu hoje, eu acho, sou muito a favor das ONG's das parcerias. Mas eu acho que tem que ter certas leis, certas regras...

20. Que tendências poderia visualizar no futuro em matéria de parcerias ONGs - Escola?

R: Particularmente, fiquei muito bem impressionada, com o trabalho de uma ONG que instala cursos profissionalizantes nas escolas públicas. Foram nos visitar e acredito que quando tivermos nossa escola, essa ONG poderá nos ajudar. Também acho que as ONGs em geral, dentro do modelo que eu vi... Nos Estados Unidos tem uma coisa chamada “charter schools”. São escolas mistas, são escolas privadas. Aquilo que a gente pensou há cinco anos atrás que não sabia que existia. É com dinheiro público. São escolas privadas. Elas são dirigidas pelo particular, mas com dinheiro público. Eu sou bastante à favor disso porque... Mas claro, tem de haver uma seleção, um controle, tem que ter leis muito rígidas. Tem que ter avaliações, mais um controle muito rígido do encaminhamento disso, que acho que vai melhorar ao nível do ensino.

ENTREVISTA 23

Data: 26/04/01

Entrevistado: Diretor Administrativo e Psicóloga

a) Informações Básicas

1. Ano de fundação: 08/1997.
2. Áreas de atuação: Abrigo de crianças e adolescentes em situação de risco.
3. Âmbito de atuação: Municipal, cidade de São Paulo, mas pretendemos nos estender em rede em nível nacional.
4. Fonte dos recursos:

R: Hoje tenho 33 crianças, a menor tem oito meses a maior tem 13 anos. Cada criança é adotada por empresários ou funcionários de empresas, metalúrgicas. Por exemplo, cada criança hoje, custa R\$ 400,00/ mês, desde o início é esse preço. O empresário adota a criança, fazemos um contrato com ele e ele todo mês repassa essa verba. Ou as empresas colaboram assim: os funcionários doam R\$ 0,50, cada um, de seu salário, e uma empresa que tem mil funcionários acaba dando um total de R\$ 400,00/mês. Têm algumas empresas que doam materiais de limpeza, cestas básicas para que possamos nos manter aqui e tem outros colaboradores, simpatizantes que doam roupas e sapatos.

5. Como caracterizaria o público alvo das atividades desenvolvidas pela entidade?

R: São crianças em situação de risco, de famílias desestruturadas, crianças de oito meses a treze anos.

b) Informações sobre as atividades educacionais

6. Poderia definir o perfil profissional dos funcionários alocados aos projetos educacionais? (formação, grau de escolarização, etc.):

R: Todos com nível universitário – arte - educador, pedagogo, psicólogo etc.

7. Projetos desenvolvidos (em curso):

7.1 Objetivo dos projetos: atender crianças em risco social e pessoal em caráter de abrigo e oferecer todo cuidado que ela precisar, cuidados básicos, saúde, educação e orientação familiar.

7.2 Origem da atividade (quem demanda ou demandou):

R: A iniciativa foi dos Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo e da Força Sindical, através de uma necessidade, de uma demanda. O sindicato ficava próximo à Praça Da Sé e tinha um contato muito grande com as crianças que ficam ali na praça e através dessa observação do problema social é que surgiu a idéia do projeto.

7.3 Âmbito onde se desenvolvem as atividades (no próprio âmbito escolar ou fora dele; se realizadas fora do âmbito escolar: **onde?**):

R: Na escola e fora dele. A escola pública, onde as crianças estudam, ela é um complemento, a gente trabalha com a escola e a escola nos auxilia. É uma parceira, as crianças estudam na escola e na medida do possível a gente contribui com essa escola, com orientação técnica. As outras atividades são desenvolvidas em clubes, no grupo escoteiro, passeios, atividades culturais na igreja da comunidade, Igreja Católica, as crianças vão todo domingo, fazem catecismo.

c) Informações sobre as parcerias

8. Como caracterizaria o vínculo estabelecido com as escolas?

R: Nós encaminhamos as crianças para a escola, elas são matriculadas na escola pública, além do reforço escolar oferecido aqui. Nós encaminhamos para a escola e incentivamos a não faltar, a freqüentar a escola.

9. Que dificuldades costumam apresentar-se na parceria entre sua entidade e as escolas?

R: Nós tivemos dificuldades com a escola anterior, nós mudamos as crianças para a escola municipal, tivemos um pouco de dificuldade com a escola estadual, encontramos vaga com facilidade, eles matricularam, mas a dificuldade foi com discriminação com as crianças por serem crianças de abrigo. Nós tivemos que mudar de escola. A qualidade também do ensino tá mudando.

10. Que fatores facilitam esse vínculo?

R: O constante contato, conversa, a participação da equipe com a escola. Houve uma solicitação de uma palestra para os professores, de orientação técnica. Quando eles precisam de alguma coisa a gente podendo ajudar, a gente está presente dentro da escola, sempre constante contato em reuniões, participação nas atividades da escola, da equipe e das crianças.

11. Que tipo de vínculo se estabelece entre sua entidade e a Secretaria de Educação local?

R: Na secretaria de educação, quando a gente precisa de alguma informação geral sobre educação, educação especial. Tem contato, que também é interessante para estar conhecendo, mas não...

12. Existem canais formais de planejamento e /ou avaliação dos projetos junto à Secretaria de Educação local (estadual e /ou municipal)? Em que consistem?

R: Ainda não, nós não temos. Nós somos uma entidade que é nova, ainda estamos estruturando nosso funcionamento, nosso trabalho. Nesse prédio, por exemplo, é uma sub-sede do Sindicato dos Metalúrgicos. Estamos já com terreno comprado, com um projeto pronto junto ao BNDS para a construção da nova sede. Não temos ainda convênio com a Secretaria de Educação, mas podemos ter daqui alguns anos, porque estamos nos estruturando para depois correr atrás de parcerias desse nível, Secretaria de Educação, de Cultura.

13. Que potencialidades observa no trabalho realizado dentro da escola? Quais as dificuldades?

R: Ver item 7.3

14. Quais são os benefícios de realizar essa /s atividade /s fora do âmbito escolar? Quais as dificuldades?

R: Nós, como abrigo, as atividades que são realizadas fora, por exemplo, natação, para eles participarem da comunidade junto com outras crianças, outros adolescentes, que passa essa integração para a socialização mesmo, para estar conversando, conhecendo novos amigos. Por exemplo, a missa, porque que é bom eles irem à missa? Eles vão até sozinhos. Lá eles encontram os amiguinhos da escola, da comunidade local. O nosso trabalho está voltado para isso, para integrá-los com a comunidade.

Não temos muitas dificuldades. A dificuldade maior é deles confiarem nas pessoas. Eles confiam no nosso trabalho aqui dentro, lá fora é mais difícil a confiança. Até eles adquirirem essa confiança nas pessoas, tanto nos adultos como nas crianças, eles ficam meio receosos. Mas isso é só de início, eles acabam se integrando mesmo.

15. Na experiência da sua entidade, as *escolas* têm sido favoráveis ao desenvolvimento de parcerias? Por quê?

R: Sim, nós temos um bom relacionamento com a escola. Eles nos apóiam bastante, conhecem nossa entidade, nosso trabalho e nós não temos dificuldade nenhuma em questão de vaga, para arrumar uma vaga para uma criança no meio do ano. Nós temos esse bom relacionamento com a direção da escola.

16. Na experiência da sua entidade, a Secretaria de Educação local tem sido favorável ao desenvolvimento de parcerias com escolas? Por quê?

R: Já é uma pergunta voltada mais para a escola né, eu não sei te responder. Nós não temos esse contato com a secretaria porque nós não somos escola.

d) Informações sobre ONGs e escola pública

17. Parece uma obviedade afirmar que a escola pública encontra-se em crise. Segundo sua opinião, quais são as características mais marcadas dessa crise?

R: Olha, até pelo contato que a gente tem com a escola, a dificuldade, acho que é baixos salários, os professores desmotivados, acho que é o principal. E a escola sendo cobrada, ficando num lugar como substituta da família, da responsabilidade. Então quando a escola solicita, por exemplo, uma orientação, uma palestra, a angústia da escola é muito grande, se sentem assumindo um papel muito maior do que a educação, o problema da violência, o problema das drogas. E a falta de recursos.

18. Existem responsáveis dessa crise? (Se a resposta é “sim”: quem são?;

R: Olha, pelo que tenho visto, existem as leis educacionais, são leis boas, a LDB, a nova Lei das Diretrizes e Bases é muito bonita mas não é aplicada, então a lei não chega até as crianças; sair do papel para ser aplicada. E o que envolve isso, se é recurso financeiro se é questão política. Parece que sim.

19. Muitas vezes se afirma que as parcerias entre ONGs e escolas poderiam ser uma solução a essa crise...

R: Não sei se solução, mas complementa, ajuda, é importante o trabalho com as parcerias. Não acho que seria uma solução porque a responsabilidade do governo tem que estar presente também além da parceria com as ONGs. Não pode perder isso, a escola é pública, tem que estar a responsabilidade do governo e as ONGs seriam um complemento para enriquecer o trabalho da escola.

20. Que tendências poderia visualizar no futuro em matéria de parcerias ONGs - Escola?

R: Acho que seria importante abrir o espaço da escola nos finais de semana, para os adolescentes e para as crianças, principalmente para além de desenvolver atividades profissionalizantes, cursos, atividades esportivas, recreativas. Adolescente gosta muito de música, de arte. Seria importante abrir. A maioria das escolas tem quadras, auditórios, que poderiam ser aproveitados para eles realizarem cursos. Aí a parceria com ONGs, com a Secretaria de Cultura, para oferecer alguma atividade para os adolescentes e para as crianças porque eles ficam ociosos de sábado e domingo. Música, teatro. Muita arte, atividade artística, pintura, exposição, além dos cursos profissionalizantes, é muito importante. Tenho contato com adolescentes e esse é um dos grandes pedidos deles. Eles buscam cursos e a maioria é pago, mesmo cursos de teatro, curso de música, por falta de dinheiro eles acabam, ficando ociosos.

ENTREVISTA 24

Data: 10/05/01

Entrevistado: Coordenadora Técnica

a. Informações Básicas

1. Ano de fundação:

R: Julho de 1996, Projeto assina convênio com a Secretaria Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social.

O Projeto nasceu dentro de um ambulatório da Escola Paulista de Medicina, PROAD, que é um ambulatório para dependentes químicos. Lá, a gente atendia adultos e adolescentes e a gente foi vendo que precisava ter uma estratégia diferente. E aí a gente começou a dar uma supervisão para um grupo de educadores de rua, e a Secretaria, essa que eu falei, se interessou e por isso assinamos o convênio nessa época. Estou falando isso que antes de 1996 a gente já trabalhava com essa população, mas não de forma oficial.

2. Áreas de atuação:

R: Área de atuação do Projeto: são basicamente duas grandes áreas: Uma é a assistência propriamente dita, e a outra é o desenvolvimento de projetos sociais, consultoria, terceiro setor, a gente tem todo um ramo de atividade que vai nessa linha.

Essa linha de desenvolvimento de projetos sociais e terceiro setor, o que a gente faz: a gente faz cursos, supervisões, consultoria, pesquisa, divulga essas coisas através do boletim "Tecendo a Rede" que depois posso falar mais. São essas as ações. A gente já teve mais de 1.200 educadores, tanto São Paulo, quanto Estados de São Paulo e Brasil, que passaram por essas atividades de formação.

A outra frente é o atendimento. O atendimento, a gente tentou criar uma abordagem diferente para lidar com a questão das drogas. Se a gente vai fazer alguma coisa específica para a criança e adolescente, então a gente precisaria pensar em alguma coisa que fosse lúdica e pedagógica. Então o que a gente fez: a gente criou uma estrutura de oficinas, que são umas 15 mais ou menos (teatro, artes plásticas, capoeira, breack, culinária, informática, esportes, percussão marchetaria, grafite) São várias oficinas. Todas as oficinas são quase que uma boa desculpa para estar junto. São atividades que eles gostam, mas a idéia é de que eles venham, fiquem aqui descobrindo que eles podem fazer, mas para fazer um vínculo. E a partir daí vão surgindo demandas. Que demandas? "Estou com dor de dente", a gente vai cuidar da dor de dente. Quero aprender a ler, quero ver minha mãe, enfim, vão surgindo demandas. Então a gente tem uma estrutura pedagógica, baseada nessas oficinas mas a gente tem também toda uma estrutura clínica. Então tenho psiquiatra, psicólogo, pediatra, pedagogo. Então tem várias outras, o que a gente chama de corpo clínico, que vai atendendo essas demandas. Muitas vezes, quando o garoto chega, ele não fala: "vim aqui tratar de drogas". Independente de usar bastante. Às vezes vem e nem sabe o porquê. Então esta estrutura de ficar nas oficinas e aos poucos vai falando, é o jeito que agente achou deles chegarem para as consultas. Porque aquela coisa de montar um sistema assim: faz uma agenda, 9:00 da manhã consultam com o psiquiatra, eles não vêm. Eles faltam. A gente, na verdade, fez ao contrário, eles vêm e a gente fala "olhar clínico através das oficinas". Então a gente tentou em inverter assim.

Todo o atendimento está montado em núcleos, núcleo da família, de atenção ao trabalho. Cada uma dessas demandas a gente organizou em núcleos e cada núcleo tem diferentes estratégias de atividades que não são só oficinas, tem outras coisas, as oficinas são só a estrutura básica do trabalho. Então, eu tenho uma equipe de educadores (mensageiros), uma equipe de clínicos, que são esses que falei, tem uma equipe de oficinairos (um grupo grande), e uma equipe de apoio, que são secretárias, office boy, parte administrativa. Esse é o corpo de pessoas. Essas são as duas linhas bem genericamente. Por exemplo, no núcleo pedagógico, a gente tem projeto chamado Vivendo e Aprendendo, que é uma classe que a gente montou aqui na Escola Paulista, só para os meninos, uma classe que é um espaço transitório para escola. E cada núcleo tem estratégias grandes até, dentro das especificidades do núcleo.

3. Âmbito de atuação (nacional, estadual, municipal):

R: Atendimento direto, municipal, embora a gente não tenha nada... Não é bem municipal, a gente atende muita gente que não é só da cidade de São Paulo. Eles estão muito em trânsito, então a gente não tem nenhum critério deste tipo. Mas atendimento direto a gente atende aqui em São Paulo.

Agora, à parte de ensino e capacitação é nacional. A gente tem consultoria, por exemplo, em Porto Alegre, no Acre, quer dizer, essa parte de capacitação é mais ampla.

4. Fonte dos recursos:

R: Todo nosso recurso é público e nacional. A gente tem uma contrapartida forte da Escola Paulista de Medicina, que banca muita coisa de estrutura, aluguel de casa limpeza, segurança, banca inclusive alguns funcionários, e a gente

tem um convênio com a Secretaria Estadual do Desenvolvimento Social, e um Convênio com a Secretaria Municipal de Saúde. Essa municipal é uma verba que vem do FUNCAD, fundo da criança e do adolescente.

5. Como caracterizaria o público alvo das atividades desenvolvidas pela entidade?

R: A gente trabalha com crianças e jovens, em situação de risco, de 0 a 18 anos. Falo zero porque a gente atende muitos filhos de adolescentes que a gente atende. Então a gente faz a parte de... Até pré – natal a gente encaminha, ou atende os bebês mesmo.

b. Informações sobre as atividades educacionais

6. Poderia definir o perfil profissional dos funcionários alocados aos projetos educacionais? (formação, grau de escolarização, etc.):

R: Maioria tem grau superior, principalmente os educadores e os clínicos. Osicineiros, não necessariamente, porque eles têm que ser habilidosos naquilo que eles fazem. Então o professor de capoeira tem que ser um mestre de capoeira, o de esporte tem que ser de educação física. Em cada oficina, a gente tem uma pessoa especializada naquela área, mas não necessariamente precisa ser uma educação formal.

7. Projetos desenvolvidos (em curso):

7.1 Objetivo dos projetos:

R: **Vivendo e Aprendendo**, que acho que tem um ano e meio. Consiste em um espaço intermediário entre a não escola e a escola. Então, o que acontece lá? Nós temos 04 professores que trabalham algumas disciplinas, inclusive acabam fazendo algumas provas, não lá, mas fazem provas para ver se dão validação para supletivo. O público alvo são os garotos atendidos pelo Projeto mesmo. Lá o que eles tentam fazer é tornar os conteúdos, de um jeito mais agradável, mais atrativos para eles. E também testar um pouquinho de acostumar com rotina de novo da escola, de dever de casa, com essas coisas que quando eles tiverem na escola formal eles terão um pouco de tolerância. A duração prevista, não tem um prazo determinado. A idéia é que eles fiquem um tempo até fazerem essas provas, mas antes disso, se é no meio do ano, eles podem estar na escola formal ou supletivo. Então, depende da avaliação individual que é feita. Da mesma forma, eles podem entrar em qualquer época do ano. Não é só no começo porque é uma escola meio aberta. Então esse é do núcleo pedagógico.

A gente tem também no núcleo pedagógico, um projeto, que não sei se posso chamar de um projeto, é mais um programa, que é o **Programa dos Pequenos**. Que é um programa feito pra crianças abaixo de 12 anos. No que consiste esse programa? A gente cria uma série de estratégias diferentes das que são para os adolescentes e que tem muito a ver com muita visita domiciliar, atividade pedagógica, atividade de acompanhar a escola de visitar a escola, é um programa para pequenos. Esse programa está sendo estruturado, com um contorno mais definido, acho que há um ano e que tem um pouco... Assim... Antes a gente atendia menor de 12 anos, só que agora eles têm dia específico, oficineiro específico, educador específico, então é um programa separado mesmo.

Núcleo de trabalho: núcleo de trabalho a gente tem, um projeto chamado **Brechote**, que é um bazar que agente faz anualmente e que durante o ano todo eles trabalham para que este bazar aconteça no final do ano. Qual que é o objetivo? O objetivo é educação para o trabalho, e eles treinam uma série de habilidades relacionadas à organização do evento, ao gerenciamento, inclusive, o dinheiro que rende, é um dinheiro que fica todo para eles gerirem; não é um dinheiro que eles podem ratear e cada um por no bolso, mas eles podem comprar coisas coletivas para a casa, fazer passeios, excursões, coisas assim. Além do Brechote, a gente tem a **Agência Spray Arte**, que começou agora, em janeiro deste ano, que é fruto de um prêmio que a gente participou o ano passado, chamado Empreendedor Social, e que eles pretendiam era que as organizações criassem um plano de negócio que não precisava ser auto-sustentado, mas que precisava gerar renda e que tivesse uma missão social. A gente acabou juntando essa necessidade de educação para o trabalho que a gente sente nos meninos, com uma experiência que a gente tem de grafite aqui no projeto, e comerciantes pedindo pra gente grafitar coisas. Então a gente juntou isso e criou essa agência. Então a agência é uma coisa nova aqui dentro, mas ela gera renda, através de venda de produtos que os grafiteiros profissionais fazem, e os aprendizes, que são meninos daqui, fazem um pacotinho de coisas, tem que estar na escola tem que estar na informática. Eles ganham uma bolsa auxílio. Além disso, eles têm umas reuniões onde se conversa coisa de competências básicas mesmo. O programa seria de seis meses, mas é avaliado a cada caso. A primeira fase eu tenho cinco grafiteiros profissionais e cinco aprendizes. E o público alvo são meninos do Projeto que já estejam num momento de estar pensando a questão do trabalho. Quer dizer, a gente imagina que seja num momento posterior ao momento que chega. Geralmente quem chega não tem casa, não tem escola, em geral está usando droga. Em geral seria uma fase mais lá na frente do atendimento.

7.2 Origem da atividade (quem demanda ou demandou):

R: As duas coisas. A gente, a princípio faz uma estrutura para que eles peçam, que eles reclamem de coisas para a gente poder oferecer. Mas, às vezes, a gente indica coisas, principalmente a parte clínica, que às vezes você tem que fazer algumas indicações por conta da saúde mesmo.

7.3 Âmbito onde se desenvolvem as atividades (no próprio âmbito escolar ou fora dele; se realizadas fora do âmbito escolar: **onde?**):

R: Todas as atividades fora são aqui no Projeto, nas oficinas, no espaço da Escola Paulista de Medicina que a gente usa, que é o teatro, a atlética, essas coisas. Na escola propriamente dita, fora o Vivendo e Aprendendo, a gente tem uma parceria com um supletivo que é num colégio chamado Lourenço Castanho, por coincidência pessoas daqui trabalham lá, e a gente tem alguns garotos daqui que estudam lá. Aí, é um supletivo normal. A gente tem esse trabalho de visitas às escolas onde os meninos estudam, mas aí é uma interferência de outra ordem, que é para dar uma garantia de que são meninos acompanhados, mais nesse sentido. A gente tem também aqui, a **Biblioteca Viva** que é um projeto aqui dentro também que foi doada pela ABRINQ e a gente tem um trabalho de estimular a leitura aqui dentro, então a biblioteca fica meio acessível, então tem ações nesse sentido também.

b) Informações sobre as parcerias

8. Como caracterizaria o vínculo estabelecido com as escolas?

R: acima

9. Que dificuldades costumam apresentar-se na parceria entre sua entidade e as escolas?

R: O que a gente observa não é bem uma dificuldade, é uma facilidade. Quando as escolas sabem que os meninos têm um atendimento de retaguarda, tem um educador que está acompanhando, isso costuma a trazer benefícios pro menino na escola. Porque a escola, mais dificilmente vai expulsar aquele menino, ou vai tratar como se ninguém tivesse olhando. Então a gente observa que quanto mais presente a gente está, melhor é para o menino, acaba dando uma garantia. E as dificuldades são as mesmas, falta de vaga, ou então a escola encaminha meninos para cá que não são bem a demanda daqui, mas é mais para descargo de consciência. As dificuldades são as mesmas.

10. Que fatores facilitam esse vínculo?

R: Vide resposta anterior

11. Que tipo de vínculo se estabelece entre sua entidade e a Secretaria de Educação local?

R: A gente não tem nenhum vínculo formal, nenhuma aproximação.

12. Existem canais formais de planejamento e /ou avaliação dos projetos junto à Secretaria de Educação local (estadual e /ou municipal)? Em que consistem?

R: Secretaria de Educação não. As outras secretarias que a gente tem vínculo de financiamento, aí sim eles têm os relatórios mensais, algumas formas de avaliação, mas com a educação a gente não tem nada concreto.

13. Que potencialidades observa no trabalho realizado dentro da escola? Quais as dificuldades?

R: Dentro da escola especificamente a gente não tem, a escola formal né. Temos aqueles projetos que eu já falei.

14. Quais são os benefícios de realizar essa /s atividade /s fora do âmbito escolar? Quais as dificuldades?

R: O benefício é um pouco o que eu falei por ser um ambiente transitório e você poder criar a cultura da escola antes de voltar para a escola. As dificuldades são assim: em geral eles já são grandes e ainda não sabem ler. Então você tem 15, 16 anos e mesmo tendo cursado até a terceira, quarta, quinta-série, não sabem ler, fazer um uso da escrita, da leitura.

15. Na experiência da sua entidade, as escolas têm sido favoráveis ao desenvolvimento de parcerias? Por quê?

R: Olha, a gente não tentou nenhuma parceria muito complicada, então a gente não teve nenhum problema, porque os contatos que a gente fez de visitas, a gente foi sempre bem recebido, mas também não era nada que interferisse muito.

16. Na experiência da sua entidade, a Secretaria de Educação local tem sido favorável ao desenvolvimento de parcerias com escolas? Por quê?

R: Também não sei te responder essa.

d. Informações sobre ONGs e escola pública

17. Parece uma obviedade afirmar que a escola pública encontra-se em crise. Segundo sua opinião, quais são as características mais marcadas dessa crise?

R: Os alunos não ficam na escola. Os que passam na escola não são nem alfabetizados. Acho que são dois sinais bem evidentes.

18. Existem responsáveis dessa crise? (Se a resposta é "sim": quem são?;

R: Acho que tem responsável, ou então seria Deus. Se não está entre nós né? Acho que não sei se saberia fazer uma hierarquia porque as coisas são muito juntas. Acho que a escola como um todo precisa ser repensada, não é uma questão: ah, é o professor da sala de aula, ou é o espaço da escola, ou é o número de alunos, é um conjunto de situações que precisam ser repensadas. Às vezes, a gente pretensiosamente pensa que a escola do futuro deveria ser um espaço

como é o Quixote. Uma coisa mais de convivência, que você tem uma série de atividades lúdicas e que o conhecimento vai sendo incorporado quase que sem querer. Acho que é isso.

19. Muitas vezes se afirma que as parcerias entre ONGs e escolas poderiam ser uma solução a essa crise...

R: Olha, a gente acha que a escola precisa de ajuda. Muitas vezes se vê uma outra instituição como a ONG que pode contribuir com outros aspectos mais lúdicos, que acrescenta o número de estratégia da escola, acho que sim, deveria ter um tipo de complemento sim.

20. Que tendências poderia visualizar no futuro em matéria de parcerias ONGs - Escola?

R: A gente imagina que se a gente consegue se aproximar de alguma escola que permita um intercâmbio maior mesmo, um intercâmbio com os professores, com o espaço da escola, eventualmente oficinas dentro da escola, oficinas no fim-de-semana, acho que isso torna a escola um espaço mais interessante para os alunos. Não sei muito bem que estratégias poderiam ser utilizadas. Não sei se seriam ONG -escola, ou se seria ao contrário, escola - ONGs. Não o quanto que a escola teria que fazer esse papel rede e imaginar o que os garotos podem fazer depois da escola e considerar isso né. Por exemplo: às vezes você vê na escola meninos que têm toda uma coisa com grafite fora da escola. isso é considerado marginalidade dentro da escola. Quanto que a escola não teria que se aproximar dessas outras coisas da rede.